



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 355

Quarta-feira - 28 de outubro de 2009

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Antônio Carlos.....	1
Braço do Trombudo.....	2
Campo Alegre.....	3
Canoinhas.....	38
Catanduvas.....	38
Chapadão do Lageado.....	39
Coronel Martins.....	48
Forquilha.....	49
Garopaba.....	50
Gaspar.....	50
Herval D' Oeste.....	90
Imbituba.....	90
Iomerê.....	96
José Boiteux.....	96
Luzerna.....	96
Massaranduba.....	97
Nova Trento.....	98
Porto Belo.....	98
Porto União.....	98
Rio do Sul.....	102
Salto Veloso.....	103
Schroeder.....	103
Tunápolis.....	118
Turvo.....	120
Videira.....	122

### Consórcios

CIMVI.....	125
------------	-----

**Antônio Carlos**

**Prefeitura Municipal**

### Decreto N° 106/2009

DECRETO N° 106/2009 DE 20 DE OUTUBRO DE 2009  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2009.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei n° 1.197 de 22 de Dezembro de 2008.

DECRETA:

Artigo 1° - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 1.856,50 para as seguintes dotações orçamentárias:

12 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
12.01.08.241.0026.2.073-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
R\$ 1.856,50

Artigo 2° - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária:

Subtrair superávit financeiro  
R\$ 1.856,50

Artigo 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 20 de Outubro de 2009.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 20 de Outubro de 2009.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

### Decreto N° 107/2009

DECRETO N° 107/2009 DE 22 DE OUTUBRO DE 2009  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2009.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei n° 1.197 de 22 de Dezembro de 2008.

DECRETA:

Artigo 1° - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 1.500,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
04.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
04.01.12.365.0009.2.019-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
R\$ 1.500,00

Artigo 2° - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária:

Subtrair superávit financeiro  
R\$ 1.500,00

Artigo 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 22 de Outubro de 2009.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 22 de Outubro de 2009.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

**CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal**

**Antoninho Tiburcio Gonçalves** - Presidente • **Edinando Brustolin** - Diretor Executivo

**Emerson Souto** - Gerente de Tecnologias da Informação • **Lucas Rossi** - Diagramador • **Tales Tombini** - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

contato@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

**Processo Licitatório N° 98/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: n° 98/2009; Modalidade: Pregão Presencial – Registro de preço; Tipo: menor preço por item; Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição parcelada de materiais de consumo para diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, de acordo com os quantitativos e especificações constantes no edital e seus anexos; Entrega dos envelopes e abertura: dia 11/11/09 às 09:00 horas.

Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta n° 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, fone (48)3272-1123.

Ou no site [www.antoniocarlos.sc.gov.br](http://www.antoniocarlos.sc.gov.br)

Antônio Carlos, 27/10/2009.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

**Processo Licitatório N° 99/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: n° 99/2009; Modalidade: Pregão Presencial – Registro de preço; Tipo: menor preço por item; Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição parcelada de filtros para frota de veículos das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, de acordo com os quantitativos e especificações constantes no edital e seus anexos; Entrega dos envelopes e abertura: dia 12/11/09 às 09:00 horas.

Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta n° 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, fone (48)3272-1123.

Ou no site [www.antoniocarlos.sc.gov.br](http://www.antoniocarlos.sc.gov.br)

Antônio Carlos, 27/10/2009.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

**Braço do Trombudo****Prefeitura Municipal****Portaria 153/2009**

PORTARIA N° 153/2009

VILBERTO MULLER SCHOVINDER, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado nas Leis 0504/2005 de 23.12.05 e na Lei 0512/2006 de 05.04.06, etc.

RESOLVE:

Art. 1° - Determinar que o 7° sorteio do concurso “Pague para Ver, Braço do Trombudo Crescer”, será realizado no dia 28 de outubro de 2009, as 16:30h, na Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3° da Lei n° 0597/2008 de 09.07.2008.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Braço do Trombudo, em 26 de outubro de 2009.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato 63/2009**

EXTRATO DE CONTRATO 63/2009

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Lanmaster Representações Comerciais Ltda. CNPJ 09.488.584/0001-60, sito a Rua Dom Pedro, N° 40 Centro. Cidade de Braço do Trombudo - SC

Objeto: Gêneros Alimentícios para merenda escolar para o ensino fundamental e infantil.

Valor: R\$ 36.679,20 (trinta e seis mil, seiscentos e setenta e nove reais, vinte centavos).

Data da assinatura: 26.10.2009

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato 64/2009**

EXTRATO DE CONTRATO 64/2009

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Nelson Knaul ME. CNPJ 81.818.502/0001-26, sito a Rua Duque de Caxias, 1776, Centro.

Cidade de Braço do Trombudo - SC

Objeto: Gêneros Alimentícios (frutas e verduras) para merenda escolar para o ensino fundamental e infantil.

Valor: R\$ 16.380,35 (dezesesseis mil, trezentos e oitenta reais e trinta e cinco centavos).

Data da assinatura: 26.10.2009

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato 65/2009**

EXTRATO DE CONTRATO 65/2009

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Lanmaster Representações Comerciais Ltda. CNPJ 09.488.584/0001-60, sito a Rua Dom Pedro, N° 40 Centro. Cidade de Braço do Trombudo - SC

Objeto: Material de limpeza para rede municipal de ensino

Valor: R\$ 8.914,15 (oito mil, novecentos e quatorze reais e quinze centavos).

Data da assinatura: 26.10.2009

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

# Campo Alegre

## Prefeitura Municipal

### Decreto N° 5.333

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO N° 5.333 DE 02 DE SETEMBRO DE 2008.

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, EM CARÁTER INTEGRAL, E DECLARA A VACÂNCIA DO CARGO PÚBLICO DO SERVIDOR AMILCAR JOSÉ REINHARDT.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei; DECRETA:

Art.1º) Aposentar, por tempo de contribuição, conforme Processo Administrativo do IPRECAL n° 004/2008 e nos termos do Artigo 6º da Emenda Constitucional n° 41 de 23 de dezembro de 2003 combinado com o artigo 79-C, da Lei Municipal n° 2.537 de 17 de julho de 2001, alterada pela Lei Municipal n° 3.006 de 28 de setembro de 2005 que rege a Previdência Municipal, Artigo 94 da Lei Complementar Municipal n° 006 de 19 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público do Município, o Servidor Público Municipal AMILCAR JOSÉ REINHARDT, detentor da matrícula funcional n° 0257, Pis/Pasep n° 10412416422, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, nos termos do § 1º do artigo 17, da Lei Municipal n° 2.537, perfazendo o montante bruto de R\$ 1.078,85 (um mil, setenta e oito reais e oitenta e cinco centavos), que serão pagos mensalmente pelo IPRECAL, observando-se o desconto da contribuição previdenciária pertinente.

Art.3º) Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no Inciso V do artigo 90, da Lei Complementar Municipal n.º 006, de 19 de setembro de 2002 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 02 de setembro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

MARLENE DE FÁTIMA P. M. FOITTE  
Diretora Executiva - IPRECAL

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal n° 2.416 em: 02/09/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Decreto N° 5.334

DECRETO N° 5.334 DE 02 DE SETEMBRO DE 2008

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,

no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a lei Municipal n° 3.404 de 02 de setembro de 2008; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
1.017 -	Pavimentação e Calçamento de Vias Urbanas	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449051.00.136 -	Obras e Instalações	R\$ 45.000,00
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota	
2.112 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 10.000,00
TOTAL		R\$ 55.000,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Excesso de Arrecadação dos Recursos Ordinários Municipais do Orçamento Vigente;

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 02 de setembro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal n° 2.416 em: 02/09/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Decreto N° 5.335

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO N° 5.335 DE 08 DE SETEMBRO DE 2008.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL A PEDIDO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal Complementar n° 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 91; Decreta:

Art.1º) Exonerar a pedido do Quadro de Pessoal efetivo desta Prefeitura Municipal, a Servidora – NIRAIMATHY CHIDAMBARAM, matrícula n° 000456, declarando vacância no cargo de Médico III – Pediatra, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, a partir de 08 de setembro de 2008.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,



revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 08 de setembro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 08/09/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Decreto N° 5.336

DECRETO N° 5.336 DE 08 DE SETEMBRO DE 2008  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 3.313 de 27 de novembro de 2007, em seu Artigo 10; Decreta:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 112.300,00 (cento e doze mil e trezentos reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
6.008 -	Aquisição de Maquinas, Equipamentos e Utensílios.	
400000.00.519 -	Despesas de Capital	
440000.00.519 -	Investimentos	
449000.00.519 -	Aplicações Diretas	
449052.00.519 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 200,00
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação	
2.808 -	Aquisição de Maquinas, Equipam. e Utensílios para Ensino Infantil	
400000.00.140 -	Despesas de Capital	
440000.00.140 -	Investimentos	
449000.00.140 -	Aplicações Diretas	
449052.00.140 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 1.000,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
1.017 -	Pavimentação e Calçamento de Vias Urbanas	
400000.00.184 -	Despesas de Capital	
440000.00.184 -	Investimentos	
449000.00.184 -	Aplicações Diretas	
449051.00.184 -	Obras e Instalações	R\$ 107.000,00
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
1.019 -	Implantação de Sistemas de Rede Hidráulica	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449051.00.136 -	Obras e Instalações	R\$ 2.600,00
09.00 -	FUMREBOM – Fundo Municipal. de Reequipamento da Organização de Bombeiros	

09.01 -	Serviço de Manutenção do FUMREBOM	
2.717 -	Manutenção e Coordenação do FUMREBOM	
300000.00.757 -	Despesas Correntes	
330000.00.757 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.757 -	Aplicações Diretas	
339030.00.757 -	Material de Consumo	R\$ 1.500,00
TOTAL		R\$ 112.300,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
2.105 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339039.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 200,00
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação	
2.805 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino Infantil	
300000.00.140 -	Despesas Correntes	
330000.00.140 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.140 -	Aplicações Diretas	
339030.00.140 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.03 -	Serviço de Comercio e Industria	
1.014 -	Instalação de incubadora de Empresas e Criação do Pró-micro	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 4.800,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
1.017 -	Pavimentação e Calçamento de Vias Urbanas	
400000.00.000 -	Despesas de Capital	
440000.00.000 -	Investimentos	
449000.00.000 -	Aplicações Diretas	
449051.00.136 -	Obras e Instalações	R\$ 76.100,00
449051.00.173 -	Obras e Instalações	R\$ 28.700,00
09.00 -	FUMREBOM – Fundo Municipal de Reequipamento da Organização de Bombeiros	
09.01 -	Serviço de Manutenção do FUMREBOM	
2.717 -	Manutenção e Coordenação do FUMREBOM	
400000.00.757 -	Despesas de Capital	
440000.00.757 -	Investimentos	
449000.00.757 -	Aplicações Diretas	
449052.00.757 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 1.500,00
TOTAL		R\$ 112.300,00



Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 08 de setembro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal no. 2.416 em: 08/09/2008.

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto N° 5.337**

DECRETO N° 5.337 DE 10 DE SETEMBRO DE 2008.  
CONSTITUI E NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO  
EDITAL N° 008/2008.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 300 Inciso VI da Lei Complementar Municipal n° 006, de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art.1º) Constituir a Comissão Organizadora e Avaliativa do Processo Seletivo Simplificado Edital n° 008/2008, integrada pelos seguintes membros:

Marlene de Fátima Pessoa Machado Foitte, matrícula n° 366;

Rosani Aparecida da Silva Scholze, matrícula 000211;

Rosana Emília Greipel, matrícula n° 000146;

Zurita Maria Pacheco, matrícula n°.282.

Para, sob a Presidência do Primeiro, supervisionar, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, para a Seleção de Médico III - Pediatra, objeto do Edital de Processo Seletivo Simplificado Edital n° 008/2008 desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Os membros ora designados, deverão coordenar a referida comissão, devendo supervisionar e fiscalizar o processo de avaliação e correção das provas dos candidatos do citado Processo Seletivo, bem como emitir parecer final acerca do mesmo.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 10 de setembro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal n° 2.416 em: 10/09/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto N° 5.338**

DECRETO N° 5.338 DE 10 DE SETEMBRO DE 2008

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal n° 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal n° 3.313 de 27 de novembro de 2007, em seus Artigos 9º e 10, Inciso II; Decreta:

Art.1º) Abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 72.200,00 (setenta e dois mil e duzentos reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
2.055 -	Remuneração de Pessoal da Saúde - FMS	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
310000.00.119 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.119 -	Aplicações Diretas	
319004.00.119 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 45.000,00
319016.00.119 -	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	R\$ 12.000,00
2.114 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.119 -	Aplicações Diretas	
339039.00.119 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 2.000,00
91.03 -	Manutenção das Atividades – Programa Saúde da Família	
2.116 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.152 -	Despesas Correntes	
310000.00.152 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.152 -	Aplicações Diretas	
319004.00.152 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 10.000,00
91.04 -	Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica	
2.117 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.119 -	Aplicações Diretas	
339030.00.119 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
91.07 -	Manutenção das Atividades da Vigilância Sanitária	
2.213 -	Diárias	
300000.00.106 -	Despesas Correntes	
330000.00.106 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.106 -	Aplicações Diretas	
339014.00.106 -	Diárias – Civil	R\$ 200,00
91.09 -	Manutenção das Atividades da Vigilância Epidemiológica	
2.120 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.132 -	Despesas Correntes	
330000.00.132 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.132 -	Aplicações Diretas	
339030.00.132 -	Material de Consumo	R\$ 2.000,00
TOTAL		R\$ 72.200,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
2.055 -	Remuneração de Pessoal da Saúde - FMS	
300000.00.000 -	Despesas Correntes	
310000.00.000 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.000 -	Aplicações Diretas	
319011.00.119 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 55.000,00
319113.00.119 -	Contribuições Patronais	R\$ 12.000,00
2.114 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.119 -	Aplicações Diretas	
339030.00.119 -	Material de Consumo	R\$ 2.000,00
91.04 -	Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica	
2.117 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.119 -	Aplicações Diretas	
339039.00.119 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00
91.07 -	Manutenção das Atividades da Vigilância Sanitária	
2.119 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.106 -	Despesas Correntes	
330000.00.106 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.106 -	Aplicações Diretas	
339036.00.106 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 200,00
91.09 -	Manutenção das Atividades da Vigilância Epidemiológica	
2.120 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.132 -	Despesas Correntes	
330000.00.132 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.132 -	Aplicações Diretas	
339039.00.132 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 2.000,00
TOTAL		R\$ 72.200,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 10 de setembro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em: 10/09/2008.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Decreto Nº 5.339

DECRETO Nº 5.339 DE 10 DE SETEMBRO DE 2008

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO JULGADORA GERAL PARA ESCOLHA DO MAIS “BELO CARTÃO DE NATAL – EDIÇÃO 2008”.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial a Lei Municipal nº 3.405 de 09 de setembro de 2008, Parágrafo único do Artigo 4º; Decreta:

Art.1º) Nomear os seguintes membros para compor a Comissão Julgadora para a escolha do mais “BELO CARTÃO NATAL – EDIÇÃO 2008”, representantes da Área Governamental, Titulares e Suplentes:

a)– Câmara Municipal de Vereadores:  
Titular: BETINA MOREIRA SILVA;  
Suplente: MICHEL RAMOS HISSA.

b)– Gabinete do Prefeito:  
Titular: ROSANA EMÍLIA GREIPEL;  
Suplente: JOSÉ LUIS SILVA.

c) – Secretaria Municipal de Administração:  
Titular: ELEONORA BAHR PESSÔA;  
Suplente: MARLENE DE FÁTIMA PESSOA MACHADO FOITTE.

d) – Secretaria Municipal de Finanças:  
Titular: AURIENE ROEPKE;  
Suplente: MARIA ELIANE FRIEDRICH.

e) – Secretaria Municipal de Educação:  
Titular: ANACIR CARVALHO DE LIMA FICKNER;  
Suplente: MARIA MAURENE OTTVAGEN MAY.

f) – Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social:  
Titular: ELIANA PESSOA MACHADO COLLET;  
Suplente: MARIA CRISTINA MARCINIACK MUNHOZ.

i) – Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer:  
Titular: ODENILSON CONTRAT EHLKE;  
Suplente: SAMILLE KESTERING.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 10 de setembro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/09/2008.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Decreto Nº 5.340

DECRETO Nº 5.340 DE 10 DE SETEMBRO DE 2008

DISPÕE SOBRE O RECEBIMENTO EM DOAÇÃO DA ÁREA QUE MENCIONA, DECLARANDO-A DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS ARRUAMENTO E EQUIPAMENTO URBANO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Considerando o pedido de doação de área de 6.216,18m² (seis mil, duzentos e dezesseis metros e vírgula dezoito decímetros quadrados) para o Município de Campo Alegre, representado pelo “Termo de Doação de Área para Via Pública” constante do Requerimento nº 63/2008;

Considerando que a referida área destina-se ao prolongamento da Rua Miguel Gorniack, localizada no Bairro Cascatas, neste Município, atendendo o interesse público vigente;

Considerando que com o arruamento a nova via terá o status de bem público de uso comum do povo, aberta ao trânsito indiscriminado de qualquer pessoa ou veículo;

Considerando que em futuro desmembramento, os proprietários das áreas ficam responsáveis por toda instalação de energia elétrica, rede de água potável e sistema de drenagem, não decorrendo ônus para o Município;

Considerando que com o prolongamento da Rua Miguel Gorniack, a futura ocupação do local ocorrerá de forma ordenada e com a infra-estrutura necessária;

Considerando que é atribuição exclusiva do Chefe do Poder Executivo Municipal aprovar e determinar abertura de novas vias públicas e desenvolver o sistema viário do Município;

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhe são conferidas por Lei, em especialmente o Artigo 71 Inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

#### DECRETA:

Art.1º) Fica recebido pelo Município de Campo Alegre/SC, sob forma de doação e declarada de Utilidade Pública, a área de terra abaixo descrita:

Uma área de terra, contendo 6.216,18m<sup>2</sup> (seis mil, duzentos e dezesseis vírgula dezoito decímetros quadrados), destinada para fins de equipamento público para prolongamento de "Rua", denominada Miguel Gorniack.

Parágrafo único – O prolongamento viário de que trata este Decreto, dará à Rua Miguel Gorniack o status de bem público de uso comum do povo, devendo a mesma ser aberta ao trânsito indiscriminado de qualquer pessoa ou veículo;

Art.2º) O proprietário da área fica responsável por toda instalação de Energia Elétrica, rede de Água Potável e sistema de drenagem, não decorrendo ônus para o Município;

Art.3º) O Poder Público Municipal, no exercício das prerrogativas que lhe são asseguradas por este Decreto poderá, em caráter de urgência, para efeito de prévia imissão na posse da área doada, proceder na forma da Lei, utilizando e dispondo da mesma desde já, na medida das necessidades públicas.

Art.4º) O levantamento planimétrico da área mencionada neste Decreto é parte integrante do mesmo.

Art.5º) As despesas decorrentes com a execução deste Decreto, caso hajam, correrão por conta das Dotações Orçamentárias existentes.

Art.6º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 10 de setembro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em: 10/09/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### MEMORIAL DESCRITIVO

#### ÁREA A SER DOADA PARA PROLONGAMENTO DA RUA MIGUEL GORNIACK

Refere-se a um terreno de propriedade de Martinho Gorniack, situado no Bairro Cascata – Município de Campo Alegre – SC. Conforme segue:

Situado no Bairro Cascata, distante 194,00 metros da Rua Coronel Raimundo Munhoz e com frente para a Rua Miguel Gorniack, por 6,04 metros, aos fundos confronta com Ahrens e Cia Ltda, por 2,05 metros, lado direito confronta com Martinho Gorniack, por três linhas quebradas sendo 33,75 metros, 10,98 metros e 591,92 metros, lado esquerdo confronta com Herdeiros de Nicolau Gorniack por 635,89 metros, totalizando uma área com 1.423,49 m<sup>2</sup>, (hum mil quatrocentos e vinte e três metros e quarenta e nove decímetros quadrados).

São Bento do Sul/SC, 25 de agosto de 2008.

RODRIGO LUY  
Engenheiro Florestal  
CREA – SC 081604-9

#### Decreto Nº 5.341

##### GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.341 DE 11 DE SETEMBRO DE 2008

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário da Sr<sup>a</sup>. AURIONIZE COSENTINO, a partir de 11 de setembro de 2008.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 11 de setembro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 11/09/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### Decreto Nº 5.342

##### GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.342 DE 12 DE SETEMBRO DE 2008

DISPÕE SOBRE RESCISÃO A PEDIDO DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir à pedido o Contrato Temporário da Sr<sup>a</sup>. ALEXANDRA MÜLLER, a partir de 12 de setembro de 2008.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 15 de setembro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 15/09/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto N° 5.343**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO N° 5.343 DE 12 DE SETEMBRO DE 2008

PRORROGA PRAZO DE VALIDADE CONCURSO PÚBLICO N° 01/2006.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 37 Inciso III da Constituição Federal e Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Fica prorrogado por mais 02 (zero dois) anos o prazo de validade do Concurso Público Municipal nº 01/2006, a partir de 12 de setembro de 2008, inspirando o prazo em 12 de setembro de 2010.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 12 de setembro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 12/09/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto N° 5.344**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO N° 5.344 DE 15 DE SETEMBRO DE 2008.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, conforme estabelece em seu Artigo 29, § 1º e seus Incisos; Decreta:

Art.1º) Nomear o Sr. CEDEMIR VALIM ao cargo público de Motorista, Categoria Funcional: Atividades de Nível Básico, com provimento de caráter efetivo, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal n.º 006, é o de Nível 3 Sub-nível 31 referência A, no valor de R\$ 654,60 (seiscentos e cinquenta e quatro reais, sessenta centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Sr. CEDEMIR VALIM em 3º lugar no Concurso Público Municipal n.º 001/2007, homologado pelo Decreto nº 5.045 em data de 18 de fevereiro de 2008.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 15 de setembro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 15/09/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto N° 5.345**

DECRETO N° 5.345 DE 15 DE SETEMBRO DE 2008

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 3.313 de 27 de novembro de 2007, em seu Artigo 10; Decreta:

Art.1º) Abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
2.101 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 500,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
	Serviço de Manutenção do Salário Educação	
05.06 -	Aquisição de Equipamentos, Maquinário e Utensílios – Salário Educação.	
2.708 -	Despesas de Capital	
400000.00.140 -	Investimentos	
440000.00.140 -	Aplicações Diretas	
449000.00.140 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 2.500,00
	Aquisição de Equipamentos Maquinário e Utensílios para Ensino Infantil – Salário Educação	
2.808 -	Despesas de Capital	
400000.00.140 -	Investimentos	



449000.00.140 -	Aplicações Diretas	
449052.00.140 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 1.000,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
2.040 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Polícia Civil e Militar	
300000.00.520 -	Despesas Correntes	
330000.00.520 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.520 -	Aplicações Diretas	
339030.00.520 -	Material de Consumo	R\$ 2.000,00
1.019 -	Implantação de Sistemas de Rede Hidráulica	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449051.00.136 -	Obras e Instalações	R\$ 3.000,00
11.00 -	Secretaria Mun. De Cultura, Turismo, Esporte e Lazer	
11.03 -	Coordenadoria de Esporte e Lazer	
2.019 -	Realização e Participação de Campeonatos Esportivos	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 3.000,00
TOTAL		R\$ 12.000,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
2.101 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 500,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação	
2.805 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino Infantil	
300000.00.140 -	Despesas Correntes	
330000.00.140 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.140 -	Aplicações Diretas	
339030.00.140 -	Material de Consumo	R\$ 3.500,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
2.023 -	Vias Públicas e Logradouros	
300000.00.155 -	Despesas Correntes	
330000.00.155 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.155 -	Aplicações Diretas	
339030.00.155 -	Material de Consumo	R\$ 3.000,00
2.040 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Polícia Civil e Militar	

300000.00.520 -	Despesas Correntes	
330000.00.520 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.520 -	Aplicações Diretas	
339039.00.520 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 2.000,00
11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.03 -	Coordenadoria de Esporte e Lazer	
2.019 -	Realização e Participação de Campeonatos Esportivos	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 3.000,00
TOTAL		R\$ 12.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 15 de setembro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal no. 2.416 em: 15/09/2008.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Decreto N° 5.346

DECRETO N° 5.346 DE 16 DE SETEMBRO DE 2008

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPO ALEGRE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal n° 3.406 de 16 de setembro de 2008; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 16.000,00 (dezoito mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
2.811 -	Manutenção e Coordenação do Programa Bolsa Família	
300000.00.440 -	Despesas Correntes	
330000.00.440 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.440 -	Aplicações Diretas	
339039.00.440 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 16.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2007 no Fundo Municipal de Assistência Social dos recursos do IG-DBF – Índice Gestão Descentralizado do Programa Bolsa Família;

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 16 de setembro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 16/09/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Decreto N° 5.347

DECRETO N° 5.347 DE 16 DE SETEMBRO DE 2008  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.407 de 16 de setembro de 2008; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
2.111 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 8.000,00

Art.2º) O crédito a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação dos recursos ordinários municipais do Orçamento vigente;

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 16 de setembro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 16/09/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Decreto N° 5.348

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO N° 5.348 DE 23 DE SETEMBRO DE 2008  
CONCEDE BOLSA DE ESTUDO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e conforme o disposto no Artigo 141 da Lei Municipal nº 2.594 de 21 de dezembro de 2001, Decreta:

Art.1º) Conceder Bolsa de Estudo a seguinte Servidora Pública Municipal, na proporção de 50% (cinquenta por cento) do valor da mensalidade que é de R\$ 666,60 (seiscentos e sessenta e seis reais, sessenta centavos).

NOME	Nº PARCELAS	VALOR
Vanessa Miriam Neubauer	03	R\$ 999,90
TOTAL		R\$ 999,90

Art.2º) Os pagamentos da Bolsa de Estudo serão efetuados mensalmente e creditados na Conta Bancária da Servidora Beneficiada, no valor de R\$ 333,30 (trezentos e trinta e três reais, trinta centavos) cada parcela, contra a apresentação de documentação que comprove que a beneficiada continua frequentando o curso.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de setembro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/09/2008.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Decreto N° 5.349

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO N° 5.349 DE 23 DE SETEMBRO DE 2008  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL E CRIA ELEMENTO DE DESPESA POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE, NO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.409 de 23 de setembro de 2008; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Especial, Suplementar e cria Elemento de Despesa no valor de R\$ 1.822,00 (um mil, oitocentos e vinte e dois reais), no Fundo Municipal de Assistência Social, por conta de anulação parcial de Dotação do Orçamento vigente:

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
2.032 -	Fornecimento de Benefícios Sociais	
300000.00.104 -	Despesas Correntes	
330000.00.104 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.104 -	Aplicações Diretas	
339048.00.104 -	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	R\$ 1.822,00

Parágrafo único – O auxílio financeiro de que trata o caput deste artigo, será repassado a beneficiária INES APARECIDA DA LUZ, Portadora do CPF/MF nº 970.182.609-49, mãe da menor MARILDE MICHALSKY, através do Fundo Municipal de Assistência Social, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal/fatura de compra dos complementos alimentares.

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social:

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
4.012 -	Contribuições a Entidades de Classe	
300000.00.104 -	Despesas Correntes	
330000.00.104 -	Outras Despesas Correntes	
335000.00.104 -	Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos	
335043.00.104 -	Subvenções Sociais	R\$ 1.822,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 23 de setembro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/09/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Decreto N° 5.350

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO N° 5.350 DE 25 DE SETEMBRO DE 2008.

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seus Artigos 299 e 300 e Inciso VIII e Artigo 314 em seus Parágrafos 1º e 2º; e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar a Srª. KARINA MAGALHÃES CASTRO SAMPAIO, para exercer o cargo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, com carga horária de 40 (quarenta horas) semanais, vencimentos Nível 6, Sub-Nível 61, Referência A, no valor de R\$ 1.957,29 (um mil, novecentos e cinquenta e sete reais, vinte e nove centavos) mensais, pelo período de 25 de setembro de 2008 a 26 de janeiro de 2009, tendo em vista que a Enfermeira titular Srª. DAIANA GAMBETA FUCHTER, matrícula nº 000488, encontra-se de atestado médico nos dias 25 a 28 de setembro de 2008 e, Licença Gestação no período de 29 de setembro de 2008 até 26 de janeiro de 2009.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 25 de setembro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 25/09/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### Decreto N° 5.351

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO N° 5.351 DE 25 DE SETEMBRO DE 2008

CONCEDE BOLSA DE ESTUDO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e conforme o disposto no Artigo 141 da Lei Municipal nº 2.594 de 21 de dezembro de 2001, Decreta:

Art.1º) Conceder Bolsa de Estudo a seguinte Servidora Pública Municipal, na proporção de 50% (cinquenta por cento) do valor da mensalidade que é de R\$ 212,79 (duzentos e doze reais, setenta e nove centavos).

NOME	Nº PARCELAS	VALOR
Bernadete Terezinha Schuta Odia	03	R\$ 319,20
TOTAL		R\$ 319,20

Art.2º) Os pagamentos da Bolsa de Estudo serão efetuados mensalmente e creditados na Conta Bancária da Servidora Beneficiada, no valor de R\$ 106,40 (cento e seis reais, quarenta centavos) cada parcela, contra a apresentação de documentação que comprove que a beneficiada continua frequentando o curso.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 25 de setembro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 25/09/2008.

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Decreto N° 5.352

DECRETO N° 5.352 DE 25 DE SETEMBRO DE 2008

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 3.313 de 27 de novembro de 2007, em seu Artigo 10; Decreta:

Art.1º) Abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 43.700,00 (quarenta e três mil e setecentos reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339093.00.136 -	Indenizações e Restituições	R\$ 400,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	

05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
2.104 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339039.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 7.800,00
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
2.046 -	Remuneração de Pessoal do Ensino Fundamental	
300000.00.139 -	Despesas Correntes	
310000.00.139 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.139 -	Aplicações Diretas	
319004.00.139 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 5.000,00
2.105 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339030.00.519 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
2.047 -	Remuneração de Pessoal do Ensino Infantil	
300000.00.139 -	Despesas Correntes	
310000.00.139 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.139 -	Aplicações Diretas	
319004.00.139 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 5.000,00
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação	
2.708 -	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Utensílios.	
400000.00.140 -	Despesas de Capital	
440000.00.140 -	Investimentos	
449000.00.140 -	Aplicações Diretas	
449052.00.140 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 16.000,00
2.808 -	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Utensílios.	
400000.00.140 -	Despesas de Capital	
440000.00.140 -	Investimentos	
449000.00.140 -	Aplicações Diretas	
449052.00.140 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 2.000,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
2.052 -	Remuneração de Pessoal de Obras	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319016.00.136 -	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	R\$ 5.000,00
2.111 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	

339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 1.500,00
TOTAL		R\$ 43.700,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 400,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
2.104 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339030.00.519 -	Material de Consumo	R\$ 7.800,00
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
2.046 -	Remuneração de Pessoal do Ensino Fundamental	
300000.00.139 -	Despesas Correntes	
310000.00.139 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.139 -	Aplicações Diretas	
319011.00.139 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 5.000,00
2.105 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339039.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
2.047 -	Remuneração de Pessoal do Ensino Infantil	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
310000.00.519 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.519 -	Aplicações Diretas	
319011.00.519 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 5.000,00
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação	
2.805 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino Infantil – Salário Educação	
300000.00.140 -	Despesas Correntes	
330000.00.140 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.140 -	Aplicações Diretas	
339030.00.140 -	Material de Consumo	R\$ 18.000,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	



2.052 -	Remuneração de Pessoal de Obras	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319011.00.136 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 5.000,00
2.111 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 1.500,00
TOTAL		R\$ 43.700,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 25 de setembro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal no. 2.416 em: 25/09/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Decreto N° 5.353

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO N° 5.353 DE 01 DE OUTUBRO DE 2008.

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar n° 006 de 19 de setembro de 2002, em seus Artigos 299 e 300 e Inciso VIII e Artigo 314 em seus Parágrafos 1° e 2°; e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar a Sr<sup>a</sup>. NIRAIMATHY CHIDAMBARAM, para exercer o cargo de Médico III, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, com carga horária de 10 (dez horas) semanais, vencimentos Nível 6, Sub-Nível 61, Referência A, no valor de R\$ 978,65 (novecentos e setenta e oito reais, sessenta e cinco centavos) mensais, além de 40% (quarenta por cento) de gratificação especial médica, conforme Lei Complementar Municipal n° 036 de 14 de junho de 2006, Artigo 7º, pelo período de 01 de outubro de 2008 a 01 de abril de 2009, ou até a Homologação do Concurso Público Municipal e Convocação dos aprovados.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 01 de outubro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal n° 2.416 em: 01/10/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### Decreto N° 5.354

DECRETO N° 5.354 DE 03 DE OUTUBRO DE 2008

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal n° 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal n° 3.313 de 27 de novembro de 2007, em seu Artigo 10; Decreta:

Art.1º) Abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 72.432,22 (setenta e dois mil, quatrocentos e trinta e dois reais e vinte e dois centavos), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
2.301 -	Capacitação de Servidores	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 214,00
03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 300,00
2.600 -	Bolsa de Estudo a Servidor	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339018.00.136 -	Auxílio Financeiro a Estudantes	R\$ 720,00
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
2.012 -	Amortização da Dívida junto ao INSS	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
460000.00.136 -	Amortização da Dívida	
469000.00.136 -	Aplicações Diretas	
469071.00.136 -	Principal da Dívida Contratual Resgatado	R\$ 150,00
2.303 -	Capacitação de Servidores	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 280,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	

2.104 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339030.00.519 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
2.014 -	Transporte Escolar	
300000.00.161 -	Despesas Correntes	
330000.00.161 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.161 -	Aplicações Diretas	
339039.00.161 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 64.268,22
2.105 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339030.00.519 -	Material de Consumo	R\$ 4.000,00
339036.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 1.000,00
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação	
2.805 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino Infantil – Salário Educação	
300000.00.140 -	Despesas Correntes	
330000.00.140 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.140 -	Aplicações Diretas	
339036.00.140 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 100,00
11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura	
2.107 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 400,00
TOTAL		R\$ 72.432,22

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
2.401 -	Contratação de Estagiários	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339036.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 1.234,00
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
2.203 -	Diárias	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	

339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339014.00.136 -	Diárias – Civil	R\$ 430,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
2.104 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339039.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
2.014 -	Transporte Escolar	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339039.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 64.268,22
2.105 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339039.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 5.000,00
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação	
2.805 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino Infantil – Salário Educação	
300000.00.140 -	Despesas Correntes	
330000.00.140 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.140 -	Aplicações Diretas	
339030.00.140 -	Material de Consumo	R\$ 100,00
11.00 -	Secretaria Munic de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura	
2.107 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 400,00
TOTAL		R\$ 72.432,22

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 03 de outubro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal no. 2.416 em: 03/10/2008.

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto N° 5.355**

DECRETO N° 5.355 DE 06 DE OUTUBRO DE 2008  
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica do Município; Decreta:

Art.1º) Fica exonerada a Sr<sup>a</sup>. AURIENE ROEPKE, do cargo de Secretária Municipal de Administração a partir de 06 de outubro de 2008.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 06 de outubro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal n° 2.416 em: 06/10/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto N° 5.356**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO N° 5.356 DE 06 DE OUTUBRO DE 2008.  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 18, inciso II e Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar n° 006 de 19 de setembro de 2002 em seus Artigos 29, 74 em seu parágrafo 4º; Decreta:

Art. 1º) Fica nomeada a Senhora: ELEONORA BAHR PESSÔA, para exercer o cargo de Secretária Municipal de Administração, lotada na respectiva Secretaria Municipal, a partir de 06 de outubro de 2008.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 06 de outubro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma da Lei n° 2.416 em: 06/10/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto N° 5.357**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO N° 5.357 DE 06 DE OUTUBRO DE 2008  
DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar n° 006 de 19 de

setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário do Sr. DEOC-LÉCIO PETSCHOW, a partir de 06 de outubro de 2008.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 06 de outubro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal n° 2.416 em: 06/10/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto N° 5.358**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO N° 5.358 DE 06 DE OUTUBRO DE 2008  
DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar n° 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário do Sr. CRISTIANO MUNHOZ, a partir de 06 de outubro de 2008.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 06 de outubro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal n° 2.416 em: 06/10/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto N° 5.359**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO N° 5.359 DE 06 DE OUTUBRO DE 2008  
DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar n° 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário da Srª. NILZA APARECIDA BAUER, a partir de 06 de outubro de 2008.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 06 de outubro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 06/10/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Decreto N° 5.360

DECRETO N° 5.360 DE 07 DE OUTUBRO DE 2008

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a lei Municipal nº 3.410 de 07 de outubro de 2008; Decreta:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
2.023 -	Vias Públicas e Logradouros	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 15.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação dos Recursos Ordinários Municipais do Orçamento vigente;

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 07 de outubro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 07/10/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Decreto N° 5.361

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO N° 5.361 DE 07 DE OUTUBRO DE 2008.

HOMOLOGA O REGIMENTO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Art. 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Fica homologado O REGIMENTO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO, aprovado por unanimidade pelo Conselho Municipal de Educação – CME. Comissão de Educação Básica, o referido Regimento passa fazer parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 07 de outubro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 07/10/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

REGIMENTO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO - CAMPO ALEGRE – SC.

### CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS E PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

Art.1º Este Regimento disciplina a organização do Sistema de Ensino do Município de Campo Alegre, com ênfase na educação básica que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino em instituições próprias.

Art.2º As Instituições Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Campo Alegre, inspiradas nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana tem como objetivo assegurar a plena formação do educando e o desenvolvimento de suas potencialidades, como elemento de auto-realização, através da aquisição de conhecimento e habilidades, que favoreçam o exercício crítico e consciente da cidadania.

Art.3º A ação educativa das Instituições Educacionais fundamenta-se nos princípios de universalização de igualdade de acesso e permanência, de obrigatoriedade e garantia de um ensino com qualidade.

Art.4º Os princípios e objetivos gerais do ensino convergirão para os fins mais amplos da educação nacional, expressos na Constituição Federal e Estadual, na Lei nº9394/96, de 20 de dezembro de 1996, Estatuto da Criança e do Adolescente, Legislação Municipal e no Regimento do Sistema Municipal de Ensino e demais normas aplicáveis.

Parágrafo Único - Os objetivos gerais e específicos de cada Instituição Educacional, atendendo suas características e peculiaridades, constarão do seu Projeto Pedagógico.

### CAPÍTULO II DAS RESPONSABILIDADES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL COM A EDUCAÇÃO ESCOLAR



Art.5º A oferta da Educação Infantil e do Ensino Fundamental às crianças, adolescente, jovens e adultos, são incumbências prioritárias do Município, sendo o Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos de responsabilidade compartilhada com o Estado, nos termos constitucionais e da Lei 9394/96, cumpridas as determinações do artigo 30, Inciso VI da Constituição Federal.

Art. 6º As responsabilidades do Município com a educação básica pública serão efetivadas mediante a garantia de:

I – Ensino Fundamental obrigatório e gratuito a todos, inclusive, aos que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II – Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;

III – Atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a cinco anos de idade;

IV – Oportunizar educação escolar para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo as condições de acesso e permanência na escola;

V – Atendimento ao educando na Pré-Escola e no Ensino Fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação;

VI – Padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidades mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem;

VII – Gratuidade total e absoluta nas instituições educacionais da Rede Pública Municipal;

VIII – Igualdade de oportunidades educacionais a todos sem distinção, consideradas as igualdades raciais e de gênero e a inclusão escolar de crianças e adolescentes em situação de risco social, dos analfabetos, das pessoas com necessidades especiais e jovens e adultos trabalhadores;

IX – Promoção do recenseamento de educandos à Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e à Educação de Jovens e Adultos, fazer-lhes a chamada pública e zelar junto aos pais e responsáveis pela frequência à escola;

X – Promover com progressividade, mediante colaboração técnica e financeira da União, do Estado, inclusive, da Iniciativa Privada, a universalização do Ensino Fundamental, a ampliação do atendimento à Educação Infantil e a superação do analfabetismo.

Art. 7º. O Ensino Fundamental é direito público subjetivo, de oferta obrigatória à crianças, jovens e adultos, pelo Poder Público e, qualquer forma de negligência e/ou de embarcá-lo, em prejuízo do educando, incorrerá em responsabilidades da autoridade competente, nos termos constitucionais e da Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Parágrafo Único – Qualquer cidadão ou grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda o Ministério Público, poderá acionar o Poder Público Municipal, para exigir o atendimento do Ensino Fundamental, nos termos da Constituição Federal.

Art. 8º. O Poder Público Municipal incumbir-se-á de organizar, administrar e manter o Sistema de Ensino de Campo Alegre, nos termos deste Regimento e em cumprimento à legislação vigente.

Art. 9º. É direito dos pais e/ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico das instituições educacionais integrantes deste Sistema de Ensino, bem como conhecer a Proposta Pedagógica da Rede Municipal, sendo-lhes asseguradas, sistematicamente, as informações pertinentes à frequência e rendimento de seus filhos.

### CAPÍTULO III

#### DA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

Art. 10 O Sistema Municipal de Ensino de Campo Alegre compreende:

I – As instituições de Ensino Fundamental e de Educação Infantil, mantidas pelo Poder Público Municipal;

II – As instituições de Educação Infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada;

III – As instituições Educacionais da Rede Pública de outras esferas administrativas e de organizações não-governamentais que, por força de convênios, contratos e outros, lhes sejam incorporadas;

IV – A Secretaria Municipal de Educação;

V – O Conselho Municipal de Educação;

VI – O Conselho Municipal de Alimentação Escolar;

VII – O Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação;

VIII – O conjunto de normas complementares.

Parágrafo Único – O Município, por meio dos órgãos responsáveis pela educação municipal, baixará normas complementares às nacionais que garantam organicidade, unidade e identidade ao sistema de ensino.

### Seção I

#### Das Instituições Educacionais do Sistema Municipal de Ensino

Art. 11 A educação básica será oferecida predominantemente por meio do ensino, em instituições próprias, mantidas pelo Poder Público.

Art. 12 As Instituições Educacionais de Educação Básica, respeitadas as normas comuns nacionais e as deste Sistema de Ensino, e de acordo com a etapa e níveis da educação básica em que atuam, terão as seguintes incumbências:

I – Elaborar, executar e avaliar, coletivamente, sua proposta pedagógica;

II – Administrar seu pessoal e seus recursos materiais, didáticos e pedagógicos;

III – Assegurar o cumprimento dos dias letivos e das horas-aulas estabelecidas;

IV – Zelar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;

V – Prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;

VI – Articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

VII – Informar, sistematicamente, os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica;

Art.13 A organização administrativo-pedagógica das instituições educacionais será regulada no regimento escolar constante da Proposta Pedagógica da Rede Municipal, segundo normas e diretrizes básicas fixadas pelos órgãos competentes do Sistema Municipal de Ensino.

§ 1º. O Projeto Pedagógico e o Regimento Escolar das instituições educacionais deste Sistema de Ensino constituem referencial para autorização de funcionamento de cursos, para a avaliação de qualidade, supervisão e fiscalização dos órgãos competentes do sistema de ensino.

§ 2º. As instituições educacionais deste Sistema de Ensino serão supervisionadas por órgão específico da Secretaria Municipal de Educação, a partir das normas gerais emanadas pelo Conselho Municipal de Educação e mediante o compromisso educacional expresso em seus Projetos Pedagógicos, na Proposta Pedagógica da Rede Municipal de Ensino e neste Regimento.

Art. 14 As instituições municipais de Ensino Fundamental e de Educação Infantil serão criadas e mantidas pelo Poder Público Municipal de acordo com as necessidades de atendimento à população escolar, respeitadas as normas pertinentes e as do Sistema Municipal de Ensino.

Art. 15 As instituições de Educação Infantil, mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, integrantes deste Sistema de Ensino, atenderão às seguintes condições:

- I – cumprimento das normas gerais da educação nacional e do Sistema Municipal de Ensino;
- II – autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público Municipal;
- III – capacidade de autofinanciamento, ressalvando o previsto no Art. 213 da Constituição Federal.

## Seção II

### Da Secretaria Municipal de Educação

Art. 16 A Secretaria Municipal de Educação é o órgão executivo do Sistema Municipal de Ensino, integrante política e administrativamente do Poder Público Municipal e tem como finalidades:

- I – Organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do Sistema Municipal de Ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;
- II – Exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;
- III – Oferecer, prioritariamente, o Ensino Fundamental e a Educação Infantil em creches e pré-escolas, permitida a atuação em outros níveis de ensino, quando estiverem plenamente atendidas as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados a manutenção e desenvolvimento do ensino;
- IV – Elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes, objetivos e metas do Plano Nacional de Educação;
- V – Supervisionar os estabelecimentos do Sistema Municipal de Ensino, de acordo com as normas complementares próprias, em processo sistemático e progressivo.
- VI - Propor políticas e diretrizes educacionais no Município para as instituições que constituem seu Sistema de ensino;
- VII – Integrar a definição, execução e avaliação de políticas públicas sociais concorrentes na educação no Município;
- VIII – Coordenar, de forma participativa a política educacional do Município;
- IX – Cumprir e fazer cumprir as diretrizes definidas consoante as políticas públicas para a educação considerando a Legislação vigente;
- X – Supervisionar e avaliar os resultados obtidos quanto ao acesso e a permanência com qualidade nas instituições educacionais do SME;
- XI – Promover a articulação e parcerias com outros órgãos da administração municipal e de outras esferas administrativas bem como da iniciativa privada para melhor desempenho e resultado de suas competências;
- XII – Aplicar de forma adequada os recursos públicos, incluindo verbas de fundos federais, estaduais e municipais e outros recursos oriundos de convênios, doações e outros destinados aos setores públicos e/ou privados da educação, nos termos da lei;
- XIII – Zelar pela valorização dos profissionais da educação assegurando o cumprimento da legislação pertinente e proporcionando condições de trabalho, qualificação, aperfeiçoamento e formação continuada;
- XIV – Propor normas, medidas, atos e outros ao Poder Executivo relativos ao desenvolvimento da educação no Município.

Art 17 A Secretaria Municipal de Educação será dirigida por um(a) secretário(a) com qualificação e comprovada experiência profissional na área.

Art. 18 Caberá à Secretaria Municipal de Educação decidir pela oferta de atividades de formação continuada aos profissionais da educação vinculados às Instituições Educacionais da Rede Municipal de Ensino.

Art.19 A supervisão, orientação e administração escolar será

atividade permanente da Secretaria de Educação no sistema de ensino, concorrente na qualificação da instituição educacional, incumbindo-lhe orientar e verificar o cumprimento da legislação e das normas e acompanhar a execução dos Projetos Pedagógicos das mesmas.

## Seção III

### Do Conselho Municipal de Educação

Art. 20 O Conselho Municipal de Educação é órgão de estado, de natureza colegiada com autonomia administrativa, para o desempenho das funções fiscalizadora, consultiva, deliberativa, normativa, propositiva, mobilizadora, e de controle social, de forma a assegurar a participação da sociedade na gestão da educação do Município como mediador entre a mesma e o Poder Público.

Art. 21 O Conselho Municipal de Educação terá uma composição, de 15 (quinze) membros titulares e respectivos suplentes, indicados pelo Poder Executivo Municipal, pela Secretaria Municipal de Educação, e representantes de entidades e/ou grupos sociais:

- I – 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
- II – 1 (um) representante da Rede Estadual de Educação;
- III – 2 (dois) representantes dos Profissionais da Educação da Rede Municipal de Ensino, sendo um do Ensino Fundamental e um da Educação Infantil;
- IV – 2 (dois) representantes de pais e/ou responsáveis de alunos de escolas da Rede Municipal de Ensino;
- V - 2 (dois) representantes das Entidades Assistenciais;
- VI – 1 (um) representante Lojista ou Empresarial;
- VII – 2 (dois) representantes de alunos, emancipados, da Educação Básica;
- VIII – 1 (um) representante do Poder Executivo Municipal;
- IX – 3 (três) representantes não vinculados à Administração Pública, pertencentes a outros Conselhos Municipais: Conselho Municipal de Alimentação, Conselho Municipal de Saúde e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 22 Os conselheiros serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e terão mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução por igual período.

Art. 23 Dadas à relevância e a dimensão social da responsabilidade atribuída à função de conselheiro da educação, os representantes à composição do Conselho Municipal de Educação, serão escolhidos em processos democráticos, recomendados os seguintes critérios:

- I – indicação das entidades e categorias;
- II – idoneidade moral;
- III – expressivo compromisso sócio-educacional;
- IV – residência ou reconhecida atuação social ou profissional no Município;

§ 1º – A função de conselheiro da educação é considerada de relevante interesse público e o seu exercício tem prioridade sobre qualquer outra atividade, preservadas, nesse caso, as prioridades do processo escolar em se tratando de representante de alunos.

§ 2º – Em se tratando de representantes de pais e/ou responsáveis de alunos de escolas públicas; de alunos da rede pública e de gestores de instituições educacionais do sistema de ensino, a indicação será assegurada por iniciativa da Secretaria Municipal de Educação em articulação com o Conselho Escolar, Associação de Pais e Professores e/ou da própria entidade representativa, quando existente.

Art. 24 A estrutura e o funcionamento do Conselho Municipal de Educação será regulamentada em Regimento Interno, definido no prazo de até sessenta dias contados de sua instalação a ser elaborado, inclusive alterado em parte ou no todo, mediante aprovação da maioria absoluta de seus membros.

**Art. 25** Para cumprir a sua função fiscalizadora, o Conselho Municipal de Educação constituirá comissões por prazo determinado.

**Art. 26** O presidente, o secretário e o relator do Conselho de Educação será eleito pela maioria de votos dos conselheiros, na primeira reunião após a composição e posse do órgão.

**Art. 27** As funções do Conselho Municipal de Educação, serão realizadas através das seguintes incumbências:

I – Autorizar o funcionamento das instituições educacionais na área da Educação Infantil, bem como de seus cursos, considerando os padrões básicos de funcionamento para o Sistema Municipal de Ensino.

II – Credenciar os estabelecimentos mediante a exigência da comprovação de atendimento aos requisitos que assegurem os padrões de qualidade definidos para o Sistema Municipal de Ensino, no prazo determinado.

III – Estabelecer procedimentos normativos necessários ao efetivo gerenciamento do Sistema Municipal de Educação, principalmente relativos a planejamento, informação e avaliação;

IV – Fiscalizar e supervisionar o cumprimento dos dispositivos legais em matéria de educação, em particular as aplicações financeiras orçamentárias nos mínimos previstos em lei;

V – Estabelecer normas para instalação e funcionamento de entidades e iniciativas educacionais, nos níveis, modalidades e tipos que lhe compete, em área de jurisdição do Município, observando a legislação vigente;

VI – Acompanhar o levantamento anual de população escolar e fiscalizar o cumprimento do preceito constitucional de universalização quantitativa e qualitativa da educação;

VII – Manifestar-se previamente sobre acordos, convênios e similares, inclusive de municipalização, a serem celebrados pelo Poder público com escolas comunitárias, profissionais, confessionais ou filantrópicas e com as demais instâncias governamentais;

VIII – Sugerir medidas que visem à expansão e aperfeiçoamento do ensino municipal.

IX – Fortalecer a gestão democrática e a autonomia municipal na definição e execução da política educacional como garantia do pleno atendimento da educação enquanto direito fundamental de cidadania.

X – Manter intercâmbios e permanente regime de cooperação com os demais sistemas de educação, especialmente com o conselho estadual de educação;

XI – Manifestar-se sobre assuntos e questões de natureza pedagógica e educativa que lhe forem submetidas;

XII – Aprovar os regimentos escolares e modelos curriculares das instituições educacionais do Sistema Municipal de Ensino;

XIII – Manifestar-se sobre proposta do estatuto do Magistério, bem como sobre concessões de auxílio e subvenções a instituições educacionais;

XIV – Convocar e coordenar, conjuntamente com a Secretaria de Educação e entidades sociais de interesses afins, à Conferência Municipal de Educação.

XV – Fixar diretrizes e normas complementares às nacionais para a organização e funcionamento do sistema de ensino em consonância com as normas estaduais, assegurada a sua autonomia e identidade própria.

XVI – Estabelecer diretrizes curriculares para a Educação Infantil, e Ensino Fundamental em seus níveis e modalidades, assegurada a inclusão, de acordo com a legislação e normas nacionais e as estaduais pertinentes, atendidas as especificidades locais;

XVII – Manter contínua articulação com outros conselhos de direitos sociais, existentes no Município integrando ações e responsabilidades com vistas ao pleno e qualificado atendimento à população;

XVIII – Manifestar-se sobre critérios previstos para programas municipais suplementares de apoio ao educando, como merenda escolar, transporte, material didático, assistência à saúde e outros afins.

XIX – Convocar, coordenar e participar, conjuntamente com a Secretaria Municipal de Educação e organizações da sociedade do processo de elaboração, desenvolvimento e avaliação do Plano Municipal de Educação.

XX – Atualizar-se no conhecimento da realidade educacional do Município e propor medidas ao Poder Público que concorram para a superação de problemáticas e déficit existentes.

XXI – Exercer outras incumbências por força de dispositivos legais, concorrentes no campo educacional.

#### Seção IV

##### Do Conselho Municipal de Alimentação Escolar

**Art. 28** O Conselho Municipal de Alimentação Escolar é um órgão deliberador, fiscalizador e de assessoramento quanto à aplicação dos recursos e qualidade da merenda escolar. O Conselho será constituído por sete membros titulares e respectivos suplentes, com mandato de dois anos:

I – 1 (um) representante do Poder Executivo;

II – 1 (um) representante do Legislativo;

III – 1 (um) representante da sociedade local;

IV – 2 (dois) representantes dos Profissionais da Educação;

V – 2 (dois) representantes de pais de alunos.

#### Seção V

##### Do Conselho do FUNDEB

**Art. 29** O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, instituído pela Lei Municipal n° 3226 de 17/04/2007 é organizado na forma de órgão colegiado e tem como finalidade acompanhar a repartição, transferência e aplicação dos recursos financeiros municipais oriundos do FUNDEB.

**Art. 30** Compete ao Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle social do FUNDEB:

I – Acompanhar e controlar, em todos os níveis, a distribuição dos recursos financeiros do FUNDEB Municipal;

II – Acompanhar e controlar, junto aos órgãos competentes do Poder Executivo e ao Banco do Brasil, os valores creditados e utilizados à conta do FUNDEB;

III – Supervisionar a realização do censo escolar, no que se refere às atividades de competência do Poder Executivo Municipal, relacionadas ao preenchimento e encaminhamento dos formulários de coleta de dados, especialmente no que tange ao comprimento dos prazos estabelecidos;

IV – Supervisionar a elaboração da proposta orçamentária anual do município, especialmente no que se refere à adequada alocação dos recursos do FUNDEB, observando-se o cumprimento dos percentuais legais de destinação de recursos;

V – Acompanhar mediante demonstrativos gerenciais disponibilizados pelo Poder Executivo, o fluxo e a utilização do FUNDEB;

VI – Exigir do Poder Executivo Municipal a disponibilização da prestação de contas da aplicação dos recursos do FUNDEB, em tempo hábil à análise e manifestação do Conselho no prazo regulamentar;

VII – Manifestar-se, mediante parecer gerencial, sobre as prestações de contas do Município, de forma a restituí-las ao Poder Executivo Municipal em até trinta dias antes do vencimento do prazo para sua apresentação ao Tribunal de Contas competente, conforme Parágrafo Único do art. 25 da Medida Provisória 339/06;

VIII – Observar a correta aplicação do mínimo de 60% dos recursos do Fundo na remuneração dos profissionais do magistério, especialmente em relação à composição do grupo dos profissionais, cujo pagamento é realizado com essa parcela mínima legal de recursos;

IX – Exigir o fiel cumprimento do plano de carreira e remuneração do magistério da rede municipal de ensino;



X – Zelar pela observância dos critérios e condições estabelecidos para exercício da função de conselheiro, especialmente no que tange aos impedimentos para integrar o Conselho e para o exercício da presidência e vice-presidência do colegiado, descritos nos §§ 5º e 6º do art. 24 da Medida Provisória 339/06;

XI – Apresentar à Câmara Municipal, ao Poder Executivo Municipal e ao Tribunal de Contas Estadual/Municipal, manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo, sempre que o Conselho julgar conveniente;

XII – Requisitar, junto ao Poder Executivo Municipal, a infra-estrutura e as condições materiais necessárias à execução plena das competências do Conselho;

XIII – Exercer outras atribuições previstas na legislação federal e municipal

XIV – O Conselho deve atuar com autonomia, sem vinculação ou subordinação institucional ao Poder Executivo Municipal e será renovado periodicamente ao final de cada mandato dos seus membros.

XV – As decisões tomadas pelo Conselho deverão ser levadas ao conhecimento do Poder Público Municipal e da Comunidade.

## Seção VI

### Da Composição do Conselho

Art. 31 O Conselho do FUNDEB será constituído pelos membros titulares e respectivos suplentes:

I – Um representante da Secretaria Municipal de Educação, indicado pelo Poder Executivo Municipal;

II – Um representante dos professores da educação básica municipal;

III – Um representante dos diretores das escolas públicas municipais;

IV – Um representante dos servidores técnico-administrativos das escolas públicas municipais;

V – Dois representantes de pais de alunos da educação pública municipal;

VI – Dois representantes dos estudantes (emancipados) da educação básica;

VII – Um representante do Conselho Municipal de Educação, sem vínculo com a Administração Pública Municipal;

VIII – Um representante do Conselho Tutelar;

IX – Dois representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.

## CAPÍTULO IV

### DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO

Art. 32 A gestão democrática do Ensino na forma estabelecida na Lei N° 3.390 de 18 de junho de 2008, do Sistema Municipal de Ensino e nas Normas Regimentais, tem por finalidade possibilitar maior grau de autonomia as escolas, de forma a garantir o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, assegurando padrão de qualidade do ensino ministrado.

Art. 33 O processo de construção da gestão democrática na escola, entendida como ação coletiva, será fortalecido mediante os princípios de coerência, equidade e co-responsabilidade da comunidade escolar na organização e prestação dos serviços educacionais.

Art. 34 Para a melhor consecução de sua finalidade, a gestão democrática nas Instituições Educacionais, far-se-á mediante a observação dos seguintes princípios.

I – Participação dos profissionais da Instituição Educacional na elaboração do projeto pedagógico;

II – Participação efetiva dos diferentes segmentos da comunidade escolar, direção, professores, pais, alunos, e demais servidores nos processos consultivo e decisórios, através do Conselho Deliberativo Escolar e da Associação de Pais e Professores;

III – Crescente autonomia da gestão escolar respeitadas as diretrizes nacionais e municipais de ensino;

IV – Transparência nos procedimentos pedagógicos, administrativos e financeiros, garantindo-se também a responsabilidade e o zelo comum na manutenção e otimização do uso, aplicação e distribuição adequada dos recursos públicos;

V – Valorização da escola em quanto local privilegiado de execução do processo educacional.

Art. 35 A autonomia da escola, em seus aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos, entendidos como mecanismos de fortalecimento de uma gestão democrática a serviço da comunidade, será assegurada mediante a:

I – Capacidade de cada escola coletivamente, formular, implementar e avaliar sua proposta pedagógica e seu plano de gestão;

II – Constituição e funcionamento do Conselho Deliberativo Escolar, do Conselho de Classe e da Associação de Pais e Professores.

Art. 36 Os Conselhos e Associações terão a função de aprimorar o processo de construção da autonomia das Instituições Educacionais e as relações de convivência intra e extra-escolar, garantindo-se a participação da comunidade escolar.

## CAPÍTULO V

### DA ORGANIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS

Art. 37 Cabe à Instituição Educacional atender as necessidades sócio-educacionais e de aprendizagem, adequados às diferentes faixas etárias e níveis de ensino ministrados.

Art. 38 A organização da Instituição Educacional poderá ter os seguintes serviços:

I – Direção;

II – Secretaria

III – Corpo técnico administrativo

IV – Especialista em assuntos educacionais

V – Corpo docente

VI – Corpo discente

VII – Conselho de classe

VIII – Conselho Deliberativo Escolar

## Seção I

### Da Direção

Art. 39 A Direção é o órgão que gerencia o funcionamento dos serviços técnico, administrativo e pedagógico, no sentido de garantir o alcance dos objetivos educacionais, definidos no Projeto Pedagógico.

Art. 40 A Direção será exercida por Diretor, designado na forma da lei vigente.

Art. 41 Compete ao Diretor:

I – Garantir que a Instituição Educacional cumpra sua função, o desenvolvimento educacional em seus aspectos cognitivo, científicos, físicos, culturais e sociais.

II – Participar, controlar e avaliar todas as atividades relacionadas ao ensino/aprendizagem dos educandos;

III – Diagnosticar junto à comunidade escolar as reais necessidades pedagógicas da escola;

IV – Coordenar a elaboração e execução do projeto pedagógico;

V – Promover o aperfeiçoamento permanente dos professores através de reuniões pedagógicas, encontros de estudo, visando a construção da competência pedagógica;

VI – Analisar todos os materiais didático-pedagógicos adequando-os às necessidades dos alunos;

VII – Garantir o acesso e permanência do aluno na escola;

VIII – Promover a participação dos pais e alunos na construção do Projeto Pedagógico;



IX – Coordenar os conselhos de classe em seu planejamento, execução, avaliação e desdobramentos;  
X – Influir para que todos os funcionários da Instituição Educacional se comprometam com o atendimento às reais necessidades dos alunos;  
XI – Organizar e coordenar a execução de toda documentação escolar, entregando-a na data prevista à Secretaria Municipal de Educação;  
XII – Convocar e presidir reuniões;  
XIII – Preservar o patrimônio da Instituição Educacional;  
XIV – Promover o bom relacionamento entre o corpo docente, discente e a comunidade escolar;  
XV – Atender os problemas disciplinares e de dificuldade de aprendizagem dos educandos, acompanhando o aproveitamento pedagógico dos mesmos;  
XVI – Organizar e distribuir os recursos humanos, físicos e materiais disponíveis na Instituição Educacional;  
XVII – Acompanhar o processo da merenda escolar, da limpeza e manutenção da escola;  
XVIII – Coordenar e avaliar todas as atividades desenvolvidas pela APP;  
XIX – Responsabilizar-se de forma integral pelos recursos transferidos a unidade escolar desde a sua aplicação e prestação de contas;  
XX – Substituir eventuais ausências dos professores, justificando em formulário próprio se a falta for justificada ou não;  
XXI – Cuidar e coordenar para que o livro ponto, relógio ponto ou ponto digital seja preenchido de maneira correta, no horário exato de chegada e/ou saída de cada funcionário;  
XXII – Realizar e zelar pelas atividades administrativas e burocráticas das Instituições Educacionais, contando com apoio técnico e administrativo da Secretaria Municipal de Educação;  
XXIII – Executar outras atividades correlatas.

## Seção II

### Do Corpo Técnico Administrativo

Art. 42 As atribuições e responsabilidades do Agente Operacional I, Nutricionista, Fonoaudióloga e Motorista, são aquelas definidas na Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

## Seção III

### Do Especialista em Assuntos Educacionais

Art. 43 Compete ao Especialista em Assuntos Educacionais:

I – Coordenar a elaboração e execução do projeto pedagógico da Instituição Educacional, assim como proceder acompanhamento das atividades nele proposto;  
II – Administrar o pessoal e os recursos materiais e financeiros da Instituição Educacional, tendo em vista o alcance de seus objetivos pedagógicos;  
III – Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas aulas estabelecidos;  
IV – Zelar pelo cumprimento do plano de trabalho dos docentes;  
V – Prover meios para recuperação dos alunos de menor rendimento;  
VI – Promover a articulação com as famílias e a comunidade, criando processo de integração da sociedade com a Instituição Educacional;  
VII – Informar os pais ou responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução do projeto pedagógico da Instituição Educacional;  
VIII – Coordenar no âmbito da Instituição Educacional as atividades de planejamento, avaliação e desenvolvimento profissional;  
IX – Acompanhar e orientar o processo de desenvolvimento dos educandos em colaboração com os docentes e as famílias;  
X – Elaborar estudos, levantamento qualitativos e quantitativos indispensáveis ao desenvolvimento do sistema ou rede de ensino ou da Instituição Educacional;

XI – Elaborar e implementar acompanhar e avaliar planos, programas e projetos voltados para o desenvolvimento do sistema e/ou rede de ensino e da Instituição Educacional, em relação a aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros, de pessoal e de recursos materiais;  
XII – Acompanhar e supervisionar o funcionamento das Instituições Educacionais, zelando pelo cumprimento da legislação e normas educacionais e pelo padrão de qualidade de ensino;  
XIII – Executar outras atividades correlatas.

## Seção IV

### Do Corpo Docente

Art 44 Compete ao Professor:

I – Planejar, ministrar aulas nos dias letivos estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, avaliação e ao aperfeiçoamento profissional, buscando atualização constante em uma prática educacional mais competente;  
II – Zelar pela aprendizagem dos educandos, buscando desenvolver atividades de ensino aprendizagem diversificada, permitindo que os mesmos re-elaborem os conhecimentos adquiridos e produzam novos conhecimentos, respeitando os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social de cada um, garantindo a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura;  
III – Participar da elaboração, execução e avaliação do projeto pedagógico da Instituição Educacional, elaborando seu planejamento de acordo com as diretrizes norteadoras;  
IV – Realizar a recuperação contínua e paralela de estudos com os educandos que, durante o processo de ensino aprendizagem apresentarem um menor rendimento no domínio do conteúdo curricular ministrado;  
V – Promover ações globais, contínuas e permanentes, acompanhando e enriquecendo o desenvolvimento do trabalho do educando;  
VI – Manter a disciplina, em sala de aula e fora de dela, em cooperação com a direção;  
VII – Zelar pela permanência de todos os educandos na Instituição Educacional, contribuindo para a diminuição do índice de evasão escolar;  
VIII – Comunicar a direção e ao serviço de supervisão, a relação dos educandos que apresentam rendimento insuficiente e que dificultam o ritmo dos trabalhos em classe;  
IX – Criar entre os alunos um clima de bom relacionamento, empenhando-se no cultivo de valores humanos, tais como: a solidariedade, a confiança, o respeito, o amor ao trabalho, e a responsabilidade em todas as tarefas;  
X – Seguir as diretrizes de ensino, emanadas do órgão superior competente;  
XI – Comparecer as reuniões, conselhos de classe e outras atividades sempre que for convidado ou convocado, ainda que em horários e em datas diferentes do normal;  
XII – Cooperar com as decisões da direção e demais autoridades de ensino;  
XIII – Colaborar com as atividades de articulação da Instituição Educacional com a família e a comunidade, estabelecendo as relações necessárias com os pais dando-lhes ciência da situação de seus filhos e notificando-os em tempo hábil sobre o rendimento escolar de cada bimestre.  
XIV – Colaborar com a direção e com a Secretaria Municipal de Educação, na organização e na execução de trabalhos complementares de caráter cívico, cultural, recreativo ou promocional;  
XV – Zelar pelo nome e respeito do estabelecimento dentro e fora dele, exercendo sua função dentro de princípios éticos, desenvolvendo o espírito de colaboração e iniciativa dentro e fora do contexto escolar;  
XVI – Executar outras atividades correlatas.

Art. 45 Compete ao Professor Auxiliar:

I – Auxiliar o professor titular na organização da sala de aula em

todas as atividades desenvolvidas;

II – Realizar as atividades de rotina tais como: troca de fraldas, alimentação, banho, escovação dentária, aplicação de flúor após orientação de um profissional da saúde, higiene, recreação dentro e fora da sala de aula;

III – Observar e acompanhar com o professor titular o desenvolvimento da criança conforme sua faixa etária, nos aspectos cognitivo, social, afetivo, psicológico e psico-motor;

IV – Organizar os pertences dos educandos;

V – Permanecer em tempo integral na sala de aula, exceto se autorizado pelo titular para desempenhar atividades relacionadas com o trabalho da classe;

VI – Receber os educandos antes do início das atividades ou entregá-los após o encerramento aos pais ou responsáveis, conforme determinação da direção da Instituição;

VII – Demonstrar conhecimentos legislativos educacionais;

VIII – Utilizar vestuário adequado para as atividades;

IX – Participar da elaboração do projeto pedagógico da Instituição Educacional;

X – Comparecer as reuniões, conselhos de classe e outras atividades sempre que for convidado ou convocado ainda que em horários e em datas diferentes do normal.

**Art. 46 Compete ao Chefe do Serviço da Educação Infantil:**

I – Promover o desenvolvimento sistemático e sincronizado das ações de educação do município;

II – Promover e dirigir as atividades pedagógicas de planejamento, coordenação, execução e avaliação do ensino da Educação Infantil;

III – Garantir o atendimento de crianças de 0 a 5 anos, em centros municipais de educação infantil e pré-escolas;

IV – Promover a capacitação de recursos humanos e aquisição de materiais específicos para o atendimento e manutenção dos centros municipais de educação infantil e pré-escolas;

V – Articular-se com entidades particulares que ministram o ensino de crianças de 0 a 5 anos, com objetivo de aprimorar o corpo pedagógico;

VI – Recensear os educandos do ensino infantil, zelando junto aos pais pela frequência à Instituição Educacional;

VII – Promover treinamentos, estudos, pesquisas, cursos de capacitação e reuniões de caráter pedagógico e administrativo, destinados ao aperfeiçoamento e avaliação do desempenho pedagógico docente e discente;

VIII – Controlar, executar e fiscalizar todas as atividades de caráter administrativo que envolvam os centros municipais de educação infantil e pré-escolas;

IX – Executar outras atividades correlatas.

**Art. 47 Compete ao Chefe do Serviço do Ensino Fundamental:**

I – Promover o desenvolvimento sistemático e sincronizado das ações de educação do município;

II – Promover e dirigir as atividades de planejamento, coordenação, execução e avaliação do ensino fundamental;

III – Garantir o atendimento das crianças e adolescentes frequentadores do 1º ao 9º ano;

IV – Promover a capacitação de recursos humanos e aquisição de materiais específicos para o atendimento e provimento do ensino fundamental do 1º ao 9º ano;

V – Articular-se com entidades particulares que ministram o ensino fundamental, com objetivo de aprimorar o corpo pedagógico;

VI – Recensear os educandos do ensino fundamental, zelando junto aos pais pela frequência à escola;

VII – Promover treinamentos, estudos, pesquisas, cursos de capacitação e reuniões de caráter pedagógico e administrativo, destinados ao aperfeiçoamento e avaliação do desempenho administrativo docente e discente;

VIII – Controlar, executar e fiscalizar todas as atividades de caráter pedagógico-administrativo que envolvam as unidades de

ensino fundamental;

IX – Fixar conteúdo mínimo para o ensino fundamental, de maneira a assegurar a formação satisfatória e resgatar o respeito e o interesse aos valores culturais e artísticos;

X – Propor currículos das disciplinas optativas adequando-se as peculiaridades e necessidades locais;

XI – Estimular o ingresso no ensino médio;

XII – Planejar, coordenar, executar e controlar a realização de feiras e exposições de ciências dentre outras disciplinas, inclusive de cunho cultural;

XIII – Executar outras atividades correlatas.

**Art. 48 Compete ao Chefe do Serviço de Apoio a Educação:**

I – Criar mecanismos e condições dinâmicos e modernos para administrar a educação em sistema integrado;

II – Introduzir e administrar conteúdos programáticos nos currículos de acordo com a realidade municipal, dos seus meios de produção, consumo e necessidades diárias;

III – Promover o desenvolvimento sistemático e sincronizado das ações de educação do município;

IV – Articular-se com entidades particulares que ministram o ensino fundamental e infantil com objetivo de aprimorar o corpo pedagógico;

V – Controlar, executar e fiscalizar toda atividade de caráter administrativo que envolva a Secretaria Municipal de Educação;

VI – Controlar, planejar e administrar os arquivos e as respectivas documentações da Secretaria Municipal de Educação;

VII – Controlar, executar e manter os históricos escolares da rede municipal de ensino;

VIII – Controlar e confeccionar relatório gerencial das unidades escolares;

IX – Dar suporte técnico-administrativo à Direção das Instituições Educacionais, nos serviços burocráticos relativos às atividades da secretaria das Instituições Educacionais;

XI – Executar outras atividades correlatas.

**Art. 49 Compete ao Chefe do Serviço de Merenda e Transporte escolar:**

I – Promover o desenvolvimento sistemático e sincronizado das ações de educação do município;

II – Acompanhar, controlar e fiscalizar os serviços de transporte escolar:

a) Cadastrar e expedir carteirinhas dos alunos que utilizam o transporte escolar, observando e conferindo seu acesso de acordo com o itinerário previamente estabelecido;

b) Conferir a realização dos trajetos, de acordo com os itinerários previamente definidos;

c) Acompanhar e fiscalizar o contrato de terceirização do transporte escolar;

III – Acompanhar, controlar e fiscalizar a distribuição e o preparo da merenda escolar;

IV – Acompanhar os trabalhos desenvolvidos pelo profissional especializado em nutrição, assegurando que o mesmo possua os mecanismos necessários para consecução de sua atividade;

V – Realizar e controlar o preenchimento de relatórios que informem quais equipamentos e utensílios devem ser adquiridos para perfeita execução dos serviços escolares e do aprimoramento do bem estar dos alunos e profissionais da educação;

VI – Executar outras atividades correlatas.

**Seção V**

**Do Conselho de Classe**

**Art. 50** O conselho de Classe é o órgão colegiado de natureza deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, tendo por objetivo avaliar o processo ensino-aprendizagem na relação direção-professor-aluno e os procedimentos adequados a cada caso.

**Parágrafo único** – A última instância de decisão avaliativa na Escola é o Conselho de Classe. A instância superior é a Direção.

**Art. 51 O Conselho de Classe tem por finalidade:**

I – Estudar e interpretar os dados da aprendizagem na relação com o trabalho do professor, na direção com o processo ensino-aprendizagem, proposta pelo Plano Pedagógico da Escola.  
II – Acompanhar e aperfeiçoar o processo ensino – aprendizagem bem como diagnosticar seus resultados registrando-os em relatórios;  
III – Avaliar os resultados da aprendizagem do aluno, na perspectiva do processo de apropriação do conhecimento, da organização dos conteúdos e dos encaminhamentos metodológicos da prática pedagógica.

Art. 52 O Conselho de Classe será constituído por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar.

Art. 53 A coordenação do Conselho de Classe em planejamento, execução, avaliação e desdobramento estarão a cargo do diretor e da coordenação pedagógica da escola.

Art. 54 O Conselho de Classe reunir-se-á ordinariamente em cada bimestre, em data prevista no Calendário Escolar e, extraordinariamente, sempre que um fato relevante assim o exigir, sem prejuízo do referido Calendário Escolar.

§1º A convocação para as reuniões será feita através de ato, baixado pelo diretor ou responsável pela escola, com antecedência de 48 horas, sendo obrigatório o comparecimento de todos os membros convocados.

§2º Das reuniões do Conselho de Classe será lavrada ata para registro, divulgação ou comunicação aos alunos e pais interessados.

**Art. 55 São atribuições do Conselho de Classe:**

I – Emitir parecer descritivo sobre assuntos referentes ao processo ensino-aprendizagem, decidindo pela recuperação, revisão dos conteúdos e metodologia aplicados, anulação e repetição de teste, provas ou trabalhos metodologia aplicada, anulação e repetição de teste, provas ou trabalhos destinado à avaliação do rendimento escolar em que ocorram irregularidades ou dúvidas por parte dos alunos, pais ou responsáveis, quanto aos resultados obtidos;  
II – Analisar o pedido de reconsideração dos pareceres emitidos pelo Conselho de Classe nos casos relacionados no inciso anterior e, esgotadas todas as possibilidades de solução para o problema, consultar a instância superior imediata para a decisão final;  
III – Avaliar as atividades docentes e discentes, possibilitando o replanejamento dos objetivos e das estratégias de execução da programação, com vistas à melhoria do processo ensino-aprendizagem;  
IV – Responsabilizar o professor de cada área de estudo, ou disciplina, ao término do Conselho de Classe, pelo preenchimento da documentação de avaliação e frequência adotadas pela escola;  
V – Propor medidas para a melhoria do aproveitamento escolar, integração e relacionamento dos alunos na turma e na escola;  
VI – Estabelecer planos viáveis de recuperação contínua e paralela dos alunos, em consonância com o Plano Pedagógico da escola; Assegurar a elaboração e execução dos planos de adaptação de alunos transferidos, quando se fizer necessário, atendendo a legislação específica.

**Seção VI****Do Conselho Deliberativo Escolar**

Art. 56 O Conselho Deliberativo Escolar, colegiado de natureza consultiva e deliberativa, vinculado ao núcleo de direção, é formado por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar, constituindo-se em importante canal de participação para a construção de gestão democrática da escola e terá as atribuições e composição variáveis de acordo com o porte da instituição, fixadas pelas diretrizes da Secretaria Municipal de Educação, apro-

vadas pelo Conselho Municipal de Educação.

**Seção VII****Dos Colegiados e Associações**

Art. 57 Além dos conselhos previstos neste Capítulo, as escolas contarão com suas respectivas Associações de Pais e Professores – APP;

**Seção VIII****Dos Cursos, Níveis e Modalidades de Ensino**

Art. 58 Os cursos, níveis e modalidades de ensino obedecerão às diretrizes federais e demais normas dos sistemas de ensino.

**Seção IX****Dos Currículos**

Art. 59 Os cursos serão organizados em conformidade com a legislação específica e encaminhados para a devida autorização do órgão normativo do sistema de ensino.

Art. 60 A Educação Infantil norteará suas atividades de ensino, nas normas nacionais, estaduais e lei do Sistema Municipal de Ensino.

Art. 61 O Ensino Fundamental obedecerá às diretrizes nacionais, municipais e a grade curricular aprovada pelo órgão competente, atendendo também à parte diversificada estabelecida pela instituição.

**Seção X****Da Aceleração, Progressão e Reclassificação de Estudos**

Art. 62 A Secretaria Municipal de Educação adotará procedimentos que visem propiciar aos alunos do ensino fundamental o avanço em um ou mais anos de escolaridade, bem como poderá adotar programas especiais de aceleração de estudos que visem à progressão, classificação ou reclassificação em anos escolares mais avançados, previstos nos artigos 23 a 24 da Lei N° 9394/96.

Art. 63 Os procedimentos adotados pela Instituição Educacional, relativos a esta seção e suas formas de operacionalização deverão estar explicitados no Projeto Pedagógico, cabendo a uma Comissão Avaliadora, presidida pela direção da Instituição e formada por docentes da Unidade Escolar e Chefes do Ensino Fundamental e do Apoio Administrativo da Secretaria Municipal de Educação, apurar o nível e grau de desenvolvimento dos alunos, cujas decisões serão devidamente registradas na documentação da Instituição Educacional e do aluno, em conformidade com a legislação superior, com parecer favorável do Secretário(a) Municipal de Educação.

**Seção XI****Dos Projetos Pedagógicos Especiais**

Art. 64 A Escola poderá desenvolver projetos pedagógicos especiais de natureza curricular, aprovados pela Secretaria Municipal de Educação abrangendo:

I – Programação de atividades de reforço e recuperação de aprendizagem e orientação de estudos;  
II – Organização e utilização de salas ambiente, de multimeios, multimídia, de leitura e laboratório;  
III – Grupos de estudo e pesquisas;  
IV – Cultura e lazer;  
V – Outros de interesse da comunidade.

Parágrafo único - Os projetos especiais integrados aos objetivos da escola, serão planejados e desenvolvidos por docentes e se nortearão pelas normas vigentes.



## Seção XII

## Da Avaliação da Aprendizagem

Art. 65 O processo de avaliação do ensino e da aprendizagem, será implementado, através de procedimentos que objetivem oferecer comparativos de desempenho para a tomada de decisões nas diferentes áreas de aprendizagem.

Art. 66 A avaliação do processo ensino-aprendizagem, responsabilidade de escola e de seus professores, será realizada de forma contínua e sistemática, sendo diagnóstica, formativa e somativa, tendo como um de seus parâmetros o diagnóstico da situação de aprendizagem de cada aluno, em relação à programação curricular prevista e desenvolvida em cada nível e etapa de escolaridade.

Parágrafo Único – A avaliação a ser adotada pela escola terá sempre como perspectiva o aprimoramento da qualidade do ensino e será subsidiado por procedimentos de observações e registros no decorrer de cada semestre letivo.

Art. 67 A avaliação e reavaliação interna do processo de ensino aprendizagem deverão possibilitar:

I – Diagnóstico dos avanços e dificuldades de aprendizagem dos alunos de forma a nortear as atividades de planejamento dos conteúdos básicos curriculares;

II – Observação e análise dos progressos individuais e coletivos de aquisição e construção do conhecimento, em função do trabalho didático-pedagógico desenvolvido;

III – A auto-avaliação dos alunos em relação ao progresso obtido e às dificuldades com vistas a superá-las durante o processo de aprendizagem;

IV – O embasamento para as decisões do Conselho de Classe quanto à necessidade de procedimentos paralelos ou intensivos de reforço e recuperação de aprendizagem, de classificação ou reclassificação de alunos.

Art. 68 A Escola, respeitada a legislação vigente, adotará a sistemática de avaliação através de notas em todos os seus cursos, níveis e modalidade de ensino, com prevalência dos resultados obtidos durante o ano letivo, sobre os exames finais. Na Educação Infantil e no 1º ano do Ensino Fundamental, a avaliação será de forma descritiva e sem reprovação, observando o critério de frequência mínima, para o 1º ano.

§1º - Para fins de escrituração escolar e registro em documentos oficiais a serem arquivados na secretaria da escola, os mesmos deverão ser realizados por meio de médias bimestrais.

§2º - O calendário da escola deverá prever reuniões do conselho de classe, dos professores, alunos e pais ou responsáveis para conhecimento, análise e reflexão sobre os procedimentos de desempenho do ensino e resultados de aprendizagem obtidos pelos alunos.

## Seção XIII

## Da Verificação do Rendimento Escolar

Art. 69 Para a avaliação do aluno, considerar-se-á o aproveitamento e a frequência, conforme estabelece a legislação vigente específica o grau de desenvolvimento do aluno, sustentado nos registros avaliativos.

§1º - A frequência do aluno fica a cargo da Escola e seus registros diários, lançados pelo respectivo professor, sendo exigida a frequência mínima de 75 % (setenta e cinco por cento) do total das horas letivas para a sua aprovação no ensino fundamental.

§2º - A avaliação do rendimento escolar deverá obedecer ao disposto na legislação vigente e na Proposta Pedagógica.

Art. 70 Aluno que não alcançar média 7,0 (sete) durante o ano letivo nas respectivas disciplinas ou áreas de estudo, será

submetido à Prova Final, sendo considerado aprovado se atingir média mínima de 5,0 (cinco), observando a seguinte fórmula:  
(Nota do 1o bimestre + nota do 2o bimestre + nota do 3o bimestre + nota do 4o bimestre)

= ..... : 4 = ..... x 7 = ..... + (PF x 3) = ..... : 10 = .....

## Seção XIV

## Da Recuperação de Estudos

Art. 71 Os estudos de recuperação visam às novas oportunidades de aprendizagem, no decorrer do ano letivo - durante trabalhos escolares normais e em cada disciplina ou atividade, para recuperar as deficiências verificadas.

Parágrafo Único – A recuperação será oferecida de forma continuada e paralela, durante o ano letivo, atendendo o estabelecido na legislação vigente.

Art. 72 A nota obtida após estudos de recuperação em que o educando demonstre ter superado dificuldades, substituirá a anterior referente aos mesmos objetivos.

Art. 73 O professor efetuará o competente registro, no Diário de Classe dos estudos e resultados da recuperação de estudos.

## Seção XV

## Da Promoção

Art. 74 Para a promoção do aluno considerar-se-á o aproveitamento mínimo de média 5,0 (cinco), após os exames e a frequência conforme estabelece a legislação.

## Seção XVI

## Do Projeto Pedagógico

Art. 75 O Projeto Pedagógico da Instituição Educacional definirá a concepção filosófico-pedagógico, em consonância com a concepção de educação da Proposta Pedagógica da Rede Municipal, que norteadora do processo de ensino-aprendizagem fundamentada nos princípios de socialização do saber e da solidariedade humana. O exercício permanente de fortalecimento da escola será elaborado a partir dos princípios de responsabilização dos diversos participantes do processo educativo e de sua adequação às características e recursos da escola, sua mantenedora e comunidade em que se insere.

Parágrafo Único: O Projeto Pedagógico é o documento que traça o seu perfil, conferindo-lhe identidade própria, na medida em que contempla as intenções de todos os envolvidos e norteia o gerenciamento das ações intra e extra-escolares.

Art. 76 A Instituição Educacional registrará suas intenções em termos de Projeto Pedagógico que deseja concretizar, cuja síntese, constituir-se-á em instrumento norteador do trabalho da escola, discutido e do conhecimento da comunidade escolar.

Parágrafo Único – O Projeto Pedagógico deverá ser formulado com a participação de toda comunidade escolar e submetido à aprovação da Secretaria Municipal de Educação, de acordo com as normas estabelecidas pelo Sistema Municipal de Ensino.

Art. 77 Projeto Pedagógico é um documento de caráter flexível, devendo ser revisto a cada ano e, se necessário, fazer as alterações necessárias ou realizar novos encaminhamentos.

## Seção XVII

## Do Calendário Escolar

Art. 78 O calendário escolar será elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, com base na grade curricular e observada a legislação vigente, com a participação de representantes do Conselho Deliberativo Escolar, fixarão os dias letivos, dias de trabalho escolar efetivo, dias de estudo, reuniões pedagógicas, conselho de



classe, recesso escolar e eventos programados para o ano letivo, obtendo parecer favorável do Conselho Municipal de Educação.

#### Seção XVIII Da Matrícula

Art. 79 O Plano de matrícula será elaborado anualmente pela Secretaria Municipal de Educação e divulgado em tempo hábil para a comunidade escolar.

§1º - A Secretaria Municipal de Educação juntamente com a Direção da Instituição Educacional serão responsáveis pela divulgação do período e critérios para a efetivação da matrícula.

§2º - A partir da matrícula o aluno, pai ou responsável tomará conhecimento do Regimento e do Projeto Pedagógico.

Art. 80 Para a matrícula inicial, o candidato deverá apresentar certidão de nascimento e atender a legislação vigente.

Art. 81 Para matrícula de aluno recebido por transferência de outro estabelecimento de ensino, a escola deverá exigir o Atestado de Frequência e Histórico Escolar devidamente assinados pelos responsáveis e cópia dos documentos pessoais do interessado, devendo o Histórico Escolar ser apresentado no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a matrícula.

Art. 82 Constatada qualquer irregularidade na documentação apresentada pelo aluno, referente à série em que está cursando, a escola deverá providenciar a sua regularização, exceto em que a documentação encontrar-se em tramitação de processo em Instância Superior.

Art. 83 Para os atuais alunos da Escola, a renovação de matrícula dar-se-á mediante preenchimento e assinatura do responsável, no documento de renovação.

#### Seção XIX Da Transferência

Art. 84 A Escola aceitará transferência, observadas as exigências e formalidades legais obedecidas às diretrizes curriculares nacionais comuns.

Art. 85 A Transferência far-se-á pelo Núcleo Comum, fixado em âmbito nacional, observados os princípios e normas vigentes.

Art. 86 A Transferência oriunda de país estrangeiro dar-se-á em conformidade com legislação vigente.

Parágrafo único - A divergência de currículo em relação às matérias da Área de Estudos ou disciplinas da parte diversificada, acrescentada pela escola de origem, não constituirá impedimento para aceitação da matrícula por transferência.

#### Seção XX Da Adaptação

Art. 87 O aluno que vier transferido de outro estabelecimento de ensino com plano curricular diferente do previsto pela escola estará sujeito à adaptação nas áreas de estudo ou disciplinas que não tenha cursado em série anterior ou equivalente.

§1º - A adaptação é restrita aos conteúdos programáticos, e não à frequência da carga horária prevista.

§2º - A adaptação será desenvolvida sem prejuízo das atividades normais da série em que o aluno se matricular, e tem por finalidades atingir os conteúdos necessários para o prosseguimento do novo currículo, e concluídos antes do resultado final da avaliação do rendimento escolar do ano letivo.

§3º - A adaptação far-se-á mediante a execução de estudos e

trabalhos e avaliações, orientados pelo professor com o acompanhamento do responsável da Instituição Educacional e/ou Coordenação Pedagógica.

#### Seção XXI Da Equivalência de Estudos

Art. 88 O aluno transferido com estudos realizados no exterior, terá sua matrícula homologada na série e curso mediante análise comparativa das grades curriculares, ficando sujeito à adaptação curricular, quando couber, e sua equivalência de estudos declarados por órgão competente do sistema de ensino, conforme normatização vigente.

Parágrafo Único – Os alunos transferidos entre os países do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, terão seus estudos reconhecidos com base no Decreto N° 2.726 de 10 de agosto de 1.998 – Protocolo de Integração Educativa, com sua tabela Comparativa de Escolaridade.

#### Seção XXII Do Regime Disciplinar

Art. 89 O regime disciplinar para os componentes da Organização da Instituição Educacional será o decorrente das disposições legais aplicáveis a cada caso, das normas estabelecidas neste Regimento, no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Proposta Pedagógica e na legislação específica do servidor público municipal.

#### Seção XXIII Do Corpo Discente

Art. 90 Pela inobservância dos deveres previstos neste Regimento e, conforme a gravidade ou reiteração das faltas e infrações, serão aplicadas, aos educandos, as seguintes medidas disciplinares:

- I – Advertência verbal;
- II – Advertência escrita e comunicada aos pais ou responsáveis;
- III – Exigência de comparecimento do pai ou responsável na Escola;
- IV – Suspensão;
- V – Transferência da escola.

Art. 91 A aplicação da medida de advertência verbal será executada pelo Professor ou Direção.

Art. 92 A medida de advertência escrita e ou comparecimento dos pais ou responsáveis serão aplicáveis pela direção ou responsável pela escola, nos casos de reincidência em faltas consideradas graves.

Art. 93 A medida de suspensão de até três dias das aulas normais será aplicada pela direção ou responsável pela escola.

Art. 94 Esgotadas as medidas anteriores, a direção adotará procedimentos, com possibilidade de transferência para outra escola.

Art. 95 As medidas disciplinares aplicadas ao corpo discente não serão registradas em seu Histórico Escolar, devendo constar apenas nos assentamentos da Instituição Educacional.

#### Seção XXIV Do Registro, Escrituração e Arquivo Escolar.

Art. 96 A escrituração e o arquivamento dos documentos escolares têm como finalidade assegurar, em qualquer tempo, a verificação da identidade, regularidade e autenticidade da vida escolar dos educandos e documentação da Instituição Educacional.

- I – A documentação relativa ao Corpo Discente, compreende:
  - a) Ficha de matrícula;
  - b) Ficha individual e de avaliação;

- c) Histórico Escolar;
- d) Certificado de conclusão e diploma, quando for o caso;
- e) Boletim Escolar;
- f) Registro de frequência;
- g) Certidão de Nascimento ou Cédula da Identidade (cópia).

II – A documentação relativa à Unidade Escolar, compreende:

- a) Controle de pontos;
- b) Registro de patrimônio;
- c) Atas de exames ou processos especiais;
- d) Atas e resultados de Conselho de classe do 1º ao 9º ano;
- e) Assentamentos individuais de professores e funcionários;
- f) Avisos e convocações;
- g) Diários de Classe;
- h) Relatório de avaliação do desempenho da Escola;
- i) Atas e demais registros da escola.

Art. 97 O Arquivo Escolar poderá ser concentrado na Secretaria da Escola e sempre que possível, sistematizado e informatizado.

Parágrafo Único – Os registros escolares também poderão ser concentrados na Secretaria Municipal de Educação para facilitar o controle e a operacionalização da documentação escolar.

## CAPÍTULO VI DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

### Seção I Da Formação/Qualificação

Art. 98 São integrantes do Magistério do Sistema Municipal de Ensino os profissionais que exercem atividades de docência e os que oferecem suporte pedagógico-administrativo a essas atividades, incluídas as de gestão, planejamento, inspeção e coordenação pedagógica.

Art. 99 Os profissionais da educação para exercerem as atividades descritas no artigo anterior deverão ser graduados em curso superior de Licenciatura Plena oferecidos por instituições de ensino superior.

§ 1º – Será admitida como formação mínima aos docentes em exercício em classes de Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a de nível médio em magistério.

§ 2º – O Sistema de Ensino por meio de seu órgão competente investirá na formação docente possibilitando prosseguimento de estudos à graduação plena em nível superior.

§ 3º – Será assegurada aos docentes, atuantes na Educação Infantil e segmento inicial e final do Ensino Fundamental e modalidades, a formação continuada na área da Educação Especial, assegurado o assessoramento e apoio técnico especializado ao trabalho pedagógico na escola.

§ 4º – Na docência do Ensino Fundamental e Educação Infantil serão assegurados, também, docentes das áreas de Arte, Educação Física, preservada a integração e sistematização do trabalho pedagógico e a organização curricular.

§ 5º – Aos docentes será assegurado preparo específico na área de atuação em formação continuada.

Art. 100 O Poder Público Municipal, instituirá setor próprio vinculado ao órgão executivo do sistema de ensino, destinado a promover programas de formação continuada aos profissionais da educação em exercício em sua rede de ensino, observada as especificidades do magistério em todos os níveis e modalidades.

§ 1º – Os programas de formação continuada, serão desenvolvidos, preferencialmente, em articulação com as instituições de ensino superior, inclusive de entidades sociais, com a colaboração técnica e financeira disposta na legislação vigente, para a atualização contínua dos docentes e demais profissionais da educação.

§ 2º – Os programas de formação referidos poderão articular a

participação de Municípios circunvizinhos.

§ 3º – A formação continuada aos profissionais da educação será constituída, também, de horários sistemáticos, assegurados no interior da escola às atividades demandadas pelo trabalho pedagógico, sem prejuízo do mínimo letivo estabelecido ao calendário escolar diário, semanal e anual.

§ 4º – Os cursos computados deverão ter no mínimo, carga horária de vinte horas, salvo àqueles com carga horária inferior, mas que somam no mesmo período a carga mínima, como as jornadas de Educação Física, em que o profissional participa de várias oficinas, recebendo certificação separada.

### Seção II Da Valorização

Art. 101 O Poder Público Municipal investirá, sistematicamente, na valorização dos profissionais da educação da rede pública municipal de ensino e recomendará iniciativa das mantenedoras quanto à conjugação de esforços para atendimento aos servidores da rede privada.

Art. 102 A valorização dos profissionais da educação pública será assegurada em Plano de Carreira, Cargos e Remuneração do Magistério, regulamentado em lei própria, cabendo ao Poder Público Municipal cumpri-lo na íntegra.

Art. 103 Será garantido aos profissionais da educação, nos termos da legislação pertinente e, inclusive, do plano de carreira, observadas as especificidades do magistério:

I – Ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

II – Progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, cursos e na avaliação do desempenho;

III – Período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga horária de trabalho, com percentual especificado na legislação própria;

IV – Condições adequadas de trabalho ao exercício profissional nas unidades educacionais do sistema de ensino e atualização constante quanto à associação teoria/prática em estudos e pesquisas;

V – Piso salarial profissional;

VI – Gratificação aos docentes de áreas rurais sobre seus vencimentos, nos termos da Lei Nº 014/2003;

VII – Direito à hora atividade aos professores que exerçam a docência, que será cumprida no recinto escolar e destinada à preparação e avaliação do trabalho didático, à colaboração com a administração da escola, de acordo com a necessidade e prioridades da Instituição Educacional, à articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional.

Parágrafo Único - A forma de exercício da hora-atividade de que trata o inciso VII deste artigo, poderá ser definida no Projeto Pedagógico da Instituição Educacional, respeitadas as diretrizes fixadas pela Secretaria Municipal de Educação e constante deste Regimento.

## CAPÍTULO VII DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 104 O Município aplicará, anualmente, conforme prescreve a lei, no mínimo 25% em manutenção e desenvolvimento do ensino público, dos recursos oriundos de:

I – impostos próprios do Município;

II – transferências Constitucionais e outras transferências;

III – salário educação e outras contribuições sociais;

IV – incentivos fiscais;

V – outros recursos previstos em Lei.

§ 1º – Os recursos obtidos pelo Município, oriundos de outras fontes

citadas não serão computados no percentual mínimo obrigatório.

§ 2º - Ficam excluídos do percentual obrigatório prescrito na LDB, os recursos oriundos de transferências automáticas da União.

**Art. 105** Para fixação dos valores correspondentes aos mínimos instituídos no Artigo 75 da LDB/9394, será considerada a receita estimada na lei do orçamento anual, ajustada, quando for o caso, por lei que autoriza a abertura de créditos adicionais, com base no eventual excesso de arrecadação.

**Art. 106** Considerar-se-ão como manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos da Legislação Vigente, as despesas realizadas com vista à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais, compreendendo as que se destinam à remuneração e ao aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação.

**Art. 107** A Secretaria Municipal de Educação participará da elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, cabendo-lhe definir a destinação dos recursos vinculados e outros que forem reservados para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

**Parágrafo Único** – O Conselho Municipal de Educação participará das discussões das Leis Orçamentárias e acompanhará suas execuções, zelando, também, pelo cumprimento dos dispositivos legais.

**Art. 108** O Chefe do Poder Executivo e o titular do Órgão Executivo da Educação no Município são gestores dos recursos financeiros destinados à respectiva área, sendo responsáveis, juntamente com as autoridades competentes do Município, pela sua correta aplicação. O Chefe do Poder Executivo designará, um servidor Técnico da área da Contabilidade, para fazer os registros financeiros e a prestação de contas.

**Art. 109** Cabe ao titular do Órgão Executivo da Educação no Município controlar, de acordo com a Lei específica, os repasses feitos diretamente às escolas municipais, em caráter de emergência, acompanhando e orientando sua correta aplicação.

**Art. 110** O percentual dos recursos de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, não vinculados ao Ensino Fundamental, serão aplicados na Educação Infantil, nos termos do regime de colaboração assegurado constitucionalmente, até que se institua a inclusão dessa etapa da Educação Básica em fundos pertinentes.

#### **CAPÍTULO VIII DO REGIME DE COLABORAÇÃO**

**Art. 111** O Poder Público Municipal, com a cooperação do Estado e assistência da União, desenvolverá através do órgão executivo da educação, em ação articulada:

I – Recenseamento e a chamada pública escolar a crianças, adolescentes, jovens e adultos escolarizáveis, e providenciará matrícula correspondente à demanda na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos na Rede de Escolas Públicas;

II – Acompanhará o programa sistemático de acompanhamento da frequência escolar, com destaque da rede pública de ensino fundamental, promovendo ação estratégica para diminuir índices de evasão e a defasagem série/idade;

III – Promoverá, em ação articulada, colaboração do Estado e participação solidária de Municípios circunvizinhos à formação aos profissionais da educação.

**Parágrafo Único** – O Poder Público Municipal estabelecerá relação de parceria e regime de colaboração com o Estado e com os Municípios circunvizinhos, visando garantir acesso e permanência, com proporcionalidade pelos fluxos de atendimento, apreciando

recursos técnicos, financeiros e outros, disponíveis em cada esfera da administração, entre outras, nas seguintes ações:

- a) formulação, execução e avaliação de políticas e planos educacionais;
- b) definição de padrões básicos de qualidade do ensino, avaliação institucional, proposta de padrão referencial de currículo e de articulação do calendário escolar;
- c) valorização dos recursos humanos da educação;
- d) expansão e utilização da rede escolar de educação básica.

**Art. 112** O Município definirá com o Estado formas de colaboração para assegurar, prioritariamente, a universalização do Ensino obrigatório e o atendimento à Educação Infantil no Sistema de Ensino.

**Parágrafo Único** – A colaboração de que trata este artigo deve garantir a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada esfera.

**Art. 113** O Sistema Municipal de Ensino deverá atuar em articulação com o Sistema Estadual na elaboração de suas normas complementares, com vistas à unidade normativa, assegurada a autonomia e peculiaridades da sua rede de ensino.

**Art. 114** O Poder Público Municipal estabelecerá colaboração com outros Municípios, inclusive por meio de consórcios, visando qualificar a educação pública de sua responsabilidade.

**Art. 115** Incorporar-se-ão a este Regimento automaticamente, as disposições legais, instruções ou normas de ensino emanadas de órgãos ou poderes competentes, alterando as disposições que com elas conflitarem.

**Art. 116** Cabe ao Conselho Municipal de Educação emitir parecer favorável a aprovação deste Regimento.

**Art. 117** Os casos omissos do presente Regimento serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação, com base na legislação e normas específicas.

**Art. 118** O presente Regimento, entrará em vigor após a aprovação pelo órgão competente e a publicação de Decreto Municipal Homologatório.

Secretaria Municipal de Educação de Campo Alegre “SC”, 15 de setembro de 2008.

ANACIR CARVALHO DE LIMA FUCKNER  
Secretária Municipal de Educação  
Aut. D.M. 4535 – 29-01-2007

#### **Decreto Nº 5.362**

DECRETO Nº 5.362 DE 07 DE OUTUBRO DE 2008  
HOMOLOGAÇÃO DOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 008/2008.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 20 da Lei Municipal Complementar 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

**Art. 1º)** Homologar a lista de aprovado no Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 008/2008, conforme abaixo:

#### **MÉDICO III**

<b>CLASSIFICAÇÃO</b>	<b>NOME</b>
01	NIRAIMATHY CHIDAMBARAM

Art.2º) A candidata aprovada será requisitada para nomeação, de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre /SC, 07 de outubro 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 07/10/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Decreto N° 5.363

DECRETO N° 5.363 DE 07 DE OUTUBRO DE 2008

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 3.313 de 27 de novembro de 2007, em seus Artigos 9º e 10, Inciso II; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 43.043,40 (quarenta e três mil e quarenta e três reais e quarenta centavos), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
2.114 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.119 -	Aplicações Diretas	
339039.00.119 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00
91.03 -	Manutenção das Atividades – Programa Saúde da Família	
2.116 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.120 -	Despesas Correntes	
330000.00.120 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.120 -	Aplicações Diretas	
339039.00.120 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 500,00
91.04 -	Manutenção das Atividades de Assist. Médica e Terapêutica	
2.028 -	Realização de Diagnóstico dos Pacientes	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.119 -	Aplicações Diretas	
339036.00.119 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 2.300,00

339039.00.119 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 1.043,40
2.117 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.119 -	Aplicações Diretas	
339030.00.119 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
91.06 -	Manutenção das Atividades de Assistência Farmacêutica	
2.029 -	Aquisição e Distribuição de Medicamentos Básicos	
300000.00.000 -	Despesas Correntes	
330000.00.000 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.000 -	Aplicações Diretas	
339030.00.127 -	Material de Consumo	R\$ 1.500,00
339030.00.502 -	Material de Consumo	R\$ 6.000,00
2.030 -	Aquisição e Distribuição de Medicamentos Básicos Eletivos	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.119 -	Aplicações Diretas	
339030.00.119 -	Material de Consumo	R\$ 29.700,00
TOTAL		R\$ 43.043,40

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
2.114 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.119 -	Aplicações Diretas	
339030.00.119 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
91.03 -	Manutenção das Atividades – Programa Saúde da Família	
2.116 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.120 -	Despesas Correntes	
330000.00.120 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.120 -	Aplicações Diretas	
339036.00.120 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 500,00
91.04 -	Manutenção das Atividades de Assistência. Médica e Terapêutica	
2.117 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.119 -	Aplicações Diretas	
339039.00.119 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00
6.013 -	Convênio com Entidades de Classe e Secretarias de Estado	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.119 -	Aplicações Diretas	
339039.00.119 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 6.743,40



91.05 -	Manutenção das Atividades de Assist. Hospitalar e Ambulatorial	
2.118 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.124 -	Despesas Correntes	
330000.00.124 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.124 -	Aplicações Diretas	
339039.00.124 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 8.300,00
91.06 -	Manutenção das Atividades de Assistência Farmacêutica	
2.029 -	Aquisição e Distribuição de Medicamentos Básicos	
300000.00.000 -	Despesas Correntes	
330000.00.000 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.000 -	Aplicações Diretas	
339030.00.119 -	Material de Consumo	R\$ 1.800,00
339030.00.120 -	Material de Consumo	R\$ 11.700,00
339030.00.505 -	Material de Consumo	R\$ 12.000,00
TOTAL		R\$ 43.043,40

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 07 de outubro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal no. 2.416 em: 07/10/2008.

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Decreto N° 5.364

DECRETO N° 5.364 DE 07 DE OUTUBRO DE 2008  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal n° 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal n° 3.313 de 27 de novembro de 2007, em seus Artigos 9º e 10, Inciso II; Decreta:

Art.1º) Abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 6.875,00 (seis mil, oitocentos e setenta e cinco reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
2.032 -	Fornecimento de Benefícios Sociais	
300000.00.104 -	Despesas Correntes	
330000.00.104 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.104 -	Aplicações Diretas	
339039.00.104 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 2.075,00
2.215 -	Diárias	

300000.00.104 -	Despesas Correntes	
330000.00.104 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.104 -	Aplicações Diretas	
339014.00.104 -	Diária – Civil	R\$ 500,00
6.010 -	Subvenção a Entidades Educacionais	
300000.00.157 -	Despesas Correntes	
330000.00.157 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.157 -	Aplicações Diretas	
339030.00.157 -	Material de Consumo	R\$ 1.800,00
6.014 -	Convênio com Entidades de Classe e Secretarias de Estado	
300000.00.104 -	Despesas Correntes	
330000.00.104 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.104 -	Aplicações Diretas	
339039.00.104 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 2.500,00
TOTAL		R\$ 6.875,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
2.032 -	Fornecimento de Benefícios Sociais	
300000.00.104 -	Despesas Correntes	
330000.00.104 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.104 -	Aplicações Diretas	
339032.00.104 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 2.075,00
2.308 -	Capacitação de Servidores	
300000.00.104 -	Despesas Correntes	
330000.00.104 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.104 -	Aplicações Diretas	
339039.00.104 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 500,00
2.811 -	Manutenção e Coordenação do Programa Bolsa Família	
300000.00.450 -	Despesas Correntes	
330000.00.450 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.450 -	Aplicações Diretas	
339039.00.450 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 1.800,00
4.012 -	Contribuição a Entidades de Classe	
300000.00.104 -	Despesas Correntes	
330000.00.104 -	Outras Despesas Correntes	
335000.00.104 -	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
335043.00.104 -	Subvenções Sociais	R\$ 2.000,00
339000.00.104 -	Aplicações Diretas	
339030.00.104 -	Material de Consumo	R\$ 500,00
TOTAL		R\$ 6.875,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 07 de outubro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal no. 2.416 em:  
07/10/2008.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto N° 5.365**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO N° 5.365 DE 09 DE OUTUBRO DE 2008.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL A PEDIDO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal Complementar n° 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 91; Decreta:

Art.1º) Exonerar a pedido do Quadro de Pessoal efetivo desta Prefeitura Municipal, a Servidora – ANALICE VIEIRA DE LIMA MELO, matrícula n° 000452, declarando vacância no cargo de Agente Operacional I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 09 de outubro de 2008.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 09 de outubro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal n° 2.416 em:  
09/10/2008.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto N° 5.366**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO N° 5.366 DE 10 DE OUTUBRO DE 2008.

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial na Lei Complementar Municipal n° 006 de 19 de setembro de 2002, conforme estabelece em seus Artigos 299 e 300 e suas alterações; Decreta:

Art.1º) Fica prorrogado a partir de 10 de outubro de 2008 até a data de 09 de novembro de 2008, o Contrato Temporário à Srª. EVILIANE OSNILDA CUBAS MUNHOZ ao cargo público de Professor Ensino Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para prestar serviços de Professor, em substituição a Professora Titular MIRIAN LOFFAGUEN FRIEDRICH, matrícula n° 000154, que encontra-se em licença para tratamento de saúde.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de outubro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal n° 2.416 em:  
10/10/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto N° 5.367**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO N° 5.367 DE 13 DE OUTUBRO DE 2008.

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar n° 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 300 e Inciso IX; Decreta:

Art.1º) Fica prorrogado a partir de 13 de outubro de 2008 até a data de 24 de outubro de 2008, o Contrato temporário da Srª. FABIANA OLIVEIRA CAMARGO, ao cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para prestar serviços de Professor em substituição a Professora Titular Srª. ANA LUIZA DA CRUZ KMIECIK, matrícula n° 000451, a qual encontra-se em gozo de férias, e dois outros servidores que problemas familiares.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 13 de outubro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal n° 2.416 em:  
13/10/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

**Decreto N° 5.368**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO N° 5.368 DE 13 DE OUTUBRO DE 2008.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar n° 014 de 27 de maio de 2003, em seu Artigo 20; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. JAQUELINE FUCKNER KERSCHER ao cargo público de Agente Operacional I, (Zeladora), Categoria Funcional: Atividades de Nível Básico, com provimento de caráter efetivo, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal n° 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 1 Sub-Nível 11, Referência A, no valor de R\$ 474,35 (quatrocentos e setenta e quatro reais, trinta e cinco centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. JAQUELINE FUCKNER KERSCHER em 5º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2007, homologado pelo Decreto 5.045 em data de 18 de fevereiro de 2008.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 13 de outubro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 13/10/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### Decreto N° 5.369

DECRETO N° 5.369 DE 14 DE OUTUBRO DE 2008  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.412 de 14 de outubro de 2008; Decreta:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota	
2.112 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 20.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação dos recursos ordinários municipais do Orçamento vigente;

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 14 de novembro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 14/10/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Decreto N° 5.370

DECRETO N° 5.370 DE 16 DE OUTUBRO DE 2008  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 3.313 de 27 de novembro de 2007, em seu Artigo 10; Decreta:

Art. 1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
2.701 -	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Utensílios	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449052.00.136 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 500,00
03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.05 -	Serviço de Controle da Merenda Escolar	
2.015 -	Merenda Escolar	
300000.00.000 -	Despesas Correntes	
330000.00.000 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.000 -	Aplicações Diretas	
339030.00.151 -	Material de Consumo	R\$ 8.500,00
339030.00.158 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
339030.00.764 -	Material de Consumo	R\$ 500,00
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação	
2.808 -	Aquisição de Equip, Máq e Utensílios para Ensino Infantil – Sal Educ	
400000.00.140 -	Despesas de Capital	
440000.00.140 -	Investimentos	
449000.00.140 -	Aplicações Diretas	
449052.00.140 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 100,00
11.00 -	Secret. Munic de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura	
2.017 -	Comemorações a Datas Alusivas e Eventos Locais	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	

330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339031.00.136 -	Premiações Culturais, Artist, Cient, Desp e Outros	R\$ 400,00
TOTAL		R\$ 12.000,00

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
2.401 -	Contratação de Estagiários	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 4.500,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.05 -	Serviço de Controle da Merenda Escolar	
2.015 -	Merenda Escolar	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 7.000,00
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação	
2.805 -	Manutenção e Coordenação das Ativ do Ensino Infantil – Sal Educ	
300000.00.140 -	Despesas Correntes	
330000.00.140 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.140 -	Aplicações Diretas	
339030.00.140 -	Material de Consumo	R\$ 100,00
11.00 -	Secret. Munic de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura	
2.017 -	Comemorações a Datas Alusivas e Eventos Locais	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 400,00
TOTAL		R\$ 12.000,00

Art. 3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 16 de outubro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal no. 2.416 em: 16/10/2008.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Decreto N° 5.371

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO N° 5.371 DE 16 DE OUTUBRO DE 2008.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL A PEDIDO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 91; Decreta:

Art.1º) Exonerar a pedido do Quadro de Pessoal efetivo desta Prefeitura Municipal, o Servidor – CARLOS ALBERTO KOROVSKY, matrícula nº 000498, declarando vacância no cargo de Agente Operacional II, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 16 de outubro de 2008.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 16 de outubro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 16/10/2008.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Decreto N° 5.372

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO N° 5.372 DE 20 DE OUTUBRO DE 2008.

INSTITUI PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de Abril de 1990; Decreta:

Art.1º) Institui PONTO FACULTATIVO nas Repartições Públicas Municipais, ressalvadas as necessidades de serviços de cada Secretaria Municipal, Departamento e suas respectivas Divisões, no dia 27 de outubro de 2008 (Segunda -feira), voltando com expediente normal no dia 29 de outubro de 2008 (Quarta-feira).

Parágrafo único: No dia 28 de outubro de 2008 (Terça-feira) não haverá expediente nas repartições Públicas Municipais, em virtude da comemoração do dia do Servidor Público.

Art.2º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 20 de outubro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal



ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal n° 2.416 em:  
20/10/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto N° 5.373**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO N° 5.373 DE 20 DE OUTUBRO DE 2008.  
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar n° 006 de 19 de setembro de 2002, em seus Artigos 299 e 300 e Inciso VIII e Artigo 314 em seus Parágrafos 1° e 2°; e suas alterações;

DECRETA:

Art.1°) Contratar a Srª. IRIS SANDRINI KROLL, para exercer o cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta horas) semanais, vencimentos Nível P1, Sub-Nível 11, Referência A, no valor de R\$ 798,87 (setecentos e noventa e oito reais, oitenta e sete centavos) mensais, pelo período de 20 de outubro de 2008 a 04 de fevereiro de 2009, tendo em vista que a Professora titular Srª. BERNADETE TERESINHA SCHUTA ODIA, matrícula n° 000427, encontra-se em Licença Gestação.

Art.2°) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 20 de outubro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal n° 2.416 em:  
20/10/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### **Decreto N° 5.374**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO N° 5.374 DE 21 DE OUTUBRO DE 2008.  
CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, EM CARÁTER INTEGRAL, E DECLARA A VACÂNCIA DO CARGO PÚBLICO DO SERVIDOR MANOEL VIEIRA PISKE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art.1°) Aposentar, por tempo de contribuição, conforme Processo Administrativo do IPRECAL n° 005/2008 e nos termos do Artigo 6° da Emenda Constitucional n° 41 de 23 de dezembro de 2003 combinado com o artigo 79-C, da Lei Municipal n° 2.537 de 17 de julho de 2001, alterada pela Lei Municipal n° 3.006 de 28 de setembro de 2005 que rege a Previdência Municipal, Artigo 94 da Lei Complementar Municipal n° 006 de 19 de setembro de 2002,

que Dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público do Município, o Servidor Público Municipal MANOEL VIEIRA PISKE, detentor da matrícula funcional n° 359, Pis/Pasep n° 10379657802, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Operacional III, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras desta Prefeitura Municipal.

Art.2°) Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, nos termos do § 1° do artigo 17, da Lei Municipal n° 2.537, perfazendo o montante bruto de R\$ 1.247,60 (um mil, duzentos e quarenta e sete reais, sessenta centavos), que serão pagos mensalmente pelo IPRECAL, observando-se o desconto da contribuição previdenciária pertinente.

Art.3°) Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no Inciso V do artigo 90, da Lei Complementar Municipal n.º 006, de 19 de setembro de 2002 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.4°) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 21 de outubro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

MARLENE DE FÁTIMA P. M. FOITTE  
Diretora Executiva - IPRECAL

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal n° 2.416 em:  
21/10/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto N° 5.375**

DECRETO N° 5.375 DE 21 DE OUTUBRO DE 2008  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal n° 3.414 de 21 de outubro de 2008; Decreta:

Art.1°) Abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
1.017 -	Pavimentação e Calçamento de Vias Urbanas	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449051.00.136 -	Obras e Instalações	R\$ 27.000,00

Art.2°) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente;

Art.3°) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 21 de outubro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/10/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Decreto N° 5.376

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO N° 5.376 DE 23 DE OUTUBRO DE 2008  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002, em seu Artigo 23 Inciso; Decreta:

Art.1º) Nomear o Sr. PEDRO IVONEI GORNIACK ao cargo público de Agente Operacional II, (VIGIA), Categoria Funcional: Atividades de Nível Básico, com provimento de caráter efetivo, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 2 Sub-Nível 21, Referência A, no valor de R\$ 569,22 (quinhentos e sessenta e nove reais, vinte e dois centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Sr. PEDRO IVONEI GORNIACK, em 2º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2006, homologado pelo Decreto nº 4.306 em data de 12 de setembro de 2006.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 23 de outubro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/10/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### Decreto N° 5.377

DECRETO N° 5.377 DE 23 DE OUTUBRO DE 2008  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de

conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 3.313 de 27 de novembro de 2007, em seu Artigo 10; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 13.600,00 (treze mil e seiscentos reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota	
2.112 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 10.000,00
08.03 -	Serviços de Obras e Serviços Públicos	
2.023 -	Vias Públicas e Logradouros	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 3.600,00
TOTAL		R\$ 13.600,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.03 -	Serviço de Comércio e Indústria	
1.014 -	Instalação de Incubadora de Empresas e Criação do Pró-micro	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 3.600,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota	
2.112 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 10.000,00
TOTAL		R\$ 13.600,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 23 de outubro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal no. 2.416 em: 23/10/2008.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### Decreto N° 5.378

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO N° 5.378 DE 23 DE OUTUBRO DE 2008

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar n° 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário da Srª. JOSILIANE OSSOVSKY DOS SANTOS, a partir de 06 de outubro de 2008.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06 de outubro de 2008.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de outubro de 2008.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal n° 2.416 em: 23/10/2008

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### Decreto N° 5.379

DECRETO N° 5.379 DE 23 DE OUTUBRO DE 2008.

DESIGNA MEMBROS DA COORDENADORIA MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL – COMDEC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial o Artigo 3º da Lei Municipal n° 3.134 de 22 de agosto de 2006;

DECRETA:

Art.1º) Ficam designados as seguintes pessoas para comporem a Coordenadoria Municipal da Defesa Civil - COMDEC:

I – Coordenadora: ELEONORA BAHR PESSÔA

II – Secretária: ROSANA EMÍLIA GREIPEL

III – Setor Técnico: LAÉRCIO TELLES; SCHÉLIGA MONIA FOITT POLTRONIERI, PIERRE ANDRADE DOS SANTOS.

IV – Setor Operativo: MARIA DE LOURDES L. PADILHA; VILMO BUENO DA SILVA; RAUL IVAN FERRARI; MEMBROS DO CORPO BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 23 de outubro de 2008.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal n° 2.416 em: 23/10/2008

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### Decreto N° 5.380

DECRETO N° 5.380 DE 24 DE OUTUBRO DE 2008

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal n° 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal n° 3.313 de 27 de novembro de 2007, em seus Artigos 9º e 10, Inciso II; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente, do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
2.055 -	Remuneração de Pessoal da Saúde – FMS	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
310000.00.119 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.119 -	Aplicações Diretas	
319004.00.119 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 5.000,00
91.04 -	Manutenção das Atividades de Assist. Médica e Terapêutica	
2.117 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.119 -	Aplicações Diretas	
339047.00.119 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 1.000,00
91.06 -	Manutenção das Atividades de Assistência Farmacêutica	
2.029 -	Aquisição e Distribuição de Medicamentos Básicos	
300000.00.127 -	Despesas Correntes	
330000.00.127 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.127 -	Aplicações Diretas	
339030.00.127 -	Material de Consumo	R\$ 5.000,00
91.09 -	Manutenção das Atividades da Vigilância Epidemiológica	
2.120 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.132 -	Despesas Correntes	
330000.00.132 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.132 -	Aplicações Diretas	
339030.00.132 -	Material de Consumo	R\$ 1.500,00
TOTAL		R\$ 12.500,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação parcial das seguintes

## Dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
2.055 -	Remuneração de Pessoal da Saúde – FMS	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
310000.00.119 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.119 -	Aplicações Diretas	
319011.00.119 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 5.000,00
91.04 -	Manutenção das Atividades de Assist. Médica e Terapêutica	
2.117 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.124 -	Despesas Correntes	
330000.00.124 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.124 -	Aplicações Diretas	
339039.00.124 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00
91.06 -	Manutenção das Atividades de Assistência Farmacêutica	
2.029 -	Aquisição e Distribuição de Medicamentos Básicos	
300000.00.502 -	Despesas Correntes	
330000.00.502 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.502 -	Aplicações Diretas	
339030.00.502 -	Material de Consumo	R\$ 5.000,00
91.09 -	Manutenção das Atividades da Vigilância Epidemiológica	
2.120 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.132 -	Despesas Correntes	
330000.00.132 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.132 -	Aplicações Diretas	
339039.00.132 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 1.500,00
TOTAL		R\$ 12.500,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 24 de outubro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal no. 2.416 em: 24/10/2008.

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto N° 5.381**

DECRETO N° 5.381 DE 24 DE OUTUBRO DE 2008  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal n° 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal n° 3.313 de 27 de novembro de 2007, em seu Artigo 10; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 66.126,83 (sessenta e seis mil e cento e vinte e seis reais e oitenta e três centavos), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
2.201 -	Diárias	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339014.00.136 -	Diária - Civil	R\$ 300,00
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
2.011 -	Contribuição para a formação do PASEP	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339047.00.136 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 5.466,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
2.104 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339039.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 2.000,00
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
2.046 -	Remuneração de Pessoal do Ensino Fundamental	
300000.00.000 -	Despesas Correntes	
310000.00.000 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.000 -	Aplicações Diretas	
319004.00.139 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 6.900,00
319016.00.141 -	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	R\$ 500,00
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
2.047 -	Remuneração de Pessoal do Ensino Infantil	
300000.00.139 -	Despesas Correntes	
310000.00.139 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.139 -	Aplicações Diretas	
319004.00.139 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 20.000,00
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação	
2.108 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.140 -	Despesas Correntes	
330000.00.140 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.140 -	Aplicações Diretas	
339039.00.140 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 500,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
1.017 -	Pavimentação e Calçamento de Vias Urbanas	
400000.00.184 -	Despesas de Capital	



440000.00.184 -	Investimentos	
449000.00.184 -	Aplicações Diretas	
449051.00.184 -	Obras e Instalações	R\$ 27.060,83
2.052 -	Remuneração de Pessoal de Obras	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319016.00.136 -	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	R\$ 2.000,00
09.00 -	FUMREBOM – Fundo Munic de Reequipamento da Organização de Bombeiros	
09.01 -	Serviço de Manutenção do FUMREBOM	
2.717 -	Manutenção e Coordenação do FUMREBOM	
300000.00.757 -	Despesas Correntes	
330000.00.757 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.757 -	Aplicações Diretas	
339039.00.757 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 1.400,00
TOTAL		R\$ 66.126,83

Art.2º) Os Créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
2.401 -	Contratação de Estagiários	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 7.766,00
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
2.046 -	Remuneração de Pessoal do Ensino Fundamental	
300000.00.139 -	Despesas Correntes	
310000.00.139 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.139 -	Aplicações Diretas	
319013.00.139 -	Obrigações Patronais	R\$ 4.900,00
319113.00.139 -	Contribuições Patronais	R\$ 2.500,00
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
2.047 -	Remuneração de Pessoal do Ensino Infantil	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
310000.00.519 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.519 -	Aplicações Diretas	
319011.00.519 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 20.000,00
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação	
2.108 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.140 -	Despesas Correntes	
330000.00.140 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.140 -	Aplicações Diretas	
339030.00.140 -	Material de Consumo	R\$ 500,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	

1.017 -	Pavimentação e Calçamento de Vias Urbanas	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449051.00.136 -	Obras e Instalações	R\$ 27.060,83
2.052 -	Remuneração de Pessoal de Obras	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319011.00.136 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 2.000,00
09.00 -	FUMREBOM – Fundo Municipal de Reequipamento da Organização de Bombeiros	
09.01 -	Serviço de Manutenção do FUMREBOM	
2.717 -	Manutenção e Coordenação do FUMREBOM	
300000.00.757 -	Despesas Correntes	
330000.00.757 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.757 -	Aplicações Diretas	
339036.00.757 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 300,00
400000.00.757 -	Despesas de Capital	
440000.00.757 -	Investimentos	
449000.00.757 -	Aplicações Diretas	
449052.00.757 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 1.100,00
TOTAL		R\$ 66.126,83

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 24 de outubro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal no. 2.416 em: 24/10/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Decreto N° 5.382

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO N° 5.382 DE 24 DE OUTUBRO DE 2008  
DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário da Srª. FABIANA OLIVEIRA CAMARGO, a partir de 24 de outubro de 2008.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 24 de outubro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 24/10/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 5.383**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 5.382 DE 24 DE OUTUBRO DE 2008  
DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário da Srª. FABIANA OLIVEIRA CAMARGO, a partir de 24 de outubro de 2008.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 24 de outubro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 24/10/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## Canoinhas

### Prefeitura Municipal

#### **Edital de Carta Convite Nº FMS 11/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROCESSO N.º FMS 31/2009  
CARTA CONVITE N.º FMS 11/2009

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, realizará no dia 05/11/2009, às 14:15 hs., abertura das propostas para aquisição parcelada de diversos gêneros alimentícios, destinados ao Caps. Os interessados deverão solicitar o edital pelo e-mail informado abaixo, fornecendo todos os dados da empresa, tais como Razão Social, CNPJ, endereço, telefone e pessoa para contato. [licitacao@pmc.sc.gov.br](mailto:licitacao@pmc.sc.gov.br)

LEOBERTO WEINERT  
Prefeito/Presidente do Fundo

## Catanduvas

### Prefeitura Municipal

#### **Extrato Contrato Nº 0137/2009**

Estado de Santa Catarina  
Município de Catanduvas - SC  
EXTRATO CONTRATO Nº 0137/2009  
Processo Licitatório nº 0063/2009 – Leilão nº 0003/2009.  
Objeto: Alienação de bens móveis, conforme Leis Municipais 2.222 e 2.223 de 04 de setembro de 2009, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Administração Gestão e Planejamento deste município.  
Contratante: Município de Catanduvas – SC.  
Contratado (a): Luciano José Debona.  
CPF nº 040.287.159-62.  
Prazo de vigência: de 22 de outubro de 2009 a 31 de dezembro de 2009.

O valor global: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).  
Data e assinatura do contrato: 22 de outubro de 2009.

GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal.

#### **Extrato Contrato Nº 0138/2009**

Estado de Santa Catarina  
Município de Catanduvas - SC  
EXTRATO CONTRATO Nº 0138/2009  
Processo Licitatório nº 0063/2009 – Leilão nº 0003/2009.  
Objeto: Alienação de bens móveis, conforme Leis Municipais 2.222 e 2.223 de 04 de setembro de 2009, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Administração Gestão e Planejamento deste município.  
Contratante: Município de Catanduvas – SC.  
Contratado (a): Juarez Marques Ferraz.  
CPF nº 461.174.909-68.  
Prazo de vigência: de 22 de outubro de 2009 a 31 de dezembro de 2009.  
O valor global: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).  
Data e assinatura do contrato: 22 de outubro de 2009.

GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal.

#### **Extrato Contrato Nº 0139/2009**

Estado de Santa Catarina  
Município de Catanduvas - SC  
EXTRATO CONTRATO Nº 0139/2009  
Processo Licitatório nº 0063/2009 – Leilão nº 0003/2009.  
Objeto: Alienação de bens móveis, conforme Leis Municipais 2.222 e 2.223 de 04 de setembro de 2009, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Administração Gestão e Planejamento deste município.  
Contratante: Município de Catanduvas – SC.  
Contratado (a): Helmuth Rosa Ferreira.  
CPF nº 696.401.810-72.  
Prazo de vigência: de 22 de outubro de 2009 a 31 de dezembro de 2009.  
O valor global: R\$ 20,00 (vinte reais).  
Data e assinatura do contrato: 22 de outubro de 2009.

GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal.

**Extrato Contrato N° 0140/2009**

Estado de Santa Catarina  
Município de Catanduvas - SC  
EXTRATO CONTRATO N° 0140/2009  
Processo Licitatório n° 0063/2009 – Leilão n° 0003/2009.  
Objeto: Alienação de bens móveis, conforme Leis Municipais 2.222 e 2.223 de 04 de setembro de 2009, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Administração Gestão e Planejamento deste município.  
Contratante: Município de Catanduvas – SC.  
Contratado (a): Nelson Vanderlei Gandini.  
CPF n° 566.613.390-04.  
Prazo de vigência: de 22 de outubro de 2009 a 31 de dezembro de 2009.  
O valor global: R\$ 10.550,00 (dez mil quinhentos e cinquenta reais).  
Data e assinatura do contrato: 22 de outubro de 2009.

GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal.

**Extrato Contrato N° 0141/2009**

Estado de Santa Catarina  
Município de Catanduvas - SC  
EXTRATO CONTRATO N° 0141/2009  
Processo Licitatório n° 0070/2009 – Carta Convite n° 0041/2009.  
Objeto: Aquisição de computadores e armários visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Educação deste município.  
Contratante: Município de Catanduvas – SC.  
Contratado (a): Proservin Comércio e Serviços de Informática Ltda.  
Prazo de vigência: de 23 de outubro de 2009 a 31 de dezembro de 2009.  
O valor global: R\$ 2.551,00 (dois mil quinhentos e cinquenta e um reais).  
Data e assinatura do contrato: 23 de outubro de 2009.

GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal.

**Extrato Contrato N° 0142/2009**

Estado de Santa Catarina  
Município de Catanduvas - SC  
EXTRATO CONTRATO N° 0142/2009  
Processo Licitatório n° 0070/2009 – Carta Convite n° 0041/2009.  
Objeto: Aquisição de computadores e armários visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Educação deste município.  
Contratante: Município de Catanduvas – SC.  
Contratado (a): ARZ Computadores Ltda.  
Prazo de vigência: de 23 de outubro de 2009 a 31 de dezembro de 2009.  
O valor global: R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais).  
Data e assinatura do contrato: 23 de outubro de 2009.

GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal.

**Extrato Contrato N° 0143/2009**

Estado de Santa Catarina  
Município de Catanduvas - SC

EXTRATO CONTRATO N° 0143/2009  
Processo Licitatório n° 0071/2009 – Pregão Presencial n° 0027/2009.

Objeto: Contratação de serviços para realização da 6ª Festa do Chimarrão, que acontecerá de 5 a 8 de novembro de 2009, compreendendo:

- Contratação de agência de publicidade que prestará os serviços de produção e de divulgação através de rádio, jornal, televisão, foto filmagem e banner publicitário;
- Contratação de serviço de instalação de banheiros ecológicos; Atividades realizadas por meio de Convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte – FUNTURISMO sob n° do PTEC: 002853/094.

Contratante: Município de Catanduvas – SC.  
Contratado (a): Ecoban Banheiros Químicos Ltda.  
Prazo de vigência: de 26 de outubro de 2009 a 31 de dezembro de 2009.  
O valor global: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).  
Data e assinatura do contrato: 26 de outubro de 2009.

GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal.

**Extrato Contrato N° 0144/2009**

Estado de Santa Catarina  
Município de Catanduvas - SC  
EXTRATO CONTRATO N° 0144/2009  
Processo Licitatório n° 0071/2009 – Pregão Presencial n° 0027/2009.  
Objeto: Contratação de serviços para realização da 6ª Festa do Chimarrão, que acontecerá de 5 a 8 de novembro de 2009, compreendendo:

- Contratação de agência de publicidade que prestará os serviços de produção e de divulgação através de rádio, jornal, televisão, foto filmagem e banner publicitário;
- Contratação de serviço de instalação de banheiros ecológicos; Atividades realizadas por meio de Convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte – FUNTURISMO sob n° do PTEC: 002853/094.

Contratante: Município de Catanduvas – SC.  
Contratado (a): N'Ativa.Com Comunicação Integrada Ltda ME.  
Prazo de vigência: de 26 de outubro de 2009 a 31 de dezembro de 2009.  
O valor global: R\$ 57.500,00 (cinquenta e sete mil e quinhentos reais).  
Data e assinatura do contrato: 26 de outubro de 2009.

GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal.

## Chapadão do Lageado

### Prefeitura Municipal

**Decreto N° 058/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
DECRETO N° 058/2009  
"DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO - SC."

- Considerando as Comemorações do "Dia de Finados", próximo vindouro,

- Considerando principalmente a economia do erário público,

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência legal e de acordo com o que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

#### D E C R E T A:

Art.1° Será facultativo o "ponto" nas repartições Públicas Municipais, no dia 03 de novembro de 2009.

Parágrafo único – Excetuam-se do disposto no "caput" deste artigo, todos os serviços considerados emergenciais e inadiáveis, em todos os órgãos da Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado-SC.

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 19 de outubro 2009

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

#### **Decreto N° 059/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO N° 059/2009

"INSTITUI O MANUAL OPERATIVO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE MATAS CILIARES DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO - SC."

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência legal e de acordo com o que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

#### D E C R E T A:

Art.1° Fica instituído o Manual Operativo do Programa Municipal de Conservação e Recuperação de Matas Ciliares, criado pela Lei Municipal n° 0439 de 23.09.2009, com o objetivo de detalhar tecnicamente os procedimentos inerentes à implantação do Programa.

Parágrafo único. O Manual Operativo de que trata o caput deste artigo será parte integrante do presente Decreto.

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 19 de outubro 2009

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

#### INTRODUÇÃO

O presente Manual Operativo tem a finalidade de detalhar tecnicamente os passos e procedimentos inerentes à implementação do Programa Municipal de Conservação e Recuperação de Matas Ciliares - PRMC, desenvolvido para o Município de Chapadão do Lageado. Sendo assim, ele é instrumento de trabalho essencial para o Grupo de Trabalho Municipal em recuperação de matas ciliares.

Para estabelecer uma base comum de informação, o primeiro capítulo do Manual apresenta as definições de termos adotados pelo PRMC, com as respectivas referências bibliográficas. O segundo capítulo contém a descrição das atividades preparatórias e complementares de recuperação, que abrangem a mobilização, a educação ambiental e o gerenciamento das ações do Grupo de

Trabalho Municipal.

Em seguida, no capítulo 3, são descritas as atividades específicas de recuperação, começando com o PROJETO, as estratégias de recuperação, o plantio e o monitoramento. Vários formulários úteis para o trabalho de recuperação são apresentados no capítulo 4.

Por fim, nunca é demais ressaltar que a recuperação não pode ser considerada como um evento que ocorre em uma época ou prazo determinado, devendo sempre ser considerada como um processo contínuo. Por isso o planejamento das atividades e a ação continuada do Grupo de Trabalho Municipal são indispensáveis para o seu sucesso.

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, 19 de outubro de 2009

#### 1. DEFINIÇÕES

Para os fins previstos deste Manual Operativo são adotadas as seguintes definições:

Área de Preservação Permanente (APP)

Área protegida nos termos da Lei Federal No 4.771/65, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

Área degradada

Área que sofreu impacto causado por atividades humana ou natural de maneira a impedir ou reduzir sua capacidade de retornar ao estado original (LAMBIN, 1997; CAMARGO et al.; 2002).

Espécie nativa

Espécie que apresenta as populações naturais adaptadas às condições locais e com limites de distribuição geográfica (GHODDOSI; FRANK; 2007).

Espécie exótica

Qualquer espécie introduzida pelo homem em ecossistema estranho a sua distribuição geográfica natural (UNEP/CBD/SBSTTA/6/INF/11, 2001).

Espécie invasora

Espécie exótica cuja introdução ou dispersão ameaça o ecossistema, o habitat ou as espécies nativas e causa impactos negativos ambientais, econômicos, sociais ou culturais (UNEP/CBD/SBSTTA/6/INF/11, 2001).

Espécie pioneira

Espécie que tem rápido crescimento, germina e se desenvolve em pleno sol (VELOSO; KLEIN, 1968; KLEIN, 1979; KLEIN, 1980; KLEIN, 1984; REIS, et al, 1996).

Espécie secundária

Espécie que tem capacidade de germinação à sombra, mas precisa de luz para o desenvolvimento (VELOSO; KLEIN, 1968; KLEIN, 1979; KLEIN, 1984; KLEIN, 1980; REIS, et al, 1996).

Espécie secundária tardia ou climática

Espécie que tem crescimento lento, germina e se desenvolve em condições de sombra (VELOSO; KLEIN, 1968; KLEIN, 1979; KLEIN, 1984; KLEIN, 1980; REIS et al, 1996).

Espécie hidromórfica

Espécie adaptada a solos saturados (solos úmidos).

Espécie não hidromórfica

Espécie adaptada a solos não saturados (solos secos).



**Espécie generalista**

Espécie que tolera as condições de solos saturados e não saturados.

**Recuperação**

Processo de restituição de uma área a uma condição não degradada, que visa à obtenção de uma nova utilização, que pode ser diferente da original (PALMER; AMBROSE; POFF, 1997; AIDE et al., 2000; CAMARGO et al.; 2002).

**Sucessão ecológica**

Processo de modificação progressiva de uma comunidade florestal, tanto na proporção quanto na composição de seus indivíduos, até que atinja um estado de equilíbrio dinâmico com o ambiente (FINEGAN; DELGADO, 2000; RICKLEFS, 2003; TOWNSEND; BEGON; HARPER, 2006).

**Propágulos**

Banco de sementes (sementes com capacidade de germinar, presentes na camada superficial do solo), chuva de sementes ou propagação vegetativa, que ocorre com estacas oriundas do caule, folha ou do sistema radicular (RICKLEFS, 2003).

**Poleiros artificiais**

Dispositivos que imitam galhos secos de plantas e atuam como estrutura de repouso e forrageamento para aves (MELO, 1997; MELO, 2002, REIS et al., 2003).

**Ecossistema**

Unidade ecológica caracterizada por um conjunto de elementos físicos e biológicos que interagem, abrangendo um espaço mais ou menos definido (RICKLEFS, 2003; TOWNSEND; BEGON; HARPER, 2006).

**Nascente**

Afloramento natural de água que apresenta perenidade e dá início a um curso de água (TUNDISI, 2008).

**Impacto ambiental**

Conforme a Resolução CONAMA No 01/86 impacto ambiental é "qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que direta ou indiretamente, afetam: I – a saúde, a segurança e o bem estar da população; II – as atividades sociais e econômicas; III – a biota; IV – as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e V – a qualidade dos recursos ambientais".

**Tutorial de Recuperação de Áreas Degradadas**

Ferramenta criada para assessorar pessoas interessadas a promover a recuperação de matas ciliares (GHODDOSI; FRANK, 2007). Disponível em [www.comiteitajai.org.br](http://www.comiteitajai.org.br).

**Matas Ciliares**

Formações florestais encontradas entre as diversas tipologias do Brasil e que estão presentes em margens de rios, lagos, áreas de recarga e nascentes. São consideradas ainda áreas de transição entre o meio aquático e terrestre (NAIMAN; DÉCAMPS, 1997; LIMA; ZAKIA, 2000).

**Isolamento Reprodutivo**

Situação em que uma população vegetal encontra-se isolada em fragmentos florestais, de modo que não há possibilidades de troca de polens com outra população (RICKLEFS, 2003; TOWNSEND; BEGON; HARPER, 2006).

**2. ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE RECUPERAÇÃO****2.1 Sensibilizar e mobilizar comunidades**

O processo de sensibilização e mobilização de proprietários de

terras e comunidades deve ser realizado com o apoio das secretarias por meio de eventos, visitas de campo, divulgações em mídia, que contemplem: a função ambiental das matas ciliares; a possibilidade de melhoria da propriedade e a importância do comprometimento do proprietário para a verificação dos benefícios da recuperação.

**2.2 Cadastro dos proprietários**

Após o processo de sensibilização e mobilização deve ser realizado um cadastro dos proprietários de terra interessados em recuperar as matas ciliares contendo as seguintes informações: nome do proprietário; localidade e curso da água; tipo de área que pretende recuperar, ou seja, nascente, rio, rio retificado, lago, área de retenção natural de água; disponibilidade de tempo do proprietário para executar as ações de recuperação, em função das atividades agrícolas.

**2.3 Calendário Anual**

O calendário anual das disponibilidades de tempo para o trabalho de recuperação de matas ciliares é elaborado com base no cadastro dos proprietários.

**2.4 Auxiliar no estabelecimento dos espaços de educação ambiental**

Os espaços que serão destinados para as atividades de educação ambiental serão referência para a análise dos benefícios da recuperação, sendo assim o espaço deve conter:

- Área estratégica em processo de recuperação para as visitas de campo e sensibilização;
- Dispor de fotografias da área do período anterior ao processo de recuperação;
- Análises da qualidade da água, quando for nascente;
- Inclusão de diferentes estratégias de recuperação;
- Identificação e monitoramento do crescimento das espécies implantadas;
- Análise do processo de regeneração natural.

**3 ATIVIDADES ESPECÍFICAS DE RECUPERAÇÃO****3.1 Projetos de recuperação**

As atividades de recuperação de matas ciliares são desenvolvidas por meio de projetos que são compostos por (a) diagnóstico local, (b) diagnóstico do entorno, (c) seleção de estratégias e (d) monitoramento. Os projetos de recuperação de matas ciliares devem ser desenvolvidos conforme o Modelo de Projeto de Recuperação de Matas Ciliares, apresentado nos formulários. A execução de cada projeto leva 24 meses, contados a partir da data da implantação da estratégia de recuperação.

As informações que devem compor o diagnóstico local são: o histórico de degradação da área; fatores responsáveis pela degradação; os processos erosivos mais frequentes na área; caracterização da textura, drenagem e profundidade do solo; caracterização da margem e do leito, quando a área estiver localizada junto a um curso de água; levantamento de ocorrência de inundações e geadas; presença de espécies nativas pioneiras. Para orientar a realização do diagnóstico local da área pode ser usado o Tutorial de Recuperação de Matas Ciliares, disponível em [www.comiteitajai.org.br](http://www.comiteitajai.org.br).

As informações que devem compor o diagnóstico do entorno são: informação sobre o uso do solo predominante, informação sobre os remanescentes de vegetação com potencialidades para fornecer propágulos à área, identificação das espécies nativas mais frequentes e presença de espécies exóticas com potencialidade de invadir área.

### 3.2 Estratégias de recuperação

São propostas algumas estratégias para realizar a recuperação, sendo: **implantação de espécies florestais nativas, regeneração natural, enriquecimento, adensamento, implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs), implantação de poleiros artificiais, implantação de leiras de contenção, transposição de serapilheira e abrigo para fauna.** Entretanto, antes da seleção de qualquer estratégia torna-se necessário a adoção das seguintes medidas para garantir o processo de recuperação:

- Em áreas em que houver o domínio de espécies exóticas invasoras deve ser realizada a eliminação seletiva ou desbaste das mesmas, de forma a garantir o processo de regeneração natural, mediante a autorização do Órgão Ambiental competente;
- As áreas deverão ser isoladas com qualquer estrutura que impeça a continuidade da ação degradatória, sendo que, o isolamento pode ser realizado por meio de cercas que providenciem a proteção necessária.

É importante salientar que a adoção de uma ou outra estratégia irá depender do diagnóstico do entorno e local. Portanto, a recuperação poderá ser executada por diferentes estratégias, podendo efetuar sua complementação ao longo do tempo, aproveitando ao máximo a capacidade de auto-regeneração da área, como segue:

#### Abrigo para fauna

Consiste no acúmulo de galhos, troncos, folhas ou amontoados de rochas, dispostos em leiras, distribuídas na forma de aglomerados ao longo da área, proporcionando a entrada de sementes.

#### Adensamento

Consiste no preenchimento dos espaços entre os indivíduos remanescentes com o plantio de mudas de espécies pioneiras, utilizado em áreas em que se observam espécies nativas que não conseguem recobrir o solo e nem garantir o processo de regeneração natural. Após o crescimento das espécies implantadas inicia-se o enriquecimento utilizando espécies secundárias para garantir o aumento da diversidade local.

#### Condução da regeneração natural

Consiste no uso de banco de sementes, banco de plântulas, chuva de sementes e capacidade de rebrota, aplicado quando a área possui capacidade de auto-regeneração, ou seja, os processos ecológicos ainda estão presentes.

#### Enriquecimento

Consiste na introdução de espécies secundárias em áreas que possuem remanescentes florestais conservados, garantindo o aumento da diversidade local.

#### Implantação de espécies nativas

Consiste no plantio de mudas de espécies nativas adaptadas às condições locais e regionais, técnica adequada para áreas em que a floresta original foi suprimida e em que se pretende restabelecer uma floresta com características ecológicas próximas às da floresta original. A seleção das espécies nativas deve considerar a adaptabilidade para as condições ambientais identificadas no diagnóstico local. Além disso, as espécies nativas podem ser introduzidas na área a partir de mudas ou de sementes em sequência: espécies pioneiras, secundárias e climáticas.

#### Implantação de poleiros artificiais

Consiste na implantação de galhos secos na fase inicial do processo de recuperação, uma vez que naturalmente se formarão poleiros naturais na área por meio do crescimento das mudas implantadas.

#### Implantação de leiras de contenção

Consiste de formação de leiras de galhos e matéria orgânica que

formem aglomerados com uma altura entre meio ou um metro e com comprimento de aproximadamente dois metros, distribuídas ao longo da área em que há caminhos preferenciais de água.

#### Implantação de sistemas agro florestais

Consiste na implantação de espécies nativas consorciadas com espécies exóticas que não tenham histórico de invasão, em uma mesma área.

#### Transposição de serapilheira

Consiste da transposição de porções superficiais de um metro quadrado de solo de áreas conservadas dos remanescentes do entorno para resgatar a biota do solo (sementes, propágulos, microorganismos, fungos, bactérias, minhocas, algas etc.).

### 3.3 Plantio

Os projetos de recuperação que adotarem as estratégias de enriquecimento, implantação e, adensamento de mudas de espécies nativas devem adotar as seguintes atividades:

#### Abertura de covas

Consiste na abertura de uma cova com o dobro do tamanho do substrato da muda, em dimensões nunca inferiores a 20 cm por 20 cm, nem profundidade inferior a 30 cm.

#### Adubação orgânica

Consiste na aplicação de 10 a 20% do volume da cova de adubo orgânico.

#### Coroamento

Consiste na remoção de toda e qualquer vegetação que está presente em um raio de 30 a 50 centímetros ao redor das covas. A vegetação removida pelo coroamento pode ser incorporada no entorno da muda plantada, evitando deixar o solo exposto e mantendo a umidade.

#### Espaçamento

Consiste na adoção do espaçamento mínimo 2x2 m e máximo 4x4 m.

#### Mistura de espécies

Consiste na combinação entre pioneiras e secundárias, sendo em média 80% pioneiras e 20% secundárias.

#### Plantio em ilhas

Consiste na mistura de espécies nativas que são introduzidas em núcleos de pioneiras e secundárias.

#### Plantio em linhas de pioneiras e secundárias

Consiste no plantio das espécies nativas em linhas divididas entre pioneiras e secundárias, com 80% pioneiras e 20% secundárias, sendo as pioneiras e secundárias alinhadas em blocos alternados, uma linha de preenchimento com espécies pioneiras e outra de diversidade, com espécies secundárias.

#### Podas de condução

Consiste no desbaste da massa verde que impede o crescimento das mudas.

#### Controle de formigas cortadeiras

Consiste na utilização de produtos com componentes naturais que são aplicados diretamente sobre os formigueiros ou de técnicas que possibilitem a migração das formigas.

#### Irrigação

Adição de cerca de um litro de água nas covas antes do plantio e em períodos de seca nos primeiros meses após o plantio. Em todas as formas de plantio deve-se imitar a natureza tanto na distribuição aleatória quanto na distribuição espacial das espécies

na comunidade, na tentativa de evitar o isolamento reprodutivo das espécies.

### 3.4 MONITORAMENTO

O monitoramento do processo de recuperação deve ser feito a cada seis meses, durante dois anos, utilizando-se os seguintes indicadores:

- Regeneração natural: a quantificação de espécies que surgem naturalmente na área;
- Serapilheira: a formação de uma camada de folhas, galhos e sementes sobre a superfície do solo;
- Análise do estrato florestal: a formação de um estrato florestal que forneça sombra à área.
- Redução e/ou ausência de gramíneas exóticas.
- Quantificação do desenvolvimento de espécies.

Os resultados do monitoramento devem ser divulgados, inclusive aos beneficiários do programa.

### 4. FORMULÁRIOS

Esse capítulo apresenta os formulários desenvolvidos para apoiar o trabalho dos Grupos de Trabalho Municipal. Existem formulários para as atividades específicas de recuperação:

Modelo de projeto de recuperação de matas ciliares (4.1),

Modelo do termo de compromisso do beneficiário (4.2),

Modelo de ficha de monitoramento de projetos de recuperação de matas ciliares (4.3).

#### 4.1 MODELO DE PROJETO DE RECUPERAÇÃO DE MATAS CILIARES

Data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

DADOS GERAIS DO PROJETO	Código Projeto
1. Município: _____ Localidade: _____ Nome do curso da água: _____	<div style="border: 1px solid black; width: 50px; height: 20px; margin: 0 auto;"></div>
2. Localização da área do projeto: Rural ( ) Urbano ( ) Ponto de referência: _____ Coordenadas: _____	
3. Proprietário(s) da área: _____	
4. Tamanho da propriedade: _____ m2 uso principal do solo na propriedade: _____	
DIAGNÓSTICO DO LOCAL E DO ENTORNO	
5. Presença de remanescente florestal nativo: ( ) não ( ) sim . Se sim qual a distância aproximada: _____	
6. Presença de espécies exóticas: ( ) não ( ) sim . Se sim qual espécie: _____	
7. Tamanho da área a ser recomposta: _____ m2	
8. Quanto dessa área é úmida? _____ m2. Quanto dessa área é seca? _____ m2	
9. Tipo de área a ser recomposta: ( ) nascente -- perímetro = _____ ; ( ) rio -- extensão ao longo do rio = _____ m: rio retificado -- extensão ao longo do rio = _____ m; outra _____	
10. Tipo de margem e leito: _____	
11. Área sujeita a geada: ( ) não ( ) sim . Se sim em qual época do ano _____.	
12. Área sujeita à inundação: ( ) sim ( ) não.	

13. Processos erosivos mais frequentes na área: escoamento superficial ( ) ; desmoronamento ( ) ; solapamento de base ( ) ; ausente ( ) .

14. A área precisa ser cercada? ( ) sim ( ) não -- Se sim, quantos metros de cerca são precisos? \_\_\_\_m

Quem vai fornecer essa cerca? \_\_\_\_\_

15. Responsável pelo projeto: \_\_\_\_\_

#### ESTRATÉGIAS DE RECUPERAÇÃO

16. Estratégia adotada: ( ) Abrigo para fauna; ( ) Adensamento; ( ) Condução da regeneração natural; ( ) Enriquecimento; ( ) Implantação de espécies nativas; ( ) Implantação de poleiros artificiais; ( ) Implantação de leiras de contenção; ( ) Implantação de Sistemas Agroflorestais; ( ) Transposição de solo.

17. Quantidade total de mudas necessárias: \_\_\_\_\_, sendo \_\_\_\_\_ hidromórficas e \_\_\_\_\_ não hidromórficas.

18. Espaçamento em que o plantio será realizado: \_\_\_\_\_;

19. Forma de plantio: ( ) Mistura de espécies; ( ) Plantio em ilhas; ( ) Plantio em linhas de pioneiras e secundárias.

#### INDICADORES DE MONITORAMENTO

20. Indicadores que utilizados no processo de monitoramento: ( ) Regeneração natural; ( ) Serapilheira; ( ) Análise do estrato florestal.

#### 4.2 MODELO DO TERMO DE COMPROMISSO DO BENEFICIÁRIO

Pelo presente TERMO DE COMPROMISSO, eu, \_\_\_\_\_,

portador do CPF nº \_\_\_\_\_, assumo os seguintes compromissos:

- Isolar a área;
- Preparar a área conforme as estratégias de recuperação mencionadas no projeto (em anexo);
- Efetuar o plantio das mudas de espécies nativas disponibilizadas conforme a orientação técnica;
- Realizar a manutenção da área e da cerca;
- Informar o Grupo de Trabalho Municipal quando houver mortalidade igual ou acima de 20%;
- Realizar o replantio quando houver mortalidade superior a 20%.
- Justificar a não realização do plantio em casos de intempéries naturais.

Fico ciente, desde já, de que:

- Ao receber as mudas doadas no mês \_\_\_\_\_ do ano \_\_\_\_\_ para recuperar uma área de mata ciliar deverei realizar o plantio no prazo máximo de 20 dias após o recebimento das mudas;
- A manutenção da área deve ser realizada ao longo dos 24 meses a partir do recebimento das mudas;
- O não cumprimento deste TERMO DE COMPROMISSO DO BENEFICIÁRIO implica em ressarcimento ao município do valor equivalente as mudas recebidas.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura

TESTEMUNHAS:

1) \_\_\_\_\_

2) \_\_\_\_\_



### 4.3 MODELO DE FICHA DE MONITORAMENTO DE PROJETOS DE RECUPERAÇÃO DE MATAS CILIARES

Data do acompanhamento: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Data de Plantio: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Código do Projeto

#### DADOS GERAIS DO PROJETO

1. Município: \_\_\_\_\_ Localidade: \_\_\_\_\_

2. Localização da área do projeto: Rural ( ) Urbano ( ).

3. Quais os usos do solo da propriedade:

- ( ) Rizicultura  
( ) Pecuária  
( ) Fumicultura  
( ) Lagoas  
( ) Remanescente de floresta nativa  
( ) Floresta exótica (pinus, eucaliptus)  
( ) Culturas anuais (trigo, milho, entre outras)  
( ) Cebola  
( ) Pomares  
( ) Suinocultura  
( ) Outros \_\_\_\_\_

4. O projeto de recuperação contemplou algumas das seguintes medidas:

- ( ) A recuperação de áreas degradadas de APP inseridas na área verde de domínio público  
( ) A recuperação de áreas degradadas em reserva legal  
( ) Contenção de encostas e controle da erosão  
( ) Adequado escoamento das águas pluviais  
( ) Proteção de margens dos corpos das águas  
( ) Outros \_\_\_\_\_

5. Os projetos contemplaram a implantação de algum equipamento público:

Sim ( ) Não ( ), se sim qual:

- ( ) Trilhas ecoturísticas  
( ) Ciclovias  
( ) Parque de lazer  
( ) Acesso e travessia aos corpos da água  
( ) Mirantes  
( ) Bancos  
( ) Outros \_\_\_\_\_

6. Os projetos atenderam algumas das seguintes ações:

- ( ) Estabilidade das encostas e margens  
( ) Corredores da fauna  
( ) Manutenção da biota  
( ) Regeneração e a manutenção da vegetação nativa  
( ) Qualidade da água  
( ) Outros \_\_\_\_\_

7. Houve intervenção urbanísticas? sim ( ) - não ( ).

Qual(is): \_\_\_\_\_

#### DADOS DE MONITORAMENTO DO PROJETO

8. Tamanho da área recomposta no projeto original: \_\_\_\_ m2 Tamanho da área plantada: \_\_\_\_ m2

9. Tipo de área a ser recomposta:

- ( ) nascente -- perímetro = \_\_\_\_  
( ) rio -- extensão ao longo do rio = \_\_\_\_m  
( ) rio retificado -- extensão ao longo do rio = \_\_\_\_m

10. Quantidade total de mudas plantadas: \_\_\_\_\_

11. Forma de plantio: aleatório (ao acaso) ( ) em linha ( ) em ilhas ( )

12. Espaçamento em que o plantio foi realizado: \_\_\_\_\_

13. Diversidade das espécies plantadas:

- inferior a 8 espécies ( );  
8 a 14 espécies ( );  
acima de 14 espécies ( ).

14. Houve o predomínio de alguma espécie: sim ( ) - não ( ), se sim qual(is) \_\_\_\_\_

15. Houve o controle de pragas (formigas, por exemplo): não ( ) - sim ( ) se sim como \_\_\_\_\_

16. Houve o controle de espécies invasoras (braquiária, por exemplo): não ( ) sim ( ) se sim como \_\_\_\_\_

17. Mortalidade: não ( ) sim ( ) se sim qual a porcentagem \_\_\_\_\_ qual o motivo \_\_\_\_\_

18. Quantidade de mudas utilizadas para replantio: \_\_\_\_\_

19. Desenvolvimento das mudas plantadas: A muda não cresceu ( ); A muda atingiu o dobro do tamanho inicial ( ); A muda atingiu mais que o dobro do tamanho inicial ( ).

Quais espécies cresceram mais: \_\_\_\_\_

Quais espécies não cresceram: \_\_\_\_\_

20. O proprietário atendeu as recomendações técnicas: sim ( ) não ( ), se não qual o motivo \_\_\_\_\_

21. O proprietário está mantendo a área: sim ( ) não ( ), se não qual o motivo \_\_\_\_\_

22. O proprietário já percebeu algum benefício do processo de recuperação: sim ( ) não ( ), se sim qual \_\_\_\_\_

23. As ações de recuperação motivaram outras formas alternativas de melhoria na propriedade (por exemplo: agroecologia – incorporação de outras culturas na área de plantio): sim ( ) não ( ), se sim qual \_\_\_\_\_

24. Aqui você pode colocar algumas particularidades desse projeto. Exemplo: adubação das covas, instalação das cercas, acesso de animais na área (vaca, galinha, entre outros), adição de serapilheira (restos da agricultura), instalação de poleiros, outras espécies nativas foram plantadas na área, houve alguma ação que prejudicou o desenvolvimento da muda (como por exemplo, a retirada do saquinho): \_\_\_\_\_



25. O proprietário ou o GTM gostaria de acrescentar mais algum comentário em relação a esse projeto: \_\_\_\_\_

26. Fotos do projeto: \_\_\_\_\_

#### BIBLIOGRAFIA

- AIDE, T. M.; ZIMMERMAN, J. K.; PASCARELLA, J. B.; RIVERA, L.; MARCANO-VEJA, H. Forest regeneration in a chronosequence of tropical abandoned pastures: implications for restoration ecology. *Restoration ecology*, 8:328-338. 2000.
- CAMARGO, J. L. C.; FERRAZ, I. D. K.; IMAKAWA, A. M. Rehabilitation of degraded areas of central Amazonia using direct sowing of forest tree seeds. *Restoration ecology*, 10:636-644. 2002.
- CAMARGO, J. L. C.; FERRAZ, I. D. K.; IMAKAWA, A. M. Rehabilitation of degraded areas of central Amazonia using direct sowing of forest tree seeds. *Restoration ecology*, 10:636-644. 2002.
- FINEGAN, B.; DELGADO, D. Structural and floristic heterogeneity in a 30 year old Costa Rica rain forest restored on pasture through natural secondary succession. *Restoration ecology*, 8:380- 393. 2000.
- GHODDOSI, S. M.; FRANK, B. Estudo das tipologias de áreas degradadas e da vegetação na Bacia Hidrográfica do Itajaí como subsídio para propostas de recuperação de florestas ciliares. *Revista de Estudos Ambientais*, 2007.
- KLEIN, R. M. Ecologia da flora e vegetação do Vale do Itajaí. *Sellowia*, 31:1-164. 1979
- KLEIN, R. M. Aspectos dinâmicos da vegetação do sul do Brasil. *Sellowia*, 36:5-54. 1984.
- KLEIN, R. M. Ecologia da flora e vegetação do Vale do Itajaí. *Sellowia*, 32:165-389. 1980.
- LAMBIN, E. F. Monitoring forest degradation in tropical regions by remote sensing: some methodological issues. *Global ecology and biogeography*, 8:191-198. 1999.
- LIMA, W. de P.; ZAKIA, M. J. B. Hidrologia de matas ciliares. In: RODRIGUES, R. R.; LEITÃO FILHO, H. de F (Edit.). *Matas ciliares: conservação e recuperação*. São Paulo: Fapesp, 2000. p. 33-44.
- MELO, V. A. Poleiros artificiais e dispersão de sementes por aves em uma área de reflorestamento, no estado de Minas Gerais. *Dissertação (Mestrado)* – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1997.
- MELO, V. A. et al. Efeito de poleiros artificiais na dispersão de sementes por aves. *Revista árvore*, 24:235-240. 2000.
- NRCS Riparian Forest Buffer. Seattle: USDA-NRCS-Watershed Science Institute, 1997.
- Disponível em: <<http://www.wcc.nrcs.usda.gov/watershed/wssi-products.html>>. Acesso em: 22 de agosto de 2003.
- PALMER, M. A.; AMBROSE, R. F.; POFF, N. L. Ecological theory and community restoration ecology. *Restoration ecology*, 5:291-300. 1997.
- REIS, A.; NAKAZONO, E. M.; MATOS, J. Z. Utilização da sucessão e das interações planta animal na recuperação de áreas florestais degradadas. In: III Curso de atualização. p. 29-44. 1996.
- REIS, A.; BECHARA, F. C.; ESPÍNDOLA, M. B.; VIEIRA, N. K.; SOUZA, L. L. Restauração de áreas degradadas: a nucleação como base para incrementar os processos sucessionais. *Natureza e Conservação, Fundação O Boticário, Curitiba*, 1:28-36. 2003.
- RICKLEFS, R. E. A economia da natureza. 5ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2003.
- TOWNSEND, C. R.; BEGON, M.; HARPER, J. L. *Fundamentos em ecologia*. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- TUNDISI, J. G. *Limnologia*. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. 631p.
- VELOSO, H. P. e KLEIN, R. M. As comunidades e associações vegetais da mata pluvial do sul do Brasil V; agrupamentos arbóreos da encosta catarinense, situados em sua parte norte. *Sellowia*, 20:53-126. 1968.

#### Decreto N° 060/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO N° 060/2009

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pela Lei n° 0406 de 17 de dezembro de 2008 e em conformidade com a Lei n° 0442 de 21.10.2009,

#### DECRETA:

Art. 1° Fica anulado a importância de R\$ 237.000,00 (duzentos e trinta e sete mil reais) das seguintes dotações do orçamento vigente:

- 03 – Secretaria de Administração e Planejamento  
03 – Secretaria de Administração e Planejamento  
04 – Administração  
05 – Administração geral  
122 – Administração Geral  
80 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais  
44.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
1006 – Aquisição de Móveis e Equipamentos .....R\$ 4.000,00
- 04 – Secretaria da Fazenda  
04 – Secretaria da Fazenda  
04 – Administração  
07 – Organização Moderna e Administrativa  
122 – Administração Geral  
80 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais  
44.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
1007 – Ampliação e Melhoria de Serviços Informatizados .....R\$ 1.000,00
- 04 – Secretaria da Fazenda  
04 – Secretaria da Fazenda  
04 – Administração  
07 – Organização Moderna e Administrativa  
122 – Administração Geral  
80 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais  
33.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
1007 – Ampliação e Melhoria de Serviços Informatizados .....R\$ 500,00
- 04 – Secretaria da Fazenda  
04 – Secretaria da Fazenda  
04 – Administração  
07 – Organização Moderna e Administrativa  
122 – Administração Geral  
80 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais  
33.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
1008 – Aquisição de Equipamentos .....R\$ 2.000,00
- 04 – Secretaria da Fazenda  
04 – Secretaria da Fazenda  
04 – Administração  
07 – Organização Moderna e Administrativa  
122 – Administração Geral  
80 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais  
44.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
1008 – Aquisição de Equipamentos .....R\$ 5.000,00
- 04 – Secretaria da Fazenda  
04 – Secretaria da Fazenda  
04 – Administração  
09 – Administração Financeira  
123 – Administração Financeira  
80 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais  
44.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
2005 – Manut./Pessoal Gerenciamento e Controle da Secretaria .....R\$ 5.000,00
- 04 – Secretaria da Fazenda  
04 – Secretaria da Fazenda  
04 – Administração  
09 – Administração Financeira  
123 – Administração Financeira  
80 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais  
33.50.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
2007 – Contribuição a Entidades Municipalistas.....R\$ 10.000,00
- 05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
01 – Divisão de Ensino  
12 – Educação  
11 – Educação para todos

361 – Ensino Fundamental  
 91 – Recursos Próprios Educação 25%  
 44.90.00.00.00.00 – Aplicações Direitas  
 1010 – Aquisição de Móveis e Equipamentos.....R\$ 15.000,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
 01 – Divisão de Ensino  
 12 – Educação  
 11 – Educação para todos  
 361 – Ensino Fundamental  
 91 – Recursos Próprios Educação 25%  
 44.90.00.00.00.00 – Aplicações Direitas  
 1014 – Construção, Reforma e Ampliação de Centros Esportivos e Culturais  
 ..... R\$ 3.000,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
 01 – Divisão de Ensino  
 12 – Educação  
 11 – Educação para todos  
 361 – Ensino Fundamental  
 91 – Recursos Próprios Educação 25%  
 33.90.00.00.00.00 – Aplicações Direitas  
 2010 – Distribuição de Material Didático..... R\$ 10.000,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
 01 – Divisão de Ensino  
 12 – Educação  
 11 – Educação para todos  
 361 – Ensino Fundamental  
 91 – Recursos Próprios Educação 25%  
 33.90.00.00.00.00 – Aplicações Direitas  
 2012 – Cursos de Informática..... R\$ 5.000,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
 01 – Divisão de Ensino  
 12 – Educação  
 11 – Educação para todos  
 361 – Ensino Fundamental  
 91 – Recursos Próprios Educação 25%  
 33.90.00.00.00.00 – Aplicações Direitas  
 2013 – Cursos de Informática..... R\$ 10.000,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
 01 – Divisão de Ensino  
 12 – Educação  
 11 – Educação para todos  
 361 – Ensino Fundamental  
 91 – Recursos Próprios Educação 25%  
 44.90.00.00.00.00 – Aplicações Direitas  
 2016 – Manutenção/Pessoal do Ensino Fundamental..... R\$ 5.000,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
 01 – Divisão de Ensino  
 12 – Educação  
 11 – Educação para todos  
 365 – Educação Infantil  
 91 – Recursos Próprios Educação 25%  
 33.90.00.00.00.00 – Aplicações Direitas  
 2017 – Manutenção/Pessoal do Ensino Infantil..... R\$ 37.000,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
 01 – Divisão de Ensino  
 12 – Educação  
 11 – Educação para todos  
 365 – Educação Infantil  
 91 – Recursos Próprios Educação 25%  
 44.90.00.00.00.00 – Aplicações Direitas  
 2017 – Manutenção/Pessoal do Ensino Infantil..... R\$ 5.000,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
 02 – Divisão de Cultura  
 13 – Cultura  
 13 – Resgate a Cultura  
 392 – Difusão Cultural  
 91 – Recursos Próprios Educação 25%  
 33.90.00.00.00.00 – Aplicações Direitas  
 2018 – Realização de Eventos Culturais.....R\$ 3.000,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
 02 – Divisão de Cultura  
 13 – Cultura  
 13 – Resgate a Cultura  
 392 – Difusão Cultural  
 91 – Recursos Próprios Educação 25%  
 31.90.00.00.00.00 – Aplicações Direitas  
 2019 – Manutenção/Pessoal.....R\$ 1.500,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
 02 – Divisão de Cultura  
 13 – Cultura  
 13 – Resgate a Cultura  
 392 – Difusão Cultural  
 91 – Recursos Próprios Educação 25%  
 33.90.00.00.00.00 – Aplicações Direitas  
 2019 – Manutenção/Pessoal.....R\$ 5.500,00

05 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes  
 03 – Divisão de Esportes  
 27 – Desporto e Laser  
 15 – Esporte é Vida  
 812 – Desporto Comunitário  
 80 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais  
 33.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
 1022 – Construção, Reforma e Ampliação de Ginásios, Quadras Esportivas  
 .....R\$ 10.000,00

05 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes  
 03 – Divisão de Esportes  
 27 – Desporto e Laser  
 15 – Esporte é Vida  
 812 – Desporto Comunitário  
 80 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais  
 44.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
 1022 – Construção, Reforma e Ampliação de Ginásios, Quadras Esportivas  
 .....R\$ 3.000,00

05 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes  
 03 – Divisão de Esportes  
 27 – Desporto e Laser  
 15 – Esporte é Vida  
 812 – Desporto Comunitário  
 80 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais  
 44.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
 2020 – Manutenção da Divisão de Esportes.....R\$ 5.000,00

06 – Secretaria de Saúde  
 01 – Divisão do Fundo de Saúde  
 10 – Saúde  
 17 – Saúde para todos  
 301 – Atenção Básica  
 92 – Recursos Próprios Saúde 15%  
 33.90.00.00.00.00 – Aplicações diretas  
 2022- Atendimento Ginecológico.....R\$ 7.500,00

06 – Secretaria de Saúde  
 01 – Divisão do Fundo de Saúde  
 10 – Saúde  
 17 – Saúde para todos  
 301 – Atenção Básica  
 92 – Recursos Próprios Saúde 15%  
 33.90.00.00.00.00 – Aplicações diretas  
 2023 – Implantação de Métodos Contraceptivos.....R\$ 4.500,00

06 – Secretaria de Saúde  
 01 – Divisão do Fundo de Saúde  
 10 – Saúde  
 17 – Saúde para todos  
 304 – Vigilância Sanitária  
 92 – Recursos Próprios Saúde 15%  
 33.90.00.00.00.00 – Aplicações diretas  
 2024 – Manut./Pessoal do Sistema de Vigilância Sanitária.....R\$ 5.000,00

06 – Secretaria de Saúde  
 03 – Divisão do Fundo da Criança e do Adolescente  
 08 – Assistência Social  
 21 – Atenção Básica  
 243 – Assistência a Criança e ao Adolescente

80 – Recursos Ordinários  
33.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Direitas  
2030 – Manut./Pessoal do Progr. Errad. Trabalho Infantil.....R\$ 10.000,00

07 – Secretaria de Agricultura  
01 – Divisão de Agricultura  
20 – Agricultura  
27 – Pequeno Produtor Assistido  
606 – Extensão Rural  
80 – Recursos Ordinários  
33.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Direitas  
1037 – Criação de Associações.....R\$ 3.000,00

07 – Secretaria de Agricultura  
01 – Divisão de Agricultura  
20 – Agricultura  
27 – Pequeno Produtor Assistido  
606 – Extensão Rural  
80 – Recursos Ordinários  
33.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Direitas  
2036 – Assistência ao Pequeno Produtor Rural.....R\$ 10.000,00

07 – Secretaria de Agricultura  
01 – Divisão de Agricultura  
20 – Agricultura  
27 – Pequeno Produtor Assistido  
606 – Extensão Rural  
80 – Recursos Ordinários  
33.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Direitas  
2038 – Programa de Distribuição de Calcário e Farelo.....R\$ 4.000,00

07 – Secretaria de Agricultura  
01 – Divisão de Agricultura  
20 – Agricultura  
27 – Pequeno Produtor Assistido  
606 – Extensão Rural  
80 – Recursos Ordinários  
33.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Direitas  
2041 – Celebração de Convênios.....R\$ 5.000,00

08 – Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços  
01 – Divisão de Serviços Urbanos  
26 – Transportes  
29 – Estradas Vicinais  
782 – Transporte Rodoviário  
80 – Recursos Ordinários  
33.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Direitas  
1038 – Construção de Pontes.....R\$ 10.000,00

08 – Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços  
01 – Divisão de Serviços Urbanos  
26 – Transportes  
29 – Estradas Vicinais  
782 – Transporte Rodoviário  
80 – Recursos Ordinários  
44.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Direitas  
1038 – Construção de Pontes.....R\$ 5.000,00

08 – Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços  
01 – Divisão de Serviços Urbanos  
15 – Urbanismo  
31 – Urbanismo  
451 – Infra-Estrutura Urbana  
80 – Recursos Ordinários  
33.90.00.00.00.00.00 – Aplicações direitas  
1041 – Abertura de Ruas e Avenidas.....R\$ 5.000,00

08 – Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços  
01 – Divisão de Serviços Urbanos  
15 – Urbanismo  
31 – Urbanismo  
451 – Infra-Estrutura Urbana  
80 – Recursos Ordinários  
44.90.00.00.00.00.00 – Aplicações direitas  
1041 – Abertura de Ruas e Avenidas.....R\$ 3.000,00

08 – Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços  
01 – Divisão de Serviços Urbanos  
15 – Urbanismo

31 – Urbanismo  
451 – Infra-Estrutura Urbana  
80 – Recursos Ordinários  
33.90.00.00.00.00.00 – Aplicações direitas  
1043 – Construção de Praças e Jardins.....R\$ 5.000,00

08 – Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços  
02 – Divisão do D. M. E. R.  
26 – Transportes  
29 – Estradas Vicinais  
782 – Transporte Rodoviário  
80 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais  
33.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Direitas  
1039 – Construção de Praças e Jardins.....R\$ 3.000,00

08 – Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços  
02 – Divisão do D. M. E. R.  
26 – Transportes  
29 – Estradas Vicinais  
782 – Transporte Rodoviário  
80 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais  
44.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Direitas  
1039 – Construção de Praças e Jardins.....R\$ 3.000,00

10 – Secretaria do Meio Ambiente e Turismo  
01 – Secretaria do Meio Ambiente e Turismo  
18 – Gestão Ambiental  
23 – Gestão Ambiental  
542 – Controle Ambiental  
80 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais  
33.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Direitas  
1031 – Incentivo a Empreendimentos Turísticos.....R\$ 1.500,00

10 – Secretaria do Meio Ambiente e Turismo  
01 – Secretaria do Meio Ambiente e Turismo  
18 – Gestão Ambiental  
25 – Proteção Ambiental  
511 – Saneamento Básico Rural  
80 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais  
33.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Direitas  
2032 – Fiscalização Sanitária a Residências.....R\$ 5.000,00

10 – Secretaria do Meio Ambiente e Turismo  
01 – Secretaria do Meio Ambiente e Turismo  
18 – Gestão Ambiental  
25 – Proteção Ambiental  
511 – Saneamento Básico Rural  
80 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais  
33.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Direitas  
2033 – Proteção a Fontes de Água e Recup. de Nascentes.....R\$ 2.000,00

Art. 2º Por conta das anulações de recursos constantes do art. 1º, no valor de R\$ 237.000,00 (duzentos e trinta e sete mil reais), e do Excesso de Arrecadação da Fonte de Recurso 93 – Recursos do Transporte Escolar do Estado, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) e pelo excesso de arrecadação da Fonte de recurso 107 – Recursos Convênio Estado no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), fica aberto um Crédito Suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente:

03 – Secretaria de Administração e Planejamento  
03 – Secretaria de Administração e Planejamento  
04 – Administração  
05 – Administração geral  
122 – Administração Geral  
80 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais  
33.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
2003 – Manut. Secr. da Administração e Planejamento.....R\$ 30.000,00

04 – Secretaria da Fazenda  
04 – Secretaria da Fazenda  
04 – Administração  
09 – Administração Financeira  
123 – Administração Financeira  
80 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais  
31.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
2005 – Manut./Pessoal Gerenciamento e Controle da Secretaria.....R\$ 30.000,00

04 – Secretaria da Fazenda  
 04 – Secretaria da Fazenda  
 04 – Administração  
 09 – Administração Financeira  
 123 – Administração Financeira  
 80 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais  
 33.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
 2005 – Manut./Pessoal Gerenciamento e Controle da Secretaria .....R\$ 35.000,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
 01 – Divisão de Ensino  
 12 – Educação  
 11 – Educação para todos  
 361 – Ensino Fundamental  
 91 – Recursos Próprios Educação 25%  
 33.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
 2014 – Manutenção do Programa da Merenda Escolar.....R\$ 5.000,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
 01 – Divisão de Ensino  
 12 – Educação  
 11 – Educação para todos  
 361 – Ensino Fundamental  
 91 – Recursos Próprios Educação 25%  
 33.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
 2015 – Manutenção do Programa do Transporte Escolar.....R\$ 20.000,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
 01 – Divisão de Ensino  
 12 – Educação  
 11 – Educação para todos  
 361 – Ensino Fundamental  
 91 – Recursos Próprios Educação 25%  
 31.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
 2016 – Manutenção/Pessoal do Ensino Fundamental.....R\$ 75.000,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
 01 – Divisão de Ensino  
 12 – Educação  
 11 – Educação para todos  
 361 – Ensino Fundamental  
 93 – Recursos Transporte Escolar Estado  
 33.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
 2015 – Manutenção do Programa do Transporte Escolar.....R\$ 30.000,00

06 – Secretaria de Saúde  
 01 – Divisão do Fundo de Saúde  
 10 – Saúde  
 17 – Saúde para todos  
 301 – Atenção Básica  
 92 – Recursos Próprios Saúde 15%  
 31.90.00.00.00.00.00 – Aplicações diretas  
 2021 – Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde.....R\$ 15.000,00

06 – Secretaria de Saúde  
 01 – Divisão do Fundo de Saúde  
 10 – Saúde  
 17 – Saúde para todos  
 301 – Atenção Básica  
 92 – Recursos Próprios Saúde 15%  
 44.90.00.00.00.00.00 – Aplicações diretas  
 1023 – Aquisição de Móveis e Equipamentos.....R\$ 2.000,00

08 – Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços  
 01 – Divisão de Serviços Urbanos  
 15 – Urbanismo  
 31 – Urbanismo  
 452 – Serviços Urbanos  
 80 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais  
 31.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
 2045 – Manutenção/Pessoal.....R\$ 25.000,00

08 – Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços  
 01 – Divisão de Serviços Urbanos  
 15 – Urbanismo  
 33 – Pavimentação Asfáltica  
 451 – Infra-Estrutura Urbana

107 – Recursos de Convênio Estado  
 44.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
 1045 – Pavimentação de acesso ao Município.....R\$ 500.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir data da publicação da Lei nº 0442 de 21.10.2009.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 21 de outubro de 2009

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

## Coronel Martins

### Prefeitura Municipal

#### Decreto N° 134

DECRETO N°. 134, DE 19 DE OUTUBRO DE 2009.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECAÇÃO DE RECURSOS DO ESTADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual nº. 482, de 29/08/2008, Lei da LDO nº. 483, de 26/08/2008, Lei Orçamentária Anual nº. 491, de 09 de Dezembro de 2008, e pelo Artigo 94 da Lei Orgânica do Município de Coronel Martins, de 12/12/2005.

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar pelo provável excesso de arrecadação de recursos oriundos de convênios com o Estado para perfuração de poço artesiano no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

(A) Orçados 2009	(B) Previsão para arrecadação em 2009	(A-B) Provável excesso	Valor a ser Utilizado
0,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00

Art. 2º Os recursos do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) será utilizado na seguinte programação de despesa:

05.01 SEC. MUNIC. DE TRANSPORTES OBRAS E SERV. PUBLICOS			
26.782.0020.2.028 MANUT. DAS ATIVIDADES RODOVIARIAS			
Categoria	Descrição	Fonte	Valor
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	01.24000055	10.000,00

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 19 de Outubro de 2009.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI

Assessor Orçam. Planej. E Finan.

#### Portaria N° 084

PORTARIA N°. 084, DE 26 DE OUTUBRO DE 2009.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.





O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar n°. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 – Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 04/11/2009 à 03/12/2009.

Nome	Cargo	Referência
Elvir Peruzzo	Auxiliar de Serviços Gerais	24/10/2008 a 23/10/2009

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 26 de outubro de 2009.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Assessor de Orçamento, Planej. e Finanças

### **Minuta ao Edital de Lançamento da Contribuição de Melhoria N° 007/2009**

MINUTA AO EDITAL DE LANÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA N° 07/2009

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o contido no art. 34, § 1º, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, TORNA PÚBLICO, pelo presente Edital, os elementos relativos as obras de Pavimentação com pedras irregulares e passa a vigorar o prazo para LANÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, compreendendo:

#### **1 - DO OBJETO**

O objeto do presente Edital consiste nas Obras de Pavimentação Poliédrica, referente a construção de calçamento com pedras irregulares de basalto não alterado, sendo parte da Rua Clevelândia, trecho entre a Rua Gloria e Rua Xaxim em 143,28 metros lineares, parte da Rua Xaxim, trecho entre Rua Getulio Vargas e Rua Aires em 148,79 metros lineares, Rua Aires, trecho entre Rua Xaxim e Rua Gloria em 107,23 metros lineares, de acordo com Processo Licitatório PM n° 18/2008 Modalidade Tomada de Preço PM n° 002/2008, Contrato de Execução n° 073/2008 de 27/05/2008.

2 - Demais informações, bem como o Edital em sua integra, encontra-se à disposição no Mural da Prefeitura Municipal de Coronel Martins-SC.

Coronel Martins-SC, 26 de Outubro de 2009.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

## **Forquilha**

### **Prefeitura Municipal**

#### **Decreto N° 099**

DECRETO N°. 099, DE 20 DE OUTUBRO DE 2009.

DETERMINA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NO DIA 30 DE OUTUBRO DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, que no dia 28 de outubro é comemorado o "Dia do Servidor Público";

CONSIDERANDO, que o Estado de Santa Catarina, através do Decreto n°. 2.663, de 30 de setembro de 2009, transferiu o Ponto Facultativo do dia 28 de outubro para o dia 30 de outubro, relativo a comemoração do dia do "Dia do Servidor Público".

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado ponto facultativo nas repartições públicas municipais no dia 30 de outubro do corrente ano, sexta-feira, tendo em vista as comemorações alusivas ao "Dia do Servidor Público".

Art. 2º Os serviços públicos municipais ficarão suspensos na data referida no artigo primeiro.

Parágrafo único. Os serviços públicos considerados essenciais, o Pronto Atendimento Municipal, as escolas municipais e os centros de educação infantil permanecerão em funcionamento regular, cabendo a cada Secretaria viabilizar escala de trabalho para que os serviços públicos não sejam prejudicados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 20 de outubro de 2009.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 20 de outubro de 2009.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretária de Administração e Finanças

#### **Aviso de Prorrogação**

ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

AVISO DE PRORROGAÇÃO

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO N°. 100/PMF/2009

O Município de Forquilha torna público que o Edital de Leilão Público N°. 100/PMF/2009, com data de abertura inicialmente fixada para 28/10/2009, que tem por objeto a alienação de bens imóveis de propriedade do município, fica prorrogada para 18/11/2009, com o recebimento dos envelopes (Proposta e Habilitação) até às 14h00 da destacada data. Da mesma forma, fica prorrogada a data do recebimento da caução para dia 17/11/2009, por interesse público e conveniência administrativa, conforme previsto na Lei N°. 8.666/93.

Mais informações poderão ser obtidas no setor de compras da Prefeitura Municipal de Forquilha, de segunda a sexta-feira, das 12:00 as 18:00 horas pelo telefone (48) 3463 8121.

Forquilha/SC, 26 de outubro de 2009.

VALDECIR TISCOSKI

Presidente da Comissão de Licitação

## Garopaba

### Câmara de Vereadores

#### Resolução N° 016

RESOLUÇÃO N° 016 DE 26 DE OUTUBRO DE 2009

MAURO SANTOS DO NASCIMENTO, Presidente da Câmara Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou a seguinte Resolução na forma da Lei:

#### RESOLUÇÃO N° 016/2009

“Institui, no âmbito da Câmara Municipal de Garopaba, o Prêmio Mérito Educacional e dá outras providências”.

Art. 1º Fica instituída, a condecoração mérito educacional, a ser conferida anualmente, no mês de outubro a pessoas físicas ou entidades que tenham se destacado no campo da Educação.

Parágrafo 1º O objetivo da condecoração é o de valorizar e de reconhecer ações relevantes na área educacional, a partir de iniciativas pessoais ou institucionais.

Parágrafo 2º Poderão ser indicadas pessoas físicas ou instituições, reconhecidas socialmente pelo exercício docente, pela contribuição de sua atuação cujo o histórico indique uma trajetória, no campo da educação coerente com o propósito da homenagem.

Art. 2º Na oportunidade, simbolicamente, serão homenageados educadores em atividade ou aposentados, e entidades indicadas pelo Conselho Municipal de Educação de Garopaba.

Art. 3º O Conselho Municipal de Educação determinará através de regulamentação a maneira como serão escolhido os agraciados, devendo inicialmente ser obedecido os seguintes critérios:

- a) Inovação no trabalho;
- b) Zelo pela causa pública;
- c) Competência no exercício profissional;
- d) Relações humanas condignas no seu convívio profissional;
- e) Destaque em sua profissão, ou área de atuação capaz de engrandecer o processo educacional na cidade de Garopaba.

Art. 4º Caberá à Câmara Municipal de Garopaba realizar sessão solene entregando aos agraciados diploma e troféu alusivo a homenagem.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Garopaba, em 26 de Outubro de 2009.

MAURO SANTOS DO NASCIMENTO  
Presidente  
Câmara Municipal de Garopaba

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos vinte seis dias do mês de outubro ano de dois mil e nove.

GIOVANA DA S. DEFREYN  
Secretária  
Câmara Municipal de Garopaba

## Gaspar

### Prefeitura Municipal

#### Lei N° 3.150/09

LEI N°. 3.150, DE 26 DE OUTUBRO DE 2009.

AUTORIZA A DOAÇÃO DE UMA ÁREA DE TERRAS À ENTIDADE PÚBLICA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Gaspar autorizado a doar uma área de terras, de 905,48 m2, localizada na Rua “C”, no Loteamento Residencial Augusto e Helena Debortoli, Bairro Sete de Setembro, registrada sob a matrícula nº. 20.494, do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, em favor do Instituto Nacional do Seguro Social, inscrito no CNPJ sob nº. 29.979.036/0001-40, sendo parte de um terreno contendo 2.405,48m2 (dois mil, quatrocentos e cinco metros e quarenta e oito decímetros quadrados), cujo mesmo possui as seguintes medidas e confrontações: frente em uma linha de 12,00m (doze metros) com o lado ímpar da Rua “C”; fundos em uma linha de 77,79 metros com a Área Verde; Lado direito – em cinco linhas, sendo a primeira, a partir da frente, em 41,48 metros com o Lote 22, a segunda alargando o terreno em 17,76 metros, sendo 8,88 metros, com o Lote 22 e 8,88 metros com o Lote 23, a terceira de 1,00 metro com o Lote 26, a quarta, em direção aos fundos, de 38,72 metros, sendo 13,13 metros com terras de Maria Aparecida de Souza Oliveira, 12,84 metros com terras de Agenor da Silva e 12,75 metros com terras de Arno Knut e a quinta de 14,09 metros, sendo 12,63 metros com terras de Olga Pamplona e 1,46 metros com terras de Arnaldo Reinert; Lado esquerdo – em duas linhas, a primeira a partir da frente, de 40,35 metros, com o Lote 21 e a segunda, alargando o terreno, em 45,30 metros, sendo 15,10 metros com o Lote 21, 15,10 metros com o Lote 20 e 15,10 metros com o Lote 19; terreno este sem benfeitorias, distando a partir do lado esquerdo, 67,29 metros, do lado ímpar da Rua “D” do referido loteamento, conforme o Anexo I desta Lei.

Art. 2º A área descrita no art. 1º será destinada exclusivamente para a acessibilidade dos usuários da Agência da Previdência Social, sendo vedada a realização de qualquer outra edificação neste local.

Art. 3º O imóvel objeto da doação reverterá ao patrimônio do Município, sem qualquer ônus para o doador, se o donatário der a ele destino diverso do previstos no artigo anterior.

Art. 4º As despesas com a respectiva escritura pública de doação correrão por conta do donatário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, 26 de outubro de 2009.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

#### Decreto N° 3.587/09

DECRETO N°. 3.587, DE 03 DE SETEMBRO DE 2009.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de

Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelos incisos II e VI da Lei Municipal n°. 3.066, de 28 de novembro de 2008,

# DECRETA:

Art. 1º Ficam anuladas, no valor de R\$ 574.852,79 (quinhentos e setenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e setenta e nove centavos), as seguintes dotações orçamentárias do orçamento vigente do Município de Gaspar:

3 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
4 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
00004.00123.00008 GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
2.2029 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Dotação 28 – 3.3.3.9.0 Aplicações diretas
R\$ 40.517,00

4 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
7 EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL
00012.00361.00011 MANUT. EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL
2.2057 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL
Dotação 62 – 3.3.1.9.0 Aplicações diretas
R\$ 105.186,99
Dotação 61 – 3.3.3.9.0 Aplicações diretas
R\$ 240.000,00
Dotação 66 – 3.3.3.9.0 Aplicações diretas
R\$ 40.000,00
Dotação 219 – 3.4.4.9.0 Aplicações diretas
R\$ 49.948,80

5 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
10 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
00023.00695.00014 GESTÃO SECR. MUNIC. IND., COM. E TURISMO
2.2080 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA
Dotação 92 – 3.3.3.9.0 Aplicações diretas
R\$ 20.000,00

6 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
00010.00301.00015 GESTÃO DA ÁREA DA SAÚDE
2.2089 GARANTIR O FUNC. E MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SEUS PROGRAMAS
Dotação 4 – 3.4.4.9.0 Aplicações diretas
R\$ 37.000,00
2.2093 GARANTIR A POLÍTICA PÚBLICA AS AÇÕES BÁSICAS
Dotação 11 – 3.3.3.9.0 Aplicações diretas
R\$ 10.200,00

7 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
12 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
00020.00606.00019 APOIO AO DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA
2.2175 MANUTENÇÃO ATIVIDADE AGRÍCOLA
Dotação 104 – 3.3.1.9.0 Aplicações diretas
R\$ 32.000,00

Art. 2º Por conta dos recursos anulados no artigo anterior, ficam suplementadas, no valor de R\$ 574.852,79 (quinhentos e setenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e setenta e nove centavos), as dotações orçamentárias indicadas a seguir:

3 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
4 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
00004.00123.00008 GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
2.2029 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Dotação 29 – 3.4.4.9.0 Aplicações diretas
R\$ 40.517,00

4 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
7 EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL
00012.00361.00011 MANUT. EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL
2.2057 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

Dotação 233 – 3.3.1.9.0 Aplicações diretas	R\$ 40.000,00
Dotação 234 – 3.3.3.9.0 Aplicações diretas	R\$ 105.186,99
Dotação 254 – 3.3.1.9.0 Aplicações diretas	R\$ 289.948,80

5 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
10 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
00023.00695.00014 GESTÃO SECR. MUNIC. IND., COM. E TURISMO
2.2080 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA
Dotação 90 – 3.3.1.9.0 Aplicações diretas
R\$ 20.000,00

6 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
00010.00301.00015 GESTÃO DA ÁREA DA SAÚDE
2.2089 GARANTIR O FUNC. E MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SEUS PROGRAMAS
Dotação 3 – 3.3.3.9.0 Aplicações diretas
R\$ 37.000,00
2.2093 GARANTIR A POLÍTICA PÚBLICA DAS AÇÕES BÁSICAS
Dotação 12 – 3.4.4.9.0 Aplicações diretas
R\$ 10.200,00

7 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
12 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
00020.00606.00019 APOIO AO DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA
2.2175 MANUTENÇÃO ATIVIDADE AGRÍCOLA
Dotação 105 – 3.3.3.9.0 Aplicações diretas
R\$ 32.000,00

Art. 3º Fica suplementada, por superávit financeiro, no valor de R\$ 100.000,00 (cento mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente da administração direta do Município de Gaspar:

8 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS
13 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS
00026.00782.00021 GESTÃO SECR. MUNIC. TRANSPORTES E OBRAS
2.2192 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSP. E OBRAS E DEFESA CIVIL
Dotação 253 – 3.3.3.9.0 Aplicações diretas
R\$ 100.000,00

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 03 de setembro de 2009.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito Municipal

## Decreto N° 3.654/09

DECRETO N°. 3.654, DE 23 DE OUTUBRO DE 2009.  
EXONERA DIRETOR DE PLANEJAMENTO, O SERVIDOR DJALMA TEIXEIRA DE MELLO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art. 10 da Lei Municipal n° 1.357, de 28 de maio de 1992,

# DECRETA

Art. 1º Fica exonerado, a partir de 26 de outubro, o servidor DJALMA TEIXEIRA DE MELLO, do cargo de Diretor de Planejamento, Nível CC, Ref. 55, com 40 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 23 de outubro de 2009.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

**Decreto N° 3.655/09**

DECRETO N°. 3.655 DE 23 DE OUTUBRO DE 2009.

EXONERA DO CARGO DE ENCARREGADO, O SERVIDOR EVERTON DOS SANTOS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art. 10 da Lei Municipal n° 1.357, de 28 de maio de 1992,

## DECRETA

Art. 1° Fica exonerado, a partir de 26 de outubro, o servidor EVERTON DOS SANTOS, portador do CPF n° 070.664.439-50, do cargo de Encarregado, Nível CC, Ref. 21, com 40 horas semanais.

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 23 de outubro de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

**Decreto N° 3.656/09**

DECRETO N° 3.656 DE 23 DE OUTUBRO DE 2009.

EXONERA DO CARGO DE ENCARREGADO DE TRANSPORTE COLETIVO, THIAGO JERÔNIMO DOS SANTOS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

## DECRETA:

Art. 1° Fica exonerado, a partir de 26 de outubro, THIAGO JERÔNIMO DOS SANTOS, portador do CPF n° 066.104.699-03 e da CI n° 5.263.509, SSP/SC, do cargo em comissão de Encarregado de Transporte Coletivo – Nível CC, Ref. 21, com 40 horas semanais.

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 23 de outubro de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

**Portaria N° 1.996/09**

P O R T A R I A N°. 1.996 DE 16 DE OUTUBRO DE 2009.

COLOCA À DISPOSIÇÃO NA SECRETARIA DA EEB LUIZ FRANZOI, O SERVIDOR ELI AMORIM DE LIMA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

## R E S O L V E:

Art. 1° Colocar, a partir desta data, o servidor ELI AMORIM DE LIMA, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Física DOC III - 8, lotado com 40 horas semanais, sendo 10 horas na EEB Augusto Schramm, 10 na EEB Luiz Franzoi e 20 horas na EEB Ervino Venturi, à disposição 40 horas na Secretaria da EEB Luiz Franzoi.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria n° 1.886 de 22 de abril de 2009.

Gaspar, 16 de outubro de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

**Tomada de preços N° 135/2009**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

Tomada de preços N° 135/2009

Objeto: pavimentação asfáltica da Rua Prefeito Júlio Schramm, e drenagem pluvial e pavimentação com lajotas sextavadas de concreto da Rua Rondônia.

Entrega dos envelopes: contendo os documentos de habilitação e a proposta de preços, até as 08:45 horas do dia 13/11/2009.

Abertura: Dia 13/11/2009 às 09:00 horas. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital, diariamente no horário de expediente, no Depto. de Compras da Prefeitura Municipal, ou no site [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br).

Gaspar (SC), em 26/10/2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

**Edital de Notificação - Infração de Trânsito N. 590 442/2008**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 590 442/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ADI4737	LE00081799	ROBERTO FERREIRA KEMENESI	7455/0	218 * I
AET0964	LE00081786	ZELINDO PILAN	7455/0	218 * I
AGR6223	LE00081869	JOSE MAFRA	7463/0	218 * II
AHU0653	LE00081719	GEGISLAINE CORREA DOS SANTOS	7455/0	218 * I





ALO5389	LE00081758	JOSE HOFFMANN	7463/0	218 * II
AYF7000	LE00081777	ZULEICA DOROW WAGNER	7455/0	218 * I
BOA0319	LE00081087	CHARLIZA EMILI BOSO	7463/0	218 * II
CEL5777	LE00081766	CILMAR HENRIQUE AMORIM DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
CHP9766	LE00081904	SIDNEY JOSE DELL ANTONIO	7463/0	218 * II
CIU5318	LE00080856	GEAN JULIO DA CUNHA	7455/0	218 * I
CKB9409	LE00081793	ANDREIA TELES FERREIRA	7455/0	218 * I
CPR3754	LE00081884	LUIZ CARLOS PEREIRA	7455/0	218 * I
CRG5093	LE00081890	GELSON JOSE DE SOUZA	7455/0	218 * I
DNI2410	LE00080671	ROCHA MARIANO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA MI	7455/0	218 * I
DRB3251	LE00081870	MARCIO PAZA	7463/0	218 * II
DYY7965	LE00081842	JULIANA DE PAULO	7455/0	218 * I
GTJ6586	LE00080923	LUIZ CARLOS BOHMANN	7455/0	218 * I
IHJ7703	LE00081853	ELEZANDRA ALVES CORREA	7455/0	218 * I
LAH3601	LE00080850	TEREZINHA PEDRINI KOCH	7455/0	218 * I
LAU6935	LE00081037	ARCIDES URBANO DA SILVA	7455/0	218 * I
LVN5209	LE00081744	ANTONIO LUIZ PEREIRA	7455/0	218 * I
LWV2808	LE00081796	TARCIZO DEBATIN	7455/0	218 * I
LXD1417	LE00081795	UBIRATAN ROBERTO MERIZIO	7463/0	218 * II
LXD7116	LE00081784	WILMAR DE LIMA	7455/0	218 * I
LXG2362	LE00081876	ANTONIO ORIVALDO ROSA	7455/0	218 * I
LXG9858	LE00081806	JOSE DO VALE PEREIRA	7455/0	218 * I
LXJ0491	LE00081775	SERGIO VAILATI	7455/0	218 * I
LXJ1512	LE00081749	SIMONE MARIA DOS SANTOS ZENDRON	7463/0	218 * II
LXJ6825	LE00080988	ARNO BONETTI	7463/0	218 * II
LXP5942	LE00080815	ANTONIO ANTUNES	7463/0	218 * II
LXW8689	LE00081754	HELENA BUTZKE	7455/0	218 * I
LYB0578	LE00081848	MICHELLE CAROLINE CARDOSO PEDREIRA	7455/0	218 * I
LYD4237	LE00081926	MAURA VOSS	7463/0	218 * II
LYU8172	LE00081731	IVONE DE FATIMA CORREA	7455/0	218 * I
LZH6990	LE00081034	VILSON MICHALACK	7455/0	218 * I
LZM9336	LE00081871	HENRIQUE ECCEL	7455/0	218 * I
LZX9854	LE00081594	NABOR ELEUTERIO DE AZEVEDO	7463/0	218 * II
MAB4898	LE00081287	PEDRO ANTENOR DA SILVA	7463/0	218 * II
MAD0512	LE00080824	LINDOMAR KIENEL	7455/0	218 * I
MAV9849	LE00081895	EDNEI FABIANO WEITGENANT	7455/0	218 * I
MBJ0716	LE00081007	DOUGLAS SCHROEDER	7463/0	218 * II
MBM7607	LE00081883	ALBERTINA MARIA PAMPLONA SCHNEIDER	7455/0	218 * I
MBY5524	LE00080903	EUZILENE GRIGORIO DA SILVA	7455/0	218 * I
MCG6141	LE00081894	CELIO RIBEIRO	7455/0	218 * I

MCI4212	LE00081151	ALVARO DE SOUZA LIMAS JUNIOR	7455/0	218 * I
MCM2261	LE00081729	CLAUDIR HEIL	7463/0	218 * II
MCN0698	LE00081821	MARIO AMORIM	7455/0	218 * I
MCO7329	LE00081878	CAIO LUIZ SANTOS	7455/0	218 * I
MCP9944	LE00080908	LUIZ CARLOS SCHEIDT	7455/0	218 * I
MCV1115	LE00080887	VIVECA CRISTINA SCHMITT	7463/0	218 * II
MDE2772	LE00079675	CASSIANE SESTREM	7463/0	218 * II
MDH4034	LE00081800	ANGELITA DE NOVAES THEISS	7455/0	218 * I
MEA8825	LE00080729	SERGIO JUK	7463/0	218 * II
MEB1112	LE00081879	JOSIANE APARECIDA RODE	7455/0	218 * I
MEE6173	LE00081119	MARCELA MALISZESKI VENTURI	7455/0	218 * I
MEI4412	LE00081843	CRISTIAN DE LIMA DAS CHAGAS	7463/0	218 * II
MES0737	LE00081836	FERNANDO FRANCY VIEIRA	7455/0	218 * I
MES5683	LE00081838	JAIR ANIBAL DE SOUZA	7455/0	218 * I
MEU0448	LE00081127	DAIANE BATISTA DE BORTOLLI	7455/0	218 * I
MEU1065	LE00081088	BRAYANN GERMANO	7455/0	218 * I
MEY3418	LE00081580	ENIO JOSE DIAS BOEIRA	7455/0	218 * I
MFC6264	LE00081730	JOSE CARLOS DOS SANTOS	7455/0	218 * I
MFE5418	LE00080899	MARCOS SEBASTIAO CAMPESTRINI	7455/0	218 * I
MFV2652	LE00081024	PEDRO PIVATTO	7455/0	218 * I
MFV3130	LE00080931	ENARA TOMIO	7455/0	218 * I
MGG3212	LE00081029	VERA LUCIA JACOB CORREIA	7455/0	218 * I
MGL0670	LE00081624	MARCIO GERMANO	7463/0	218 * II
MGM2960	LE00081901	FABIO JULIANO REIS	7463/0	218 * II
MHN0672	LE00081804	V Y P REPRESENTACOES E CONSTRUcoes LTDA	7455/0	218 * I
MIJ0970	LE00081910	RENATO WANKA	7463/0	218 * II
MIL4080	LE00080963	GERSON DE BORBA DIAS	7455/0	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 3 DE MARÇO DE 2009

EMERSON ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

**Edital de Notificação - Infração de Trânsito N. 590 443/2008**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO N. 590 443/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ADI1655	LE00081436	ELSA HELENA DOS SANTOS	7463/0	218 * II
AJV5609	LE00081430	ELIO SBARDELATTI	7471/0	218 * III
BUA4471	LE00081551	INGO KAISER	7463/0	218 * II
JFO1776	LE00081715	MARIA DE FATIMA SANTOS DA SILVA	7455/0	218 * I
LYC1711	LE00081331	MOISES SENNA	7463/0	218 * II
LYH6619	LE00081339	MARIA EDELTRUDES STIEHLER	7455/0	218 * I
LYN6268	LE00081263	NELSO DE SOUSA	7455/0	218 * I
LYP8573	LE00081244	MARCOS ASSIS DE VARGAS	7455/0	218 * I
LZD1612	LE00081651	TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES CAIBI LTDA	7455/0	218 * I
MBM8718	LE00081665	CARLOS ALEXANDRE DE MIRANDA	7455/0	218 * I
MBV3042	LE00081572	DIRCEU MONTIBELER	7463/0	218 * II
MCP9944	LE00081847	LUIZ CARLOS SCHEIDT	7455/0	218 * I
MDQ6902	LE00081471	JOSIANE CHIMINELLI HOSTERT	7455/0	218 * I
MGW7352	LE00081440	ARNALDO NICOLETTI	7455/0	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 3 DE MARÇO DE 2009

EMERSON ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

**Edital de Notificação - Infração de Trânsito N. 590 444/2008**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página :

1 / 6

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO N. 590 444/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AAS9168	LE00082014	ALAERCIO BERTOLDI	7455/0	218 * I
AFY3421	LE00082944	IVO ZEN	7471/0	218 * III
AIZ0931	LE00081444	JULIO CESAR DE SOUZA	7455/0	218 * I
AJJ4053	LE00082958	ELOISA ELENA BODENMULLER DA SILVA	7463/0	218 * II
AJO3526	LE00082974	ZENAIDE MACIEL RUFATTO	7463/0	218 * II
AJY0439	LE00082769	DANIEL LAURINDO	7471/0	218 * III
AJZ6335	LE00082211	ROSA APARECIDA DE SOUZA GALVEZ	7455/0	218 * I
ALA1267	LE00082614	EZEQUIEL DA COSTA VALLE	7455/0	218 * I
ALL1510	LE00082907	MIGUEL DE SOUZA SANTOS	7463/0	218 * II
AMM3971	LE00081532	MERI TERESINHA PAMPLONA CORDEIRO	7471/0	218 * III
AMN2063	LE00082630	TINGIMAQ IND E COM DE MAQ E EQUIP TEXTEIS LTDA-ME	7455/0	218 * I
AOR2300	LE00082214	ANDERSON PIERRE CAVACO	7455/0	218 * I
ASB0472	LE00081602	WALDIR CURY	7455/0	218 * I
ASJ0507	LE00082440	JANETE FERREIRA DE QUEIROZ	7455/0	218 * I
BFJ4750	LE00082122	RAUL MICHELMANN	7455/0	218 * I
BGA7551	LE00081239	MARIO FLORENCIO SOARES	7455/0	218 * I
BGJ8301	LE00082271	MARIA DE FATIMA OLIVEIRA DAS CHAGAS FILHA	7463/0	218 * II
BGK5157	LE00082023	EZAIR JOSE FAGUNDES	7463/0	218 * II
BJI1444	LE00082295	LUCIENE PARANHOS DA SILVA	7455/0	218 * I
BKW0057	LE00082711	ODAIR HEINZ	7471/0	218 * III
BLG6834	LE00081204	HAINS BRUNS	7455/0	218 * I
BRG2364	LE00082315	SERGIO LUIZ KNAESEL	7455/0	218 * I
BUZ3033	LE00082659	REJANE LUZIA FERRETTI	7455/0	218 * I
CBN4911	LE00082660	MERIELLY KARLA TRINDADE	7463/0	218 * II
CCI8514	LE00082320	FABIANO FARIAS	7455/0	218 * I
CKZ6228	LE00082249	PABLO JOSE DALCASTAGNE	7455/0	218 * I





CMS9845	LE00082604	FULL TIME ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES SC	7463/0	218 * II
CRT8446	LE00081377	FABIO CLEMENTE DE SOUZA ME	7455/0	218 * I
CVT6214	LE00080929	MARCOS PAULO SOARES	7455/0	218 * I
CWK2461	LE00081407	IVO DE SIMAS	7455/0	218 * I
CZN0637	LE00082224	IRACI DA LUZ	7455/0	218 * I
DDT7141	LE00080813	VANESSA WILHELM	7455/0	218 * I
DJB2218	LE00081584	ROGERIO LUIZ FELLINI	7455/0	218 * I
EFM0303	LE00082225	FERNANDO LIRA	7471/0	218 * III
GOT1692	LE00082058	ADILSON ROCHA	7455/0	218 * I
HRM0423	LE00082007	ROSELI TEREZINHA DE SOUZA MAZERA	7463/0	218 * II
IDJ7957	LE00082375	JOAO CORDEIRO NETO	7455/0	218 * I
IMM8036	LE00082673	MARLENE HUNTEMANN DUARTE	7463/0	218 * II
JFI1142	LE00082722	SELEZIO HILLESHEIN	7455/0	218 * I
JTF8407	LE00082068	MARLY HAHNE RIBEIRO	7455/0	218 * I
JUE7876	LE00081137	FABIO ALVACYR DE LIMA	7455/0	218 * I
LWH5534	LE00081996	CLAUDIO SANTOS CIPRIANI NETO	7455/0	218 * I
LWT5700	LE00082362	ARLETE BRUNING	7455/0	218 * I
LWW2283	LE00082462	JOSE OLIMPIO DA COSTA	7455/0	218 * I
LXD8540	LE00082653	ANTONIO ADALBERTO GOMES DE LIMA	7455/0	218 * I
LXH9056	LE00081370	MAURICIO JAQUES	7455/0	218 * I
LXL7652	LE00082616	MARCOS BERTOLINI	7455/0	218 * I
LXM6950	LE00082785	ADELTON SEBASTIAO SENABIO	7455/0	218 * I
LXW7299	LE00081962	BARBARA SANTOS MENEZES	7455/0	218 * I
LYA0949	LE00082520	VALDRIANO HASCKEL	7455/0	218 * I
LYB8831	LE00082173	MARCELO BATISTI	7455/0	218 * I
LYD9967	LE00082318	TARCISIO NELSON HOSTIN	7455/0	218 * I
LYE8360	LE00081169	JALCIR ALEXANDRE	7463/0	218 * II
LYI8287	LE00082917	SIDNEI CHAVES SILVA	7455/0	218 * I
LYL9387	LE00081699	DORIVAL NUNES DO AMARAL	7455/0	218 * I
LYN1164	LE00082451	GRANDI CAR COMERCIO DE VEICULOS LTDA ME	7463/0	218 * II
LYN2953	LE00082274	JOSE CLAIR LIMA	7455/0	218 * I
LYO9859	LE00082983	ODIR PEDRINI	7455/0	218 * I
LYP3928	LE00080797	ARNALDO JOSE RITA	7455/0	218 * I
LYQ7360	LE00082981	SILAS HONORATO MARTINS	7455/0	218 * I
LYV6823	LE00082300	SERGIO ALMIR COLASSO	7463/0	218 * II
LYV8352	LE00082724	LEANDRO ANTONIO BORGES	7471/0	218 * III
LYY9979	LE00082302	LUIZ GONCALVES	7455/0	218 * I

LZB4654	LE00082182	SEBASTIAO DE SOUZA	7463/0	218 * II
LZB4654	LE00082606	SEBASTIAO DE SOUZA	7455/0	218 * I
LZC4927	LE00082174	ROBERTO RAUTENBERG	7455/0	218 * I
LZC7240	LE00082461	LUIZ PEREIRA FILHO	7455/0	218 * I
LZD0543	LE00082612	FLAVIO LANSER	7455/0	218 * I
LZD1612	LE00082150	TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES CAIBI LTDA	7455/0	218 * I
LZD9421	LE00082195	ADAIR JOSE MARIOTI	7471/0	218 * III
LZE4457	LE00081603	ALMIR CIPRIANI	7455/0	218 * I
LZF8411	LE00082172	HELIO ANDRE CARDOSO	7463/0	218 * II
LZK0322	LE00082804	IZIDOR FRANCISCO THEISS	7463/0	218 * II
LZL9747	LE00082657	DORALICIO MACIEL DOS SANTOS	7455/0	218 * I
LZM3151	LE00081177	VALDECIR FRANZ	7455/0	218 * I
LZR7829	LE00082028	JAISON CONSTANTE	7463/0	218 * II
LZT8575	LE00082291	VILMAR JOSE VARGAS	7463/0	218 * II
LZW4923	LE00081945	FRANCISCO LUIS GOEDERT	7455/0	218 * I
MAB0219	LE00080875	ARI DE ARAUJO ROSA JUNIOR	7463/0	218 * II
MAB0219	LE00080920	ARI DE ARAUJO ROSA JUNIOR	7455/0	218 * I
MAC3669	LE00082385	JOSE PEDRO DA SILVA	7455/0	218 * I
MAD0076	LE00082670	MARTA MARQUES	7455/0	218 * I
MAL5807	LE00082186	JOSE CELIO FANTONI	7455/0	218 * I
MAL5921	LE00081991	NADIA CATARINA MELCHIORETTO	7455/0	218 * I
MAL8975	LE00081952	AUREA DENISE BITENCOURT	7455/0	218 * I
MAP6647	LE00081288	MARIA DE LURDES ALVES	7455/0	218 * I
MAR1334	LE00082197	LOKICHO CONFECÇOES LTDA ME	7463/0	218 * II
MAS3179	LE00081708	MARILZE MARIA BATISTA	7455/0	218 * I
MAS6754	LE00082597	LEONEL FRANZEN	7463/0	218 * II
MAU2167	LE00082346	VANESSA BAUCELLI	7455/0	218 * I
MBA3524	LE00082701	PEDRO GOMES DE AMORIM	7463/0	218 * II
MBB3166	LE00082522	MARIA DE FATIMA ALMEIDA	7455/0	218 * I
MBI0016	LE00082964	JULIANA CRISTINA GALLAS	7463/0	218 * II
MBI1991	LE00082321	ELSINERI DA CUNHA	7463/0	218 * II
MBI4195	LE00081324	ITALIRA GOETTEN	7455/0	218 * I
MBK8021	LE00082057	RODRIGO PAULO ISENSEE	7455/0	218 * I
MBQ8916	LE00082594	CRISTIANO BELLA CRUZ	7463/0	218 * II
MBS1044	LE00081480	GENOVEVA SCHMITT	7463/0	218 * II
MBU2974	LE00082839	GILBERTO BARRETO DA COSTA PEREIRA	7455/0	218 * I
MBZ1134	LE00082052	VALDIR PIRES DA SILVA	7455/0	218 * I

MCA5972	LE00081636	JONECIR PEREIRA	7455/0	218 * I
MCA7200	LE00082868	MANOEL FRANCISCO DA SILVA	7463/0	218 * II
MCB2923	LE00082083	JERRI ADRIANO VICENTINI	7463/0	218 * II
MCE0926	LE00081566	ROSILENE GOMES	7463/0	218 * II
MCE1448	LE00082779	CELSO VICENZI	7463/0	218 * II
MCG1582	LE00082954	BENTO RUSSI	7463/0	218 * II
MCG3060	LE00082051	SEBASTIAO LAERCIO DA SILVA	7455/0	218 * I
MCH0055	LE00081231	FRANCISCO SANSÃO	7455/0	218 * I
MCM8114	LE00082781	FABIANO LUIZ DE SOUZA	7455/0	218 * I
MCO5202	LE00082102	MARIA LUCÉLIA JOENCK	7455/0	218 * I
MCR6519	LE00082417	EDU MANSUR GODINHO	7455/0	218 * I
MCV7361	LE00082105	FADEL FABRIL LTDA	7463/0	218 * II
MCW0898	LE00082799	JOSEANE BERTELLI	7455/0	218 * I
MCY0413	LE00082889	ISOLETE NAZARET LAURITZEN	7455/0	218 * I
MCZ2061	LE00082016	GAIKOSCKI E CIA LTDA	7455/0	218 * I
MDB0370	LE00082841	MARCIO NICOMEDES SILVA	7463/0	218 * II
MDD0508	LE00082436	FABRICIO ZANATTA	7455/0	218 * I
MDE8871	LE00082263	JOSE CLAUDIO DE BONETTI	7455/0	218 * I
MDF0082	LE00082004	EDWARD YONES HASTREITER	7455/0	218 * I
MDL5938	LE00082572	LUIZ CARLOS MAESTRI	7463/0	218 * II
MDQ6473	LE00082970	MONTREAL TEXTIL CONF E COM MALHAS LTDA	7455/0	218 * I
MDR7847	LE00082595	AGUIA TEX MALHAS LTDA	7455/0	218 * I
MDR8821	LE00082379	NILTON DALCASTAGNE	7455/0	218 * I
MDU7978	LE00081994	HORST WOLFGANG KURT BUSCHING	7455/0	218 * I
MDU8526	LE00082363	FEDERACAO DAS APAES DO ESTADO DE SANTA CATARINA	7463/0	218 * II
MDX8926	LE00081606	HARRY GEVAERD NETO	7455/0	218 * I
MDY2634	LE00082063	JOAO WALTER AUGUSTO SIEMS	7455/0	218 * I
MEC3034	LE00082873	FRANCISCO DE ASSIS STUMPF	7463/0	218 * II
MEC9886	LE00081522	ONEZIO GRIMM	7455/0	218 * I
MEG6943	LE00081251	ANTONINO DA CUNHA	7455/0	218 * I
MEL8898	LE00081930	PATRICIA SILVA DOS SANTOS	7463/0	218 * II
MEO0738	LE00082344	HELIO SPOTTE MOREIRA	7455/0	218 * I
MEP5650	LE00082345	PEDRO DE SOUZA FORMENTIN	7455/0	218 * I
MEQ3434	LE00081074	MARILDA REGIANI OLBRZYMEK	7455/0	218 * I
MEQ5956	LE00082676	ORIVAL LINZMEYER	7455/0	218 * I
MEU0038	LE00082872	JOAO ELIAS GALVAO	7455/0	218 * I
MEU9195	LE00082101	ARNO SARTORI JUNIOR	7471/0	218 * III

MEW2021	LE00082942	CARLOS ALEXANDRE WEHMUTH	7455/0	218 * I
MEX2273	LE00081638	IVO BARRETO DE SOUZA	7455/0	218 * I
MFC1070	LE00082177	SOLANGE DA COSTA CORREA	7455/0	218 * I
MFF0077	LE00081985	CATARINA LUIZ COELHO	7471/0	218 * III
MFF6723	LE00082910	FABIO JUNGKLAUS FRANZEN	7455/0	218 * I
MF17171	LE00081946	CONFECÇÕES ROLU LTDA	7455/0	218 * I
MFJ2132	LE00081208	HOTEL GERANIUM BALNEARIO CAMBORIU LTDA EPP	7455/0	218 * I
MFJ3925	LE00082740	PAULO CEZAR DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
MFJ5064	LE00081182	SILVIA BOEMER	7455/0	218 * I
MFJ8872	LE00082605	ALDOIR PAULO CHIESA	7455/0	218 * I
MFK3654	LE00082904	RENATA MELLATO	7463/0	218 * II
MFN8071	LE00082978	SANDRA BENTO	7471/0	218 * III
MFV1978	LE00081146	MARCELO ALEXANDRE COSTA ME	7455/0	218 * I
MFY1682	LE00082244	DURARTECH PRODUTOS TECNICOS PARA CONSTRUÇÃO C	7455/0	218 * I
MGQ6492	LE00081492	LINIA MARIA TEIXEIRA ULLRICH	7471/0	218 * III
MHB3652	LE00082688	REPECON AUTOMOVEIS LTDA	7463/0	218 * II
MHE4882	LE00082054	MARILUSA ANTUNES SA	7455/0	218 * I
MHG3162	LE00082506	BRU MOVEIS IND E COM LTDA	7455/0	218 * I
MHJ0982	LE00082704	LEGILI BORTOLI	7463/0	218 * II
MHJ0982	LE00082776	LEGILI BORTOLI	7463/0	218 * II
MHQ0077	LE00082113	ALAN CARLOS GERMER TRINDADE	7455/0	218 * I
MIA4330	LE00082565	MAURICIO PETERMANN	7455/0	218 * I
MIB1551	LE00080834	GIULIANO DOS PRAZERES NOGAROLI	7455/0	218 * I
MIH0909	LE00082703	ADRIANE MINGOTTI BEUTING	7455/0	218 * I
MIO3737	LE00082097	IVONETE DA SILVA	7455/0	218 * I
MIR1939	LE00081671	CADMUS CORDOVA COSTA	7463/0	218 * II
MJH2940	LE00082146	SERGIO FOPPA	7455/0	218 * I
MJP9090	LE00081995	VITORIO BENEVENUTTI	7455/0	218 * I
MKI0330	LE00082382	TRANSPORTADORA JK LTDA ME	7463/0	218 * II
MQV8301	LE00082077	RAFAEL THOMAS DA LUZ	7463/0	218 * II
MVG3939	LE00082159	DEOCLIDES RODRIGUES TAVARES	7455/0	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 3 DE MARÇO DE 2009

EMERSON ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN



**Editais de Notificação - Infração de Trânsito N. 590 445/2008**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 590 445/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
LXD3716	LE00059320	JOSMAR DA SILVA	7463/0	218 * II
MBX0646	LE00059816	MARIA ELOISA BALBINOTTI	7455/0	218 * I
MBY5576	LE00063284	NIVIO EBELE	7463/0	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 3 DE MARÇO DE 2009

EMERSON ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN



**Edital de Notificação - Infração de Trânsito N. 590 446/2008**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO N. 590 446/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AHV2108	LE00082490	ISRAEL FLORES MACHADO	7455/0	218 * I
IFQ9798	LE00082556	FATIMA APARECIDA DOS SANTOS	7455/0	218 * I
JUH9070	LE00082764	NERI BONEIS	7455/0	218 * I
LWX7755	LE00082837	IVONETE DE SOUZA CONSTANTE	7455/0	218 * I
LXA8725	LE00082862	ARTUR VALENTIM SOARES JUNIOR	7455/0	218 * I
LXI7890	LE00082611	VALMIR PEREIRA	7455/0	218 * I
LXL8220	LE00082667	AIRTON LUIZ DE SOUZA	7455/0	218 * I
LXL8220	LE00082693	AIRTON LUIZ DE SOUZA	7455/0	218 * I
LXM6402	LE00082610	NELSON DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
LZL5258	LE00082642	GRANAI INDUSTRIA E COM. DE PAPEL LTDA ME	7455/0	218 * I
LZW7283	LE00082549	CARMELA BURSCHINSKI	7455/0	218 * I
MAA7355	LE00082592	MANOEL VALDECI TAVARES	7455/0	218 * I
MAD2844	LE00082918	AMAURI MELLO	7455/0	218 * I
MAE1785	LE00082562	IVONETE MARIA FISCHER PEDRINI	7455/0	218 * I
MAE6775	LE00082570	VERA APARECIDA DOS SANTOS	7455/0	218 * I
MAE6775	LE00082980	VERA APARECIDA DOS SANTOS	7455/0	218 * I
MAJ1505	LE00081111	JOSELITO MAGALHAES	7455/0	218 * I
MAW0666	LE00082099	ROSANE HERKENHOFF	7455/0	218 * I
MAX6099	LE00082749	MARCIANO ADRIANO WALDRICH	7455/0	218 * I
MBH1752	LE00082537	RUBENS JOAO BOEHME	7455/0	218 * I
MBP2790	LE00082966	MARCIO FRANZEN	7455/0	218 * I
MBV6695	LE00082656	LUIZ RENATO QUADROS MAGALHAES	7455/0	218 * I
MDC9535	LE00082593	VANDERLEI ZEITZ	7455/0	218 * I
MDG0328	LE00082905	JAIME BORNHAUSEN	7455/0	218 * I
MDI5830	LE00082477	CLEDIOMAR CARVALHO PAES	7471/0	218 * III
MEH2975	LE00082901	GILSON SERGIO DA SILVA	7455/0	218 * I



MEJ0796	LE00082747	CLINTO LASSALI CORDOVA	7463/0	218 * II
MET5699	LE00082903	JOEL LONGEN	7455/0	218 * I
MET9681	LE00082502	HERTA KIESER	7463/0	218 * II
MEW4678	LE00082809	JOSE VALMOR DE ASSIS	7455/0	218 * I
MEX4564	LE00082640	LUIZ HENRIQUE ROSSI	7455/0	218 * I
MFJ0950	LE00082939	JOEL DOMINGOS DE LARA	7471/0	218 * III
MFK0001	LE00082583	VR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	7455/0	218 * I
MFW0629	LE00082836	VIP MAR AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	7463/0	218 * II
MIO4443	LE00082599	NELSON TESKE	7463/0	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 3 DE MARÇO DE 2009

EMERSON ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

## Edital de Notificação - Infração de Trânsito N. 590 447/2008



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página :

1 / 1

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 590 447/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a e 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
MCJ7132	LE00063298	PAULA DA SILVA	7455/0	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 3 DE MARÇO DE 2009

EMERSON ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

**Edital de Notificação - Infração de Trânsito N. 590 448/2008**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página :

1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO N. 590 448/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ABW4332	LE00083035	JANETE CRISTIANE OLIVEIRA MELLATO GARTNER	7463/0	218 * II
AEU1585	LE00083419	CLOVIS MARCIO BERTOLINI	7455/0	218 * I
AHK3051	LE00082064	CIRO CARVALHO LOZANO	7455/0	218 * I
AI15367	LE00081939	ROSELENE DA SILVA	7455/0	218 * I
AJJ0032	LE00082074	RUDINEI DA SILVA BAIRO	7455/0	218 * I
AJP1833	LE00083127	ROBERTO NOBORU KIKONAGA	7455/0	218 * I
ASS0379	LE00083398	GERMANO JOSE PEDROSO	7455/0	218 * I
AUD0577	LE00082144	ADRIANO QUARANTANI	7455/0	218 * I
BFJ4750	LE00083169	RAUL MICHELMANN	7455/0	218 * I
BPN9498	LE00082439	MARCIANA MARTINS	7463/0	218 * II
CBE3180	LE00083322	VILMAR VASCONCELO	7455/0	218 * I
CGM2407	LE00081862	OSMAR ANTUNES DE JESUS	7463/0	218 * II
CJH7213	LE00083116	ADRIANO JOSE NUNES	7455/0	218 * I
CKA3577	LE00083300	JOSE AUGUSTO DOS SANTOS	7455/0	218 * I
CNP0808	LE00082458	ROGERIO JOSE OLINGER	7463/0	218 * II
CNP0808	LE00082470	ROGERIO JOSE OLINGER	7463/0	218 * II
CWL6364	LE00082447	JOSIANE LAMIM	7463/0	218 * II
DAD0769	LE00083039	ROSELI BECKER	7471/0	218 * III
DQT9123	LE00082167	HENRIQUE CASANIGA	7463/0	218 * II
GWM0008	LE00082041	ANGELO BORSATTO	7455/0	218 * I
HGH4123	LE00081816	AILTON AUGUSTO SCHMITZ	7455/0	218 * I
HGH4123	LE00081931	AILTON AUGUSTO SCHMITZ	7455/0	218 * I
HXR9978	LE00083103	SANDRO DA SILVA	7471/0	218 * III
IBV3468	LE00077767	JOSE VALDECIR DE JESUS	7455/0	218 * I
LXL5111	LE00083294	CLAUDINEI DE PAULA	7455/0	218 * I
LXM6402	LE00083225	NELSON DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I





LXS9084	LE00083041	ANTONIO BERNARDO DE SOUZA	7455/0	218 * I
LXY2117	LE00083010	VANTUIR MANOEL DUARTE	7463/0	218 * II
LYD3088	LE00083217	MARIA SLABICKI MENDES	7455/0	218 * I
LYD9967	LE00083022	TARCISIO NELSON HOSTIN	7455/0	218 * I
LYR6308	LE00083136	MARIO CESAR DA CUNHA	7455/0	218 * I
LYV8352	LE00083239	LEANDRO ANTONIO BORGES	7471/0	218 * III
LYW5913	LE00083393	WILI ODORIZZI NETO	7455/0	218 * I
LYZ3689	LE00083048	LUZIA DA SILVA	7455/0	218 * I
LYZ4962	LE00083145	EVANDRO CARLOS FERREIRA DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
LZE4681	LE00083093	MARCIO CEZAR	7455/0	218 * I
LZE7688	LE00082158	MARIA BERNARDETE LUCHINI	7455/0	218 * I
LZS3725	LE00083337	CELSO NICOLETI	7455/0	218 * I
LZT3121	LE00081944	PEDRO JULIO FELISBINO	7455/0	218 * I
MAO4991	LE00082418	NILVO LUIZ GRITTI	7455/0	218 * I
MAQ4738	LE00082055	ELZA SUKENSKI DUARTE	7463/0	218 * II
MAQ7084	LE00083307	PAULO HENRIQUE SILVA	7471/0	218 * III
MBG4665	LE00082008	OSMAR DA SILVA	7455/0	218 * I
MBG9879	LE00083074	EDSON BLUNK	7463/0	218 * II
MBN7146	LE00083458	JAIME VANELLI	7455/0	218 * I
MBO9981	LE00083233	EDMUNDO DOS SANTOS JUNIOR	7455/0	218 * I
MBT5639	LE00083159	ANA LIDIA MAZZINI DUARTE	7463/0	218 * II
MBZ1429	LE00081892	LUIZ CARLOS GALUPO	7455/0	218 * I
MCF0470	LE00083018	DIONEY JOSE STRINGARI	7463/0	218 * II
MCF4515	LE00083042	VITA INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA EPP	7455/0	218 * I
MCF9783	LE00083202	VANILDA APARECIDA CORREA SOFKA	7455/0	218 * I
MCG4224	LE00082190	GILMAR LUCIANO TESTONI	7455/0	218 * I
MCL4825	LE00083064	REMIR ALVES TEIXEIRA	7463/0	218 * II
MCT6668	LE00082988	SANDRA REGINA PEREIRA JUNKES	7463/0	218 * II
MCV6748	LE00082438	JOAO APOLINARIO DE SOUZA E SILVA	7455/0	218 * I
MCW0898	LE00083115	JOSEANE BERTELLI	7455/0	218 * I
MDA7731	LE00083495	JOSE MOACIR BRANCO	7455/0	218 * I
MDA8502	LE00082092	DEBORA GONCALVES FERNANDES	7463/0	218 * II
MDJ1945	LE00083400	AMILCAR SCHERER ME	7455/0	218 * I
MDP6819	LE00083299	RITA GIRALDI LANG	7463/0	218 * II
MDR7847	LE00083229	AGUIA TEX MALHAS LTDA	7455/0	218 * I
MDT5384	LE00083200	DONG WOOK SON	7455/0	218 * I
MDU0267	LE00083207	PERSONALITE ENCOMENDAS PERSONALIZADAS LTDA - ME	7455/0	218 * I

MEB5120	LE00083320	ANTONIO CARLOS DA SILVA	7455/0	218 * I
MEC0745	LE00083379	JORGE ANTONIO RODRIGUES MORAIS	7455/0	218 * I
MEH1897	LE00082457	ALINE CAMATINI	7455/0	218 * I
MEN1444	LE00083275	CARLOS EDUARDO DA SILVA	7463/0	218 * II
MEP3464	LE00083073	DORIVAL FUCKNER	7455/0	218 * I
MEW1977	LE00083171	SERGIO KATH	7455/0	218 * I
MEW4656	LE00083197	SIDNEI SCHWARTZ	7455/0	218 * I
MEW6989	LE00083109	DIONE EVERSON TRENTIN	7455/0	218 * I
MEY3936	LE00082334	CHARLES WESTPHALEN LIMA	7455/0	218 * I
MFC0394	LE00083040	BEATRIZ RODRIGUES	7471/0	218 * III
MFC6954	LE00081854	JAQUELINE FISCHER SBARDELATTI	7463/0	218 * II
MFE0839	LE00083203	AMAGILDA BENVENUTTI	7463/0	218 * II
MFI0538	LE00081809	CHEILA GIACOMINI	7455/0	218 * I
MFI4959	LE00083508	IRINEU CEZAR GOMES	7455/0	218 * I
MFI5705	LE00082147	EVERTON TOMASI	7455/0	218 * I
MFI7171	LE00083054	CONFECÇOES ROLU LTDA	7455/0	218 * I
MFI8769	LE00082198	ANTONIO DE NOVAES	7455/0	218 * I
MFR7308	LE00083402	LEONIDAS PEREIRA	7455/0	218 * I
MGC0268	LE00083334	ADRIANA DE SOUZA	7455/0	218 * I
MIL6490	LE00083484	ANNA CEMIN	7455/0	218 * I
MUT6047	LE00083399	LUIZ CARLOS DA SILVA	7455/0	218 * I
MUW6864	LE00083503	EDVALDO GRISA	7471/0	218 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 3 DE MARÇO DE 2009

EMERSON ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

**Editais de Notificação - Infração de Trânsito N. 590 449/2008**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página :

1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 590 449/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ACD0121	LE00078534	MARCOS ROBERTO FERNANDES DA SILVA	7455/0	218 * I
ACJ1552	LE00079081	ADILIO DE ASSIS HECK	7455/0	218 * I
AEN9387	LE00078902	MIGUEL FERREIRA - ME	7455/0	218 * I
AIP8714	LE00079230	OSMAR FERREIRA DA SILVA	7455/0	218 * I
AMI2886	LE00079192	EDEVALDO ELIAS	7455/0	218 * I
BPG9436	LE00079008	TIAGO ESPINDOLA DE PIERI	7455/0	218 * I
BZV6891	LE00079097	PAULO CESAR LOURENCO	7455/0	218 * I
CAB7586	LE00079019	PAULO CAVILHA FILHO	7455/0	218 * I
CAY8576	LE00079256	SERGIO MARIO BERTOLINI	7463/0	218 * II
CBQ2767	LE00078640	RAFAELLA NAYAME VARGAS	7463/0	218 * II
CEC8628	LE00077713	EMANO GUIMARAES NETO	7463/0	218 * II
CET3988	LE00078492	MARCELO HENRIQUE SELHORST	7463/0	218 * II
CHW2892	LE00078670	DARCY RODRIGUES	7455/0	218 * I
CQH5225	LE00078940	RAFAELA ANDRESSA TSCHOKE	7455/0	218 * I
DAP6388	LE00079009	JOAO CESAR VICENTINI	7463/0	218 * II
DBU9646	LE00078727	CELSO REGINALDO MARTINS	7455/0	218 * I
DFR4726	LE00078939	GERVASIO POSSAMAI	7455/0	218 * I
DMI1280	LE00078665	MARIA LUISA VIANNA DA SILVA	7463/0	218 * II
FRA0568	LE00078852	A L D F PARTICIPACOES LTDA	7471/0	218 * III
GPQ3232	LE00079216	GENTIL VIEIRA DE SOUZA	7455/0	218 * I
HBH8747	LE00078664	MARIA SIRLEI ALBUQUERQUE DE LIMA	7455/0	218 * I
HFP3693	LE00078391	ADAILTON ARGEMIRO JACINTO	7455/0	218 * I
IHJ7703	LE00078972	ELEZANDRA ALVES CORREA	7455/0	218 * I
IHP2311	LE00079165	ANTONIO VICENTAINER	7455/0	218 * I
IHY7321	LE00078836	EXTINTORES BLUMENAU LTDA	7455/0	218 * I
IIG9852	LE00078478	JACSON TESTONI	7455/0	218 * I



IJY6776	LE00078914	IVANI ALCINEIA SEIDLER DE SOUZA	7455/0	218 * I
JPk3049	LE00078871	TONY SANDY SEVERINO GOMES	7463/0	218 * II
JUM9149	LE00079084	SUZANI MAYARA NUNES	7455/0	218 * I
JUM9149	LE00079171	SUZANI MAYARA NUNES	7455/0	218 * I
KEJ5530	LE00079296	SIMONE ALVES DE JESUS	7455/0	218 * I
KIJ4149	LE00079162	JULIANO DE ALMEIDA LIUCCI	7463/0	218 * II
LWR0462	LE00078825	ANTONIO ERCY BARBOSA	7455/0	218 * I
LWV6531	LE00079024	MARCOS LINS	7463/0	218 * II
LWV9147	LE00078155	VALDENESIO WEISS	7455/0	218 * I
LXE3708	LE00078411	GILBERTO MOACIR DE ANDRADE	7455/0	218 * I
LXF7768	LE00078631	GERALDO JOSE ZANIN	7455/0	218 * I
LXF8721	LE00078357	JOSE CLAIR LIMA	7455/0	218 * I
LXM3249	LE00079011	ALCIDES MARCELINO	7455/0	218 * I
LXM3249	LE00079111	ALCIDES MARCELINO	7463/0	218 * II
LXP1570	LE00078789	LUIS CARLOS DE SOUZA	7455/0	218 * I
LXQ9923	LE00079184	MARILEUSA RIHER RODRIGUES	7455/0	218 * I
LXR2422	LE00079418	MARCIO SANTOS VARELA	7463/0	218 * II
LXR7326	LE00079182	MARLI TERESINHA SCHMITZ FONTES	7455/0	218 * I
LXU2775	LE00078763	JOSE VALMIR RONCALIO	7455/0	218 * I
LXV8327	LE00078645	CLAUDIO CASAS	7455/0	218 * I
LYD2917	LE00078413	MARCOS GULART PINTO	7455/0	218 * I
LYF7272	LE00078603	GILMAR STALOCH	7455/0	218 * I
LYJ8039	LE00078919	CELSE CONING	7455/0	218 * I
LYK0267	LE00078578	INGO FISCHER	7455/0	218 * I
LYK0267	LE00078676	INGO FISCHER	7455/0	218 * I
LYQ2938	LE00079108	VALDIR ANTONIO MARCOS	7455/0	218 * I
LYW3506	LE00079448	TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES CAIBI LTDA	7455/0	218 * I
LYZ0303	LE00078975	FRANCISCO DE ASSIS MAYA	7463/0	218 * II
LYZ1997	LE00078759	ALEXSANDRO DE SOUZA BORBA	7455/0	218 * I
LZB0791	LE00078490	VERA LUCIA DE LIMA SILVA	7455/0	218 * I
LZB1331	LE00078729	GIOVANI JOSE ELEOTERIO	7455/0	218 * I
LZD3045	LE00079131	IVANDI ROTHERMEL	7463/0	218 * II
LZD6891	LE00078960	JOSE ALBERTO BURGER	7455/0	218 * I
LZE3325	LE00078600	LEANDRO JOSE LEMKE	7455/0	218 * I
LZE3410	LE00079245	ANA ELISA WESTPHAL	7455/0	218 * I
LZH7584	LE00078604	ENEDIR ULISSES DE FARIAS	7455/0	218 * I
LZK6850	LE00078515	EDISON LUIZ DA ROCHA	7455/0	218 * I



LZR7673	LE00079031	MARIA ALBERTINA DONINI	7455/0	218 * I
LZR9764	LE00078507	EXTRACAO DE AREIA SCHRAMM LTDA	7455/0	218 * I
LZT6329	LE00079558	SIDNEI EUFRASIO	7463/0	218 * II
LZT8137	LE00079030	MIGUEL JOAO LIRA	7455/0	218 * I
LZV3049	LE00078974	ALPHEO PASSERINO	7455/0	218 * I
MAG9561	LE00078424	MARCIA FATIMA DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
MAH3548	LE00079242	ROSEMARI GOMES SIEVERT	7455/0	218 * I
MAJ5920	LE00077496	DEISE CAMARGO MACHADO E FERNANDA CAMARGO MACH.	7455/0	218 * I
MAJ5920	LE00079101	DEISE CAMARGO MACHADO E FERNANDA CAMARGO MACH.	7455/0	218 * I
MAP6150	LE00078663	ARI JOSE KOTTWITZ	7455/0	218 * I
MBF1607	LE00079173	DARLY MARIA VANELLI	7455/0	218 * I
MBF4566	LE00079321	JOAO CARLOS DA CONCEICAO	7463/0	218 * II
MBJ6877	LE00078717	CIRVO APARECIDO RODRIGUES DE LIMA	7463/0	218 * II
MBK8281	LE00078700	MARIA LUCIA MARTINS DE ASSIS SIMAO	7455/0	218 * I
MBM4565	LE00078636	ANA MARCIA NOGUEIRA DA SILVA	7455/0	218 * I
MBQ8811	LE00079106	NOVA ESPERANCA ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	7463/0	218 * II
MBU3933	LE00078473	ALTAMIR CAMARGO	7455/0	218 * I
MBW6082	LE00078834	SODREIA DE SOUZA	7471/0	218 * III
MBY4247	LE00078757	JACI MOREIRA DALLAIO	7455/0	218 * I
MBY4247	LE00079112	JACI MOREIRA DALLAIO	7455/0	218 * I
MCA0339	LE00079132	MARCOS NORCE FURTADO	7455/0	218 * I
MCA5972	LE00078388	JONECIR PEREIRA	7455/0	218 * I
MCI3330	LE00078920	JOACIR PEDRO BASCHERA	7455/0	218 * I
MCN4596	LE00078777	CLAUDIA SHARLENE SCHEIDEMANTEL	7455/0	218 * I
MCP0253	LE00077842	MARIA PAVESI	7455/0	218 * I
MCS9283	LE00079126	LENDER PAULO ZANCANARO	7455/0	218 * I
MCV5908	LE00061262	MAURO JOSE MAESTRI	7455/0	218 * I
MCX4541	LE00078965	ANTONIO BORGHEZAN	7455/0	218 * I
MCY1728	LE00078722	JAQUELINE GRANDENE	7471/0	218 * III
MCZ0302	LE00077773	ADRIANO LABRES BASEGGIO	7455/0	218 * I
MCZ6487	LE00078099	SANDRO DOS SANTOS ROSSI	7455/0	218 * I
MDA6238	LE00078619	SILVIO NASCIMENTO DA CUNHA	7455/0	218 * I
MDG0798	LE00078680	JOSE DOS SANTOS	7455/0	218 * I
MDJ9627	LE00078062	ALDO FRONZA	7455/0	218 * I
MDL5125	LE00078873	JICAS REPRESENTACOES LTDA	7455/0	218 * I
MDN8910	LE00077494	WANDERLI DELUVINO	7455/0	218 * I
MDO5171	LE00078519	VINICIUS CAMPOS DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I

MDP7908	LE00078436	FATIMA DALLANHOL COSTELLA	7455/0	218 * I
MDQ7628	LE00078204	ROGERIO MEDEIROS	7463/0	218 * II
MDW0808	LE00078356	ANTONIO CESAR RIBEIRO	7455/0	218 * I
MDW2691	LE00078622	VILMAR FERREIRA DA LUZ	7463/0	218 * II
MDX6442	LE00077501	FABIO ALBERTON	7463/0	218 * II
MEA2859	LE00078488	JOSE MARIO ANCINI	7455/0	218 * I
MEF3988	LE00077906	DENIZ ORTIZ MARQUES	7463/0	218 * II
MEJ4036	LE00079100	VALERIA MARIA BUSS	7471/0	218 * III
MEM7341	LE00079206	MARIO BATISTA DA SILVA	7463/0	218 * II
MEN0815	LE00078591	ONEDA MALHAS LTDA	7455/0	218 * I
MEO6733	LE00078503	GENTIL RIBEIRO DA SILVA	7455/0	218 * I
MEP3464	LE00077685	DORIVAL FUCKNER	7455/0	218 * I
MEU5055	LE00078530	LEANDRO RODRIGUES VIEIRA	7455/0	218 * I
MEV3278	LE00078708	PIERRE NICOLAS PERES	7463/0	218 * II
MFB1640	LE00078966	CRISTIANE FERREIRA DA SILVA	7455/0	218 * I
MFC4411	LE00078949	FRANCISCO ASSIS PEREIRA	7455/0	218 * I
MFD3204	LE00078056	HERIBERTO LUIZ BORGERT	7455/0	218 * I
MFL2849	LE00077498	MARCIA REGINA FIAMONCINI SETTER	7463/0	218 * II
MFM7724	LE00079138	ROSA INACIO	7455/0	218 * I
MFZ3961	LE00079051	ZENAIDE NUNES	7455/0	218 * I
MGG6438	LE00079248	JULIANA HASCKEL	7455/0	218 * I
MGI2262	LE00078527	ELVIO GEWEHR	7455/0	218 * I
MGT0250	LE00078632	ADEMAR GALISKI	7455/0	218 * I
MGV2210	LE00077542	VALTER ROBERTO ORTHMANN	7455/0	218 * I
MHE3492	LE00077887	MARIA TEREZA CABRAL E SILVA	7455/0	218 * I
MHE5602	LE00079120	JUCARA ROSIN	7463/0	218 * II
MHH4310	LE00078944	JULIANA BITTENCOURT SARTORI	7463/0	218 * II
MHJ7400	LE00078412	SIDNEI LUIZ CECATO E TANGLIA MARQUIOLI	7463/0	218 * II
MID3080	LE00079129	CONFECÇÕES BAND LTDA ME	7455/0	218 * I
MII1777	LE00064834	EDER SILVANO	7471/0	218 * III
MJP0871	LE00079299	AURIO DA SILVA	7455/0	218 * I
MLA7670	LE00079222	MITT MASCHE TEXTIL LTDA	7463/0	218 * II
MRO5540	LE00078163	EDEMAR LAUTERIO	7455/0	218 * I
MTD1502	LE00078624	ANDREA APARECIDA DA SILVA SANTANA	7463/0	218 * II
MVD1460	LE00078556	CARGO NET LTDA - ME	7463/0	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 3 DE MARÇO DE 2009  
EMERSON ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

**Edital de Notificação - Infração de Trânsito N. 590 450/2008**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET**  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO N. 590 450/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AJO2294	LE00082587	PEDRO PAULO SORER	7455/0	218 * I
CSB3759	LE00082455	CARLOS ANTONIO DOS SANTOS	7455/0	218 * I
DDE3202	LE00082855	MARCELO DA SILVA	7455/0	218 * I
DEC5542	LE00082491	CLAUDIO SIDNEI SCHRAMM	7463/0	218 * II
DMT0625	LE00082227	FLAVIO YAMIL GOMEZ GOMEZ	7455/0	218 * I
JOD2576	LE00081761	TRANSPORTES RAINHA DO SUL LTDA	7455/0	218 * I
LXJ6825	LE00082976	ARNO BONETTI	7455/0	218 * I
LXT3472	LE00082815	JOSE RAFAEL SCHMITT	7455/0	218 * I
LYT3364	LE00082093	VENERANDA MARILVA DE BORBA	7455/0	218 * I
LZB3200	LE00082737	ARLETE FELSKY FILANDER	7455/0	218 * I
MAK4953	LE00083387	NILO MILANI	7463/0	218 * II
MCK7213	LE00082948	ADEMAR PEDRO LUNGEN	7463/0	218 * II
MDF9862	LE00082339	EDUARDO WITHOFT	7463/0	218 * II
MDH9664	LE00083170	LIGIA DALBOSCO BARON ME	7455/0	218 * I
MES3412	LE00083150	RUBI CORRETORA DE SEGUROS LTDA	7455/0	218 * I
MET7484	LE00082609	SIBELI LAIS BULSONI	7455/0	218 * I
MFJ5064	LE00081948	SILVIA BOEMER	7455/0	218 * I
MFV2354	LE00082361	FLAVIA REGINA REDANTE	7455/0	218 * I
MGI6440	LE00082686	RICARDO SIMONE	7463/0	218 * II
MGZ5360	LE00082884	MARCIO LUIS DESCHAMPS	7455/0	218 * I
MHN5110	LE00081974	GILBERTO DA SILVA	7455/0	218 * I
MMM7850	LE00082792	POWER IMPORTS PUBLICIDADES LTDA	7455/0	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 3 DE MARÇO DE 2009  
EMERSON ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

**Edital de Notificação - Infração de Trânsito N. 590 451/2008**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACÃO DE TRÂNSITO N. 590 451/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ACN4987	LE00065287	VALMOR ALVES DOS SANTOS	7455/0	218 * I
ACN4987	LE00065442	VALMOR ALVES DOS SANTOS	7455/0	218 * I
ASS0141	LE00079325	JOANITO MARCOS MOREIRA	7455/0	218 * I
DWE2897	LE00079353	ANA CAROLINA LOPES	7463/0	218 * II
HXF7131	LE00079522	JOSE LAERTE PALMA	7455/0	218 * I
LXB5918	LE00078955	AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.	7455/0	218 * I
LYM5034	LE00079521	ZORAIDE DE SOUSA DADAM	7455/0	218 * I
LYN5209	LE00079331	NICOLAU GUIMARAES	7455/0	218 * I
LZA4759	LE00079415	CLARICE INES DOS SANTOS	7455/0	218 * I
MAA9880	LE00079240	SIRLEI DE JESUS BELIZARIO GUEDES	7455/0	218 * I
MAJ7024	LE00079066	NEUZA MARIA SOARES RUAS	7463/0	218 * II
MCK3959	LE00079412	ANISIO FRANCISCO DE SOUZA	7463/0	218 * II
MCM2383	LE00079526	ANASTACIA VIEIRA	7455/0	218 * I
MCY1964	LE00079421	SH SERVICOS LTDA ME	7463/0	218 * II
MDA8368	LE00079406	ANA CECILIA DA GAMA TORRES	7463/0	218 * II
MDA8368	LE00079471	ANA CECILIA DA GAMA TORRES	7455/0	218 * I
MEC1897	LE00079234	ADRIANA DE FATIMA BATISTA DE QUADROS - ME	7455/0	218 * I
MFB3061	LE00065892	ERICO ALBERTO KRAUS	7455/0	218 * I
MFH7893	LE00079560	THEILACKER E OLIVEIRA REPRESENTACAO COMERCIAL LTI	7463/0	218 * II
MHL6200	LE00078896	CARLOS ANTONIO DOS SANTOS	7463/0	218 * II
MKT6400	LE00079308	MANFREDO KRIECK	7463/0	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 3 DE MARÇO DE 2009

EMERSON ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN



**Edital de Notificação - Infração de Trânsito N. 590 452/2008**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO N. 590 452/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AHK3051	LE00082567	CIRO CARVALHO LOZANO	7455/0	218 * I
AHZ1712	LE00082906	ROQUE ADEMIR KIESEL	7455/0	218 * I
AMD0725	LE00082728	KAZUHIKO GUSHIKEN	7455/0	218 * I
AMN2562	LE00082821	SEBASTIAO TADEU DE SOUZA	7463/0	218 * II
BGA5779	LE00083702	ARGEMIRO JOSE BONECHER	7463/0	218 * II
BHA3732	LE00083221	LUIS AQUINO MORBIS	7455/0	218 * I
CHM2109	LE00082330	ROGERIA APARECIDA DOS SANTOS	7471/0	218 * III
CRK9087	LE00082501	JOSE ANTONIO VARELA	7455/0	218 * I
DCW9792	LE00083494	NAIR DE SOUZA MOREIRA	7455/0	218 * I
DIP1517	LE00082531	MARCIA FELICIANO BACHMANN	7455/0	218 * I
IKU7512	LE00083269	DERLI DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
JNB7533	LE00081813	JUSSARA LEBECK	7471/0	218 * III
LXH0260	LE00081811	ROSELI DE BORBA	7455/0	218 * I
LXP4165	LE00081768	JOSE CELITO DA CRUZ	7463/0	218 * II
LXV2978	LE00083655	JULIO CESAR MARTINS	7455/0	218 * I
LYB0279	LE00082848	GILSON KLOSOWSKI	7455/0	218 * I
LYD6908	LE00082121	BERNARDINO STUPP	7455/0	218 * I
LYI6485	LE00082486	ALTEVIR BASTIANI	7455/0	218 * I
LZA5837	LE00081736	MARCIO MEDEIROS	7463/0	218 * II
LZN0235	LE00082200	CLAUDINEI BACK	7455/0	218 * I
MAC6736	LE00082432	MARCOS RETZLAFF	7463/0	218 * II
MAI7946	LE00083296	NELSON CRISPIM	7455/0	218 * I
MAM6538	LE00083152	CHRISTIANE SANTORO BALBYS	7463/0	218 * II
MAO4991	LE00082793	NILVO LUIZ GRITTI	7463/0	218 * II
MAP6647	LE00082725	MARIA DE LURDES ALVES	7463/0	218 * II
MAW5051	LE00083005	DIMAS PEREIRA	7455/0	218 * I



MBB2403	LE00082930	ANTONIO CARLOS ZUCHI	7455/0	218 * I
MBD9804	LE00082767	QUERINO HEINZ	7455/0	218 * I
MBU4317	LE00082602	ARLINDO WARTA	7455/0	218 * I
MBZ3501	LE00083153	DIVONZIR WAVRZYCKI	7455/0	218 * I
MCF6845	LE00082857	SINEMESIA MENDES DE OLIVEIRA	7463/0	218 * II
MDE9375	LE00082651	ANTONIO KOBASHIKAWA	7463/0	218 * II
MDJ2680	LE00082919	ARNO LUIZ MENGARDA	7455/0	218 * I
MDS0776	LE00081992	SANDRA MARIA DA SILVA DE ALMEIDA	7463/0	218 * II
MDY4077	LE00082402	MICHELE CHRISTIANE BAUSCHAT LAURETT	7455/0	218 * I
MEG1793	LE00082761	ODAIR RONCAGLIO	7455/0	218 * I
MEG4842	LE00082089	LAERCIO JACOB MORITZ	7455/0	218 * I
MEH6818	LE00076031	RICHARD DE OLIVEIRA LEHMKUHL	7455/0	218 * I
MEI1236	LE00081810	ANDRE BURIGO LEITE	7463/0	218 * II
MEN5103	LE00082748	THOMAS ERNST	7455/0	218 * I
MEN5103	LE00082969	THOMAS ERNST	7463/0	218 * II
MEQ5784	LE00082453	ARCELINO BONETTI	7455/0	218 * I
MEW0887	LE00083817	TEODORO GRABOWSKI	7463/0	218 * II
MFH5245	LE00081805	ODILMAR COM E REP DE MAT ELETRICOS E HIDR LTDA ME	7455/0	218 * I
MFP3939	LE00082738	RITA DE CASSIA MALAGOLI KRELLING	7463/0	218 * II
MGA0933	LE00084341	GERASIMO ERZINGER	7455/0	218 * I
MGE2051	LE00082647	JOCENIR DA SILVA PEREIRA	7455/0	218 * I
MIL4080	LE00082467	GERSON DE BORBA DIAS	7455/0	218 * I
MJJ7290	LE00082012	FLAVIO GONCALVES	7463/0	218 * II
MJZ1990	LE00084075	VANTAIR ECCHER	7463/0	218 * II
MMF0800	LE00082577	GEORGES GERMAIN DITTMAR	7455/0	218 * I
MUT8555	LE00082603	JOSE ANTONIO SABEL	7455/0	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 3 DE MARÇO DE 2009

EMERSON ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

**Editais de Notificação - Infração de Trânsito N. 590 453/2008**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página :

1 / 7

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 590 453/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AAO1317	LE00077680	VITOR GOMES AMERICANO	7455/0	218 * I
AAR8975	LE00077941	ROGERIO DE SOUZA	7455/0	218 * I
AAR8975	LE00077993	ROGERIO DE SOUZA	7455/0	218 * I
ACA0018	LE00078343	LEONIR JOSE VIEIRA	7455/0	218 * I
ACB6280	LE00077796	VALMIR DA COSTA CASSIANO	7463/0	218 * II
ACL7172	LE00078148	JOEL FERREIRA	7455/0	218 * I
ACS0014	LE00078287	MAURO DA SILVA	7463/0	218 * II
ACT6682	LE00078181	NERLI MOREIRA DE CASTILHO	7463/0	218 * II
ADE2355	LE00080362	EUZEBIO LUCIANO DE OLIVEIRA	7463/0	218 * II
ADG4953	LE00078279	JOSE BERNARDO BASTOS DA SILVA	7455/0	218 * I
AER6800	LE00077792	JOSE FRANCISCO MACHADO	7455/0	218 * I
AFE4380	LE00078193	ERALDO DOMINGOS SERAFIM	7463/0	218 * II
AGF1953	LE00077529	BERTOLDO WERNER PASOLD	7463/0	218 * II
AHE8659	LE00080115	GLORINHA MAURICI GONCALVES	7455/0	218 * I
AIQ1165	LE00077619	JP COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME	7455/0	218 * I
AJE8492	LE00077843	SEVERINO ALVES DA SILVA	7463/0	218 * II
AKI1597	LE00078467	EDUARDO ANDRE GALLASSINI DE OLIVEIRA	7463/0	218 * II
ALX0514	LE00080569	RAFAEL STREY	7463/0	218 * II
AMB7160	LE00079482	ELIARA RIBEIRO DE LIMA	7463/0	218 * II
AMO0487	LE00080128	RODRIGO DE MEIRA	7455/0	218 * I
AOP1583	LE00079144	PEDRO EDILSON DE SOUZA	7455/0	218 * I
APR2929	LE00077880	ADEMAR BENTZ SEFFRIN	7455/0	218 * I
AQH0004	LE00078265	DARVIDO FIEDLER	7455/0	218 * I
ASS0379	LE00078123	GERMANO JOSE PEDROSO	7455/0	218 * I
BON1840	LE00079491	CLAIVIA DA SILVA	7455/0	218 * I
BOY5174	LE00077933	JOB CELIO SEEMANN	7455/0	218 * I



BUL8844	LE00080324	GILMAR DALLA LIBERA	7471/0	218 * III
BZC9672	LE00078417	LUIS OSMAR DORVAL	7463/0	218 * II
CAM2789	LE00078464	GILMAR SBARDELATTI	7455/0	218 * I
CCG4152	LE00077823	LOURDES AVI BERCKEMBROCK	7463/0	218 * II
CGV6619	LE00079642	EVANDRO HORN	7463/0	218 * II
CKD9740	LE00077731	CHARLI KEINER RAHN	7455/0	218 * I
COT1083	LE00077744	MAURILIO BERTO ADAO	7463/0	218 * II
CRK7558	LE00079594	LUIZ DERETTI	7455/0	218 * I
CTB2464	LE00077811	LUIZ DA SILVA	7455/0	218 * I
CYJ4132	LE00077641	DOUGLAS ROBERTO DA SILVA	7455/0	218 * I
DER0034	LE00077991	SPORT SUL MALHAS LTDA ME	7455/0	218 * I
DFS2335	LE00077963	MARCIO DELSOQUIO	7455/0	218 * I
GOW9325	LE00079595	ELISEO MENA VARGAS	7455/0	218 * I
HPB7316	LE00078450	ERNANI ANTONIO WOLTER	7455/0	218 * I
HPR4840	LE00080345	OSMAR DAVID VICENTE	7455/0	218 * I
HRM5189	LE00077601	FERNANDO CARLOS GOMES	7455/0	218 * I
HRN7541	LE00079589	JORGE RENATO COSTA DE SOUZA	7463/0	218 * II
HXL9910	LE00077961	ADRIANO CONCEICAO	7455/0	218 * I
ICI0707	LE00078035	ANTONIO SCHWARTZ FILHO	7455/0	218 * I
IJL9395	LE00077574	ARNOLDO CUNHA FILHO	7455/0	218 * I
IKD3536	LE00078096	JOSE VALMIR ORSI	7455/0	218 * I
JEU2371	LE00077919	CLECI URBANSKI	7455/0	218 * I
JUM9149	LE00077825	SUZANI MAYARA NUNES	7463/0	218 * II
JUM9149	LE00077885	SUZANI MAYARA NUNES	7455/0	218 * I
KDY4047	LE00078258	CABUS 20 BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECOE	7455/0	218 * I
KLI1736	LE00079614	PAULO FERREIRA NICOLAU	7455/0	218 * I
LBU4768	LE00079342	TRICIA GRACIELE KARGER	7463/0	218 * II
LWS6567	LE00080352	JUARES FRANCISCO KOLER MACHADO	7455/0	218 * I
LWV9147	LE00079405	VALDENESIO WEISS	7463/0	218 * II
LWX2865	LE00078377	GLORIA BITTENCOURT	7455/0	218 * I
LWY8569	LE00080466	VALDO CENSATI	7463/0	218 * II
LXD5549	LE00078352	PEDRO SALLES DA SILVA	7455/0	218 * I
LXD9295	LE00079998	CELITA SATAO	7455/0	218 * I
LXK4161	LE00079590	VALDIR DA SILVA	7455/0	218 * I
LXM3546	LE00077943	ERMELINDO ECCEL	7463/0	218 * II
LXM5364	LE00078261	DAMA DISTRIBUIDORA COMERCIAL LTDA EPP	7463/0	218 * II
LXM6402	LE00078462	NELSON DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I



LXO1849	LE00080385	PAULO ANTONIO BATISTI	7455/0	218 * I
LXS7700	LE00077789	LELIS STOLF	7455/0	218 * I
LXS7700	LE00077950	LELIS STOLF	7455/0	218 * I
LXT5267	LE00078164	GILMAR MARASQUIN	7455/0	218 * I
LXV2337	LE00080138	SERGIO ADRIANO SAAD	7455/0	218 * I
LXW1410	LE00078354	MARIO CESAR LANA	7455/0	218 * I
LXW4154	LE00080266	LEONIDA ANITA NEUMANN TARTER	7455/0	218 * I
LXZ1075	LE00077527	RAUL DOS SANTOS	7471/0	218 * III
LXZ9043	LE00078355	FELIPE MATHIS	7455/0	218 * I
LYB0578	LE00079920	MICHELLE CAROLINE CARDOSO PEDREIRA	7455/0	218 * I
LYB0578	LE00079931	MICHELLE CAROLINE CARDOSO PEDREIRA	7455/0	218 * I
LYD3088	LE00079835	MARIA SLABICKI MENDES	7455/0	218 * I
LYE0565	LE00078198	PASQUA DELL AGNOLO SILVERIO	7455/0	218 * I
LYE7578	LE00078389	ADRIANO GOMES	7455/0	218 * I
LYF5870	LE00078328	ANDREA ALVES NEVES	7455/0	218 * I
LYH6537	LE00077517	IVAN GONZAGA	7455/0	218 * I
LYH6537	LE00077655	IVAN GONZAGA	7455/0	218 * I
LYM0639	LE00077615	MARISTELA APARECIDA DOS SANTOS BECKER	7455/0	218 * I
LYN8053	LE00079886	LUBECA CONFEC'OES LTDA	7455/0	218 * I
LYP5099	LE00079805	PAULO SERGIO PACHECO	7455/0	218 * I
LYP6790	LE00079713	JOEL GUILHERME GRUBERT	7455/0	218 * I
LYQ8353	LE00078154	ADILSON LEWIN	7463/0	218 * II
LYQ8813	LE00078061	FABIO FRANCISCO VICENTE	7455/0	218 * I
LYU2592	LE00080426	FRANCISCO CARLOS DA SILVA	7463/0	218 * II
LYU9528	LE00077844	MARCOS PELEGRINI	7455/0	218 * I
LYZ2357	LE00078047	GIOVANI LUIS TOMIO	7463/0	218 * II
LYZ7367	LE00079514	JOSE NELSON BERTOTTI	7463/0	218 * II
LZB1721	LE00079440	PAULO CEZAR DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
LZC5386	LE00079777	ARIEL MODESKI	7463/0	218 * II
LZE3410	LE00077832	ANA ELISA WESTPHAL	7455/0	218 * I
LZE3410	LE00077838	ANA ELISA WESTPHAL	7455/0	218 * I
LZG6850	LE00078242	MICHAEL JACKSON LEMOS DOS SANTOS	7455/0	218 * I
LZG6886	LE00079356	EXTRACAO DE AREIA SCHRAMM LTDA	7455/0	218 * I
LZH1027	LE00080325	JOAO VILMAR DE SOUZA	7455/0	218 * I
LZH5504	LE00078410	ODELIR PIRES DE CAMARGO	7455/0	218 * I
LZK0443	LE00078022	TERESA BLONKOWSKI	7463/0	218 * II
LZK0443	LE00078186	TERESA BLONKOWSKI	7463/0	218 * II

LZK1749	LE00079611	IVO RAYMUNDO FILHO	7455/0	218 * I
LZK9986	LE00077659	IVO JOAO DE MELO	7455/0	218 * I
LZL6128	LE00078089	DENIS ALEXANDRE FURTADO	7463/0	218 * II
LZP6022	LE00078098	MIGUEL MARIO CELIO DA SILVA	7463/0	218 * II
LZQ7193	LE00077959	ROSELY MARCIA GUETHNER	7455/0	218 * I
LZR7673	LE00080414	MARIA ALBERTINA DONINI	7463/0	218 * II
LZT8951	LE00080406	CLAUDIR SCHEIBEL	7463/0	218 * II
LZV3049	LE00078073	ALPHEO PASSERINO	7455/0	218 * I
LZV5069	LE00080637	EDER MACHADO	7471/0	218 * III
MAD2844	LE00077996	AMAURO MELLO	7455/0	218 * I
MAF1787	LE00080400	ANTONIO JOSE PEREIRA	7455/0	218 * I
MAH5021	LE00078571	PAULA THOMAS	7463/0	218 * II
MAH5021	LE00079593	PAULA THOMAS	7463/0	218 * II
MAH9492	LE00077920	MINERVINA GIACOMOSSI ME.	7455/0	218 * I
MAI2132	LE00079327	LIO JORGE SCHRAMM	7455/0	218 * I
MAI4072	LE00079956	NALVA ADRIANA DA SILVA	7455/0	218 * I
MAJ5106	LE00077588	CLAUDINEI MARTIN	7455/0	218 * I
MAJ6498	LE00078418	JOSE IRINEU BOETTGER	7455/0	218 * I
MAK0558	LE00080168	VALDINO JOAO ROLING	7455/0	218 * I
MAN3538	LE00080530	SUELI VIEIRA DOMINGUES	7455/0	218 * I
MAO4797	LE00077765	ARCANJO SEBASTIAO KLEIN	7463/0	218 * II
MAP3955	LE00080243	RENATO DEMARCHI	7455/0	218 * I
MAR9874	LE00077931	ZELIO CARLOS ESPINDOLA	7455/0	218 * I
MAS1504	LE00078294	SINARA FREITAS LOUREIRO	7455/0	218 * I
MAT2703	LE00079743	ENIVALDO JOAO MACANEIRO	7471/0	218 * III
MAU5715	LE00080441	VALNOR DIAS	7455/0	218 * I
MAV0423	LE00065898	LUIZ CARLOS DE SOUZA ORTIZ	7455/0	218 * I
MAV9859	LE00078008	MEIRE DE AGUIAR BERKEMBROCK	7455/0	218 * I
MAW6930	LE00077812	FERNANDO VIEIRA DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
MAZ9493	LE00077782	KADMA CANI SCHMITZ BAUMGARTEN	7455/0	218 * I
MBA2464	LE00079810	FABIO JULIANO REIS	7455/0	218 * I
MBA5661	LE00080048	JULIO CESAR MEYER	7455/0	218 * I
MBG6220	LE00077859	APARECIDO FERREIRA DE ARAUJO	7455/0	218 * I
MBH5016	LE00079538	PATRICIA PASCHOAL	7455/0	218 * I
MBK9438	LE00077850	JAQUELINE MARIA BOTTAN CARLOT	7463/0	218 * II
MBM4565	LE00078139	ANA MARCIA NOGUEIRA DA SILVA	7463/0	218 * II
MBO8652	LE00077623	JOSE LUIZ DO ROSARIO PEDRO	7455/0	218 * I

MBS3872	LE00077538	JOCIMAR JACINTO	7455/0	218 * I
MBV4424	LE00077837	LILIAN ALVES DE ANDRADE	7455/0	218 * I
MBY8652	LE00077593	ODAIR SAITZ	7463/0	218 * II
MBZ4581	LE00080210	MARIA AMARO	7463/0	218 * II
MBZ8338	LE00079911	EDIFRAN PEREIRA RODRIGUES	7463/0	218 * II
MCC2610	LE00077848	RICARDO ANGELO SOARES	7455/0	218 * I
MCE3533	LE00080535	ADEMAR BASQUERA	7463/0	218 * II
MCG4013	LE00077537	MAURI MORAIS	7455/0	218 * I
MCG9002	LE00078032	ALEXANDRE OGENIO DA VEIGA	7455/0	218 * I
MCH1242	LE00065321	DEISE MARA VENTURI	7463/0	218 * II
MCK4486	LE00077694	MAZA DISTRIBUIDORA DE PECAS E ACESSORIOS LTDA.	7463/0	218 * II
MCK9390	LE00078300	JEFFERSON MULLER	7455/0	218 * I
MCN4596	LE00079957	CLAUDIA SHARLENE SCHEIDEMANTEL	7455/0	218 * I
MCR7483	LE00078202	SILVANA APARECIDA COSTA	7455/0	218 * I
MCV7937	LE00079968	PEDRO DOS SANTOS BITTENCOURT	7471/0	218 * III
MCX1077	LE00077841	MARLI TERESINHA PEREIRA CESERINO	7455/0	218 * I
MCY4081	LE00077926	CLEIDE AMARAL DE AZEVEDO	7463/0	218 * II
MCY4182	LE00078293	ORLANDINA BUCKER	7455/0	218 * I
MCY9740	LE00079408	MAICON RODRIGO FERREIRA DA SILVA	7463/0	218 * II
MCZ1666	LE00077894	PEDRO LUIZ BONOMINI	7463/0	218 * II
MDA6569	LE00079653	SUSANA RONCAGLIO	7455/0	218 * I
MDD2863	LE00077900	PAULO SIDNEI SOARES	7455/0	218 * I
MDD5033	LE00079875	MAQROB COMERCIO DE MAQUINAS DE COSTURA LTDA ME	7455/0	218 * I
MDE3086	LE00077853	PAULO ROBERTO PRADELLA	7455/0	218 * I
MDF0082	LE00080355	EDWARD YONES HASTREITER	7455/0	218 * I
MDF0577	LE00079480	CATARINENSE DISTRIBUIDORA DE PROD. CONGELADOS LTC	7455/0	218 * I
MDH6947	LE00080173	RAULINO DOS SANTOS	7455/0	218 * I
MDM8138	LE00079944	FUMAS REPRESENTACOES LTDA ME	7455/0	218 * I
MDM9519	LE00079671	ISOLINA LECHINSKI	7455/0	218 * I
MDR1585	LE00078612	OVIDIO ANIBAL RODRIGUEZ BERISSO	7455/0	218 * I
MDS6974	LE00079923	CLEONICE PEREIRA DE JESUS	7471/0	218 * III
MDS9696	LE00079485	RUBEM VINICIUS BADO	7463/0	218 * II
MDT3438	LE00078085	COMERCIO DE AREIA E BRITA LF LTDA ME	7455/0	218 * I
MDU7965	LE00080311	JOAO BONETTI	7455/0	218 * I
MDW8962	LE00080164	ALECIO PITZER	7455/0	218 * I
MDY8196	LE00078434	OSMAR OSVALDO DOS SANTOS	7455/0	218 * I
MDZ8726	LE00080541	MARIA TERESINHA DA ROCHA CAMPI MEDEIROS SPERB	7455/0	218 * I

MEA8826	LE00079495	MULTIVENDA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	7463/0	218 * II
MED9104	LE00080259	SIDNEY ROCHA BATALHA	7455/0	218 * I
MEF0620	LE00077661	ROGERIO DE JESUS DE ANDRADE	7463/0	218 * II
MEF6206	LE00079428	KERLY NETO IFRAN	7455/0	218 * I
MEF6254	LE00077589	GERALDO NEI SCHIMOLLER	7455/0	218 * I
MEG0900	LE00079582	ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
MEG9329	LE00079781	LEOPOLDO KEUNECKE NETO	7455/0	218 * I
MEH0383	LE00080368	RODRIGO OSMAR GESSER	7455/0	218 * I
MEI4457	LE00078070	LUIZ GERVASI FILHO	7455/0	218 * I
MEJ0552	LE00078086	MARCO ANTONIO SANTOS VARELA	7471/0	218 * III
MEN1444	LE00077580	CARLOS EDUARDO DA SILVA	7455/0	218 * I
MEO2063	LE00079350	MBR COM DE ISOLANTES TERMICOS E REFRATORIOS LTDA	7463/0	218 * II
MEO6186	LE00079640	VANILDES BARON	7471/0	218 * III
MEO6186	LE00080304	VANILDES BARON	7455/0	218 * I
MEQ7929	LE00079453	GILMAR ANDRE PETRI PEREIRA	7463/0	218 * II
MER1558	LE00078012	ITAPEL IND DE EMB LTDA	7455/0	218 * I
MET9974	LE00078533	VILMA IONE DIAS	7455/0	218 * I
MEX5378	LE00080247	JOEL SOUZA DA SILVA	7455/0	218 * I
MFA9048	LE00078235	LUIS FABIANO PEREIRA DA ROSA	7455/0	218 * I
MFB2140	LE00080009	OTAVIO MIRANDA	7455/0	218 * I
MFB4539	LE00077492	PATRICCK AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA ME	7455/0	218 * I
MFD1168	LE00077779	SERGIO DA LUZ	7463/0	218 * II
MFD3204	LE00077768	HERIBERTO LUIZ BORGERT	7471/0	218 * III
MFD4980	LE00077600	ELIO WIESLOSKI	7455/0	218 * I
MFG2754	LE00080229	ANTONIO WEBER	7455/0	218 * I
MFH7893	LE00080170	THEILACKER E OLIVEIRA REPRESENTACAO COMERCIAL LTI	7455/0	218 * I
MFK2784	LE00077708	MENTOR AUTOMACAO INDUSTRIAL LTDA	7455/0	218 * I
MFN8071	LE00080438	SANDRA BENTO	7455/0	218 * I
MFP2858	LE00078241	ELTON ROGER DOS SANTOS CORSO	7463/0	218 * II
MFX0140	LE00079635	VALDEMAR MAIA	7471/0	218 * III
MFZ9672	LE00077945	SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE GAS	7455/0	218 * I
MGA1599	LE00077533	IVANIR VANZELLA	7455/0	218 * I
MGA8762	LE00079873	GENESIO ANTONIO DE BORBA	7455/0	218 * I
MGF0640	LE00080717	JOAO LUIZ VENCESLAU	7455/0	218 * I
MGS5990	LE00077704	VALMIRA DEMONTI	7455/0	218 * I
MGV3331	LE00079949	IRANILIA JOVITA DA SILVA DAROS	7455/0	218 * I
MGW5112	LE00077702	MULTI CONSTRUCOES LTDA	7463/0	218 * II

MHB0066	LE00077723	RODRIGO HERING	7455/0	218 * I
MHB4092	LE00080369	NATANAEL FRANCISCO PAVESI	7455/0	218 * I
MHI6732	LE00077748	FRANCISCO JOSE DE SOUSA BERNARDINO	7463/0	218 * II
MHN8002	LE00080427	JOCIMAR ANTONIO SOARES DE ABREU	7455/0	218 * I
MHP0111	LE00080346	MARCIO CLOVIS SCHAEFER FILHO	7463/0	218 * II
MIO0480	LE00077944	TELMO BORGES TAYER	7463/0	218 * II
MIO6123	LE00080064	ROSARIO DE FATIMA AMORIM STEDILE	7455/0	218 * I
MIS9998	LE00079687	SABATHA PELUSO DE LORENA FRITZSCHE	7455/0	218 * I
MJJ6420	LE00080165	LAERCIO JOSE GRIGOLLO	7455/0	218 * I
MJS2390	LE00077683	LAURINDO JESUS DOMINGOS	7463/0	218 * II
MKP4980	LE00078283	OSMAR SERAFIM	7455/0	218 * I
MML9889	LE00078079	OSMAR WESTARB	7463/0	218 * II
MMM9494	LE00077809	EDSON ALVES	7463/0	218 * II
MNY5599	LE00079953	JAIR CAETANO DINIZ	7455/0	218 * I
MUE7885	LE00080285	SONIA REGINA FLORIANI DOGNINI	7455/0	218 * I
MVH0707	LE00078129	JULIANI UMEDA ADAO	7455/0	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 3 DE MARÇO DE 2009

EMERSON ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN



**Edital de Notificação - Infração de Trânsito N. 590 454/2008**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página :

1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO N. 590 454/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AAY0757	LE00083563	ANTONIO GENESIO DE LIMA	7455/0	218 * I
AJG8200	LE00083659	LEANDRO JOSE SCORSATTO	7455/0	218 * I
AJU0309	LE00083593	ARILDO ALOIZI	7455/0	218 * I
AJV1278	LE00083629	EDUARDO SCHROEDER	7463/0	218 * II
BFT7093	LE00083528	WILLIAM FRANCISCO DE SOUZA	7455/0	218 * I
BJB8822	LE00084093	JOSE ROBERTO DO CARMO	7455/0	218 * I
BMP1376	LE00084173	LAUDELINO SCHMITT	7463/0	218 * II
CPL4144	LE00084043	JEFER FRANCISCO FERNANDES	7455/0	218 * I
CRR0073	LE00084040	PASCHOALINO AMBROSIO	7455/0	218 * I
CSR4411	LE00083779	EDVALDO GUMS	7455/0	218 * I
DFO1126	LE00084388	SALEZIO SCHVEITZER	7455/0	218 * I
DMC1990	LE00084252	LUCIMAR ASSUNCAO	7455/0	218 * I
GRN2841	LE00083959	ADEMAR ANTONIO DA COSTA	7455/0	218 * I
GXW5920	LE00084206	DARIO BENTO	7455/0	218 * I
HBH9140	LE00083599	MARCELO AUGUSTO KUHN	7455/0	218 * I
IDM0921	LE00084095	SANDRA ANTUNES DA SILVA	7455/0	218 * I
IJJ1659	LE00083892	NELSON DOS SANTOS	7455/0	218 * I
KGM8093	LE00083735	ROBERTO LEITZKE	7463/0	218 * II
KKD8348	LE00083650	SUELI RODRIGUES VIDAL	7455/0	218 * I
KPE3313	LE00084301	FERRO VELHO SILVA COM SUCATAS LTDA	7455/0	218 * I
LWT1373	LE00083904	JOSE ANTONIO SALLES PORTES	7455/0	218 * I
LWT2709	LE00084099	MAURO ROBERTO DE LIZ MOTA	7455/0	218 * I
LXM8688	LE00084358	ALCIONEI DIAS	7455/0	218 * I
LXO0718	LE00083765	JOAO VANATT	7455/0	218 * I
LXP6128	LE00083855	SANDONINHO GONCALVES	7455/0	218 * I
LXS4662	LE00084064	ELISEU FERREIRA	7463/0	218 * II



LXV0794	LE00084063	PRIMO GARGHETTI	7455/0	218 * I
LYG1692	LE00084013	JONAS LAMIM	7455/0	218 * I
LYN7716	LE00083739	DISNORTE COM. REPRESENTACOES LTDA	7455/0	218 * I
LYO0684	LE00083858	JANETE APARECIDA NUNES DOS SANTOS	7455/0	218 * I
LYO5093	LE00083907	ALTINA MARIA SOARES	7463/0	218 * II
LYU0443	LE00083869	JANDIRA VOLINGER DOS SANTOS	7455/0	218 * I
LYW7060	LE00083654	JOSE DELCI VIEIRA DE LIMA	7455/0	218 * I
LYW8302	LE00083539	JOELSON FEITOSA DA SILVA	7455/0	218 * I
LYW8302	LE00084002	JOELSON FEITOSA DA SILVA	7455/0	218 * I
LYZ4962	LE00083890	EVANDRO CARLOS FERREIRA DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
LYZ6936	LE00084365	REGINALDO DA SILVA	7455/0	218 * I
LZC7240	LE00083774	LUIZ PEREIRA FILHO	7455/0	218 * I
LZD1030	LE00083922	MARCOS EGER	7455/0	218 * I
LZD3839	LE00084297	PEDRO BENJAMIN DE SOUZA	7455/0	218 * I
LZE3421	LE00084185	HILDEFONSO THEISS	7455/0	218 * I
LZF8335	LE00084397	ELIAS JOSE DE SOUZA E SILVA	7455/0	218 * I
LZL5258	LE00084380	GRANAI INDUSTRIA E COM. DE PAPEL LTDA ME	7455/0	218 * I
LZR9764	LE00083740	EXTRACAO DE AREIA SCHRAMM LTDA	7455/0	218 * I
LZU8594	LE00083738	NILTON PEREIRA	7463/0	218 * II
LZX7643	LE00084313	ADRIANO JOSE BATSCHAUER	7455/0	218 * I
LZZ6931	LE00084392	JAIR BERTOLINO	7455/0	218 * I
MAA9880	LE00083952	SIRLEI DE JESUS BELIZARIO GUEDES	7455/0	218 * I
MAB3388	LE00084394	MARIO JOSE AYROSO	7455/0	218 * I
MAE1785	LE00083943	IVONETE MARIA FISCHER PEDRINI	7455/0	218 * I
MAH9939	LE00083694	ALESSANDRO GABRIEL DE SOUZA	7455/0	218 * I
MAJ1100	LE00083754	RUBENS TELES DOS SANTOS	7455/0	218 * I
MAK3980	LE00082662	ARNALDO TALCIR ULLER	7463/0	218 * II
MAM5286	LE00083686	MONICA MARCELLO	7463/0	218 * II
MAN0883	LE00083899	JOCELITO VASQUEZ MARTINEZ	7455/0	218 * I
MAO6047	LE00083737	ANTONIO HENRIQUE NICOLETTI	7455/0	218 * I
MAO6047	LE00084038	ANTONIO HENRIQUE NICOLETTI	7455/0	218 * I
MAO6047	LE00084369	ANTONIO HENRIQUE NICOLETTI	7455/0	218 * I
MAX5105	LE00083920	MARIO BOTH	7463/0	218 * II
MAY7913	LE00083568	VANESSA DE SOUZA PEREIRA	7455/0	218 * I
MBE7193	LE00083866	LUCIANA DENISE CONTTRI	7463/0	218 * II
MBG0497	LE00084198	RAIMUNDO NONATO CAVALCANTE DOS SANTOS - ME	7455/0	218 * I
MBH5731	LE00084103	ADRIANO RIBEIRO GRIGOLO	7463/0	218 * II

MBI1770	LE00084288	FARAILDE PINHEIRO TORRES	7455/0	218 * I
MBN2583	LE00083600	ANSELMO HORNER	7455/0	218 * I
MBO2785	LE00083828	CAIO MARCELO DEBOSSAN	7463/0	218 * II
MBP6521	LE00083790	TEREZINHA GABRIEL RODRIGUES	7455/0	218 * I
MBP8422	LE00084273	ODAIR CASTELAN	7455/0	218 * I
MBS7650	LE00083840	BENAVENTOR DA SILVA	7463/0	218 * II
MBZ0882	LE00084338	ITAMAR ALVES BRUNS	7463/0	218 * II
MCA4970	LE00083527	JULIANA ELIZIO	7455/0	218 * I
MCF0566	LE00083607	ERONEIA VERMOHLEN DONATI	7455/0	218 * I
MCF2859	LE00083724	VAGNER ARAUJO DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
MCG9002	LE00083887	ALEXANDRE OGENIO DA VEIGA	7455/0	218 * I
MCH8344	LE00083531	SANTO GERVASI	7463/0	218 * II
MCJ0578	LE00084007	CARLOS ADOLFO CANEGUNDES SANCHES	7455/0	218 * I
MCK9029	LE00084188	MURILO SERVICOS DE GUINCHO LTDA	7455/0	218 * I
MCQ6740	LE00083925	LUCIANO BORGES	7455/0	218 * I
MCS1000	LE00084221	EMYGDIO GERALDO SADA	7455/0	218 * I
MCZ3207	LE00083879	ADRIANO SEVERINO JOSE DA SILVA	7455/0	218 * I
MDO8803	LE00083893	ANDERSON TIAGO SCHRAMM	7463/0	218 * II
MDP1212	LE00084086	LUCIANO DONINI	7455/0	218 * I
MDP3893	LE00083589	FELIX HAAG	7455/0	218 * I
MDR7847	LE00084072	AGUIA TEX MALHAS LTDA	7455/0	218 * I
MDX9062	LE00083668	ANTONIO RODRIGUES	7455/0	218 * I
MEE3647	LE00083995	SPT ENGENHARIA DE SOLOS E FUNDACOES LTDA	7455/0	218 * I
MEH0033	LE00084393	HENNING JONK	7455/0	218 * I
MEJ1506	LE00083767	SIND ENTID CULT REC ASSIS SOC ORI FOR PROF SC SECR	7455/0	218 * I
MEL6050	LE00084266	ELISETE TERNES PEREIRA	7471/0	218 * III
MEO1234	LE00083560	MARLI CORREA	7455/0	218 * I
MEP0583	LE00084260	JULIA LANA	7463/0	218 * II
MEP8236	LE00084318	DIDIER BOCA SANTA GROTTI	7455/0	218 * I
MEY0550	LE00083707	JAIRO CESAR BECKER	7455/0	218 * I
MEY4826	LE00084267	ADEMAR HAMES	7455/0	218 * I
MFB0802	LE00083841	AUTOMASUL INFORMATICA E REPRESENTACOES LTDA	7455/0	218 * I
MFB3223	LE00083886	MOACIR DEVIGILI	7455/0	218 * I
MFB6875	LE00083673	HELIO FIDELIS DA SILVA	7463/0	218 * II
MFB7523	LE00084278	LAZARO FRANCISCO VIEIRA	7455/0	218 * I
MFF6600	LE00084065	IVANETE PESTUM RAUPP	7463/0	218 * II
MFM5381	LE00083609	DC AUTO PECAS E MECANICA LTDA ME	7455/0	218 * I

MF8518	LE00083536	ROBERTO LAURITZEN	7455/0	218 * I
MGA6633	LE00083968	NILO MAESTRI	7455/0	218 * I
MGX5561	LE00084172	YELON ARTIGOS DE PRESENTES LTDA	7455/0	218 * I
MIA4330	LE00083736	MAURICIO PETERMANN	7455/0	218 * I
MQF2698	LE00084277	GILBERTO COGANCCO	7463/0	218 * II
MWB0979	LE00084024	CARLOS VOLNI DA SILVA JUNIOR	7455/0	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 3 DE MARÇO DE 2009

EMERSON ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

## Edital de Notificação - Infração de Trânsito N. 590 455/2008



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página :

1 / 3

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 590 455/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AEO4135	LE00078504	KLEBER STOEBERL DA SILVA	7463/0	218 * II
AFF3080	LE00080335	BENTA PEREIRA GONCALVES	7463/0	218 * II
AFL6338	LE00078373	EMERSON LUIZ ALBANO	7463/0	218 * II
AHI2517	LE00077830	ELEONORA KNOPF JUNG	7455/0	218 * I
AMB4395	LE00080971	RAFAEL CEZAR	7455/0	218 * I
AMB4395	LE00081123	RAFAEL CEZAR	7455/0	218 * I
BEN7100	LE00079683	SOLISMAR DALMOLIN	7455/0	218 * I
CBX5209	LE00078237	MILTON MARTIN JAHNEL	7455/0	218 * I
CKA3577	LE00081017	JOSE AUGUSTO DOS SANTOS	7455/0	218 * I
CRG5093	LE00081513	GELSON JOSE DE SOUZA	7455/0	218 * I

DAD0769	LE00080890	ROSELI BECKER	7463/0	218 * II
DDZ2748	LE00077578	CARLOS EDSON TIETJEN	7463/0	218 * II
DEZ1174	LE00079278	KELLER VENANCIO PAES	7463/0	218 * II
DFN6183	LE00081021	GUILHERME GALVAO DA GAMA	7455/0	218 * I
IJP6660	LE00078970	ERICA ALVES	7455/0	218 * I
LAH2402	LE00079856	DORALICE SERPA	7455/0	218 * I
LWR6586	LE00081706	VILMAR CARLOS MINIKOVSKY	7463/0	218 * II
LXA8163	LE00080073	SERGIO ROBERTO LUCCA	7455/0	218 * I
LXF3762	LE00080163	ELEUTERIA ZUCHI	7463/0	218 * II
LXO4348	LE00080294	FABRICIA REGINA MAES	7455/0	218 * I
LXO7350	LE00080955	FLAVIO DOS SANTOS	7455/0	218 * I
LXP5665	LE00080992	VALDECIR RODRIGUES LISBOA	7455/0	218 * I
LXP8430	LE00078823	LEANDRO DA SILVA	7455/0	218 * I
LXU6177	LE00081152	CLAUDIO JOSE ZUCHI	7455/0	218 * I
LYB6177	LE00077656	MANOEL JOSE PEREIRA FILHO	7455/0	218 * I
LYI7324	LE00077472	REGINALDO ROLLO MACHADO	7455/0	218 * I
LYO9585	LE00061253	MAURI JULIO THEIS	7463/0	218 * II
LYU3605	LE00080897	VANDERLEI ZEITZ	7455/0	218 * I
LYU9528	LE00078563	MARCOS PELEGRINI	7455/0	218 * I
LYY8667	LE00079580	JAIRO CLEBER GUERREIRO	7455/0	218 * I
LZF4513	LE00078414	JOAO EGILDO SCHMITT	7455/0	218 * I
LZR9764	LE00079690	EXTRACAO DE AREIA SCHRAMM LTDA	7455/0	218 * I
LZX3049	LE00078459	PEDRO PAULO GOULARTE	7455/0	218 * I
MAA0397	LE00081556	SALESIO ROSA	7455/0	218 * I
MAC6180	LE00079731	ELPIDIO DE SOUZA	7455/0	218 * I
MAD8215	LE00080315	SIDNEY GOULARTE	7455/0	218 * I
MAI6026	LE00078545	TEREZINHA EDUARDO	7455/0	218 * I
MAX6122	LE00079866	SEBASTIAO PEDROZO	7455/0	218 * I
MAY4454	LE00080269	JOSE PEDROSO	7455/0	218 * I
MAY4454	LE00080676	JOSE PEDROSO	7463/0	218 * II
MBM4022	LE00079503	SERGIO ROBERTO SCHMITT CARDOSO	7463/0	218 * II
MBO1500	LE00080130	EDSON LUIZ DO ROSARIO	7455/0	218 * I
MCG8036	LE00080125	TEOFILO DOS SANTOS LOBO	7463/0	218 * II
MCL1597	LE00079599	MARCIO LOPES	7455/0	218 * I
MCN1100	LE00077911	ADNEI GESSER	7455/0	218 * I
MCN1100	LE00077992	ADNEI GESSER	7455/0	218 * I
MCY4490	LE00079674	JOAO CLEMENTINO FERREIRA	7455/0	218 * I
MDE2089	LE00081030	GILSON SPENGLER JUNIOR	7455/0	218 * I
MDE4616	LE00078422	ELISABETE APARECIDA MEDEIRA KRIEGER	7455/0	218 * I
MDG3725	LE00078248	JEANINE DE SOUZA WILLRICH	7455/0	218 * I



MDH2776	LE00079925	MARCELO JOAO CUSTODIO	7455/0	218 * I
MDJ9627	LE00080127	ALDO FRONZA	7455/0	218 * I
MDK3131	LE00080706	VOLMIR FERREIRA TERRES	7455/0	218 * I
MDR2186	LE00080045	CLARISSA KIESEL AQUINO	7455/0	218 * I
MDZ8884	LE00077820	VALENTIM PEDRO BERGAMO	7455/0	218 * I
MEB4458	LE00080496	JORGE ANTONIO MARTINS DA SILVA	7455/0	218 * I
MEB9736	LE00077755	HELOISA TESTONI	7463/0	218 * II
MEE8356	LE00078072	LODEMAR SCHRUBBE	7455/0	218 * I
MEN9178	LE00079207	ALDO JOAO DE MACEDO	7455/0	218 * I
MEZ3614	LE00080141	ELZA ARENHART	7463/0	218 * II
MEZ5050	LE00080713	JAIME PETRY	7463/0	218 * II
MFQ3312	LE00080596	LUIZ TADEU RIBEIRO	7455/0	218 * I
MFR5829	LE00077653	VALMOR BERTUZZI	7455/0	218 * I
MGC4822	LE00078157	JOAO RENATO GONCALVES DA SILVA	7463/0	218 * II
MGP0871	LE00078224	CENILDA PRIES FLEITH	7463/0	218 * II
MGW2611	LE00077650	JOAO OSCAR OLINGER	7463/0	218 * II
MGZ4350	LE00079915	ELIALDO MACIEL CUNHA	7455/0	218 * I
MHO2960	LE00080101	ELISA TERESA RUDENCO GOMES	7463/0	218 * II
MJC5670	LE00080240	CARLOS AFONSO SCHAITL	7463/0	218 * II
MJC5670	LE00080334	CARLOS AFONSO SCHAITL	7455/0	218 * I
MMF9710	LE00079751	ANDRE DA SILVA NEUMAYR	7455/0	218 * I
MUI5948	LE00081681	JOSE BORGES	7455/0	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 3 DE MARÇO DE 2009

EMERSON ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

**Edital de Notificação - Infração de Trânsito N. 590 456/2008**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO N. 590 456/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ADK4683	LE00083019	ROSELI SCHURT MAAS	7463/0	218 * II
APA0681	LE00083114	RAFAEL ZUCHI	7455/0	218 * I
ATH1003	LE00084347	SAULO DE TARSO BOHRER BAPTISTA	7455/0	218 * I
BPK6569	LE00084261	MOISES OTILIO LANA	7455/0	218 * I
JEX0527	LE00083795	VANDERLEI ADOLFO HERMANN	7463/0	218 * II
KMZ1757	LE00082860	LUCILENE THEISS	7455/0	218 * I
LWS9766	LE00084248	APARECIDO JUVENCIO RODRIGUES	7455/0	218 * I
LXG2362	LE00084035	ANTONIO ORIVALDO ROSA	7455/0	218 * I
LXU1582	LE00083108	ROMEU DA SILVA	7455/0	218 * I
LYP3582	LE00082802	EDSON DE NOVAES	7455/0	218 * I
LYP8034	LE00083281	SILVIA FREDRICH BUSS	7463/0	218 * II
LYX7477	LE00083770	CLAUDEMIR ANTONIO DE ALMEIDA	7463/0	218 * II
LZA0738	LE00083444	VANESSA PRZYLEPA	7463/0	218 * II
LZA4239	LE00083026	MERONCO BOASKE	7455/0	218 * I
LZF9112	LE00083335	ALEX SANDRO CAMINHA AVILA	7455/0	218 * I
MAX9519	LE00082870	EDER ROBERTO SILVESTRE	7471/0	218 * III
MBF1945	LE00083317	PAULO DA SILVA	7455/0	218 * I
MBM0838	LE00083781	EVANDRO MIGUEL SCARTON	7455/0	218 * I
MBP4911	LE00082843	KATIA CRISTIANE SCHULTE	7455/0	218 * I
MBW9035	LE00084333	CELESIO DE SOUZA MARTINS	7463/0	218 * II
MCA6494	LE00083364	MARCELO DA COSTA	7455/0	218 * I
MCA7277	LE00082867	SOMAMOLD INDUSTRIA DE MAQUINAS E FERRAMENTAS LTI	7463/0	218 * II
MCD1223	LE00083385	ANTONIO JOSE RONCAGLIO	7455/0	218 * I
MCL7839	LE00083375	AMAURI DE ANDRADE	7463/0	218 * II
MDL6354	LE00083032	CARLA JEANINI DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
MDO3864	LE00082497	HEDI TONTINI	7455/0	218 * I



MDX6929	LE00082586	LEONEL SALDANHA	7455/0	218 * I
MEK3681	LE00083597	ANGELA RADLOFF DA ROCHA	7463/0	218 * II
MEN9626	LE00083285	ODILON RANK JUNIOR	7463/0	218 * II
MEU9346	LE00083392	LUZINETE DA CUNHA LIPPMANN	7463/0	218 * II
MEU9346	LE00083426	LUZINETE DA CUNHA LIPPMANN	7455/0	218 * I
MEW5827	LE00083827	JOSILENE MIRANDA	7463/0	218 * II
MFD1279	LE00082714	JULIO CESAR DOS SANTOS	7455/0	218 * I
MFG7942	LE00083347	CESAR DA SILVA	7463/0	218 * II
MFG9915	LE00083191	CLAUDINEI NESI	7455/0	218 * I
MFJ3090	LE00083666	ERICA SABEL	7455/0	218 * I
MFQ3489	LE00083592	MAURO LUCHTENBERG	7455/0	218 * I
MGP0220	LE00084363	DALCIO FURLANETTO	7463/0	218 * II
MGW9761	LE00084237	JULIANA BRIETZKE KERSTING	7455/0	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 3 DE MARÇO DE 2009

EMERSON ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

## Câmara de Vereadores

### Resolucao N° 41/2009

RESOLUÇÃO N° 42/2009.

DETERMINA NÃO HAVER EXPEDIENTE INTERNO NEM EXTERNO NA CÂMARA DE VEREADORES NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Mesa Diretora e Comissão Executiva da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso das atribuições contidas nos arts. 43, V, da Lei Orgânica e 45, V, do Regimento Interno,

CONSIDERANDO que, na data de 19 do corrente mês, sua Excelência, Prefeito do Município de Gaspar, emitiu o DECRETO n° 3.646 determinando ponto facultativo nas repartições públicas municipais e autarquias no dia 28 de outubro de 2009, conforme cópia em anexo,

#### RESOLVEM

Art. 1° Não haverá expediente interno nem externo nesta Câmara Municipal no dia 28 de outubro de 2009.

Art. 2° Inclua-se a leitura desta Resolução na sessão ordinária de 27 de outubro, e também se afixe cópia na porta de entrada desta Casa Legislativa, para conhecimento de todos.

Art. 4° A presente Resolução entra em vigor nesta data, quando de sua publicação.

Gabinete da Presidência, 23 de outubro de 2009.

Mesa Diretora e Comissão Executiva

JOSÉ HILÁRIO MELATO	JORGE LUIS WILTUSCHNIG
Presidente	Vice-Presidente

RAUL SCHILLER	CLAUDIONOR DA CRUZ SOUZA
1° Secretário	2° Secretário

### Resolucao N° 42/2009

RESOLUÇÃO N°. 41/2009.

EXONERA A SERVIDORA ELIS REGINA ANDRADE DO CARGO DE ASSESSOR LEGISLATIVO – PCL (CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO LEGISLATIVO).

A Mesa Diretora e a Comissão Executiva da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso das atribuições previstas no art. 39, I, e no art. 43, IV, ambos da Lei Orgânica, e no art. 45, IV, do Regimento Interno,

#### RESOLVEM:

Art. 1° Fica exonerada a servidora Elis Regina Andrade, CPF n°. 811.783.019-15, C.I. 10/R2.226.524, do cargo de Assessor Legislativo – PCL (Cargo de Provimento em Comissão do Legislativo), a partir da data da presente Resolução.

Parágrafo único. O vínculo da servidora ora exonerada com a Câmara de Vereadores de Gaspar tem seu encerramento no dia 25 de outubro de 2009.

Art. 2º As despesas originadas pela presente Resolução correrão por conta da dotação orçamentária vigente à rubrica 3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.

§1º Quaisquer valores que a servidora exonerada tiver direito a receber da Câmara de Vereadores serão calculados até o dia 25 de outubro de 2009.

§2º Eventuais dias ou horas não trabalhados pela servidora exonerada e não justificados nos termos da legislação vigente, serão compensados na forma da Resolução nº. 7/2005, que instituiu o banco de horas, e havendo saldo negativo deverá ser descontado dos valores que tiver a receber, observada a data de encerramento do vínculo especificada no parágrafo único do artigo 1º desta Resolução.

Art. 3º A servidora ora exonerada deverá entregar as chaves da sala que ocupava e da porta de entrada da Câmara de Vereadores de Gaspar, bem como as senhas para ligar o microcomputador e de e-mail do Programa Vereador Mirim.

Art. 4º A presente Resolução entra em vigor nesta data.

Câmara de Vereadores, em 26 de outubro de 2009.

Mesa Diretora e Comissão Executiva

JOSÉ HILÁRIO MELATO	JORGE LUIS WILTUSCHNIG
Presidente	Vice-Presidente

RAUL SCHILLER	CLAUDIONOR DA CRUZ SOUZA
1º Secretário	2º Secretário

## Herval D'Oeste

### Prefeitura Municipal

#### Portaria N° 786/2009

PORTARIA N° 786/2009

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal.

#### RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional por Mérito – Cursos de atualização e Aperfeiçoamento, à Servidora SIMONE APARECIDA RADAVELLI (Matr. 233), nascida aos 11/10/1980, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência 6/D, anexo III, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência 6/E, anexo III, a partir de 16 de Outubro de 2009, de conformidade com o que preceitua os artigos 25 a 33 da Lei Complementar N° 081 de 21 de dezembro de 1998.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Herval d' Oeste (SC), em 26 de Outubro de 2009.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

#### Portaria N° 787/2009

PORTARIA N° 787/2009

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal.

#### RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional por Mérito – Cursos de atualização e Aperfeiçoamento, à Servidora VIVIANE APARECIDA CAMPANHOL SBRUSI, (Matr. 575), nascida aos 19/10/1974, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência 6/E, anexo III, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência 7/A, anexo III, a partir de 22 de Outubro de 2009, de conformidade com o que preceitua os artigos 25 a 33 da Lei Complementar N° 081 de 21 de dezembro de 1998.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Herval d' Oeste (SC), 26 de Outubro de 2009  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

#### Portaria N° 788/2009

PORTARIA N° 788/2009

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal.

#### RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional por Mérito – Cursos de atualização e Aperfeiçoamento, à Servidora JANAINA DAVID, (Matr. 1042), nascida aos 20/10/1977, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência 6/C, anexo III, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência 6/D, anexo III, a partir de 20 de Outubro de 2009, de conformidade com o que preceitua os artigos 25 a 33 da Lei Complementar N° 081 de 21 de dezembro de 1998.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Herval d' Oeste (SC), 26 de Outubro de 2009.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

## Imbituba

### Prefeitura Municipal

#### Lei N° 3564

LEI N° 3.564, DE 26 DE OUTUBRO DE 2009.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO VETERANOS DO PLEC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA,  
Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Municipal a Associação Veteranos do PLEC, inscrita no CNPJ sob o nº 11.153.694/0001-13, com sede e foro nesta comarca.

Art. 2º À Associação, referida no artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da Legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de outubro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

### Lei N° 3565

LEI N° 3.565, DE 26 DE OUTUBRO DE 2009.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA CREVIPA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Municipal a Associação Esportiva CREVIPA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.148.527/0001-84, com sede e foro nesta Comarca de Imbituba.

Art. 2º À Associação, referida no artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 26 de outubro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

### Lei N° 3566

LEI N° 3.556, DE 07 DE OUTUBRO DE 2009.

INSTITUI O PROGRAMA PARTICIPATIVO DE PAVIMENTAÇÃO VIÁRIA MUNICIPAL – PROPAV E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA,

Faço saber a que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa Participativo de Pavimentação Viária Municipal - PROPAV, consistente na pavimentação das vias municipais, ou trechos destas, através da iniciativa e participação direta dos moradores, de modo a:

I – promover o associativismo e participação comunitária nos planos de gestão administrativa, destinados à dotação de infraestrutura das vias urbanas municipais;

II – fomentar a iniciativa popular na melhoria e valorização de sua propriedade, através da execução de obras de pavimentação nas vias com testada à sua propriedade;

III – melhorar a qualidade de vida da população;

IV – distribuir os benefícios públicos de infra-estrutura, de acordo com os interesses da organização social;

V – promover a integração, racionalização e otimização da infraestrutura do Município;

Parágrafo único. Para os fins desta Lei define-se:

I – Interessado: é o proprietário, o titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título de imóvel que manifeste interesse em ser beneficiado com a execução da obra de pavimentação viária;

II – Aderente: é o proprietário, o titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título de imóvel que formaliza sua adesão ao PROPAV para beneficiar-se com a execução da obra de pavimentação viária; e

III – Beneficiário: é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

Art. 2º O PROPAV será administrado pelo órgão responsável pela infraestrutura do município que selecionará, juntamente com os Interessados, as vias a serem pavimentadas.

Art. 3º Para a realização das obras e serviços de que trata esta Lei ficam estabelecidas as seguintes condições:

I – A Administração Municipal proverá:

a) a elaboração do projeto de engenharia, de acordo com as normas técnicas vigentes, acompanhado do memorial descritivo; da planilha orçamentária; da delimitação da área direta e indiretamente beneficiada; da identificação da participação do Município na obra; do plano de rateio entre os imóveis beneficiados; do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou cada uma das áreas diferenciadas, nelas contidas e da indicação dos Beneficiários;

b) o fornecimento de meio-fio e drenagem pluvial;

c) a execução do serviço de pavimentação, inclusive a drenagem pluvial;

d) a sinalização viária; e

e) a fiscalização e recebimento da obra.

II - Os Aderentes deverão concorrer para a sua execução mediante a aquisição e disponibilização para a Administração Municipal de PPC (peças pré-moldadas de concreto) ou outra forma de pavimento especificado tecnicamente, conforme Termo de Adesão a ser firmado entre as partes.

Parágrafo único. A participação financeira do Município na execução do PROPAV não deverá superar 75% (setenta e cinco por cento) do valor de cada obra.

Art. 4º Para a obtenção dos serviços definidos na presente Lei, deverá haver a manifestação por escrito de, no mínimo, 80% (oitenta por cento) dos Interessados, devidamente protocolada na Prefeitura Municipal.

§ 1º Os Interessados postularão, conjuntamente, junto a Administração Municipal a adesão ao PROPAV;

§ 2º O órgão responsável pela infraestrutura do município analisará o requerimento, exarando o seu parecer, sobre a viabilidade do atendimento, na forma desta Lei;

§ 3º Se o parecer for:

a) favorável, o órgão responsável pela infraestrutura do município providenciará o projeto de engenharia, de acordo com as normas técnicas vigentes, acompanhado do memorial descritivo; da planilha orçamentária; da delimitação da área direta e indiretamente beneficiada; da identificação da participação do Município na obra; do plano de rateio entre os imóveis beneficiados; do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou cada uma das áreas diferenciadas, nelas contidas e da indicação dos Beneficiários;

b) desfavorável, o órgão responsável pela infraestrutura do município dará ciência aos Interessados, instruindo sobre as medidas a serem adotadas para viabilizar a obra, se houver esta possibilidade.

§ 4º Após acordado e aprovado o Projeto Básico entre as partes; efetuar-se-a a pactuação dos termos entre os Aderentes e o Município, através de Termo de Adesão, o qual estipulará as obrigações entre as partes.



§ 5º Firmado o Termo de Adesão, a obra será executada após a disponibilização para a Administração Municipal das PPCs por todos os Aderentes.

§ 6º Na concomitância de propostas apresentadas e limitação orçamentária, será priorizada a pavimentação da via em que houver o maior percentual de manifestações formais dos Aderentes.

Art. 5º Somente poderá fornecer as PCCs, para as pavimentações no âmbito do PROPAV, empresas pré-qualificadas junto ao município, na forma do art. 114 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo único. As empresas pré-qualificadas, na forma do caput, sujeitar-se-ão à fiscalização e às sanções administrativas, constantes da legislação vigente, especialmente quanto a qualidade e resistência das PCCs.

Art. 6º Será lançada, na forma da lei, contribuição de melhoria, ao proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título de imóvel beneficiado com a execução da obra de pavimentação viária, que não aderiu ao PROPAV.

Parágrafo único. Não há incidência de contribuição de melhoria nos imóveis cujo proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título tenha aderido ao PROPAV.

Art. 7º A execução da pavimentação só será autorizada:

- I - quando estiver presente o interesse público;
- II - houver recursos na dotação orçamentária correspondente;
- III – forem satisfeitas as determinações legais e técnicas aplicáveis.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento municipal vigente.

Art. 9º Compete ao Chefe do Poder Executivo baixar os atos regulamentares necessários à aplicação desta Lei.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 07 de outubro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

### Lei Nº 3567

LEI Nº 3.567, DE 26 DE OUTUBRO DE 2009.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A FIRMAR ACORDO PARA ACESSO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA AO PORTAL ESTADOS E MUNICÍPIOS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Imbituba autorizado a firmar Acordo para Acesso do Município de Imbituba ao Portal Estados e Municípios da Caixa Econômica Federal na forma do anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º O objeto do acordo é a disponibilização de acesso aos cursos do ambiente virtual da Universidade CAIXA, portal Estados e Municípios, com objetivos de capacitar os técnicos e gestores públicos em conteúdos requeridos à sua atuação.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária do Orçamento do Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 26 de outubro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

### Lei Nº 3568

LEI Nº 3.568, DE 26 DE OUTUBRO DE 2009.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA E O FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE IMBITUBA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para reforço da seguinte dotação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE IMBITUBA		
Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento		
17.512.0067-2.080		
3.3.90.00.00.00.00.0080 (0001)	Aplicações Diretas	50.000,00
TOTAL		50.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suprir o Crédito Adicional suplementar de que trata o artigo 1º, correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA		
SECRETARIA MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO E AMBIENTAL		
Crescimento Urbano e Sustentável		
15.451.0067-2.048		
4.4.90.00.00.00.00.0080 (0033)	Aplicações Diretas	50.000,00
TOTAL		50.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de outubro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

### Lei Nº 3569

LEI Nº 3.569, DE 26 DE OUTUBRO DE 2009.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA,  
Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Suplementar no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) para reforço da seguinte dotação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Capacitação Profissional e Geração de Renda		
08.243.0034-1.010		
3.3.90.00.00.00.00.00.0153 (0015)	Aplicações Diretas	35.000,00
TOTAL		35.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suprir o Crédito Adicional suplementar de que trata o artigo 1º, correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Saúde no Prato - Aluno Saudável		
08.243.0033-2.072		
3.3.90.00.00.00.00.00.0153 (0009)	Aplicações Diretas	35.000,00
TOTAL		35.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de outubro de 2009.  
JOSÉ ROBERTO MARTINS  
Prefeito Municipal

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

### Lei N° 3570

LEI N° 3.570, DE 26 DE OUTUBRO DE 2009.  
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL PARA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA,  
Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Especial no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) para novo item orçamentário, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Programa Bolsa Família		
08.244.0033-2.074		
3.1.90.00.00.00.00.00.0156	Aplicações Diretas	4.000,00
TOTAL		4.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suprir o Crédito Adicional especial de que trata o artigo 1º, correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Programa Bolsa Família		
08.244.0033-2.074		
3.3.90.00.00.00.00.00.0156 (0019)	Aplicações Diretas	4.000,00
TOTAL		4.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de outubro de 2009.  
JOSÉ ROBERTO MARTINS  
Prefeito Municipal

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

### Decreto PMI N° 145.2009

DECRETO PMI N° 145, DE 26, DE OUTUBRO DE 2009.  
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA E O FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE IMBITUBA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Lei n° 3.568, de 26 de outubro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para reforço da seguinte dotação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE IMBITUBA		
Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento		
17.512.0067-2.080		
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0001)	Aplicações Diretas	50.000,00
TOTAL		50.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suprir o Crédito Adicional suplementar de que trata o artigo 1º, correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA		
SECRETARIA MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO E AMBIENTAL		
Crescimento Urbano e Sustentável		
15.451.0067-2.048		
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0033)	Aplicações Diretas	50.000,00
TOTAL		50.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de outubro de 2009.  
JOSÉ ROBERTO MARTINS  
Prefeito Municipal

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.  
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

### Decreto PMI N° 146.2009

DECRETO PMI N° 146, DE 26, DE OUTUBRO DE 2009.  
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Lei n° 3.569, de 26 de outubro de 2009,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto um Crédito Suplementar no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) para reforço da seguinte dotação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Capacitação Profissional e Geração de Renda		
08.243.0034-1.010		
3.3.90.00.00.00.00.00.0153 (0015)	Aplicações Diretas	35.000,00
TOTAL		35.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suprir o Crédito Adicional suplementar de que trata o artigo 1º, correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Saúde no Prato - Aluno Saudável		
08.243.0033-2.072		
3.3.90.00.00.00.00.00.0153 (0009)	Aplicações Diretas	35.000,00
TOTAL		35.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de outubro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

**Decreto PMI N° 147.2009**

DECRETO PMI N° 147, DE 26, DE OUTUBRO DE 2009.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL PARA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Lei nº 3.570, de 26 de outubro de 2009,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto um Crédito Especial no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) para novo item orçamentário, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Programa Bolsa Família		
08.244.0033-2.074		
3.1.90.00.00.00.00.00.0156	Aplicações Diretas	4.000,00
TOTAL		4.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suprir o Crédito Adicional especial de que trata o artigo 1º, correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Programa Bolsa Família		
08.244.0033-2.074		
3.3.90.00.00.00.00.00.0156 (0019)	Aplicações Diretas	4.000,00
TOTAL		4.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de outubro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

**Decreto N° PMI 148.2009**

DECRETO PMI N° 148, DE 27 DE OUTUBRO DE 2009.

DISPÕE SOBRE JORNADA ESPECIAL DE TRABALHO, POR OCA-SIÃO DAS FINAIS DA DIVISÃO ESPECIAL 2009 DO FUTEBOL CATARINENSE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base no art. 93 c/c art. 34, da Lei Orgânica do Município de Imbituba, e CONSIDERANDO, o disposto no art. 93 da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO, a realização da etapa final da Divisão Especial 2009 do Futebol Catarinense no período de 25-10-2009 a 22-11-2009, evento que representa um fenômeno de alcance estadual, com forte repercussão no território municipal;

CONSIDERANDO, que alguns jogos do CFZ Imbituba ocorrerão no mesmo horário do expediente especial da Prefeitura Municipal de Imbituba;

CONSIDERANDO, ainda, que a modificação antecipada do horário de expediente especial, com pequena variação da respectiva carga horária diária, não acarretará prejuízos aos municípios.

**DECRETA:**

Art. 1º O expediente interno e externo da Prefeitura Municipal de Imbituba, nos dias em que houver jogos do CFZ Imbituba em casa será:

I – Das 10:00 às 16:00, no dia em que o jogo iniciar às 17:00 horas;

II – Das 09:00 às 15:00, nos dias em que os jogos iniciarem às 16:00 horas.

Parágrafo único. Executam-se deste horário, devido as suas peculiaridades, a Secretaria Municipal de Educação, nas atividades das Escolas e a Secretaria Municipal de Saúde; cujas programações, principalmente os serviços essenciais, ficam a critério dos respectivos Secretários.

Art. 2º As audiências e reuniões designadas para os dias a que se refere o Art. 1º poderão ser remanejadas, observando-se a conveniência da administração pública.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data sua publicação.

Imbituba, 27 de outubro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

**Portaria PMI N° 237.2009**

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 237, DE 26 DE OUTUBRO DE 2009.  
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SUPERVISOR DE PROJETOS SÓCIO ESPORTIVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, com base da Lei Complementar n.º 3.445, de 29 de janeiro de 2009, e no Decreto PMI n.º 138, de 14 de outubro de 2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ROZENILDA MATOS RODRIGUES DA ROSA, brasileira, Professora III, matrícula n.º 491, inscrita no CPF sob o n.º 560.324.639-15, para exercer as funções de Supervisora de Projetos Sócio Esportivos.

Art. 2º O nomeado perceberá gratificação de 50% (cinquenta por cento) de seu salário base, nos termos do parágrafo único do Art. 3º do Decreto PMI n.º 138, de 14 de outubro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 1º de setembro de 2009, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 26 de outubro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS  
Prefeito Municipal

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

**Portaria N° 274**

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 274, DE 22 DE OUTUBRO DE 2009.  
DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE INSTRUTORA DE PADARIA/CONFEITARIA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor;

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir NAIR HELENA GALVAN, brasileira, inscrita no CPF sob o N° 019.297.459-90 e RG n° 3.385.807, aprovada no Processo Seletivo Edital n.º 01/2009, para exercer o cargo/emprego público de Instrutora de Padaria/Confeitaria, com carga horária de 20 horas semanais, e a remuneração proporcional consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de outubro de 2009.

Imbituba SC, 22 de outubro de 2009.  
JOSÉ ROBERTO MARTINS  
Prefeito Municipal

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

**Portaria N° 275**

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 275, DE 22 DE OUTUBRO DE 2009.  
DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVENTE DE MERENDEIRA - PETI E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor;

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir DENÍSIA PACHECO AMÉRICO TOMAZ, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 004.574.099-24 e RG n° 4.159.668, aprovada no Processo Seletivo Edital n.º 01/2009, para exercer o cargo/emprego público de Servente de Merendeira - PETI, com carga horária de 40 horas semanais, e a remuneração proporcional consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 21 de outubro de 2009.

Imbituba SC, 22 de outubro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS  
Prefeito Municipal

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

**Portaria N° 276**

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 276, DE 22 DE OUTUBRO DE 2009.  
DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor;

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir GILDA MARIA MIRANDA GOMES, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 989.534.190-34 e RG n° 1033587708, aprovada no Processo Seletivo Edital n.º 01/2009, para exercer o cargo/emprego público de Agente Comunitária de Saúde – Área 06, com carga horária de 40 horas semanais, e a remuneração proporcional consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada as disposições em contrário.

Imbituba SC, 22 de outubro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS  
Prefeito Municipal

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

**Extrato de Concorrência 04.2009 (PMI)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
PROCESSO N° 120/2009  
CONCORRÊNCIA N° 04/2009

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 30 de novembro de 2009, licitação na modalidade Concorrência do tipo menor preço global, e nos termos do Decreto Municipal n° 046/08, Lei Federal n° 8.666/93, e suas atualizações, para contratação de empresa com fornecimento de material e mão-de-obra para recuperação do pavimento asfáltico da via principal – Av. Marieta Konder Bornhausen e Rua Manoel Florentino Machado. A íntegra do Edital encontra-se a disposição



dos interessados, no Departamento de Licitações, situado a Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda a Sexta-feira.

Imbituba, 28 de outubro de 2009.  
DILSON PETRASSEM JUNIOR  
Presidente da Comissão de Licitação

#### Extrato de Concorrência 05/2009 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
PROCESSO N° 121/2009  
CONCORRÊNCIA N° 05/2009

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 02 de dezembro de 2009, licitação na modalidade Concorrência do tipo menor preço global, e nos termos do Decreto Municipal n° 046/08, Lei Federal n° 8.666/93, e suas atualizações, para alienação de bens públicos móveis do patrimônio de propriedade do Município de Imbituba. A íntegra do Edital encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, situado a Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda a Sexta-feira.

Imbituba, 28 de outubro de 2009.  
DILSON PETRASSEM JUNIOR  
Presidente da Comissão de Licitação

## Iomerê

### Prefeitura Municipal

#### Decreto 935/2009

DECRETO N° 935 DE 26 DE OUTUBRO DE 2009.  
ALTERA O FERIADO DO DIA CONSAGRADO AO SERVIDOR PÚBLICO E DÁ PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1°. Fica alterado o feriado de 28 de outubro de 2009 alusivo ao Dia do Funcionário Público para o dia 30 de outubro de 2009.

Art. 2°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
Iomerê, 26 de outubro de 2009.  
ANTONINHO BALDISSERA  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.  
VALCIR AFONSO SERIGHELLI  
Secretário de Administração e Finanças

## José Boiteux

### Prefeitura Municipal

#### Edital de Rescisão do Contrato 026/2009 - PMJB

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO n° 026/2009 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX E A EMPRESA OSNI FOGOLARI ME.

O MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua 16 de Junho, 13, Centro, inscrito no CNPJ sob n° 79.372.553/0001-25, neste ato representado por seu Prefeito Municipal JOSÉ LUIZ LOPES, que este subscreve, e a empresa OSNI FOGOLARI ME, com sede na cidade de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, na Localidade de morro da cruz, Bairro Morro da cruz, inscrita no CNPJ sob o n° 07.195.004/0001-11, neste ato representada pelo Sr. OSNI FOGOLARI, portador do CPF n° 950.702.579-00, que também subscreve, têm justo e firmado entre si este Termo de Rescisão Contratual, por mútuo consentimento entre as partes, com fundamento na Cláusula Oitava e no art. 79, inciso II, da Lei n° 8.666/93, mediante as Cláusulas e Condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRO – DO DISTRATO

Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o Contrato 026/2009, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Ibirama/SC, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente instrumento em 02(duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02(duas) testemunhas.

José Boiteux/SC, 01 de outubro de 2009	
JOSE LUIZ LOPES	Osni Fogolari ME
Prefeito Municipal	Contratada
Contratante	

Testemunhas:

1.	2.
CPF N°	CPF N°

## Luzerna

### Prefeitura Municipal

#### Decreto 1135

DECRETO N° 1135 DE 22 DE OUTUBRO DE 2009.  
“ABRE CRÉDITOS SUPLEMENTARES EM FAVOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA”

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe faculta o inciso I, do art.21 da Lei n° 810, de 27 de novembro de 2008,

DECRETA:

Art.1° - Ficam abertos Créditos Adicionais Suplementares no montante de R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais) em favor da



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, à conta dos recursos do Excesso de Arrecadação apurado até 30 de setembro de 2009, na fonte 19 - Transferências do FUNDEB (aplicação em outras despesas da educação básica), na forma do disposto no inciso II, do artigo 43 da Lei nº 4.320/64, atribuídos as seguintes classificações orçamentárias:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Atividade - 08.0801.12.361.0031.2028 - Manutenção do Ensino Fundamental  
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais  
Fonte 19 - Transferências do FUNDEB (aplicação em outras despesas da educação básica) .....R\$ 34.000,00  
Detalhamento dos Recursos - 000000 - Sem detalhamento de recursos  
Atividade - 08.0801.12.365.0028.2026 - Manutenção da Educação Infantil  
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais  
Fonte 18 - Transferências do FUNDEB (aplicação em outras despesas da educação básica) .....R\$ 23.000,00  
Detalhamento dos Recursos - 000000 - Sem detalhamento de recursos  
TOTAL SUPLEMENTADO.....R\$ 57.000,00

Art. 2º - É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 22 de outubro de 2009.  
NORIVAL FIORIN  
Prefeito Municipal

### Decreto 1136

DECRETO Nº 1136 DE 22 DE OUTUBRO DE 2009.  
"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18 da Lei nº 810 de 27 de novembro de 2008,

DECRETA:

Art.1º- Ficam anuladas parcialmente nas Atividades abaixo discriminadas, as Modalidades de Aplicação das despesas:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Atividade - 08.0801.12.361.0031.2028 - Manutenção do Ensino Fundamental  
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais  
Fonte 19 - Transferências do FUNDEB (aplicação em outras despesas da educação básica) .....R\$ 34.000,00  
Detalhamento das Destinações de Recursos - 000000 - Sem destinação de Recursos  
Atividade - 08.0801.12.365.0028.2026 - Manutenção da Educação Infantil  
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais  
Fonte 19 - Transferências do FUNDEB (aplicação em outras despesas da educação básica) .....R\$ 23.000,00  
Detalhamento das Destinações de Recursos - 000000 - Sem destinação de Recursos  
TOTAL ANULADO.....R\$ 57.000,00

Art.2º- Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, ficam suplementadas as Modalidades de Aplicação das despesas atribuídas as respectivas Atividades abaixo discriminadas:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Atividade - 08.0801.12.361.0031.2028 - Manutenção do Ensino

Fundamental

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 18 - Transferências do FUNDEB (aplicação na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício) .....R\$ 34.000,00

Detalhamento das Destinações de Recursos - 000000 - Sem destinação de Recursos

Atividade - 08.0801.12.365.0028.2026 - Manutenção da Educação Infantil

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 19 - Transferências do FUNDEB (aplicação na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício) .....R\$ 23.000,00

Detalhamento das Destinações de Recursos - 000000 - Sem destinação de Recursos

TOTAL SUPLEMENTADO.....R\$ 57.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 22 de outubro de 2009.

NORIVAL FIORIN  
Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato Nº PML.036.09 - Segundo Termo Aditivo

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.036.09 - Segundo Termo Aditivo

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA

OBJETO: com a concordância de ambas as partes, alterar o prazo de vigência do Contrato pml.036.09, prorrogando por mais 60 (sessenta) dias, passando a vigência de 150 (cento e cinquenta) para 210 (duzentos e dez) dias, e conseqüentemente alterando a Cláusula Oitava.

Luzerna(SC), 23 de outubro de 2009.

NORIVAL FIORIN  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

JOSÉ D'AGOSTINI NETO  
VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA  
CONTRATADA

## Massaranduba

### Prefeitura Municipal

### Decreto Nº 1847/2009

DECRETO Nº 1847 DE 23 DE OUTUBRO DE 2009.

PONTO FACULTATIVO MUNICIPAL

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela legislação em vigor, DECRETA:

Art.1º. Fica DECRETADO Ponto Facultativo Municipal, o dia 30 de Outubro de 2009 (sexta-feira) nas repartições públicas municipais, ressalvadas as necessidades de cada Secretaria, em virtude das comemorações pelo dia do Servidor Público.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, em 24 de outubro de 2009.

MARIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,  
MAURICIO PRAWUTZKI  
Secretário de Administração e Finanças

**Decreto N° 1848/2009**

DECRETO N°. 1848 DE 23 DE OUTUBRO DE 2009  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições de de acordo com a Lei n°. 1061 de 16 de Dezembro de 2008, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
0501 - SERVIÇO DE OBRAS E COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS URBANOS  
0501.006.181.6000.2013 - Manutenção da Segurança Pública  
0501 - 44905200 - Equipamento e Material Permanente  
0501 - 32419 - Convênios SSP Transito.....R\$ 2.500,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais), do programa e verba abaixo discriminados:

0500 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
0501 - SERVIÇO DE OBRAS E COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS URBANOS  
0501.006.181.6000.2013 - Manutenção da Segurança Pública  
0501 - 33903900 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica  
0501 - 32419 - Convênios SSP Transito.....R\$ 2.500,00

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, em 23 de Outubro de 2009

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

MAURÍCIO PRAWUTZKI

Secretário de Adm. e Finanças

## Nova Trento

### Prefeitura Municipal

**Contrato N° 100/2009**

CONTRATO N° 100/2009

Origem: Aditivo ao Contrato 92/2009;

Homologação: 15/10/2009

Contratante: Prefeitura de Nova Trento;

Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000 CNPJ 82.925.025/0001-60 Contratada: TRANSPORTES DELL" AG-NOLO LTDA. ME. (SÓ ENTULHOS), estabelecido na Rua Alfes- res, 314, Bairro Trinta Réis, cidade de Nova Trento/SC, CNPJ n° 05.192.266/0001-05;

Objeto do Contrato: TRANSPORTE DE LIXO DOMICILIAR PRODU- ZIDO EM NOVA TRENTO, PARA O ATERRO SANITARIO DE PRO- PRIEDADE DA EMPRESA RECICLE, LOCALIZADO NO MUNICIPIO DE BRUSQUE/SC. SERVIÇO EXECUTADO ENQUANTO NÃO SE CONSEGUIE A LIBERAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL;

Valor Acrescido ao Contrato: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);

Validade: 31/12/2009;

Nova Trento/SC, 15 de outubro de 2009.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

## Porto Belo

### Prefeitura Municipal

**Extrato de Contrato N° 069/2009**

Extrato de Contrato N° 069/2009 - PREFEITURA

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial n° 030/2009

Objeto: 01 (uma) Escavadeira Hidráulica sob esteiras nova, con- forme especificados na proposta constante no Edital de Licitação Modalidade Pregão Presencial n° 030/2009.

Contratado(a): MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA.

Prazo de vigência: Até 30 dias a partir da emissão da Assinatura do Contrato.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Data e assinatura do contrato: 23 de outubro de 2009.

ALBERT STADLER

Prefeito

## Porto União

### Prefeitura Municipal

**Lei N° 3.657/09**

LEI N° 3.657, DE 21 DE OUTUBRO DE 2009.

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA PUBLICAÇÃO DO TEX- TO DA JUSTIFICATIVA, QUE ACOMPANHA O PROJETO DE LEI, QUANDO SE TRATA DA DENOMINAÇÃO DE RUAS, PRAÇAS, BAIR- ROS, EDIFÍCIOS OU QUAISQUER OUTROS LOGRADOUROS PÚBLICOS, E, QUANDO DA CONCESSÃO DE TÍTULOS HONORÍFI- COS, DA MEDALHA DO CONTESTADO E OUTRAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Ca- tarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os dados biográficos ou a biografia da pessoa homena- geada, que acompanha o Projeto de Lei, a título de justificativa, deverá ser publicada como parte integrante da Lei que denomina ruas, praças, bairros, edifícios ou quaisquer outros logradouros publicados.

Parágrafo único. A justificativa a ser publicada deverá ser de no máximo uma lauda de papel ofício, com padrão normal de escrita.

Art. 2º Igualmente, quando da concessão de títulos honoríficos de cidadania honorária e benemerita, e, da Medalha do Contestado e outras.

Art. 3º No caso da utilização de datas ou de fatos importantes, a explicação do que as datas ou os fatos representam ou signifi- cam historicamente, que acompanha o Projeto de Lei, a título de justificativa, também deverá ser publicada como parte integrante da Lei que denomina ruas, praças, bairros, edifícios ou quaisquer outros logradouros públicos.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua assinatura, condi- cionada sua validade a publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 21 de outubro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

### Decreto N° 229/09

DECRETO N° 229, DE 04 DE OUTUBRO DE 2009.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais n°s 3.496 – LDO, de 04 de julho de 2008, e 3.532 – LOA, de 27 de novembro de 2008,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada no Orçamento Geral do Município na dotação orçamentária a seguir especificada no valor de R\$ 97.000,00 (noventa e sete mil reais), autorizado pelas Leis n°s 3.496 – LDO, de 04 de julho de 2008, e 3.532 – LOA, de 27 de novembro de 2008.

ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIAO		
UNIDADE	0202 – GABINETE DO PREFEITO		
ATIVIDADE	2003 – Manutenção Gabinete do Prefeito		
ELEMENTO	339014-100 – Diárias Civil	3	1.000,00
UNIDADE	0204 – SEC. DE ADM., ESPORTE E CULTURA		
ATIVIDADE	2004 – Sec. Administração, Esporte e Cultura		
ELEMENTO	339014-100 – Diárias Civil	14	1.000,00
ELEMENTO	339039-100 – Outros Serv. de Terceiros – Pessoa Jurídica	17	20.000,00
UNIDADE	0205 – SEC. DE FINANÇAS E CONTABILIDADE		
ATIVIDADE	2008 – Manut. Sec.de Finanças e Contabilidade		
ELEMENTO	339039-100 – Outros Serv. de Terceiros – Pessoa Jurídica	29	5.000,00
UNIDADE	0206 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
PROJETO	1002 – Construção/Ampliação/Aquisição Equip.Escolares		
ELEMENTO	449051- 108 – Obras e Instalações	31	13.000,00
ELEMENTO	449051- 113 – Obras e Instalações	32	12.000,00
UNIDADE	0207 – SEC. DE TRANSP., OBRAS E SERVS. PÚBLICOS		
ATIVIDADE	2020 – Manutenção Iluminação Pública		
ELEMENTO	339030-155 – Material de Consumo	164	1.000,00
UNIDADE	0208 – SEC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		
PROJETO	1034 – Programa de Incentivo a Produção		
ELEMENTO	449052-170 – Equipamentos e Material Permanente	173	11.000,00
UNIDADE	0210 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO		

ATIVIDADE	2034 – Encargos Gerais da Administração		
ELEMENTO	335041-100 – Contribuições	208	20.000,00
ELEMENTO	339030-100 – Material de Consumo	210	10.000,00
ATIVIDADE	2039 – Atividades de Defesa Civil		
ELEMENTO	339030-100 – Material de Consumo	223	1.500,00
ELEMENTO	339039-100 – Outros Serv. de Terceiros – Pessoa Jurídica	224	1.500,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		97.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação ocorrido no exercício na fonte 100 – Recursos Ordinários R\$ 71.000,00, fonte 108 – Salário Educação R\$ 13.000,00, fonte 113 40% FUNDEB R\$ 12.000,00 e fonte 170 – Convênios c/a União R\$ 1.000,00.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 04 de outubro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

### Portaria N° 640/09 RH

PORTARIA N° 640, DE 08 DE SETEMBRO DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea “e”, da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Neusa Maria Mussi Farah Boller, para exercer o cargo de Assistente Social, previsto no Anexo I, da Lei Municipal n° 3.605, de 25 de maio de 2009, no período de 08 de setembro a 22 de dezembro de 2009 ou até que a próxima candidatura aprovada em concurso público para o cargo assuma a vaga.

Art 2º A servidora acima mencionada, exercerá suas atividades junto a Central da Cidadania, vinculada a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 08 de setembro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

### Portaria N° 679/09 - RH

PORTARIA N° 679, DE 25 DE SETEMBRO DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso

II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR a carga horária da servidora efetiva Alaize Franciele Pogogelski Dolinski, de vinte (20) horas semanais, para quarenta (40) horas semanais, no período de 17 de setembro a 13 de outubro de 2009, para exercer atividades de Professora – 1ª à 4ª série do ensino fundamental, com vencimentos na Classe "A" referência "1", previsto no anexo I e II, observado o Artigo 22, da Lei Municipal nº 2.952, alterada pela Lei Municipal nº 3.308, de 29 de junho de 2007 e Lei nº 3.626 de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, em substituição à servidora Isabela de Fátima Machado, que se encontra em Tratamento Médico.

Art. 2º Será concedida sobre a alteração da carga horária, GRATIFICAÇÃO COMPENSATÓRIA de Regência, de acordo com o Art. 30, inciso "III" e Art. 31, da Lei Municipal nº 2.952, de 31 de março de 2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades no Núcleo Educacional Frei Deodato, vinculado a Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 17 de setembro de 2009.

Porto União - SC, em 25 de setembro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria N° 680/09 - RH**

PORTARIA N° 680, DE 25 DE SETEMBRO DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 21 de setembro a 05 de outubro de 2009, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Valéria Ferreira, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Nível 01, previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.605, de 25 de maio de 2009, em substituição à servidora efetiva Claudete Lazier Lipczynski, que se encontra em Tratamento Médico.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Arco Íris, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 21 de setembro de 2009.

Porto União - SC, em 25 de setembro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria N° 681/09 - RH**

PORTARIA N° 681, DE 25 DE SETEMBRO DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 21 de setembro a 18 de dezembro de 2009, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Leila de Paula Zulkiewicz, para exercer o cargo de Professor – 5ª à 8ª série – Disciplina Português, 10 horas semanais, com vencimentos na Classe "A", referência "01", previsto no Anexo II, observado o Artigo 22, da Lei Municipal nº 2.952 de 31 de março de 2004, alterada pelas Leis Municipais nº 3.308, de 29 de junho de 2007, em substituição à servidora contratada Amanda Antunes de Avelar, que está em Tratamento Médico.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATÓRIA de Regência, de acordo com o Art. 30, inciso "III" e Art. 31, da Lei Municipal nº 2.952, de 31 de março de 2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério.

Art. 3º A servidora acima mencionada, exercerá suas atividades no Núcleo Educacional João Fernando Sobral, vinculado a Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 21 de setembro de 2009.

Porto União - SC, em 25 de setembro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria N° 682/09 - RH**

PORTARIA N° 682, DE 25 DE SETEMBRO DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º - ALTERAR a carga horária, no período de 17 de setembro a 16 de outubro de 2009, do servidor efetivo Carlos Augusto Sacomori Ferreira, ocupante do cargo Médico, de vinte e cinco horas (25:00) semanais para trinta horas (30:00) horas semanais, conforme estabelecido na Lei Municipal 3.605, de 25 de maio de 2009, em substituição ao servidor efetivo Manoel Francisco Martins de Araújo, que se encontra em férias.

Art. 2º O servidor acima mencionado irá exercer suas atividades junto a Unidade de Saúde de São Miguel da Serra, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 17 de setembro de 2009.

Porto União - SC, em 25 de setembro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de **Administração Esporte e Cultura**



**Portaria N° 683/09 - RH**

PORTARIA N° 682, DE 25 DE SETEMBRO DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1° - ALTERAR a carga horária, no período de 17 de setembro a 16 de outubro de 2009, do servidor efetivo Carlos Augusto Sacomori Ferreira, ocupante do cargo Médico, de vinte e cinco horas (25:00) semanais para trinta horas (30:00) horas semanais, conforme estabelecido na Lei Municipal 3.605, de 25 de maio de 2009, em substituição ao servidor efetivo Manoel Francisco Martins de Araújo, que se encontra em férias.

Art. 2° O servidor acima mencionado irá exercer suas atividades junto a Unidade de Saúde de São Miguel da Serra, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art 3° - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 17 de setembro de 2009.

Porto União - SC, em 25 de setembro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria N° 684/09- RH**

PORTARIA N° 684, DE 28 DE SETEMBRO DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1° CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 28 de setembro a 06 de outubro de 2009, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Ana Aparecida Oliveira Bueno, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Nível 01, previsto no Anexo I, da Lei Municipal n° 3.605, de 25 de maio de 2009, até que a candidata concursada para o cargo assuma a vaga.

Art 2° A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional da Lança, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3° A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 28 de setembro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria N° 685/09 - RH**

PORTARIA N° 685, DE 28 DE SETEMBRO DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1° CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 28 de setembro a 18 de dezembro de 2009, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Maria do Carmo Ribas dos Santos, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Nível 01, previsto no Anexo I, da Lei Municipal n° 3.605, de 25 de maio de 2009, em substituição à servidora efetiva Rafaela Silva Glaza, que se encontra em Tratamento Médico.

Art 2° A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3° A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 28 de setembro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria N° 686/09 - RH**

PORTARIA N° 686, DE 28 DE SETEMBRO DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1° CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 28 de setembro a 18 de dezembro de 2009, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Claudete Rodrigues Vieira, para exercer o cargo de Professor – 1ª a 4ª série - 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "A", referência "01", previsto nos Anexos I e II, observado o Artigo 22, da Lei Municipal n° 2.952 de 31 de março de 2004, alterada pela Lei Municipal n° 3.308, de 29 de junho de 2007, em substituição à servidora Tatiane de Fátima Gonçalves Meira que estava em tratamento médico por três dias e posteriormente em substituição à Claudia Cristina Topolski que solicitou rescisão de contrato em 01/10/2009, a qual estava em vaga vinculada da servidora efetiva Leila de Fátima Longo Ruaro readaptada conforme perícia da junta médica oficial, para exercer suas atividades junto ao laboratório de informática.

Art. 2° Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATÓRIA de Regência, de acordo com o Art. 30, inciso "III" e Art. 31, da Lei Municipal n° 2.952, de 31 de março de 2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério.

Art 3° A servidora acima mencionada, exercerá suas atividades no Núcleo Educacional São Bernardo do Campo, vinculado a Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art 4° A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 28 de setembro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura



**Portaria N° 687/09 - RH**

PORTARIA N° 687, DE 30 DE SETEMBRO DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, Ester Ângela Sobota Kampmann, do cargo de provimento efetivo de Psicólogo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de setembro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria N° 688/09 - RH**

PORTARIA N° 688, DE 30 DE SETEMBRO DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Alessandra Regina Pacheco, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Nível I, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de setembro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria N° 689/09 - RH**

PORTARIA N° 689, DE 01 DE OUTUBRO DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Amanda de Matos, do cargo de Monitora de Trânsito, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de outubro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria N° 690/09 - RH**

PORTARIA N° 690, DE 01 DE OUTUBRO DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de Claudia Cristina Topolski, do cargo de Professora 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de outubro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Rio do Sul****Câmara de Vereadores****Resolução N° 544**

RESOLUÇÃO NO 544, DE 27 DE OUTUBRO DE 2009

AUTORIZA PAGAMENTO DE ½ (MEIA) DIÁRIA A VEREADOR

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais, etc...

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de ½ (meia) diária ao Vereador Cariso Sávio Giacomini, no valor de R\$ 110,55 (cento e dez reais e cinquenta e cinco centavos), para participar da "Assembléia Geral da UCAVI", realizada no dia 24 de outubro do corrente ano, tendo como local o Clube de Idosos, localizado na Av. Francisco Roech, no município de Trombudo Central - SC.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 27 de outubro de 2009.

ROBERTO SCHULZE

Presidente da Mesa

CLÁUDIO CIMARDI

Vice Presidente da Mesa

DIONÍSIO MAÇANEIRO

1º Secretário

ALMIR DA COSTA

2º Secretário

**Resolução N° 545**

RESOLUÇÃO N 545, DE 27 DE OUTUBRO DE 2009

ALTERA RESOLUÇÃO NO 268, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2002 – REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RIO DO SUL

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1o O artigo 95, da Resolução no 268, de 12 de dezembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 95 .....

I - ordinárias, em número de seis, as realizadas nas segundas-feiras e as restantes nas quintas-feiras de cada mês, com duração máxima de três horas, nos seguintes horários:

- a) às segundas-feiras, com início às 15 horas;
- b) às quintas-feiras, com início às 10 horas.

.....”(NR)

Art. 2o Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 27 de outubro de 2009.

ROBERTO SCHULZE

Presidente da Câmara Municipal

## Salto Veloso

### Prefeitura Municipal

#### Extrato de Termo Aditivo 001/2009 CT 0014/2009

Extrato de Termo Aditivo 001/2009

Contrato Administrativo nº 0014/2009

PREFEITURA DE SALTO VELOSO

Contratante: Prefeitura de Salto Veloso - SC

Contratada: CENTERMED – COM. PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Objeto: aquisição de lote de medicamentos para abastecimento da farmácia da secretaria municipal de saúde.

Vigência: 23/10/09 à 31/10/09.

Valor Total Aditivado: R\$ 4.232,49.

Base Legal: Processo Licitatório nº 0005/2009.

Modalidade Licitatória: PP Nº 0001/2009.

Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e alterações posteriores.

Salto Veloso, 23 de Outubro de 2009.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

#### Extrato de Termo Aditivo 001/2009 CT 0016/2009

Extrato de Termo Aditivo 001/2009

Contrato Administrativo nº 0016/2009

PREFEITURA DE SALTO VELOSO

Contratante: Prefeitura de Salto Veloso - SC

Contratada: DALMEDSUL MEDICAMENTOS LTDA.

Objeto: aquisição de lote de medicamentos para abastecimento da farmácia da secretaria municipal de saúde.

Vigência: 23/10/09 à 31/10/09.

Valor Total Aditivado: R\$ 4.812,80.

Base Legal: Processo Licitatório nº 0005/2009.

Modalidade Licitatória: PP Nº 0001/2009.

Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e alterações posteriores.

Salto Veloso, 23 de Outubro de 2009.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

#### Extrato de Termo Aditivo 001/2009 CT 0017/2009

Extrato de Termo Aditivo 001/2009

Contrato Administrativo nº 0017/2009

PREFEITURA DE SALTO VELOSO

Contratante: Prefeitura de Salto Veloso - SC

Contratada: ALTERMED – MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.  
Objeto: aquisição de lote de medicamentos para abastecimento da farmácia da secretaria municipal de saúde.

Vigência: 23/10/09 à 31/10/09.

Valor Total Aditivado: R\$ 4.566,25.

Base Legal: Processo Licitatório nº 0005/2009.

Modalidade Licitatória: PP Nº 0001/2009.

Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e alterações posteriores.

Salto Veloso, 23 de Outubro de 2009.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

#### Extrato de Termo Aditivo 001/2009 CT 0019/2009

Extrato de Termo Aditivo 001/2009

Contrato Administrativo nº 0019/2009

PREFEITURA DE SALTO VELOSO

Contratante: Prefeitura de Salto Veloso - SC

Contratada: METROMED LTDA

Objeto: aquisição de lote de medicamentos para abastecimento da farmácia da secretaria municipal de saúde.

Vigência: 23/10/09 à 31/10/09.

Valor Total Aditivado: R\$ 5.899,65 (cinco mil e oitocentos e noventa e nove reais e sessenta e cinco centavos).

Base Legal: Processo Licitatório nº 0005/2009.

Modalidade Licitatória: PP Nº 0001/2009.

Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e alterações posteriores.

Salto Veloso, 23 de Outubro de 2009.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

#### Extrato de Contrato Nº 0060/2009

Extrato de Contrato nº 0060/2009

PREFEITURA DE SALTO VELOSO

CONTRATO Nº 0060/2009

Contratante: Prefeitura de Salto Veloso - SC

Contratada: INSTITUTO FAEE S/C LTDA

Objeto: Contratação de serviços de Consultoria Administrativa e Contábil, com, emissão de pareceres e orientações procedimentais.

Valor Total: 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

Vigência: 21/10/09 à 21/01/10.

Base Legal: Processo Licitatório nº 0045/2009 – CV nº 0027/2009.

Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Salto Veloso, 21 de Outubro de 2009.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

## Schroeder

### Prefeitura Municipal

#### Extrato do Contrato de Registro de Preço Nº 222/2009-PMS

EXTRATO DO CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 222/2009-PMS

Processo de licitação nº. 127/2009 - PMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 95/2009 – PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder - SC.

Contratada: MAIOCHI INSTALAÇÕES E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.328.414/0001-32, estabelecida na Rodovia BR 280, Km 58, nº. 13354, Centro, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP 89270-000.

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de peças de reposição para suprir as necessidades da frota da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses.

Item	Descrição	Qtde.	Unid.	Valor R\$ Unitário	Valor R\$ Total
01	275967A2 Tubo (silencioso)	2	Peça	54,99	109,98
02	149560A1 Abraçadeira (silencioso)	4	Peça	10,60	42,40
03	614 - 10025 Parafuso (silencioso)	16	Peça	0,50	8,00
04	896 - 11010 Arruela (silencioso)	16	Peça	0,19	3,04
06	A170467 Abraçadeira (silencioso)	4	Peça	52,70	210,80
07	75263264 Tubo (silencioso)	2	Peça	1.337,00	2.674,00
08	75264114 Tampa (radiador)	2	Peça	123,00	246,00
09	75262868 Mangueira (radiador)	2	Peça	165,80	331,60
10	214 - 1440 Abraçadeira (radiador)	4	Peça	17,50	70,00
11	75262869 Mangueira (radiador)	2	Peça	272,80	545,60
12	829 - 1410 Porca (ventilador)	8	Peça	0,29	2,32
13	895 - 11010 Arruela (ventilador)	16	Peça	0,20	3,20
14	75264411 Flange (ventilador)	2	Peça	260,00	520,00
15	814 - 10070 Parafuso (ventilador)	8	Peça	1,98	15,84
16	75264466 Ventilador (ventilador)	2	Peça	735,00	1.470,00
17	814 - 10040 Parafuso (ventilador)	8	Peça	0,90	7,20
18	75287880 Anel de vedação (bomba d' água)	2	Peça	1,10	2,20
19	71100619 Bomba d' água (bomba d' água)	2	Peça	210,99	421,98
20	8913434 Suporte (ventilador)	2	Peça	1.200,00	2.400,00
21	75312613 Parafuso (ventilador)	8	Peça	2,75	22,00
22	75208250 Rolamento (ventilador)	2	Peça	203,00	406,00
23	75288061 Anel elástico (ventilador)	4	Peça	3,20	12,80
25	75208261 Polia (ventilador)	2	Peça	300,00	600,00
26	75208253 Parafuso (ventilador)	2	Peça	1,80	3,60
27	75208252 Encosto (ventilador)	2	Peça	153,50	307,00
28	75208287 Parafuso (tensor correia)	2	Peça	3,60	7,20
29	71101604 Correia (tensor correia)	4	Peça	59,00	236,00
30	75286363 Esticador (tensor correia)	3	Peça	201,50	604,50
31	85820155 Eixo traseiro cardan	2	Peça	1.499,00	2.998,00
32	9968410 Cruzeta (árvore)	20	Peça	36,99	739,80
34	85824344 Retentor (eixo dianteiro)	8	Peça	34,30	274,40
35	85824343 Retentor (eixo dianteiro)	8	Peça	13,99	111,92
36	85824345 Retentor (eixo dianteiro)	8	Peça	19,80	158,40
37	9967991 Suporte (eixo dianteiro)	2	Peça	509,00	1.018,00
38	9967992 Luva (eixo dianteiro)	2	Peça	39,99	79,98
39	9967993 Espaçador (eixo dianteiro)	4	Peça	44,99	179,96
40	9967994 Arruela (eixo dianteiro)	4	Peça	19,99	79,96

41	9963673 Mola (eixo dianteiro)	4	Peça	2,99	11,96
42	85824469 Anel (eixo dianteiro)	8	Peça	12,40	99,20
43	85805969 Bucha (eixo dianteiro)	8	Peça	11,99	95,92
44	9967678 Anel (eixo dianteiro)	8	Peça	11,99	95,22
45	9967679 Mola (eixo dianteiro)	8	Peça	1,99	15,92
46	9968004 Tampa (eixo dianteiro)	2	Peça	3.550,00	7.100,00
47	9967682 Espaçador (eixo dianteiro)	4	Peça	5,99	23,96
48	99688006 Arruela (eixo dianteiro)	4	Peça	26,99	107,96
49	9968010 Espaçador (eixo dianteiro)	4	Peça	38,99	155,96
50	9968008 O' ring (eixo dianteiro)	4	Peça	0,99	3,96
51	9968007 Luva (eixo dianteiro)	4	Peça	54,99	219,96
52	9968009 Suporte (eixo dianteiro)	2	Peça	507,99	1.015,98
53	85805980 Flange (eixo dianteiro)	2	Peça	87,00	174,00
54	85805983 Flange (eixo dianteiro)	2	Peça	87,00	174,00
55	85805988 Bucha (eixo dianteiro)	4	Peça	17,99	71,96
56	83417133 Junta (eixo traseiro)	4	Peça	4,99	19,96
57	47123297 Disco (eixo traseiro)	16	Peça	67,00	1.072,00
58	81874478 Disco de freio (eixo traseiro)	16	Peça	41,99	671,84
59	5153180 Mola (pedal)	3	Peça	20,16	60,48
60	85805447 Mangueira (pedal e freio)	2	Peça	545,84	1.091,68
62	85801976 Coifa p/ pó (coluna direção)	2	Peça	89,90	179,80
63	85805864 Tubo (sist. Hidrául.)	2	Peça	299,55	599,10
64	85803002 Pino (braço)	4	Peça	73,99	295,96
65	85802975 Pino (braço)	2	Peça	55,00	110,00
66	85803005 Pino (braço)	4	Peça	104,99	419,96
67	85815517 Pino (braço)	2	Peça	84,48	168,96
68	85813469 Pino (braço)	2	Peça	92,00	184,00
69	75238130 Faca da caçamba	1	Peça	1.549,00	1.549,00
70	8580150 Manopla (controles)	2	Peça	74,00	148,00
72	85802682 Manopla (controle)	2	Peça	292,00	584,00
73	86982709 Motor de arranque (motor de partida)	2	Peça	2.068,73	4.137,46
74	87424024 Alternador (alternador)	2	Peça	1.847,71	3.695,42
75	85803879 Sensor (instalações elétricas)	3	Peça	166,06	498,18
76	85811390 Sensor (instalações elétricas)	3	Peça	162,00	486,00
77	85817672 Sensor (instalações elétricas)	3	Peça	376,00	1.128,00
78	16044031 Parafuso (paralama)	20	Peça	0,70	14,00
79	70925927 Arruela (paralama)	20	Peça	1,99	39,80
80	85817211 Pára - Lama (paralama)	2	Peça	462,36	924,72
81	85817210 pá - Lama (paralama)	2	Peça	462,36	924,72
82	85801954 Espaçador (paralama)	20	Peça	5,55	111,00
83	75260107 Assento (assento)	2	Peça	2.884,00	5.768,00
84	16043431 Parafuso (assento)	16	Peça	0,35	5,60
85	11193871 Arruela (assento)	16	Peça	0,20	3,20
86	87428629 Conjunto de juntas (reparo lança)	6	Peça	89,90	539,40
87	87312900 Kit anéis de vedação (reparo lança)	3	Peça	59,90	179,70

Valor do Contrato: R\$ 51.900,28 (cinquenta e um mil novecentos reais e vinte e oito centavos).

Data da Assinatura: 26/10/2009.

Vigência: 26/10/2010.

LUIS APARÍCIO RIBAS  
Prefeito Municipal em Exercício

### Extrato do Contrato de Registro de Preço N° 223/2009-PMS

EXTRATO DO CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇO N° 223/2009-PMS

Processo de licitação n°. 129/2009 - PMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço n°. 97/2009 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3201, Município de Schroeder - SC.

Contratada: MAXIMA PAPELARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n°. 85.260.164/0001-00, estabelecida na Rua Adolfo Konder, n°. 279, Ceramarte, na Cidade de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, CEP: 89295-000.

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de expediente para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental e Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Item	Descrição	Qtde.	Unid.	Valor R\$ Unitário	Valor R\$ Total
01	Binder clips com 3 cm de largura - médio	50	pç	0,47	23,50
02	Binder clips com 5 cm de largura - grande	50	pç	0,72	36,00
03	Bloco para recado auto-adesivo - pacote com 03 blocos de 100 folhas cada, com cores sortidas (estilo néon - laranja, verde, rosa, etc.) largura 76mm, comprimento 76mm, tipo removível.	20	pç	3,40	68,00
04	Papel térmico para fax medidas 215mm x 30m. Caixa com 20 bobinas.	10	caixa	98,00	980,00
05	Bobina para máquina de calcular, material papel monolúcido, gramatura 75g, cor branca, largura 60 mm x 30 m - caixa 30 unidades.	3	caixa	26,00	78,00
06	Caderno Protocolo/Correspondência capa dura, formato 154x216 mm, com no mínimo 100 folhas.	10	pç	5,00	50,00
07	Caixa para arquivo morto de papelão de espessura mínima de 02mm. As medidas da caixa quando montada devem ser de: 30 cm de altura, 18 cm de largura, 43 cm de comprimento. Com furos de no mínimo 2 cm de diâmetro nas laterais e na tampa da caixa.	200	pç	3,50	700,00

08	Cd regravável com capa plástica.	50	pç	3,70	185,00
09	DVD - R c/ capa PLÁSTICA	100	pç	2,75	275,00
10	Clipes n°. 3/0 - Caixa com 500 gramas	10	caixa	7,00	70,00
11	Clipes n°. 4/0 - Caixa com 500 gramas	10	caixa	7,00	70,00
12	Clipes n°. 8/0 - caixa com 500 gramas	10	caixa	7,00	70,00
13	Cola em bastão de 20 g	20	pç	2,60	52,00
14	Caneta corretiva com no mínimo 07ml, secagem rápida.	10	pç	4,30	43,00
15	Papel Duplex 250 g - várias cores medidas de 48 cm x 66 cm	50	pç	0,53	26,50
16	Envelope Pardo - medidas 22 x 13 cm	200	pç	0,08	16,00
17	Envelope Pardo - medidas 23 x 16 cm	200	pç	0,09	18,00
18	Envelope Pardo - medidas 32 x 23 cm	200	pç	0,16	32,00
19	Lâmina estilete, material aço, largura 18mm, tipo uso descartável, aplicação em estilete retrátil, caixa com 10 peças.	5	caixa	1,50	7,50
20	Fita adesiva Craft - características mínimas: Fita Tam. 25 mm X 50 m com 50 g/m², - QUALIDADE SUPERIOR.	10	pç	10,00	100,00
21	Fita adesiva pequena, de filme de acetato de celulose com adesivo a base de acrílico - tamanho 12mm x 30m	20	pç	1,00	20,00
22	Folha adesiva, tamanho A4	100	pç	0,40	40,00
23	Grampeador grande para grampos 26/6 - estrutura metálica preto, base com medidas mínimas de 140x30x10 mm, com fundo emborrachado para até 25 folhas.	20	pç	17,00	340,00
24	Lápis grafite n°. 02, madeira de alta qualidade sextavada revestida por tinta emborrachada verde, mina centralizada.	100	pç	0,65	65,00
25	Lapiseira, material baquelite, carga de grafite 0.7, características adicionais prendedor e ponteira de metal, com borracha na tampa.	20	pç	7,40	148,00
26	Lapiseira, material baquelite, carga de grafite 0.5, características adicionais prendedor e ponteira de metal, com borracha na tampa.	20	pç	8,50	170,00
27	Papel A4 com gramatura de 75g/m², alcalino, para uso profissional, produzido com fibras virgens de eucalipto ou pinus, com elevado grau de brancura. Nas medidas 210mm x 297mm - caixa com 10 resmas.	50	caixa	129,00	6.450,00
28	Papel Sulfite Colorido tamanho A4 (diversas cores) - com 100 folhas - 75g/m²	100	pct	3,70	370,00
29	Papel Vergê - diversas cores - gramatura 80g/m² - medidas mínimas de 297mm x 210 mm - pacote com 50 folhas.	50	pct	6,00	300,00



30	Pasta arquivo, material pvc, tipo sanfonada, largura 280mm, altura 390mm, cor incolor, características adicionais elástico, com 31 divisórias, visor e etiqueta.	5	pç	27,00	135,00
31	Pasta com aba em polipropileno, com elástico medidas de 350mm x 235mm, diversas cores.	100	pç	1,80	180,00
32	Pasta contrato para grampear documentos em papel, com duas orelhas, medindo 235mm x 322mm na cor branca. Gramatura do papel de no mínimo 210 g/m².	200	pç	1,25	250,00
33	Pasta dobrada em polipropileno com grampo trilho plástico, gramatura de 320grs/m², diversas cores, 340mm x 235mm	100	pç	1,60	160,00
34	Pasta plástica dobrada com elástico, tamanho ofício – 340mm x 245mm	100	pç	1,90	190,00
35	Pasta plástica dobrada com grampo, tamanho ofício – 340mm x 245 mm	100	pç	2,35	235,00
36	Perfurador 2 Furos. - Perfurador profissional 2 furos a 80 mm. - Estrutura de metal - Capacidade até 100 folhas - Perfuradores afiados e duradouros - Margeador - Escala para ajuste de formato de papel - Trava de segurança - Acompanha disco de apoio - Dimensões mínimas: 26x12x13 cm	2	pç	125,00	250,00
37	A Pilha alcalina e zinco carvão de alta durabilidade - AA pequena pacote com 02 unidades. 1,5 A	20	unid.	5,10	102,00
38	Pilhas alcalinas e zinco carvão de alta durabilidade tamanho grande (d), pacote com 02 unidades.	10	unid.	10,00	100,00
39	Pincel Atômico – ponta chanfrada indeformável, para uso em papel, cartolina, papelão, com tinta à base de álcool, ponta feltro, em diversas cores.	10	pç	2,10	21,00
40	Tubo de cola branca de 01kg, lavável, não tóxica	5	unid.	6,90	34,50
41	Tubo de cola branca de 90 g, lavável, não tóxica.	20	pç	0,92	18,40
42	Umidificador de dedo em creme, não tóxico, sem glicerina, c/ mínimo 12 g	10	pç	3,00	30,00
43	Visor com etiqueta p/pasta suspensa - caixa com 50 unidades	30	unid.	5,40	162,00
TOTAL R\$				R\$ 12.671,40	

Valor do Contrato: R\$ 12.671,40 (Doze mil seiscentos e setenta e um reais e quarenta centavos).

Data da Assinatura: 27/10/2009.

Vigência: 27/10/2010.

LUIS APARÍCIO RIBAS  
Prefeito Municipal em Exercício

### Extrato do Contrato Registro de Preço N° 88/2009-FMS

EXTRATO DO CONTRATO REGISTRO DE PREÇO N°. 88/2009-FMS

Processo de licitação n°. 49/2009 - FMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço n°. 38/2009 – FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3201, Município de Schroeder - SC.

Contratada: MECANICA LERFEI LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o no 95.844.593/0001-89 e Inscrição Estadual n°. 252.606.434, estabelecida na Rua Barão do Rio Branco, 982, Bairro Centro, Cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a seleção de visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para serviços de mão de obra elétrica e mecânica para manutenção nos veículos lotados na Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

#### 2.2 – LOTE II

Item	Qtd.	Descrição	Unidade	Valor Referência Unitário R\$	Valor Referência Total R\$
2.2.1	670	Serviço de Mão de obra Mecânica.	Horas	30,00	20.1000,00
		TOTAL R\$			20.100,00

Valor do Contrato: R\$ 20.100,00 (Vinte mil e cem reais).

Data da Assinatura: 26/10/2009

Vigência: 26/10/2010

LUIZ APARÍCIO RIBAS  
Prefeito Municipal em Exercício

### Extrato do Contrato Registro de Preço N° 89/2009-FMS

EXTRATO DO CONTRATO REGISTRO DE PREÇO N°. 89/2009-FMS

Processo de licitação n°. 49/2009 - FMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço n°. 38/2009 – FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3201, Município de Schroeder - SC.

Contratada: RM COMÉRCIO E SERVIÇOS AUTO ELETRICOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o no 06.153.403/0001-57, estabelecida na Rua Barão do Rio Branco 50, Bairro Centro, Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a seleção de visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para serviços de mão de obra elétrica e mecânica para manutenção nos veículos lotados na Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

#### 2.1 - LOTE I

Item	Qtd.	Descrição	Unidade	Valor Referência Unitário R\$	Valor Referência Total R\$
2.1.1	670	Serviço de Mão de obra elétrica.	Horas	33,50	22.445,00
		TOTAL R\$			22.445,00



Valor do Contrato: R\$ 22.445,00 (Vinte e dois mil quatrocentos e quarenta e cinco reais).

Data da Assinatura: 26/10/2009

Vigência: 26/10/2010

LUIZ APARÍCIO RIBAS  
Prefeito Municipal em Exercício

### Extrato do Contrato N° 30/2009-FAS

EXTRATO DO CONTRATO N° 30/2009-FAS

Dispensa de Licitação n° 09/2009-FAS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n° 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n° 3201, Município de Schroeder - SC.

Contratada: COMÉRCIO DE CHOCOLATES LAZARO LTDA., inscrita no CNPJ sob o no 03.329.688/0001-46, estabelecida na Rua Estheria Lenzi Friedrich, n° 137, Centro, na cidade de Jaragua do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.251-010.

Objeto: Constitui o presente contrato a contratação de empresa especializada para realização de curso de Chocolates Artesanais para os usuários do Bolsa Família atendidos pelo Setor de Assistência Social, da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, sendo:

Aula de Chocolate Artesanal com duração de 03 horas para 30 pessoas;

30 Kits contendo: 01kg de chocolate, 03 formas, recheio e 02 folhas de papel para embalar.

Valor do Contrato: R\$ 600,00 (Seiscentos reais)

Data da Assinatura: 26/10/2009

LUIS APARÍCIO RIBAS  
Prefeito Municipal em Exercício

### Extrato do Contrato N° 31/2009-FAS

EXTRATO DO CONTRATO N° 31/2009-FAS

Processo de licitação n° 20/2009 - FAS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço n° 17/2009 – FAS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n° 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n° 3201, Município de Schroeder - SC.

Contratada: MECANICA LERFEI LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o no 95.844.593/0001-89 e Inscrição Estadual n° 252.606.434, estabelecida na Rua Barão do Rio Branco, 982, Bairro Centro, Cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a seleção de visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para serviços de mão de obra elétrica e mecânica para manutenção nos veículos lotados do Setor de Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

#### 2.2 – LOTE II

Item	Qtd.	Descrição	Unidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
2.2.1	280	Serviço de Mão de obra Mecânica.	Horas	30,00	8.400,00
		TOTAL R\$			8.400,00

Valor do Contrato: R\$ 8.400,00 (Oito mil e quatrocentos reais).

Data da Assinatura: 26/10/2009

Vigência: 26/10/2010

LUIS APARÍCIO RIBAS  
Prefeito Municipal em Exercício

### Extrato do Contrato N° 32/2009-FAS

EXTRATO DO CONTRATO N° 32/2009-FAS

Processo de licitação n° 20/2009 - FAS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço n° 17/2009 – FAS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n° 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n° 3201, Município de Schroeder - SC.

Contratada: RM COMÉRCIO E SERVIÇOS AUTO ELETRICOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o no 06.153.403/0001-57, estabelecida na Rua Barão do Rio Branco 50, Bairro Centro, Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a seleção de visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para serviços de mão de obra elétrica e mecânica para manutenção nos veículos lotados do Setor de Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

#### 2.1 – LOTE I

Item	Qtd.	Descrição	Unidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
2.1.1	280	Serviço de Mão de obra Mecânica.	Horas	33,50	9.380,00
		TOTAL R\$			9.380,00

Valor do Contrato: R\$ 9.380,00 (Nove mil trezentos e oitenta reais).

Data da Assinatura: 26/10/2009

Vigência: 26/10/2010

LUIS APARÍCIO RIBAS  
Prefeito Municipal em Exercício

### Extrato do Contrato Registro de Preço N° 09/2009-FIA

EXTRATO DO CONTRATO REGISTRO DE PREÇO N° 09/2009-FIA

Processo de licitação n° 09/2009 - FIA

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço n° 06/2009 – FIA

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n° 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n° 3201, Município de Schroeder - SC.

Contratada: RM COMÉRCIO E SERVIÇOS AUTO ELETRICOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o no 06.153.403/0001-57, estabelecida na Rua Barão do Rio Branco 50, Bairro Centro, Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a seleção de visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para serviços de mão de obra elétrica e mecânica para manutenção nos veículos lotados no Conselho Tutelar da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta

na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

## 2.1 - LOTE I

Item	Qtd.	Descrição	Unidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
2.1.1	180	Serviço de Mão de obra elétrica.	Horas	33,50	6.030,00
		TOTAL R\$			6.030,00

Valor do Contrato: R\$ 6.030,00 (Seis mil e trinta reais).

Data da Assinatura: 26/10/2009

Vigência: 26/10/2010

LUIZ APARÍCIO RIBAS  
Prefeito Municipal em Exercício

## Extrato do Contrato Registro de Preço N°. 10/2009-FIA

EXTRATO DO CONTRATO REGISTRO DE PREÇO N°. 10/2009-FIA  
Processo de licitação n°. 09/2009 - FIA

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço n°. 06/2009 – FIA

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3201, Município de Schroeder - SC.

Contratada: MECANICA LERFEI LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o no 95.844.593/0001-89 e Inscrição Estadual n°. 252.606.434, estabelecida na Rua Barão do Rio Branco, 982, Bairro Centro, Cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a seleção de visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para serviços de mão de obra elétrica e mecânica para manutenção nos veículos lotados no Conselho Tutelar da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

## 2.2 - LOTE II

Item	Qtd.	Descrição	Unidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
2.2.1	180	Serviço de Mão de obra Mecânica.	Horas	30,00	5.400,00
		TOTAL R\$			5.400,00

Valor do Contrato: R\$ 5.400,00 (Cinco mil e quatrocentos reais).

Data da Assinatura: 26/10/2009

Vigência: 26/10/2010

LUIZ APARÍCIO RIBAS  
Prefeito Municipal em Exercício

## Termo Aditivo N°. A34/2009 - PMS

TERMO ADITIVO N°. A34/2009 - PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 220/2009 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal em Exercício, o Senhor Luis Aparicio Ribas.

CONTRATADA: RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA, inscrita no CNPJ sob o no 75.415.075/0002-13, estabelecida na Rua Marcionilo dos Santos, n°. 1450, Bairro Corticeira, CEP: 89270-000, na Cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor Hans Hartwig Gehrmann, inscrito no CPF sob n°. 248.293.079-00, portador da Carteira de Identidade n°. 2/R 414.549/SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo n°. 220/2009 - PMS, celebrado em 23 de outubro de 2009, proveniente do processo de Licitação n°. 131/2009 - PMS, Pregão Presencial Registro de Preço n°. 98/2009-PMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleo diesel para suprir as necessidades da frota da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses.

Considerando o disposto no artigo 65 e seus incisos e Parágrafos, da Lei Federal n°. 8.666/93;

Diante do exposto, têm as partes entre si justas e acordado os termos seguintes:

Cláusula 1ª - Fica o contrato com supressão de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), conforme segue abaixo:

Item	Quantidade Licitada	Saldo Da Licitação	Valor Licitado	Valor Atualizado
ÓLEO DIESEL (B4 interior)	200.000 LITROS	200.000 LITROS	R\$ 1,88	R\$ 1,84
TOTAL R\$			R\$ 376.000,00	R\$ 368.00,00

Cláusula 2ª – As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder (SC), 26 de outubro de 2009.

CONTRATADA:  
RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA  
Hans Hartwig Gehrmann  
CPF sob n°. 248.293.079-00

CONTRATANTE:  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER  
Luis Aparicio Ribas  
Prefeito Municipal em Exercício

T E S T E M U N H A S :

1ª \_\_\_\_\_  
Nome: Orlando Tecilla  
CPF n°. 311.753.079-34

2ª \_\_\_\_\_  
Nome: Everton Francisco Cesconetto  
CPF n°. 038.873.459-08

## Ata de Registro de Preço Pregão Presencial N° 95/2009 - PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 49/2009**

Número do Registro de Preços: 49/2009

Data do Registro: 26/10/2009

Válido até: 26/10/2010

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de peças de reposição para suprir as necessidades da frota da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, Pregão Presencial Registro de Preço nº 95/2009-PMS

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
1	275967A2 Tubo (silencioso)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		54,9900	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		55,0000	2
2	149560A1 Abraçadeira (silencioso)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		10,6000	1
3	614 - 10025 Parafuso ( silencioso)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		0,5000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		1,5000	2
4	896 - 11010 Arruela ( silencioso)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		0,1900	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		0,2000	2
6	A170467 Abraçadeira (silencioso)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		52,7000	1
7	75263264 Tubo (silencioso)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		1.337,0000	1
8	75264114 Tampa (radiador)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		123,0000	1
9	75262868 Mangueira(radiador)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		165,8000	1
10	214 - 1440 Abraçadeira (radiador)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		17,5000	1
11	75262869 Mangueira (radiador)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		272,8000	1
12	829 - 1410 Porca ( ventilador)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		0,2900	1
13	895 - 11010 Arruela (ventilador)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		0,2000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		0,3000	2
14	75264411 Flange ( ventilador)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		260,0000	1
15	814 - 10070 Parafuso (ventilador)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		1,9800	1
16	75264466 Ventilador (ventilador)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		735,0000	1
17	814 - 10040 Parafuso (ventilador)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		0,9000	1
18	75287880 Anel de vedação (bomba d' água)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		1,1000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		1,5000	2
19	71100619 Bomba d' água ( bomba d' água)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		210,9900	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		211,0000	2
20	8913434 Suporte (ventilador)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		1.200,0000	1
21	75312613 Parafuso (ventilador)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		2,7500	1
22	75208250 Rolamento (ventilador)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		203,0000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		214,0000	2
23	75288061 Anél elástico (ventilador)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		3,2000	1
25	75208261 Polia (ventilador)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		300,0000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		305,0000	2
26	75208253 Parafuso (ventilador)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		1,8000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		2,0000	2
27	75208252 Encosto (ventilador)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		153,5000	1
28	75208287 Parafuso (tensor correia)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		3,6000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		5,0000	2
29	71101604 Correia (tensor correia)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		59,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 49/2009**

**Número do Registro de Preços: 49/2009**

**Data do Registro: 26/10/2009**

**Válido até: 26/10/2010**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de peças de reposição para suprir as necessidades da frota da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, Pregão Presencial Registro de Preço nº 95/2009-PMS

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		112,0000	2
30	75286363 Esticador (tensor correia)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		201,5000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		216,0000	2
31	85820155 Eixo traseiro cardan	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		1.499,0000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		1.500,0000	2
32	9968410 Cruzeta (árvore)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		36,9900	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		37,0000	2
34	85824344 Retentor (eixo dianteiro)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		34,3000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		40,0000	2
35	85824343 Retentor (eixo dianteiro)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		13,9900	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		14,0000	2
36	85824345 Retentor (eixo dianteiro)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		19,8000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		34,0000	2
37	9967991 Suporte (eixo dianteiro)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		509,0000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		510,0000	2
38	9967992 Luva (eixo dianteiro)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		39,9900	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		40,0000	2
39	9967993 Espaçador (eixo dianteiro)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		44,9900	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		45,0000	2
40	9967994 Arruela (eixo dianteiro)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		19,9900	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		20,0000	2
41	9963673 Mola (eixo dianteiro)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		2,9900	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		3,0000	2
42	85824469 Anel (eixo dianteiro)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		12,4000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		14,0000	2
43	85805969 Bucha (eixo dianteiro)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		11,9900	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		12,0000	2
44	9967678 Anel (eixo dianteiro)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		11,9900	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		12,0000	2
45	9967679 Mola (eixo dianteiro)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		1,9900	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		2,0000	2
46	9968004 Tampa (eixo dianteiro)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		3.550,0000	1
47	9967682 Espaçador (eixo dianteiro)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		5,9900	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		6,0000	2
48	99688006 Arruela (eixo dianteiro)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		26,9900	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		27,0000	2
49	9968010 Espaçador (eixo dianteiro)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		38,9900	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		39,0000	2
50	9968008 O' ring (eixo dianteiro)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		0,9900	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 49/2009**

**Número do Registro de Preços: 49/2009**

**Data do Registro: 26/10/2009**

**Válido até: 26/10/2010**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de peças de reposição para suprir as necessidades da frota da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, Pregão Presencial Registro de Preço nº 95/2009-PMS

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		1,0000	2
51	9968007 Luva (eixo dianteiro)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		54,9900	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		55,0000	2
52	9968009 Suporte (eixo dianteiro)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		507,9900	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		508,0000	2
53	85805980 Flange (eixo dianteiro)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		87,0000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		111,0000	2
54	85805983 Flange (eixo dianteiro)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		87,0000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		95,0000	2
55	85805988 Bucha (eixo dianteiro)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		17,9900	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		18,0000	2
56	83417133 Junta (eixo traseiro)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		4,9900	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		5,0000	2
57	47123297 Disco (eixo traseiro)	UN	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		67,0000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		70,0000	2
58	81874478 Disco de freio (eixo traseiro)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		41,9900	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		42,0000	2
59	5153180 Mola ( pedal)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		20,1600	1
60	85805447 Mangueira (pedal e freio)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		545,8400	1
62	85801976 Coifa p/ pó (coluna direção)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		89,9000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		90,0000	2
63	85805864 Tubo (sist. Hidrául.)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		299,5500	1
64	85803002 Pino (braço)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		73,9900	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		74,0000	2
65	85802975 Pino ( braço)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		55,0000	1
66	85803005 Pino ( braço)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		104,9900	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		105,0000	2
67	85815517 Pino (braço)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		84,4800	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		140,0000	2
68	85813469 Pino (braço)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		92,0000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		105,0000	2
69	75238130 Faca da caçamba	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		1.549,0000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		1.550,0000	2
70	8580150 Manopla (controles)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		74,0000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		102,0000	2
72	85802682 Manopla (controle)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		292,0000	1
73	86982709 Motor de arranque (motor de partida)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		2.068,7300	1
74	87424024 Alternador (alternador)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		1.847,7100	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 49/2009**

**Número do Registro de Preços: 49/2009**

**Data do Registro: 26/10/2009**

**Válido até: 26/10/2010**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de peças de reposição para suprir as necessidades da frota da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, Pregão Presencial Registro de Preço nº 95/2009-PMS

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
75	85803879 Sensor (instalações elétricas)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		166,0600	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		174,0000	2
76	85811390 Sensor (instalações elétricas)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		162,0000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		186,0000	2
77	85817672 Sensor (instalações elétricas)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		376,0000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		377,0000	2
78	16044031 Parafuso (paralama)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		0,7000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		1,0000	2
79	70925927 Arruela ( paralama)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		1,9900	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		2,0000	2
80	85817211 Pára - Lama (paralama)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		462,3600	1
81	85817210 pá - Lama (paralama)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		462,3600	1
82	85801954 Espaçador (paralama)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		5,5500	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		12,0000	2
83	75260107 Assento (assento)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		2.884,0000	1
84	16043431 Parafuso (assento)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		0,3500	1
85	11193871 Arruela (assento)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		0,2000	1
86	87428629 Conjunto de juntas (reparo lança)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		89,9000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		90,0000	2
87	87312900 Kit anéis de vedação (reparo lança)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		59,9000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		60,0000	2

SCHROEDER, 26 de Outubro de 2009.

**Ata de Registro de Preço PR 38/2009****ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

Página: 1/1

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2009****Número do Registro de Preços: 18/2009      Data do Registro: 26/10/2009      Válido até: 26/10/2010****Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para serviços de mão de obra elétrica e mecânica para manutenção nos veículos lotados na Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
1	SERVIÇO DE MAO DE OBRA ELETRICA	H	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (7059)		33,5000	1
			MECANICA LERFEI LTDA ME (6029)		75,0000	2
2	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE MECÂNICA	H	MECANICA LERFEI LTDA ME (6029)		30,0000	1
			RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (7059)		32,5000	2

SCHROEDER, 26 de Outubro de 2009.

**Ata de Registro de Preço Pregão 06/2009-FIA****ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE SCHROEDER**

Página: 1/1

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2009****Número do Registro de Preços: 5/2009      Data do Registro: 26/10/2009      Válido até: 26/10/2010****Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para serviços de mão de obra elétrica e mecânica para manutenção nos veículos lotados no Conselho Tutelar da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Muni

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
1	Serviço de Mão de obra elétrica.	H	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (6104)		33,5000	1
			MECANICA LERFEI LTDA ME (6112)		75,0000	2
2	Serviço de Mão de obra Mecânica.	H	MECANICA LERFEI LTDA ME (6112)		30,0000	1
			RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (6104)		32,5000	2

SCHROEDER, 26 de Outubro de 2009.

## Ata de Registro de Preço Pregão N° 17/2009-FAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 10/2009

Número do Registro de Preços: 10/2009

Data do Registro: 26/10/2009

Válido até: 26/10/2010

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para serviços de mão de obra elétrica e mecânica para manutenção nos veículos lotados do Setor de Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Pref

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
1	Serviço de Mão de obra elétrica.	HR	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (6254)		33,5000	1
			MECANICA LERFEI LTDA ME (6168)		75,0000	2
2	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE MECÂNICA	HR	MECANICA LERFEI LTDA ME (6168)		30,0000	1
			RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (6254)		32,5000	2

SCHROEDER , 26 de Outubro de 2009.

## Ata de Registro de Preço Pregão N° 97/2009-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 50/2009

Número do Registro de Preços: 50/2009

Data do Registro: 27/10/2009

Válido até: 27/10/2010

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de expediente para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria Municipal de Saneame

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
1	BINDER CLIPS COM 3 CM DE LARGURA - MEDIO	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		0,4700	1
2	BINDER CLIPS COM 5 CM DE LARGURA - GRANDE	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		0,7200	1
3	Bloco para recado auto-adesivo - pacote com 03 blocos de 100 folhas cada, com cores sortidas (estilo néon - laranja, verde, rosa, etc.) largura 76mm, comprimento 76mm, tipo removível	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		3,4000	1
4	Papel térmico para fax medidas 215mm x 30m. Caixa com 20 bobinas.	CX	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		98,0000	1
5	Bobina para máquina de calcular, material papel monolúcido, gramatura 75g, cor branca, largura 60 mm x 30 m - caixa 30 unidades.	CX	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		26,0000	1
6	Caderno Protocolo/Correspondência capa dura, formato 154x216 mm, com no mínimo 100 folhas.	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		5,0000	1
7	Caixa para arquivo morto de papelão de espessura mínima de 02mm. As medidas da caixa quando montada devem ser de: 30 cm de altura, 18 cm de largura, 43 cm de comprimento. Com furos de no mínimo 2 cm de diâmetro nas laterais e na tampa da caixa.	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		3,5000	1
8	Cd regrável com capa plástica.	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		3,7000	1
9	DVD - R c/ capa PLÁSTICA	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		2,7500	1
10	Clipes nº. 3/0 - Caixa com 500 gramas	CX	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		7,0000	1
11	Clipes nº. 4/0 - Caixa com 500 gramas	CX	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		7,0000	1
12	Clipes nº. 8/0 - caixa com 500 gramas	CX	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		7,0000	1
13	Cola em bastão de 20 g	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		2,6000	1
14	Caneta corretiva com no mínimo 07ml, secagem rápida.	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		4,3000	1
15	Papel Duplex 250 g - várias cores medidas de 48 cm x 66 cm	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		0,5300	1
16	Envelope Pardo - medidas 22 x 13 cm	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		0,0800	1
17	Envelope Pardo - medidas 23 x 16 cm	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		0,0900	1
18	ENVELOPE PARDO - MEDIDAS 32 X 23 cm	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		0,1600	1
19	Lâmina estilete, material aço, largura 18mm, tipo uso descartável, aplicação em estilete retrátil, caixa com 10 peças.	CX	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		1,5000	1
20	Fita adesiva Craft - características mínimas: Fita Tam. 25 mm X 50 m com 50 g/m², - QUALIDADE SUPERIOR.	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		10,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 50/2009**

<b>Número do Registro de Preços: 50/2009      Data do Registro: 27/10/2009      Válido até: 27/10/2010</b> <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de expediente para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria Municipal de Saneame						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
21	Fita adesiva pequena, de filme de acetato de celulose com adesivo a base de acrílico - tamanho 12mm x 30m	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		1,0000	1
22	Folha adesiva, tamanho A4	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		0,4000	1
23	Grampeador para grampos 26/6 - estrutura metálica preto, para até 25 folhas.	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		17,0000	1
24	Lápis grafite nº. 02, madeira de alta qualidade sextavada revestida por tinta emborrachada verde, mina centralizada.	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		0,6500	1
25	Lapiseira, material baquelite, carga de grafite 0.7, características adicionais prendedor e ponteira de metal, com borracha na tampa.	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		7,4000	1
26	Lapiseira, material baquelite, carga de grafite 0.5, características adicionais prendedor e ponteira de metal, com borracha na tampa.	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		8,5000	1
27	Papel A4 com gramatura de 75g/m², alcalino, para uso profissional, produzido com fibras virgens de eucalipto ou pinus, com elevado grau de brancura. Nas medidas 210mm x 297mm - caixa com 10 resmas.	CX	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		129,0000	1
28	Papel Sulfite Colorido tamanho A4 (diversas cores) - com 100 folhas - 75g/m²	PCT	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		3,7000	1
29	Papel Vergê - diversas cores - gramatura 80g/m² - medidas mínimas de 297mm x 210 mm - pacote com 50 folhas.	PCT	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		6,0000	1
30	Pasta arquivo, material pvc, tipo sanfonada, largura 280mm, altura 390mm, cor incolor, características adicionais elástico, com 31 divisórias, visor e etiqueta.	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		27,0000	1
31	Pasta com aba em polipropileno, com elástico medidas de 350mm x 235mm, diversas cores.	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		1,8000	1
32	Pasta contrato para grampear documentos em papel, com duas orelhas, medindo 235mm x 322mm na cor branca. Gramatura do papel de no mínimo 210 g/m².	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		1,2500	1
33	Pasta dobrada em polipropileno com grampo trilho plástico, gramatura de 320grs/m2, diversas cores, 340mm x235mm	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		1,6000	1
34	Pasta plástica dobrada com elástico, tamanho ofício - 340mm x 245mm	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		1,9000	1
35	Pasta plástica dobrada com grampo, tamanho ofício - 340mm x 245 mm	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		2,3500	1
36	Perfurador 2 Furos. - Perfurador profissional 2 furos a 80 mm. - Estrutura de metal - Capacidade até 100 folhas - Perfuradores afiados e duradouros - Margeador - Escala para ajuste de formato de papel - Trava de segurança - Acompanha disco de apoio - Dimensões mínimas: 26x12x13 cm	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		125,0000	1
37	A Pilha alcalina AA pequena pacote com 02 unidades. 1.5 A	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		5,1000	1
38	Pilhas alcalinas grande (d), pacote com 02 unidades.	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		10,0000	1
39	Pincel Atômico - ponta chanfrada indeformável, para uso em papel, cartolina, papelão, com tinta à base de álcool, ponta feltro, em diversas cores.	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		2,1000	1
40	Tubo de cola branca de 01kg , lavável, não tóxica	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		6,9000	1
41	Tubo de cola branca de 90 g, lavável, não tóxica.	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		0,9200	1
42	Umidificador de dedo em creme, não tóxico, sem glicerina, c/ mínimo 12 g	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		3,0000	1
43	Visor com etiqueta p/pasta suspensa - caixa com 50 unidades	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		5,4000	1

SCHROEDER, 27 de Outubro de 2009.

**Ata de Registro de Preço Pregão Nº 98/2009-PMS**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

Página: 1/1

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2009**

<b>Número do Registro de Preços: 48/2009      Data do Registro: 26/10/2009      Válido até: 23/10/2010</b> <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleo diesel para suprir as necessidades da frota da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, Referente ao Pregao Presencial Registro de Preço nº 98/2009						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
1	Óleo Diesel (B4 interior)	LT	RUDIPEL RUDNICK PETROLEO LTDA (10218)		1,8400	1

SCHROEDER, 26 de Outubro de 2009.

**Ata Tomada de Preço 10/2009-PMS**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 10/2009 - TP</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 114/2009 Data do Processo: 26/08/2009

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 164/2009 (Sequência: 3)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Contratação de empresa/entidade especializada para prestar serviços de organização, planejamento e execução do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

Às oito horas do dia vinte e sete de outubro de dois mil e nove, à comissão de licitação reuniram-se, juntamente com o Controlador Sr. Marcio Adriano Sabino, para verificação dos documentos apresentados pela a Empresa Instituto Saber, frente às Declarações solicitadas dos profissionais contratados, para comprovação do vínculo atual dos mesmos, que comprove a vinculação de no mínimo 6 meses, bem como os demais recursos apresentados pelas empresas SEVITA, SOCIESC e as contra razões do Instituto Saber e SEVITA. A comissão solicitou parecer jurídico a Assessoria Constâncio Neto Advogados Associados, decide em acatar o parecer jurídico e tem a ressaltar que no dia 16 de setembro, às 10:00hs, foi realizada a sessão de Julgamento dos Documentos e das Propostas, com a habilitação das empresas Sociedade Educacional do Vale do Itapocu - Sevita e Instituto Superior de Educação, Tecnologia e Pesquisa Saber Ltda, e a inabilitação da empresa Sociedade Educacional de Santa Catarina - Sociesc. De acordo com as normas editalícias, verificou-se que a classificação das propostas das empresas inicialmente habilitadas forneceram ao Instituto Saber a prerrogativa de ser considerada a primeira classificada. Abriu-se prazo recursal, conforme art. 109 da Lei nº 8.666/93, sendo que foram apresentados Recursos Administrativos das empresas Sociedade Educacional do Vale do Itapocu - Sevita e Sociedade Educacional de Santa Catarina - Sociesc, e Contra-Razões das empresas Sociedade Educacional do Vale do Itapocu - Sevita e Instituto Superior de Educação, Tecnologia e Pesquisa Saber Ltda. O Recurso da empresa Sociedade Educacional de Santa Catarina - Sociesc busca a inabilitação do Instituto Saber e da Sevita, pois estas licitantes teriam deixado de apresentar a comprovação de possuir em seu quadro funcional pelo menos 10 profissionais com as respectivas titulações, conforme exige o item 7.1.13.1 do instrumento convocatório, e, ainda, que não comprovou que os profissionais atualmente prestam serviços à Recorrida. Ademais, a Recorrente requer a sua própria habilitação, pois teria apresentado a Certidão que foi motivo de sua inabilitação. O Recurso da Sociedade Educacional do Vale do Itapocu - Sevita, baseou-se em diversos itens que supostamente baseariam a inabilitação do Instituto Saber, como, exempli gratia, de que esta empresa não possuiria em seu quadro funcional pelo menos 10 profissionais com as respectivas titulações, conforme exige o item 7.1.13.1 do instrumento convocatório. Às empresas proponentes que tiveram sua habilitação questionada, foi aberto prazo para apresentação de Contra-Razões, sendo que estas foram entregues tempestivamente e resumidas a seguir. O Instituto Saber alegou preclusão dos recursos, em forma preliminar, e, no mérito, que haveria "desnecessidade de firmas reconhecidas nos contratos de prestação de serviço", que os contratos acostados comprovam a ligação dos profissionais com esta proponente e, por fim, que estes mesmos profissionais possuem toda a documentação que comprovam sua qualificação técnica como mestres e/ou doutores. A Sociedade Educacional do Vale do Itapocu - Sevita, em sua defesa, alegou que os profissionais estão regularmente registrados e possuem o vínculo empregatício necessário, conforme exigência do Edital, bem como tendo cumprido todas as demais exigências do instrumento convocatório. Após a apresentação destes documentos, e verificando-se o levante de informações que até o presente momento eram desconhecidas desta Administração Municipal, e primando-se pelos Princípios Públicos, realizou-se análise dos documentos apresentados por todas as proponentes, sendo que verificou que a empresa Instituto Saber, somente comprovou possuir em seu quadro de funcionários, 09 profissionais com mestrado e/ou doutorado devidamente registrado na Capes, de acordo com as exigências editalícias. Desta feita, foi realizada publicação no Diário Oficial dos Municípios, com circulação no dia 16/10/2009, Edição nº 347, p. 19, da intimação da empresa Instituto Saber para que, até o dia 21/10/2009 apresentasse os documentos dos profissionais que alega possuírem a formação acadêmica necessária e de acordo com o instrumento convocatório. Tal intimação editalícia, mesmo a Lei não exigindo, foi encaminhada por fax ao Instituto Saber, no dia 16/10/2009, por intermédio de fax, às 09:17hs, para que esta proponente tivesse plena ciência de que está sendo questionada com relação aos documentos apresentados. No dia 20/10/2009, às 15:02hs, o Instituto Saber encaminhou documento produzido pela Coordenadora de Avaliação e Acompanhamento do Capes, que atestou que o mestrado em Psicologia da Universidade Gama Filho "foi credenciado na Capes no ano de 1972 e obteve conceito 4 até o ano de 2002, o qual foi descredenciado em abril de 2002", referente à Profa. Sra. Jaqueline Pinto Martins. Que no dia 22 de outubro, a comissão solicitou ao Instituto Saber, declaração dos profissionais, que a empresa apresentou os contratos, para comprovação do vínculo atual dos mesmos com a empresa, que comprove a vinculação de no mínimo 6 meses, tendo prazo para apresentar até o dia 28 de outubro. Que a empresa apresentou as declarações solicitadas de todos os profissionais com firma reconhecida. Desta forma, inicia-se o decurso, por intermédio das razões apresentadas, de acordo com os pontos levantados por cada licitante, em seus Recursos e Contra-Razões, após verificação dos autos, constatou-se que a Sociedade Educacional de Santa Catarina - Sociesc deixou de apresentar a Certidão requerida no Item 7.1.1, motivo pelo qual foi inabilitada. Conforme verificado nos autos, a empresa realmente não apresentou o documento requisitado pelo Edital e que foi cumprido pelos demais proponentes, sendo que, por tal motivo, deriva a INABILITAÇÃO, que deve ser MANTIDA por descumprimento de exigência do instrumento convocatório. A proponente Instituto Superior de Educação, Tecnologia e Pesquisa Saber Ltda. foi questionada nos Recursos das empresas Sociedade Educacional do Vale do Itapocu - Sevita e Sociedade Educacional de Santa Catarina - Sociesc. O Instituto Saber supostamente teria deixado de cumprir o do Item 7.1.13.1, com relação à quantidade de profissionais com titulação de Mestre ou Doutor, um vez que são exigidos 10 (dez). Foram requisitadas informações à empresa Instituto Saber com prazo para até o dia 21/10/2009, clarificar os questionamentos e dúvidas levantadas pelas Recorrentes Sociesc e Sevita. No dia 20/10/2009, às 15:02hs, o Instituto Saber encaminhou documento produzido pela Coordenadora de Avaliação e Acompanhamento do Capes, que atestou que o mestrado em Psicologia da Universidade Gama Filho "foi credenciado na Capes no ano de 1972 e obteve conceito 4 até o ano de 2002, o qual foi descredenciado em abril de 2002", referente à Profa. Sra. Jaqueline Pinto Martins. No dia 22 de outubro, foi solicitado ao Instituto Saber, declaração dos profissionais, para comprovação do vínculo atual dos mesmos com a empresa, que comprove a vinculação de no mínimo 6 meses. A empresa encaminhou os documentos solicitados neste dia, 27 de outubro, comprovando a vinculação atual dos profissionais apresentados no processo. Desta forma, a empresa Instituto Saber, após solicitações de informações com relação às dúvidas levantadas pelos recorrentes e por esta municipalidade, encaminhou documento hábil para a comprovação da titulação de um dos profissionais questionados e que somaram exatamente 10, o número mínimo exigido de titulações e que comprovou a vinculação dos profissionais, neste interim, embasam sua HABILITAÇÃO no presente processo licitatório. Da Habilitação da empresa Sociedade Educacional do Vale do Itapocu - Sevita, esta proponente foi questionada com relação aos documentos juntados para comprovação de vínculo empregatício entre os profissionais responsáveis pelo desenvolvimento das provas e a própria instituição Sevita. Porém, TODOS os documentos pertinentes e que corroboram para a verificação da ligação entre os profissionais e esta proponente, foram juntados, de acordo com as exigências contidas no Item 7.1.13.1 alínea "a" do instrumento convocatório, e que por tal motivo devem ser aceitas, uma vez que obedeceu às exigências editalícias em sua totalidade. Os documentos acostados se referem aos que a Lei Trabalhista entendem por serem contratos de trabalho, de acordo com o art. 41 da CLT, motivo pelo qual se deve compreender esta proponente como cumpridora de todas as exigências editalícias, uma vez que esta foi cumprida, sendo nenhuma outra sequer questionada. Desta forma, seguindo-se os Princípios



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC

**TOMADA DE PREÇO  
Nr.: 10/2009 - TP**

Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 114/2009  
Data do Processo: 26/08/2009

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

**Número da ATA: 164/2009 (Sequência: 3)**

Constitucionais e Públicos, a Comissão de Licitação MANTEM a decisão inicial, no sentido de considerar a Sociedade Educacional do Vale do Itapocu - Sevita HABILITADA no presente certame. Portanto, de acordo com os documentos acostados, juntamente com as requisições de informações que foram obedecidas, e também pelas fundamentações jurídicas expostas, entende-se que a empresa Sociedade Educacional de Santa Catarina - Sociesc deve permanecer INABILITADA, pois descumpriu o Item 7.1.1, sendo que não há a necessidade de modificação do julgamento inicial, devendo a empresa Instituto Superior de Educação, Tecnologia e Pesquisa Saber Ltda. permanecer HABILITADA, pois cumpriu o Item 7.1.13.1, mantendo-se também a HABILITAÇÃO da empresa Sociedade Educacional do Vale do Itapocu - Sevita e do julgamento inicial que declarou o Instituto Superior de Educação, Tecnologia e Pesquisa Saber como VENCEDOR do presente certame, devendo ser o objeto adjudicado e homologado a essa proponente.

SCHROEDER, 27 de Outubro de 2009

**COMISSÃO:**

ORLANDO TECILLA	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
ELOIR JOSÉ WENDT	- ..... - MEMBRO SUPLENTE
MARCELO DA SILVA	- ..... - MEMBRO SUPLENTE
VALDERI ROCHA DE CAMARGO	- ..... - MEMBRO EFETIVO



# Tunápolis

## Prefeitura Municipal

### Decreto N° 1247/2009

DECRETO N° 1247/2009 DE 28 DE OUTUBRO DE 2009.

REGULAMENTA O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PREVISTO NO ART. 15 DA LEI 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito em Exercício do Município de Tunápolis, no uso de suas atribuições, e nos termos do disposto no art. 15 da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993,

#### DECRETA:

Art. 1º As contratações de serviços e aquisição de bens, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços no âmbito da Administração Direta, os Fundos Especiais, as Autarquias, as Fundações Públicas, as Sociedades de Economia Mista, as Empresas Públicas e demais entidades controladas, direta ou indiretamente pelo Município de Tunápolis, obedecerão ao disposto neste Decreto.

Parágrafo único. Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:

I - Sistema de Registro de Preços - SRP - conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

II - Ata de Registro de Preços - documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, onde se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

III - Órgão Gerenciador - órgão ou entidade da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente; e

IV - Órgão Participante - órgão ou entidade que participa dos procedimentos iniciais do SRP e integra a Ata de Registro de Preços.

Art.2º Será adotado, preferencialmente, o SRP nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; e

IV - quando pela natureza do objeto não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Parágrafo único. Poderá ser realizado registro de preços para contratação de bens e serviços de informática, obedecida a legislação vigente, desde que devidamente justificada e caracterizada a vantagem econômica.

Art.3º A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de concorrência ou de pregão, do tipo menor preço, nos termos das Leis nos 8.666, de 21 de julho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

§ 1º Excepcionalmente poderá ser adotado, na modalidade de concorrência, o tipo técnica e preço, a critério do órgão gerenciador e mediante despacho devidamente fundamentado da autoridade máxima do órgão ou entidade.

§ 2º Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do SRP, e ainda o seguinte:

I - convidar, mediante correspondência eletrônica ou outro meio eficaz, os órgãos e entidades para participarem do registro de preços;

II - consolidar todas as informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

III - promover todos os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório pertinente, inclusive a documentação das justificativas nos casos em que a restrição à competição for admissível pela lei;

IV - realizar a necessária pesquisa de mercado com vistas à identificação dos valores a serem licitados;

V - confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e projeto básico;

VI - realizar todo o procedimento licitatório, bem como os atos dele decorrentes, tais como a assinatura da Ata e o encaminhamento de sua cópia aos demais órgãos participantes;

VII - gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da Ata;

VIII - conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços; e

IX - realizar, quando necessário, prévia reunião com licitantes, visando informá-los das peculiaridades do SRP e coordenar, com os órgãos participantes, a qualificação mínima dos respectivos gestores indicados.

§ 3º O órgão participante do registro de preços será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento, ao órgão gerenciador, de sua estimativa de consumo, cronograma de contratação e respectivas especificações ou projeto básico, nos termos da Lei n° 8.666, de 1993, adequado ao registro de preço do qual pretende fazer parte, devendo ainda:

I - garantir que todos os atos inerentes ao procedimento para sua inclusão no registro de preços a ser realizado estejam devidamente formalizados e aprovados pela autoridade competente;

II - manifestar, junto ao órgão gerenciador, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório; e

III - tomar conhecimento da Ata de Registros de Preços, inclusive as respectivas alterações porventura ocorridas, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições, logo após concluído o procedimento licitatório.

§ 4º Cabe ao órgão participante indicar o gestor do contrato, ao qual, além das atribuições previstas no

Art. 67 da Lei n° 8.666, de 1993, compete:

I - promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

II - assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

III - zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, pelo mesmo, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais; e

IV - informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência,

a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços.

Art. 4º O prazo de validade da Ata de Registro de Preço não poderá ser superior a um ano, computadas neste as eventuais prorrogações.

§ 1º Os contratos decorrentes do SRP terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecido o disposto no

Art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 2º É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do Art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666, de 1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos desta norma.

Art. 5º A Administração, quando da aquisição de bens ou contratação de serviços, poderá subdividir a quantidade total do item em lotes, sempre que comprovado técnica e economicamente viável, de forma a possibilitar maior competitividade, observado, neste caso, dentre outros, a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços.

Parágrafo único. No caso de serviços, a subdivisão se dará em função da unidade de medida adotada para aferição dos produtos e resultados esperados, e será observada a demanda específica de cada órgão ou entidade participante do certame. Nestes casos, deverá ser evitada a contratação, num mesmo órgão e entidade, de mais de uma empresa para a execução de um mesmo serviço em uma mesma localidade, com vistas a assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização.

Art. 6º Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item ou lote, observando-se o seguinte:

I - o preço registrado e a indicação dos respectivos fornecedores serão divulgados em órgão oficial da Administração e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

II - quando das contratações decorrentes do registro de preços deverá ser respeitada a ordem de classificação das empresas constantes da Ata; e

III - os órgãos participantes do registro de preços deverão, quando da necessidade de contratação, recorrerem ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda a indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados.

Parágrafo único. Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de qualidade ou desempenho superior, devidamente justificada e comprovada a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

Art. 7º A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Art. 8º O edital de licitação para registro de preços contemplará, no mínimo:

I - a especificação/descrição do objeto, explicitando o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para a caracterização do bem ou serviço, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

II - a estimativa de quantidades a serem adquiridas no prazo de validade do registro;

III - o preço unitário máximo que a Administração se dispõe a pagar, por contratação, consideradas as regiões e as estimativas de quantidades a serem adquiridas;

IV - a quantidade mínima de unidades a ser cotada, por item, no caso de bens;

V - as condições quanto aos locais, prazos de entrega, forma de pagamento e, complementarmente, nos casos de serviços, quando cabíveis, a frequência, periodicidade, características do pessoal, materiais e equipamentos a serem fornecidos e utilizados, procedimentos a serem seguidos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados;

VI - o prazo de validade do registro de preço;

VII - os órgãos e entidades participantes do respectivo registro de preço;

VIII - os modelos de planilhas de custo, quando cabíveis, e as respectivas minutas de contratos, no caso de prestação de serviços; e

IX - as penalidades a serem aplicadas por descumprimento das condições estabelecidas.

§ 1º O edital poderá admitir, como critério de adjudicação, a oferta de desconto sobre tabela de preços praticados no mercado, nos casos de peças de veículos, medicamentos, passagens aéreas, manutenções e outros similares.

§ 2º Quando o edital prever o fornecimento de bens ou prestação de serviços em locais diferentes, é facultada a exigência de apresentação de proposta diferenciada por região, de modo que aos preços sejam acrescidos os respectivos custos, variáveis por região.

Art. 9º Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços que, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

Art. 10. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador do registro de preços, será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme o disposto no Art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 11. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no Art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 1º O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

Art. 12. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- I - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- II - não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; e
- IV - tiver presentes razões de interesse público.

§ 1º O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

Art. 13. Poderão ser utilizados recursos de tecnologia da informação na operacionalização das disposições de que trata este Decreto, bem assim na automatização dos procedimentos inerentes aos controles e atribuições dos órgãos gerenciador e participante.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, aos 28 de outubro de 2009.

VOLMIR PEDRO LAWISCH

Prefeito em Exercício.

Registrado e publicado na mesma data.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em controladoria Interna.

### Decreto N° 1248/2009

DECRETO N° 1248/2009, DE 28 DE OUTUBRO DE 2009.

DISPÕE SOBRE O PONTO FACULTATIVO NO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VOLMIR PEDRO LAWISCH, Prefeito em Exercício do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica, além da legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO em todo o território do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no dia 30 de outubro de 2009, em virtude das festividades programadas para o dia do servidor público municipal.

Art. 2º Todas as repartições públicas municipais estarão fechadas neste dia, exceto para serviços e atendimentos emergências.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, em 28 de outubro de 2009.

VOLMIR PEDRO LAWISCH

Prefeito em Exercício.

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna.

### Pregão Presencial N° 31/2009

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 81/2009

Edital de Pregão Presencial n° 31/2009

O Município de Tunápolis torna público, para o conhecimento dos interessados que, conforme dispõe o Decreto Municipal n° 1.247, de 28 de outubro de 2009, Lei Federal n° 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, vigente e pertinente a matéria, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO do tipo menor preço POR ITEM.

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de PEDRAS ARDÓSIA, para suprir as necessidades de Programa desenvolvido pela Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente do Município de Tunápolis – SC, ao longo de 12 (doze) meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 12 de Novembro de 2009, às 14 horas.

Abertura: 14:30 horas do dia 12 de Novembro de 2009.

Informações e integral do Edital poderão ser obtidas junto ao setor de Compras, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122 / celular (49) 91365329.

Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br)

Tunápolis, SC, 28 de Outubro de 2009

VOLMIR PEDRO LAWISCH

Prefeito Municipal em Exercício

**Turvo**

**Prefeitura Municipal**

### Decreto 89/2009

DECRETO N° 089/09, DE 20 DE OUTUBRO DE 2009.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE TURVO

O Prefeito Municipal de Turvo, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal no 356/74, de 11 de fevereiro de 1974,

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeado o Conselho Municipal de Desenvolvimento do Município de Turvo, que se relaciona com assuntos de Planejamento do Município de Turvo e que fica constituído pelos seguintes membros:

- I – EDUARDO ROVARIS – Presidente
- II – CECILIA LINO FERREIRA CONTI – Primeira Secretária
- III – ESTER ZANETTE BARP – Segunda Secretária
- IV – ANTONIO AMERICO PESCADOR – Membro
- V – MARCIO JOSE PAULINO – Membro
- VI – OSMAR PASETTI – Membro
- VII – IDE MANENTI – Membro
- VIII – MARTA ELIZABETI RIBEIRO AVILA – Membro
- IX – RENATO MANENTI – Membro
- X – CLEONICE LIMA SILVA – Membro
- XI – PATRICIA MANFREDINI – Membro
- XII – DENISE LIMA DE SOUZA – Membro
- XIII – NESTOR RECO – Membro
- XIV – RUTINEI FERREIRA – Membro
- XV – ANILDO RONSANI PASINI – Membro
- XVI – MARLENE MACALLOSSI – Membro
- XVII – SOLANO FAVARIN – Membro





XVIII – WILLIAN PESCADOR – Membro  
XIX – CELITO CARLESSI – Membro  
XX – ADEMAR DE COSTA – Membro  
XXI – ANTONIO ARCARO - Membro  
XXII – JOSE LUIZ BEZ BATTI – Membro  
XXIII – ELIEZER DE BETTIO – Membro  
XXIV – LUIZ ANGELO MARAGNO - Membro

Art. 2º. A duração do mandato deste conselho será pelo prazo de 01 (um) ano.

Art. 3º. O exercício da função de conselheiro não será remunerado, considerando-se como serviço público relevante.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigência na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 20 de outubro de 2009.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças – designado.

### **Decreto 90/2009**

DECRETO Nº 090/09, DE 20 DE OUTUBRO DE 2009.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 22 da Lei nº 1.907/08, de 24/10/2008 (LDO),

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), assim classificados:

09.01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

20.601.0053.2.029 – Manutenção da Secretaria de Agricultura e meio Ambiente  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.0 (85) – Aplicações Diretas . R\$ 15.000,00

Art. 2º - A execução do disposto no art. 1º correrá à conta da anulação parcial do seguinte item orçamentário:

09.01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

20.601.0053.2.029 – Manutenção da Secretaria de Agricultura e meio Ambiente  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.0 (84) – Aplicações Diretas . R\$ 15.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 20 de Outubro de 2009.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

### **Decreto 91/2009**

DECRETO Nº 091/09, DE 20 DE OUTUBRO DE 2009.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 22 da Lei nº 1.907/08, de 24/10/2008 (LDO),

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 1.000,00 (Um mil reais), assim classificados:

08.01 – SECRETARIA DE SAUDE E AÇÃO SOCIAL

08.244.0047.2.027 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.0 (76) – Aplicações Diretas .R\$ 1.000,00

Art. 2º - A execução do disposto no art. 1º correrá à conta da anulação parcial do seguinte item orçamentário:

08.01 – SECRETARIA DE SAUDE E AÇÃO SOCIAL

08.244.0047.2.027 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.0 (77) – Aplicações Diretas .R\$ 1.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 20 de Outubro de 2009.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

### **Decreto 92/2009**

DECRETO Nº 092/09, DE 20 DE OUTUBRO DE 2009.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no Art. 5º, I da Lei 1.915/2008 de 16 de dezembro de 2009(LOA).

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), assim classificados:

08.01 – SECRETARIA DE SAUDE E AÇÃO SOCIAL

08.244.0047.2.027 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social  
3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0029.0 (70) – Aplicações Diretas .R\$ 2.000,00

Art. 2º - A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do Excesso de arrecadação da conta de convenio do Fundo Nacional de Assistência Social – Ação Continuada.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 20 de Outubro de 2009.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

### **Decreto 93/2009**

DECRETO Nº 093/09, DE 20 DE OUTUBRO DE 2009.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no Art. 5º, I da Lei 1.915/2008 de 16 de Dezembro de 2009(LOA).



**DECRETA**

Art. 1º - Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Turvo no valor de R\$ 76.000,00 (Setenta e Seis Mil Reais), assim classificados:

## 10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E PSF

10.301.0046.2.051 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e Psf.

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0014.12 (01) – Aplicações Diretas.R\$ 32.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0014.10 (02) – Aplicações Diretas.R\$ 40.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0014.16 (19) – Aplicações Diretas..R\$ 4.000,00

Art. 2º - A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do Excesso de Arrecadação de Recursos do PSF, PACS e Vigilância Epidemiológica.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 20 de Outubro de 2009.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças-designado.

**Edital de Cm Rua Antonio Bez Batti**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DA RUA ANTONIO BEZ BATTI

Rua Antonio Bez Batti	
Sergio Duminelli	7.607,86
Valdemir Nagildo Luiz	5.002,17
Cladio Joel Francisco	7.455,70
Hilsa Nagel Manenti	5.363,54
Herdeiros de Francisca B. B. Rovaris	13.884,35
Kener Saviato	2.662,75
Kenio Saviato	2.662,75
Herdeiros de Francisca B. B. Rovaris	6.219,43

Turvo, 26 De Outubro De 2009

**Edital de Cm Rua Libero Bardini**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DA RUA LIBERO BARDINI

Valdemir Nagildo Luiz	7.615,11
Valdemir Nagildo Luiz	4.816,56
Maria Borges Cadorin	3.521,99
Sandro Mondardo	2.855,67
Mario Luiz Bez Batti	3.284,02
Mario Luiz Bez Batti	3.284,02
Francisco José Possamai	25.377,35

Turvo, 26 De Outubro De 2009

**Videira****Prefeitura Municipal****Decreto N° 9.282/09**

DECRETO N° 9.282/09, DE 23 DE OUTUBRO DE 2009.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL PARA SUPLEMENTAÇÃO DAS DOTAÇÕES QUE ESPECIFICA O ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei n° 2.082/08, de 10 de dezembro de 2008,

**DECRETA**

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 130.800,00 (Cento e trinta mil e oitocentos reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

02 – Gabinete do Prefeito	
01 – Assessoria de Gabinete	
2.002 – Manutenção da Chefia de Gabinete	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	48.000,00
02 – Gabinete do Prefeito	
05 – Assessoria Jurídica	
2.004 – Manutenção da Assessoria Jurídica	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0	4.000,00
02 – Gabinete do Prefeito	
04 – Procon	
2.006 – Manutenção do Procon	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0	1.000,00
03 – Secretaria de Administração	
04 – Departamento Administrativo	
2.010 – Manutenção da Secretaria de Administração	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0	15.000,00
03 – Secretaria de Administração	
05 – Encargos Especiais	
2.016 – Contribuição à AMARP	
3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	200,00
04 – Secretaria de Finanças	
01 – Departamento Financeiro e Tributário	
2.023 – Manutenção da Secretaria de Finanças	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	5.000,00
06 – Secretaria de Planejamento	
01 – Departamento de Planejamento	
2.032 – Manutenção da Secretaria de Planejamento	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0	1.600,00
07 – Secretaria de Educação	
03 – Departamento de Ensino Infantil	

2.038 – Manutenção do Ensino de 0 a 6 anos	
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0001.0	2.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0	24.000,00
10 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	
01 – Departamento Rural e Meio Ambiente	
2.058 – Manutenção do Departamento de Agricultura	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	27.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0	3.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	130.800,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2008 e excesso de arrecadação de 2009.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 23 de outubro de 2009.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de outubro de 2009.  
HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR  
Secretário de Administração

#### Portaria N° 1.012/09

PORTARIA N° 1012/09

DETERMINA QUE A SERVIDORA ANDRÉA MARIA PEDROSA GOMES RETORNE AO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES NA SECRETARIA DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE

Determinar que, ANDRÉA MARIA PEDROSA GOMES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeira, nível E-PE-ANS-I-A, retorne ao exercício de suas funções, a partir de 27 de outubro de 2009, na Secretaria de Saúde e Ação Social.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 27 de outubro de 2009, revogadas as disposições em contrário, em especial o art. 2º da Portaria nº 0907/09.

Videira, 21 de outubro de 2009.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de outubro de 2009.  
HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR  
Secretário de Administração

#### Portaria N° 1.013/09

PORTARIA N° 1013/09

CONCEDE ADICIONAL DE APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 057/07, de 26 de dezembro de 2007, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 4.490/09,

#### RESOLVE

Conceder Adicional de Aperfeiçoamento Funcional à servidora MARCELINA PAZIN, Professora, nível MG04F, a partir de 1º de outubro de 2009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de outubro de 2009.

Videira, 21 de outubro de 2009.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de outubro de 2009.  
HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR  
Secretário de Administração

#### Portaria N° 1.014/09

PORTARIA N° 1014/09

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 4.401/09,

#### RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 3 (três) meses a DANIELA PAGANINI, Técnico de Nível Superior, nível E-PE-ANS-I-C, a partir de 4 de janeiro de 2010 até 3 de abril de 2010, referente ao quinquênio de 2 de julho de 2004 até 1º de julho de 2009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 4 de janeiro de 2010.

Videira, 21 de outubro de 2009.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de outubro de 2009.  
HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR  
Secretário de Administração

#### Portaria N° 1.015/09

PORTARIA N° 1015/09

SUSPENDE, TEMPORARIAMENTE, O GOZO DE LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 104, parágrafo único, da Lei Complementar nº 007/97 (Estatuto dos Servidores),

#### RESOLVE

Art. 1º A bem do interesse público suspender, a partir de 22 de outubro de 2009, por tempo indeterminado, o gozo de licença prêmio, nos termos do artigo 104, parágrafo único da Lei Complementar nº 007/97.

Parágrafo Único - Excetuam-se da regra acima os pedidos que já foram deferidos antes da vigência desta Portaria, bem como as licenças-prêmio que não possam ser gozadas antes da complementação do tempo da aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 22 de outubro de 2009.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de outubro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

#### PR 72/2009 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL N° 72/2009-FMS

O Prefeito Municipal de Videira através do Fundo Municipal de Saúde torna público que fará realizar o Pregão Presencial n° 72/2009-FMS.

1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE REFRIGERADORES PARA SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA DE SAÚDE PARA O POSTO DO BAIRRO FARROUPILHA.

2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO.

3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 11 de Novembro de 2009, na Avenida Manoel Roque, n° 188, Videira/SC.

4. ABERTURA: às 16:15 horas do mesmo dia.

5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) ou no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45.

6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 27 de Outubro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

### Anexo V - Controle de Gastos Educação

DECRETO N° 8.766/07

ANEXO V

#### CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS COM ENSINO - MÊS SETEMBRO/2009

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DESPESAS PRÓPRIAS COM ENSINO	
<b>1. BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS</b>	
Receitas Oriundas de Impostos	ARRECADAÇÃO ATÉ O MÊS
1.1 - IPTU	2.427.857,27
1.2 - ITBI	788.656,37
1.3 - ISS	3.247.503,52
1.5 - IRRF	557.490,25
1.6 - Dívida Ativa de Impostos	303.322,28
1.7 - Multas e Juros de Impostos	278.919,66
<b>1.8 SOMA</b>	<b>7.603.749,35</b>
<b>Receitas Base de Cálculo do FUNDEB</b>	
	<b>Total</b>
1.10 - Cota-Parte do FPM - 20%	8.837.437,08
1.11 - Cota-Parte do ICMS Deson Export. (LC 87/96) -20%	136.389,12
1.12 - Cota-Parte do ICMS - 20%	19.175.564,32
1.13 - Cota-Parte do IPI Exp. - 20%	398.825,30
1.14 - Cota- Parte do ITR - 20%	2.294,55
1.15 - Cota- Parte do IPVA - 20%	2.925.797,31
1.16 - Cota- Parte do ITCMD - 20%	0,00
<b>1.17 SOMA</b>	<b>31.476.307,68</b>
<b>1.18 TOTAL</b>	<b>39.080.057,03</b>

  

2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	Até o Mês
Especificação	Acumulado
2.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (25% de 1.18)	9.770.014,26
2.1.1 - Cota- parte Transferências do FUNDEB (retorno)	7.352.068,77
2.2 - Rendimento s/ Aplicação FUNDEB	93.397,05
2.3 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.2	-4.009,99
2.4 - Cota-Parte do Salário Educação	683.536,87
2.5 - Rendimento Aplicação Salário Educação	51.238,79
2.6 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.4	584.496,62
2.7 - Convênios Vinculados ao Ensino	363.503,32
2.8 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.7	14.927,02

3. APLICAÇÃO	Até o mês		
	Exigência Legal	Liquidada	Diferença
3.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (100% de 2.1)	9.770.014,26	10.715.485,46	945.471,20
3.1.1 - Valor gasto com Ensino Fundamental		5.057.920,24	
3.1.2 - Valor gasto com Educação Infantil		5.657.565,22	
3.2 - Contribuição do FUNDEB (Sub-vinculação contábil)	7.352.068,77	6.273.950,20	-1.078.118,57
3.3 - Remun.Prof Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1+2.2+2.3)	4.464.873,50	5.886.119,43	1.421.245,93
3.4 - Ensino Fundamental e Educação Infantil (máximo 40% de 2.1.1 +2.2+2.3)	2.976.582,33	387.830,77	-2.588.751,56
3.5 - Cota Parte Salário Educação (100% de 2.4+2.5+2.6)	1.319.272,28	235.065,79	-1.084.206,49
3.6 - Convênios Vinculados ao Ensino (100% de 2.7+2.8)	378.430,34	183.492,16	-194.938,18

4.CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS (EM %)	MÍNIMO %	LIQUIDADO %	DIFERENÇA %
4.1 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (25% de 1.18)	25,00%	24,46%	-0,54%
4.1 - Remun.Profissionais Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1)	60,00%	80,06%	20,06%
4.2 - Ensino Fundamental e Educação Infantil ( máximo 40% de 2.1.1)	40% (máximo)	5,28%	-35,12%

5. GANHO/PERDA COM FUNDEB	Valor recebido até o mês	Valor retido até o mês	Diferença
5.1 - Cota-parte - Transferências do FUNDEB	7.352.068,77	6.289.408,56	1.062.660,21

Fonte: Departamento de Contabilidade

Videira-SC, 22 de outubro de 2009.

Maria Angélica Vanz Balestieri  
Contadora CRC-SC 022532/0-5

Roberto Maraschin Primo  
Secretário Municipal de Educação

Wilmar Carelli  
Prefeito Municipal

## INPREVID

### Contrato 001/2009 INPREVID

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA – INPREVID

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2009

Contrato nº 004/2009

Contratante: INPREVID

Contratado: IBAM

Objeto: assessoramento técnico que objetiva o processo de realização de concurso público para preenchimento dos cargos de Advogado e Agente Técnico Previdenciário, existentes no Plano de Cargos e Salários do INPREVID.

Valor: R\$ 16.500,00 (dezesesseis mil e quinhentos reais)

Prazo de Execução: 120 (cento e vinte dias)

Videira, 19 de outubro de 2009.

JUSTINA INÊS FRUET DE LIMA

Presidente do INPREVID

OBJETO: Terraplanagem (corte, remoção e espalhamento de 50.425,675 m³, aterro de 1.786,55 m³, e, nivelamento, compactação e selamento de 5.200,00 m²).

VALOR: R\$148.700,00 (cento e quarenta e oito mil e setecentos reais)

PRAZO: até 26 de fevereiro de 2010.

Timbó, 27 de outubro de 2009.

CARLOS ALBERTO PEGORETTI

Presidente

## Consórcios

### CIMVI

### Contrato N° 010/2009

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 010/2009

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONTRATADO: Freedom Terraplenagem Ltda. EPP